

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS

Nº 57

Julho/Dezembro/2017

Revista do Instituto de História, vinculada aos
Cursos de Graduação em História
e ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia

Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho

ISSN 0103-409X impresso
ISSN 2176-4352 online

Hist. & Perspec.	Uberlândia-MG	Nº 57	p. 1-430	jul./dez./2017
------------------	---------------	-------	----------	----------------

REVISTA HISTÓRIA & PERSPECTIVAS

Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História
Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho

Diretor do Instituto de História: Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

Coordenador dos Cursos de Graduação: Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

Diretor da Edufu: Prof. Dr. Guilherme Fromm

Editora Responsável: Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Conselho Editorial	
Conselho Executivo:	
Regina Ilka Vieira Vasconcelos – Editora	Instituto de História – UFU
Marili Peres Junqueira	Instituto de Ciências Sociais – UFU
Marta Emisia Jacinto Barbosa	Instituto de História - UFU
Sérgio Luiz Miranda	Instituto de Geografia – UFU
Colaboradores Externos	
Carlos Alberto de Oliveira	Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/Ilhéus-BA
Leandra Domingues Silvêrio	Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
Jiani Fernando Langaro	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Conselho Consultivo	
Alessandro Portelli	Sapienza – Università de Roma
Estevão Chaves de Rezende Martins	Universidade de Brasília – UnB
Francisco Sacristán Romero	Universidad Complutense de Madrid
Geoff Eley	University of Michigan – USA
Heloisa de Faria Cruz	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Josep Fontana Lázaro	Universitat Pompeu Fabra (UPF) – Barcelona
Maria Giuseppina Eboli	Sapienza – Università de Roma
Maria Hilda Baqueiro Paraíso	Universidade Federal da Bahia – UFBA
Michael Lowy	École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) – Paris
Peter Linebaugh	University of Toledo – Ohio/USA
Raquel Glezer	Universidade de São Paulo – USP
Raquel Varela	Universidade Nova Lisboa – Portugal
Regina Helena Alves da Silva	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Capa: Diego Marcos Silva Leão	Revisão: Edufu
Diagramação: Luis Frederico Serraglia	Periodicidade: Semestral
Imagem da capa: < https://pixabay.com/pt/reed-cesta-cestas-de-vime-3166698/ >	Disponível na versão eletrônica: < http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/ >

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS, n. 57 – jul./dez. 2017

Uberlândia-MG – Universidade Federal de Uberlândia.

Revista do Instituto de História, vinculada aos Cursos de Graduação e ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia

Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho – NUPEHCIT

Data do 1º volume: jul./dez./1988

Semestral

ISSN 0103-409X impresso e ISSN 2176-4352 online

1. História. I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História
CDU930

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica – Bloco 1S – Térreo

Cep 38408-100 – Uberlândia – Minas Gerais

Tel: (34) 3239-4293 – www.edufu.ufu.br

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS 57

SUMÁRIO

Apresentação 7

DOSSIÊ: MEMÓRIAS, OFÍCIOS E LUTAS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO BRASIL

Os trabalhadores nas páginas do Estadão: “demonização” e criminalização dos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos (1963-1964) no jornal O Estado de S. Paulo 13
Luiz Antonio Dias

A trama têxtil de Villa Platina: profissões do vestuário no sertão de Minas 43
Maristela Novaes
Noé Freire Sandes

Costureiras e as mudanças nas relações de trabalho em Santa Helena, PR 73
Rosane Marçal da Silva

Os trabalhadores do Norte de Minas Gerais: entre o “desenvolvimento” e o “progresso” 101
Valéria de Jesus Leite

Tempo livre e lazer dos trabalhadores na Manchester Mineira: reflexões acerca dos relatos nos processos crime de homicídio (1900-1924)..... 129
Cleber Augusto Gonçalves Dias
Marina Fernandes Braga Nakayama

Escravos senhores de escravos. Pernambuco, séculos XVIII e XIX..... 149
Robson Pedrosa Costa

ARTIGOS

História, consciência histórica e utopia em J. Rüsen e A. Heller: reflexões para a didática da história 179
Luis Fernando Cerri
Caroline Pacievitch

O ofício do historiador: reflexões sobre o conceito de passado em suas dimensões sociais e históricas 209
João Paulo Pereira Coelho
José Joaquim Pereira Melo

Das raízes à formação da educação brasileira: os subsídios de Primitivo Moacyr 233
Rosana Areal de Carvalho

Letrados e escrita da história escolar: Sebastião Paraná e o Manual *O Brasil e o Paraná para uso nas escolas primárias* 257
Maria Aparecida Leopoldino

Intelectuais e educação: o debate brasileiro em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024 de 1961) 281
Maria Cristina Gomes Machado
Mário Borges Netto

Lendo manuscritos coloniais: uma análise crítica de três documentos setecentistas sobre festas públicas na Capitania de Pernambuco 307
Kalina Vanderlei Silva

Doenças, medicina popular e sociedade provincial: aspectos do tratamento de doenças na família Vieira dos Santos (Município de Morretes, Província de São Paulo, 1848-1851)	335
<i>André Luiz Moscaleski Cavazzani</i>	
<i>Sandro Aramis Richter Gomes</i>	
Sebastião: o santo dardejado em terras de Goiás	367
<i>Anderson Aparecido Gonçalves de Oliveira</i>	
<i>Maria Clara Tomaz Machado</i>	
Configurações iniciais do ensino de desenho na Universidade Federal do Paraná (1971-1977): do Instituto de Matemática ao Setor de Ciências Exatas.....	395
<i>Adriana Vaz</i>	
<i>Rossano Silva</i>	

APRESENTAÇÃO

Para este Número 57, da Revista *História & Perspectivas*, temos a composição do Dossiê *Memórias, ofícios e lutas de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil* e uma seção de artigos com diferentes temáticas.

Ao definir a temática para a chamada deste dossiê, o Conselho Editorial da Revista teve como objetivo construir um panorama sobre estudos com diferentes abordagens, que enfocassem diversos aspectos envolvidos na constituição da condição de trabalhadora ou trabalhador e de seus modos de vida no Brasil. O propósito era de que a delimitação dessa temática abrangesse estudos sobre questões relacionadas a formação de identidades, construção de ofícios, relações de gênero e etnicorraciais, movimentos sociais, organizações sindicais, memórias, lutas, embates e disputas de trabalhadoras e trabalhadores, implicadas na própria constituição do ser trabalhadora ou trabalhador e de suas vidas em diferentes temporalidades e espacialidades do Brasil.

Apresentamos seis artigos originados de pesquisas em torno de trabalhadores e de trabalhadoras no Brasil, sua experiência de atuação profissional, seus movimentos de organização e luta, relações com imprensa, transformações nas relações de produção e de poder nos espaços de vida, em diferentes temporalidades e conjunturas entre os séculos XIX e XXI.

O primeiro artigo, de Luiz Antonio Dias, analisa como o jornal *O Estado de S. Paulo* retratou os movimentos de trabalhadores, tanto rurais como urbanos, no período que antecedeu o Golpe de 1964, e como justificou o golpe e a violência que se seguiu sobre os trabalhadores. O segundo, de Maristela Novaes e Noé Freire Sandes, discute a presença de profissionais do vestuário (fiandeiras, tecelãs, costureiras, alfaiates, comerciantes) no contexto cultural de Villa Platina, região do Triângulo Mineiro, no início do século XX, a relação dessa sociedade com seu sistema de vestuário e com o comércio direcionado a esse ramo nos termos

da redefinição da tradição da manufatura de roupas. O terceiro, de Rosane Marçal da Silva, problematiza elementos e dimensões do processo de intensificação da produção industrial e as mudanças que o trabalho industrial ocasionou na vida dos trabalhadores das indústrias de confecções do vestuário, em Santa Helena, no Paraná, durante os anos 1980-2000. Valéria de Jesus Leite se debruça sobre a organização dos trabalhadores em Montes Claros e Norte de Minas Gerais, suas demandas e suas lutas, entre as décadas de 1970 e 1980, problematizando o processo de modernização econômica. Cleber Augusto Gonçalves Dias e Marina Fernandes Braga Nakayama apresentam reflexões sobre práticas e espaços de sociabilidade de trabalhadores durante o tempo livre e o lazer em Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, com base em relatos presentes nos processos crime de homicídio produzidos do período de 1900 a 1924. Escravos que se tornam senhores de escravos é o objeto de discussão de Robson Pedrosa Costa, que investigou um modelo de gestão implementado pela Ordem Beneditina do Brasil em Pernambuco, durante os séculos XVIII E XIX, a partir do estímulo dado a escravos a possuírem os próprios escravos para o trabalho em suas roças.

Na segunda seção deste número consta um conjunto de nove textos.

Luis Fernando Cerri e Caroline Pacievitch cotejando obras de Jörn Rüsen e de Agnes Heller para discutir suas posições sobre consciência histórica e suas possíveis implicações para a Didática da História, face à importância da defesa de valores como a razão, a verdade e a democracia para a formação de historiadores e professores de história. João Paulo Pereira Coelho e José Joaquim Pereira Melo desenvolvem reflexão sobre o conceito de passado em suas dimensões sociais e históricas, considerando as relações entre enfrentamentos sociais e diferentes formas de apropriação do passado.

Rosana Areal de Carvalho se dedica a compreender a publicação da obra de Primitivo Moacyr e discutir o modo como a questão da instrução enquanto responsabilidade do Estado se fez presente no cenário político e cultural brasileiro entre anos

1930 e 1940. Maria Aparecida Leopoldino desenvolveu pesquisa no campo da História da Disciplina Escolar, tomando como objeto de estudo e fonte de pesquisa o manual *O Brasil e o Paraná para uso nas escolas primárias*, de 1903, no contexto dos ideais republicanos e da construção de uma “história regional”. Ao mesmo tempo, a relação entre intelectuais educação e imprensa durante o debate brasileiro em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 é o objeto de estudo de Maria Cristina Gomes Machado e Mário Borges Netto, que problematizaram o modo como os intelectuais lidaram com a imprensa para divulgar distintos projetos educacionais no conflituoso processo de constituição e consolidação da escola pública estatal.

Kalina Vanderlei Silva dedica-se à análise crítica e paleográfica de três manuscritos setecentistas, da Capitania de Pernambuco, sobre festas públicas, discutindo possibilidades de estudo de documentos camarários e de interpretação das festas como espaços de demarcação de status para a elite açucareira colonial. André Luiz Moscaleski Cavazzani e Sandro Aramis Richter Gomes discutem práticas terapêuticas em uma região da Província de São Paulo, nos anos de 1848 a 1851, a partir do estudo de registros de tratamentos de doenças em memórias de famílias. Também tratando de festas como temática de estudo, Maria Clara Tomaz Machado e Anderson Aparecido Gonçalves de Oliveira analisam práticas e saberes rurais do interior goiano a partir das festividades religiosas em homenagem a São Sebastião.

Adriana Vaz e Rossano Silva estudaram a forma como as disciplinas de desenho foram formatadas na primeira década da Reforma Universitária na Universidade Federal do Paraná para compreender a matriz do ensino de desenho no início dos anos 1970 e suas relações com outras áreas de conhecimento.

Conselho Editorial

**DOSSIÊ: MEMÓRIAS, OFÍCIOS E
LUTAS DE TRABALHADORES E
TRABALHADORAS NO BRASIL**

**OS TRABALHADORES NAS PÁGINAS DO ESTADÃO:
“DEMONIZAÇÃO” E CRIMINALIZAÇÃO DOS
MOVIMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS E
URBANOS (1963-1964) NO JORNAL O ESTADO DE S.
PAULO.**

*Luiz Antonio Dias**

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar a forma como o matutino *O Estado de S. Paulo* retratou os movimentos de trabalhadores, tanto rurais como urbanos, no período que antecedeu o Golpe Civil Militar de 1964. Mais especificamente entre outubro de 1963 e março de 1964, buscamos compreender em que medida esse periódico contribuiu para a disseminação do “fantasma” do comunismo – associando o termo às lutas camponesas, à reforma agrária, aos sindicatos e às greves – e como legitimou o golpe civil-militar como única alternativa para conter aquela ameaça. Avançamos, na análise do material, até o final de abril de 1964, para mostrar como esse jornal justificou o golpe e a violência que se seguiu sobre os trabalhadores. Mostramos que, através de forte atuação editorial, o periódico vinculou as manifestações sindicais e as greves ao “avanço comunista”, contribuindo para o processo de criminalização das lutas dos trabalhadores – tanto no campo quanto na cidade – e de desconstrução da legitimidade de suas reivindicações.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe de 1964. Imprensa. Trabalhadores.

* Doutor em História Social – UNESP-Assis. Pós-Doutorado pela Universidad de Córdoba. Professor do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA). E-mail: luizhistoria@yahoo.com.br

ABSTRACT: The purpose of this paper is to present how the morning newspaper “O Estado de S. Paulo” portrayed the movement of workers, both rural and urban, in the period before the Civil Military Coup, to be more precise, between October 1963 and March in 1964, we try to understand to what extent this newsletter has contributed to the spread of “communism’s ghost” - associating the term to peasant struggles, agrarian reform, trade unions and strikes and how legitimized the civil-military coup as the only way to contain that threat. We move forward in the analysis of material by the end of April 1964 to show how this newspaper has justified the coup and the ensuing violence on workers. We show that, through strong editorial role, the journal linked the industrial action and strikes the “Communist breakthrough,” contributed to the criminalization process of workers’ struggles - both in the field and in the city - and deconstruct the legitimacy of their claims.

KEYWORDS: 1964. Coup. Press. Workers.

A pena legitimando o fuzil

Para compreender o processo de criminalização dos trabalhadores, no momento que antecedeu o golpe civil militar de 1964, utilizamos como fonte primária o jornal *O Estado de S. Paulo*, no período de outubro de 1963 a abril de 1964. Esse recorte cronológico fundamenta-se nos episódios ocorridos em outubro de 1963, como o pedido de estado de sítio – que será apresentado mais adiante – e uma grande greve ocorrida em São Paulo; ao avançarmos até abril de 1964, analisamos a forma pela qual o jornal recepcionou os militares no poder e legitimou o golpe. A escolha desse jornal fundamentou-se na importância de suas páginas e seu envolvimento em diversos episódios históricos do país; além disso, esse periódico sempre foi referência no meio jornalístico, tanto na cena local como nacional. Em 1964, *O Estado de S. Paulo* era um dos grandes jornais do país, pela sua tiragem e

pela sua relevância opinativa, tido como um jornal sério e coerente pelos leitores, era visto como uma fonte de “informações seguras”.

O uso da imprensa como fonte histórica requer certo cuidado teórico-metodológico, pois devemos compreender o veículo de comunicação como produto social. Para evitarmos armadilhas e anacronismos, não podemos analisar essas fontes de forma isolada, separadas do contexto histórico. Não devemos aceitar determinada narrativa do acontecimento como a única possível, pois, na realidade, ela está diretamente relacionada aos interesses, às ideias e às necessidades do próprio jornal. Verificamos, assim, que pode existir distância entre o ocorrido e o narrado, justamente, em função da posição de cada um desses veículos da grande imprensa. Dependendo das necessidades e conveniências do momento histórico, as fontes podem ser manipuladas, seja para justificar, seja para produzir uma “realidade” que legitime o discurso da época. Mas, mesmo deturpando o real, essa fonte é importante e deve ser utilizada, inclusive para mostrar como se opera essa ação de construção de determinada ideia do real.

A forma como o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou o golpe civil-militar em 1964 é, nesse sentido, um caso exemplar do que aqui estamos argumentando. Para compreendermos porque o processo foi noticiado de uma forma, e não de outra, devemos, como indica Luca, verificar:

[...] suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos. (LUCA, 2006, p. 140).

A imprensa e seus agentes orgânicos, os proprietários, editores e jornalistas determinam o que será “notícia” e, o mais importante, a forma como esse fato será noticiado. Cabe, pois, ao historiador aplicar o rigor técnico e metodológico de seu ofício à análise dos fatos e documentos, buscando problematizar sua estrutura, discutir suas nuances e, assim, oferecer subsídios para

melhor entender as causas e motivações que elevam determinado acontecimento à condição de “notícia”.

Devemos, também, analisar a posição dos leitores, já que existe grande distância entre o que “foi dito” pela imprensa e o que foi entendido e aceito pelo público. Portanto, é necessário tomar alguns cuidados com a ideia de manipulação exercida pelos meios de comunicação. O leitor não pode ser visto como massa amorfa, que pode ser “moldada” contra seus próprios interesses, defendemos a ideia de que o jornal atinge, sobretudo, seu próprio grupo, as pessoas que já pensam de forma parecida à do veículo. Seria, portanto, um respaldo importante para a confirmação da opinião do indivíduo. Isso não significa, porém, reduzir a importância e a responsabilidade dos jornais por aquilo que é noticiado e pela forma como essa notícia foi construída.

O jornal *O Estado de S. Paulo* – fundado em 1875, como *Província de S. Paulo* – nasceu norteado pelos princípios e projetos do pensamento liberal. Talvez por isso, trazia já em seu nascedouro uma visão mais elitizada da sociedade, evidenciada na aberta e sistemática crítica que fazia aos movimentos sociais, nem tanto contra a pertinência de suas causas, mas, sobretudo, pela forma de atuação de seus membros. “Quando foi decretada a Lei de Segurança Nacional (1935) o OESP considerou-a branda [...] no combate ao banditismo (comunismo) brasileiro, tudo deveria ser sacrificado.” (CAPELATO, 1989, p. 121). A concessão de benefícios sociais e trabalhistas, na década de 1930, só passou a contar com o apoio do jornal após a constatação de que seriam instrumento importante no combate ao comunismo. Esse avanço, no entanto, deveria ser fruto da ação do Estado e não uma conquista das lutas dos trabalhadores.

É interessante notar que o liberalismo nem sempre foi praticado com a mesma desenvoltura pelo jornal. Suas convicções liberais ficaram, por exemplo, muitas vezes represadas nos estreitos limites da redação. Evidentemente, em alguns momentos, houve certa contradição entre esses princípios liberais “econômicos” e os “políticos”. No plano político, o jornal aceitou a intervenção em 1937 e o Estado Novo, mas o apoio não durou muito tempo. No

início de 1940, *O Estado de S. Paulo* sofreu intervenção. Júlio de Mesquita Filho só conseguiu recuperá-lo em dezembro de 1945. Importante destacar que, mesmo antes desse episódio, o jornal já demonstrava descontentamento com o governo Vargas, com seu discurso nacionalista e populista. O confisco do jornal tornou a relação ainda mais conflituosa. Para Capelato e Prado, 1937 foi “[...] o final de um período em que se pode assistir ao esboroar das perspectivas do periódico, vítima de suas próprias contradições, aguçadas pelo temor do comunismo.” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 65-66).

Ao assumir a defesa do governo militar, em 1964, *O Estado de S. Paulo* fez ecoar o pensamento de variados setores da imprensa; tal qual como em 1935 e 1937, “o banditismo” deveria ser combatido. Para esses setores, a defesa da “Revolução Redentora” era o caminho mais seguro para reencontrar a paz social e garantir os direitos básicos do cidadão ameaçados, naquele contexto, pelo avanço das “agitações comunistas” no território brasileiro.

Nesse sentido, apresentamos um mapeamento de algumas expressões – “greve”, “comunismo”, “reforma agrária” – utilizadas pelo jornal, bem como uma análise de parte das matérias em que essas expressões apareceram. Optamos por selecionar esses termos, pois estavam diretamente relacionados à organização de trabalhadores (greve), demandas (reforma agrária) ou “demonização” (comunismo) e poderiam indicar a forma como esse periódico interpretava e difundia esses elementos. Esses dados foram obtidos a partir de consultas ao acervo do jornal, utilizando a ferramenta de busca do próprio jornal. É importante destacar que esses dados podem apresentar divergências quando comparados aos obtidos com outras formas de coleta; de qualquer forma, os números encontrados, que podem ser ainda maiores, são importantes, pois indicam a grande preocupação do jornal com esses temas.

Verificamos, dentro do nosso recorte cronológico, os seguintes números para o termo “greve”: 211 referências em outubro de 1963, o maior índice desse ano; em novembro,

ainda de 1963, temos 202 citações, o segundo maior do ano; e, finalmente, em dezembro, encontramos 62 referências. Em janeiro de 1964, verificamos 66 referências; em fevereiro, 69; em março, observamos o maior índice do ano: 107; e, finalmente, em abril, foram 72. Cabe destacar que o ano de 1963, ao longo de toda a década, foi o que mais apresentou referências ao termo “greve”.

Quando procuramos a palavra “greve”, associada, em uma mesma matéria, ao termo “comunismo”, encontramos, evidentemente, números menores, mas ainda assim expressivos, sobretudo no mês de outubro de 1963 (32), o maior índice do ano, seguido por novembro (23). Em dezembro, a ocorrência caiu para três, mesmo número de janeiro de 1964; depois temos uma ampliação das referências: 12 vezes em fevereiro, 20 em março e 34 em abril. Nos meses seguintes ao golpe, as aparições desses termos em conjunto caíram bastante.

Situação semelhante também ocorreu com as referências, em conjunto, dos termos “reforma agrária” e “comunismo”, que tiveram redução significativa após o golpe. Antes, porém, essa associação era comum. Em outubro de 1963, encontramos 17 vezes; em novembro, 20 vezes; em dezembro, o número de referências caiu para dois. Em janeiro de 1964, observamos quatro ocorrências; em fevereiro, subiu para 12; em março, para 21; em abril, a associação apareceu 18 vezes.

Diante desse amplo material, optamos por selecionar algumas das referências mais significativas para apresentar a forma como o jornal apresentou os trabalhadores e suas lutas. Destacamos a cobertura do jornal à “Greve dos 700 mil”, ocorrida em São Paulo no final de outubro de 1963, bem como a cobertura sobre as propostas de reforma agrária. Em muitos casos, o termo “greve” foi utilizado apenas para informar a ocorrência de uma greve ou o final dela, sem grande aprofundamento analítico. Em outros momentos, é claramente perceptível o trabalho jornalístico na tentativa de criminalizar o movimento. O jornal esforçava-se, muitas vezes, para mostrar que essas lutas faziam parte de ampla “estratégia comunista” para criar o caos. Nesse sentido, a narrativa do fato estará sempre permeada de intencionalidades, como bem destacam Cruz e Peixoto:

[...] notícias sobre os movimentos sociais ou sobre greves veiculadas por algum jornal da grande imprensa ou revista semanal no período da ditadura, são ali deslocadas e imediatamente articuladas à produção de uma narrativa sobre como ocorriam os movimentos naquele período. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

Assim, ao analisarmos o material coletado do jornal *O Estado de S. Paulo* no período de outubro de 1963 – quando o presidente João Goulart encaminhou proposta de “estado de sítio” ao Congresso e passou a ser acusado de golpista pela imprensa – até abril de 1964, foi possível apontarmos em que medida esse periódico contribuiu para a disseminação do “fantasma” do comunismo e como legitimou o golpe civil-militar como única alternativa para conter essa ameaça. Por meio de forte atuação editorial, esse periódico vinculou as manifestações sindicais e as greves a uma “ardilosa trama comunista” para, com o aval do presidente João Goulart, implantar uma república sindicalista no Brasil. Também percebemos um processo de criminalização das lutas dos trabalhadores – tanto no campo quanto na cidade – e de desconstrução da legitimidade de suas reivindicações.

Camponeses e operários, a foice e o martelo

O mês de outubro de 1963 começou de forma bastante intensa. Ainda sob o impacto de uma revolta de sargentos – ocorrida em setembro, na cidade de Brasília –, os leitores do jornal *Tribuna da Imprensa* puderam ler, em primeiro de outubro, a entrevista concedida por Carlos Lacerda – governador da Guanabara – ao jornal *Los Angeles Times*, em que ele atacava o presidente João Goulart por suas relações com os comunistas e seu apoio à indisciplina nas Forças Armadas; finalizando, Lacerda cobrava uma posição mais dura dos EUA contra essa situação.

Nesse interim, o jornal *O Estado de S. Paulo* brindava seus leitores com o editorial “A Marcha da Convulsão”, onde afirmava que “Não se pode negar [...] o êxito da campanha

comunista empreendida no País pelos totalitários em geral e pelos comunistas em particular.” (O ESTADO DE S. PAULO, 1 out. 1963, p. 3). O editorial seguia afirmando que os “totalitários de esquerda” comumente acusavam de fascistas todos aqueles que eram contra as greves ilegítimas, “[...] na suposição de que as massas ignoram a ilegalidade, no bolchevismo, de todas as greves, que são afogadas em sangue, quando o operariado [...] se revolta contra o inferno do paraíso em que vive.”

Cabe destacar a proximidade do jornal com a UDN (União Democrática Nacional), principal partido de oposição ao presidente João Goulart, e com Carlos Lacerda, provável indicação da UDN para concorrer às eleições presidenciais de 1965.

Desse momento e até abril de 1964, teremos inúmeras referências ao comunismo e sua vinculação com movimentos de trabalhadores. Isso fica ainda mais evidente em outro editorial dessa mesma data: “A Tática Comunista”. Para o jornal, existiria um plano ardiloso em que as “[...] agitações das Ligas Camponesas, os assaltos frequentes aos engenhos e terras açucareiras, os discursos explosivos dos Juliões e dos Arraes [...]” (O ESTADO DE S. PAULO, 1 out.1963, p. 3) serviriam para desviar o foco do epicentro do avanço comunista, que era a região Centro-Sul do país. Assim, prosseguia o jornal:

A greve dos bancários na Guanabara e a tática a que eles estão decididos a recorrer para levarem de vencida não só os empregadores, mas a própria Justiça do Trabalho, **são claramente indicativas do perigo que está rodeando as instituições do País.** (O ESTADO DE S. PAULO, 1 out.1963, p. 3, grifos nossos).

A conclusão do texto evidenciava a inépcia do governo, afirmando que ele se recusava a proteger a Pátria contra aqueles que a queriam escravizada.

Durante grande parte do mês de outubro de 1963, o jornal dedicou-se a criticar o pedido de estado de sítio solicitado ao Congresso pelo presidente João Goulart. Em grande parte desse material, observamos a vinculação do pedido à tentativa de golpe

para estabelecer uma “república sindicalista”. Para Ferreira (2011), os ministros militares, indignados com a postura de Carlos Lacerda no episódio da entrevista, sugeriram que o presidente João Goulart deveria solicitar o estado de sítio, instrumento necessário para uma eventual intervenção na Guanabara. No entanto, faltou-lhe apoio de todos, da direita – como esperado – e, mesmo, dos setores da esquerda como, por exemplo, do PCB, do governador Miguel Arraes, da UNE; importante destacar que: “O grande receio das esquerdas era de que as leis de exceção se voltassem contra elas e o movimento sindical.” (FERREIRA, 2011, p. 368).

No final de outubro de 1963, observamos ampla cobertura à greve dos “700 mil” e a tentativa de apresentar esse episódio como mais um elemento do plano, que avançava rapidamente, para desestabilizar o país.

Antes mesmo da eclosão dessa greve, o jornal destacava, em matéria de página inteira, intitulada “Dirigente sindical denuncia ação comunista nas ferrovias” (O ESTADO DE S. PAULO, 13 out. 1963, p. 27), a influência e infiltração dos comunistas nos sindicatos, indicando que as greves eram um instrumento para “agitar a Nação”. No dia 18 de abril de 1963, o título da matéria apresentava tom semelhante: “Salários: o PAC (Pacto de Ação Conjunta) tenta acirrar os ânimos visando a greve geral” (O ESTADO DE S. PAULO, 18 abr. 1963, p. 14). O texto afirmava que os dirigentes sindicais buscavam criar um impasse nas negociações, para justificar a convocação de uma grande greve, com mais de 70 sindicatos, agregando 700 mil trabalhadores. O jornal percebia – e criticava – que o grande risco era o princípio que norteava a greve: a tentativa de unificar as negociações, como indicava a matéria a seguir:

[...] os diretores do Sindicato profissional [...] estão adotando uma tática protelatória, a fim de que não se realizem de imediato, os entendimentos na fase administrativa [...] outros membros [...] preferem uma solução inviável e ilegal: o entendimento direto com a Federação das Indústrias de S. Paulo (FIESP) passando por cima da Consolidação das Leis do Trabalho [...]. Procuram ganhar

tempo, pois nos próximos dias, conforme essa folha já publicou, haverá uma série de providências objetivando um acirramento de ânimos que conduza à greve do maior número de categorias. (O ESTADO DE S. PAULO, 18 abr. 1963, p. 14).

Nessas linhas, ficava evidente a ideia defendida pelo jornal: a situação era artificial, os diretores do “sindicato profissional” atuavam deliberadamente para acirrar os ânimos e conduzir os trabalhadores a uma greve ilegal, pois contrária aos princípios básicos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como o acordo intersindical.

Os líderes do movimento [...] estavam descrentes em relação aos entendimentos entre a CNTI e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). [...] Para eles, sindicalistas, o receio dos patrões não estava no teor das reivindicações, muito menos no valor do reajuste pleiteado, mas, sim, no perigo que a mudança na forma de negociar os dissídios coletivos poderia representar aos interesses patronais. Os empregadores tinham consciência de que se a CNTI passasse a representar todas as categorias de trabalhadores, o movimento operário ganharia força e coesão. A mudança nas negociações coletivas poderia representar a unidade da classe operária e teria as organizações horizontais como as principais representantes dos trabalhadores. (CORRÊA, 2008, p. 222-223).

Para Corrêa, era um momento extremamente delicado e tenso, pois uma “[...] campanha liderada pela oposição ao governo Goulart disseminava o medo de que uma nova ‘república sindicalista’ se instalasse no país. Desde meados de 1962, o CGT e o PAC atuavam como entidades centralizadoras dos sindicatos [...]” (CORRÊA, 2008, p. 220).

Em vários momentos, verificamos a tentativa de o jornal desqualificar esses grupos. Uma charge, publicada no início de outubro, apresentava o presidente João Goulart carregado por “elementos suspeitos”, com fisionomias assustadoras e camisas

com as siglas PAC (Pacto de Ação Conjunta), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e FSD (Fórum Social de Debates), tendo em volta crianças, mulheres, trabalhadores com semblantes assustados (O ESTADO DE S. PAULO, 4 out. 1963, p. 4). Era nítida a tentativa de indicar que o presidente não possuía apoio popular, dos trabalhadores reais, mas de agitadores profissionais que eram assustadores e perigosos para o Brasil.

A discussão sobre o caráter das greves continuou pautando o jornal até o final de outubro. Em entrevista, o governador de São Paulo, Ademar de Barros, atribuía a possibilidade da ocorrência de uma greve, que poderia paralisar 700 mil trabalhadores, à “falta de severidade administrativa por parte do governo federal” (O ESTADO DE S. PAULO, 26 out. 1963, p. 5), mas afirmava que São Paulo estava preparado para evitar as desordens. Cunha destaca – no relatório da Comissão Nacional da Verdade, no texto sobre violações de direitos humanos dos trabalhadores – que:

[...] a postura repressiva adotada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, contrastava fortemente com o comportamento negociador do governo federal e de seu ministro do Trabalho, Amaury Silva, senador pelo PTB. Em pronunciamento feito pela televisão, o governador Ademar de Barros (militar e economicamente engajado na conspiração contra Goulart) interveio diretamente contra a greve, afirmando que o movimento havia subvertido a ordem pública e conclamava o operariado a não aderir. Apelou a Deus e às mães, esposas e noivas, exortando-as a não deixarem seus filhos, maridos e noivos fazerem greve. Seu secretário de Segurança, general Aldevio Barbosa de Lemos, repetiu os argumentos do governador, declarando à imprensa que a greve era política e subversiva. (CUNHA, 2014, p. 57).

Assim, a greve foi apresentada, pelo jornal e pelos políticos de oposição, como desordem e caos, promovida pelo próprio governo federal. No dia seguinte, um artigo assinado por Pedro Dantas, intitulado “Greves Políticas” (O ESTADO DE S. PAULO, 27 out. 1963, p. 4), explicava que o “Partido Comunista utiliza as greves

para chegar ao poder. Quando e onde já o tenha conquistado, não as admite mais, seja contra o que for”. Seguia explicando que, nas democracias, as greves são sempre aceitas e toleradas, desde que legítimas, quando apresentam reivindicações econômicas. As greves políticas, porém, seriam ilegítimas e, portanto, não deveriam ser toleradas.

No dia seguinte, 28 de outubro, os trabalhadores decidiram decretar a greve. Organizada a partir da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), os operários buscavam um reajuste salarial de 100% e uma série de outras reivindicações econômicas; no entanto, o que mais assustava as forças conservadoras eram as reivindicações políticas:

[...] os trabalhadores procuravam também intensificar a luta pelas reformas de base, sobretudo, a reforma agrária. E, ainda, queriam a encampação das refinarias, a posse imediata dos deputados operários e sargentos eleitos e não empossados em virtude das acusações de práticas comunistas e outras medidas contra a Carestia. (CORRÊA, 2008, p. 225).

Outra reivindicação era a centralização das negociações em torno de uma central sindical, isso daria força às categorias mais frágeis e, também, aos trabalhadores em geral, que poderiam organizar greves muito mais amplas, unindo várias categorias, como o foi a própria greve dos 700 mil. Para a FIESP e, como demonstrado anteriormente, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, isso era ilegal, pois contrário à CLT; além disso, empresários e o jornal não viam legitimidade, para negociação, na CNTI.

Após três dias de greve, o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) determinou que o julgamento seria por categoria e não unificado. Embora tenham conseguido um reajuste próximo do reivindicado (80%) e a não punição dos grevistas, foi negada a unificação das datas-bases, principal ponto da pauta política. Apesar disso, para Negro e Silva, o que ocorreu foi uma vitória, ainda que parcial, nessa questão, pois “a volta à produção só aconteceu quando uma Comissão de Greve negociou um acordo válido para 700

mil trabalhadores, independentemente dos entendimentos terem ocorrido em particular” (NEGRO; SILVA, 2011, p. 85); assim, para os autores, na prática, houve um avanço nas reivindicações, pois o acordo foi coletivo.

Por outro lado, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a greve já era um fracasso desde seu início, como se via em artigo intitulado “Vitória do operariado: a greve política malogra em S. Paulo”, que afirmava: “[...] de acordo com informações colhidas junto à FIESP e posteriormente corroboradas pelas autoridades policiais, verificava-se que apenas 30% do operariado entrou em greve pelo que se considerava malgrado o movimento” (O ESTADO DE S. PAULO, 30 out. 1963, p. 36). O texto seguia apresentando a situação em algumas regiões do estado de São Paulo, sempre destacando a baixa adesão e críticas da FIESP ao Ministro do Trabalho, Amaury Silva, que teve pouco contato com os empregadores, mas sempre recebia os grevistas. Outro texto, na mesma página, intitulado “Adaucto diz que Goulart é quem chefia a conspiração”, fazia alusão à declaração do deputado federal Adaucto Lucio Cardoso, líder da UDN na Câmara, para quem: “[...] nesse episódio da greve geral de São Paulo, temos a demonstração de que o sr. João Goulart é incansável no seu propósito de conspirar contra o sossego da Nação”. Assim, o jornal buscava mostrar que o movimento não representava os interesses dos operários nem os da nação e, pior, era um movimento ilegal orquestrado pelo próprio presidente da república e por seu ministro do trabalho.

No dia do julgamento da greve pelo TRT (31 de outubro de 1963), o jornal destacava a situação de caos e baderna na cidade de São Paulo, promovida pelos grevistas e piquetes que chegaram, inclusive, a tombar um carro de polícia. Segundo *O Estado de S. Paulo*, esses atos de violência, por si só, já justificavam a prisão de mais de mil operários.

Nos dias que se seguiram ao julgamento da greve, o jornal comemorou a vitória da lei e da ordem contra a tentativa de impor o caos pela CNTI. Em matéria intitulada “Confirma-se o malogro da greve: o TRT rejeita a tese da CNTI” (O ESTADO

DE S. PAULO, 1 nov. 1963, p. 30), mostrava que a organização não havia conseguido mobilizar aqueles a quem supostamente representava, tendo sido afastada, pela justiça, do debate no judiciário.

Para Corrêa, “de um lado, os trabalhadores procuravam instituir uma nova forma de negociar com os patrões dentro e fora da Justiça do Trabalho. De outro, a classe patronal procurava desmobilizar o movimento [...] classificando-os como ‘agitadores’.” (CORRÊA, 2008, p. 228). Nesse sentido, a cobertura da imprensa paulistana, em geral, e do *O Estado de S. Paulo*, em especial, foi muito importante nessa construção imagética, pois mostravam à população que grande parte dos envolvidos não era “trabalhadores de verdade”, mas arruaceiros; indicavam, dessa forma, que as prisões e punições eram sido justas.

Negro e Silva confirmam essa forma de atuação dos patrões, essa tentativa de deslegitimar as organizações operárias, indicando que “por meio da FIESP, os patrões atuaram coletivamente nas mesas-redondas, mas só concordaram com negociações em separado, entender-se diretamente com a CNTI era ilegal, alegavam.” (NEGRO; SILVA, 2011, p. 83).

Da mesma forma que *O Estado de S. Paulo* apresentava as greves como fruto da ação de agitadores profissionais, comunistas e toda sorte de elementos nocivos à sociedade, também o fazia com relação às manifestações no campo. Evidentemente que esse posicionamento do jornal estava em consonância com a grande parte das elites nacionais, preocupadas com as greves e a ação no campo, mas, sobretudo, com o que isso representava em termos de avanços populares.

Em fevereiro de 1964, a matéria intitulada “Projeto deve criar CPI sobre a agitação rural em toda a Nação”, o jornal destacava a importância dessa CPI, que poderia “[...] verificar ‘in loco’, as origens, natureza e profundidade da agitação reinante nos meios rurais [...]” (O ESTADO DE S. PAULO, 22 fev. 1964, p. 5). A ideia embutida no texto não deixa dúvidas sobre a visão de “conspiração” do jornal. A transcrição da entrevista do deputado Cunha Bueno, autor da proposta, contribui para reafirmar essa ideia:

Tem crescido sensivelmente nos meios rurais o ambiente de agitação que, depois de perturbar a vida das maiores concentrações urbanas do País, através de sucessivas greves, ameaça contaminar também os meios agrícolas. [...] alguns setores governamentais estão incentivando o clima de desordem e a tentativa de invasão de terras [...]. (O ESTADO DE S. PAULO, 22 fev. 1964, p. 5).

O destaque dado pelo jornal a esse tipo de argumento contribuiu para o clima de intranquilidade reinante e, em certa medida, foi utilizado para justificar a ação dos militares. Na mesma edição, o jornal informava que os debates no legislativo mineiro indicavam que “A maioria da Assembleia é contra os métodos empregados pela SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária), repudia o comunismo e defende o respeito ao direito de propriedade”. Na sequência, informava que mesmo um deputado do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – base de sustentação do presidente João Goulart – tecia críticas aos excessos: “Ao final (Daniel de Barros), não discordou do presidente da República, mas não pôde deixar de condenar a inquietação promovida pelos comunistas”. (O ESTADO DE S. PAULO, 22 fev. 1964, p. 5).

O jornal nunca escondeu sua posição sobre as propostas de reforma agrária. Já no início de 1964, em editorial intitulado “Inconstitucional o decreto de espoliação”, indicava que o projeto apresentado pelo presidente João Goulart feria a Constituição em vários pontos, assim como indicava que, percebendo essas incoerências, seus ardilosos assessores haviam alterado o plano de ação, buscando outra interpretação da Constituição. Cabe destacar, também, o esforço do jornal em vincular o presidente João Goulart e seus projetos de reforma agrária ao comunismo, conforme destacamos:

Encostados à parede e reconhecendo o caráter absolutamente insustentável da tese que vinham sustentando, entenderam agora os assessores **comuno-nacionalistas** do sr. João Goulart mudar a tática [...]. Constituição que invocam em tentativa de desesperada para justificar os seus propósitos vandálicos. Esquece, entretanto o “**staff**” comunista do caudilho [...] (que) o artigo 147 é expresso quando exige [...] que se realize por lei – por lei e não por decreto. (O ESTADO DE S. PAULO, 4 jan. 1964, p. 3, grifos nossos).

Nos dias seguintes, esse tema continuou pautando o jornal. Em 5 de janeiro de 1964, o editorial aprofundava essa discussão e várias matérias mostravam a inconstitucionalidade das propostas apresentadas pelo presidente. No dia 7 de janeiro de 1964, o jornal indicava que o recuo no decreto da SUPRA foi uma manobra. E, no dia seguinte, discutia essa situação em editorial – “O recuo do sr. Jango Goulart” –, dizendo que esse recuo não era fruto do bom senso, mas sim parte de uma ardilosa estratégia:

[...] não se pode sobre isso iludir quem como nós, acompanha os passos do pupilo do sr. Getúlio Vargas, desde que o ditador voltando ao poder [...] empreendeu fazer dele Ministro do Trabalho. [...] Estamos diante de uma pausa [...]. Resolve s. exa. recuar ante os protestos contra o absurdo constitucional que pretendia impor ao País, mas para voltar dentro de em breve à sua mesma linha de conduta, indefectivelmente fiel aos propósitos subversivos [...]. (O ESTADO DE S. PAULO, 8 jan. 1964, p. 3).

O jornal sempre procurou demonstrar o caráter desagregador e subversivo do governo João Goulart. O editorial “A subversão e a conivência oficial” mostrava que o presidente não estava disposto a impedir, por suas ações e omissões, “[...] a criminoso tentativa comunista de afogar a Nação num mar de sangue.” (O ESTADO DE S. PAULO, 9 fev. 1964, p. 3). O texto seguia indicando que as Ligas Camponesas avançavam pela região de Aragarças – às margens do Araguaia – sobre várias cidades. A subversão seria composta, além das Ligas, também “[...] pelos Sindicatos Rurais e pelas uniões estudantis dominadas pelos comunistas”. Ao longo desse material, temos várias referências às armas em posse desses grupos e a organização de estruturas de guerrilha na região. Não nos parece difícil supor que um material como esse poderia causar pânico na sociedade civil. Não podemos desconsiderar que, dentro do contexto da Guerra Fria – acirrada com a Crise dos Mísseis em 1962 –, esse tipo de discurso, anticomunista, difundido pelo jornal encontrava um campo bastante fértil para vicejar.

Ao longo do período analisado, verificamos que as matérias apresentaram um tom de dramaticidade crescente até culminar, em março de 1964, com convocações explícitas de intervenção militar. Tendo, como pano de fundo, o Comício pelas Reformas de Base, ocorrido na Guanabara em 13 de março de 1964, o jornal apresentava “O discurso de Goulart no comício totalitário”. Nessa matéria, o periódico trazia o discurso do presidente João Goulart, na íntegra, e destacava que a “cor do comício” era vermelha, pelas faixas e cartazes do Partido Comunista com “dizeres subversivos”. (O ESTADO DE S. PAULO, 14 mar. 1964, p. 5).

Nessa mesma data, é importante destacar, também, o tom do editorial – “O comício”:

Nunca, portanto, a situação foi tão clara. Sob a bandeira das “reformas”, as palavras de ordem da revolução são levadas a todos os cantos do país. Isto sob a proteção dos tanques e das metralhadoras, com as Forças Armadas transformadas em instrumento do novo poder ditatorial. [...] O povo da Guanabara ficou em casa, deixando a praça Cristiano Ottoni entregue às hordas arregimentadas e aos pelegos de toda a espécie que ali acorreram. E esse simples fato tem um grande significado para todos os democratas brasileiros e uma séria advertência à ditadura que se esboça. (O ESTADO DE S. PAULO, 14 mar. 1964, p. 3).

Verificamos, assim, um campo bastante fértil de análise para compreendermos a construção do “medo” do comunismo e do perigo iminente da implantação da “ditadura sindical”. O editorial “O estado de revolução em Pernambuco”, também de março de 1964, tornava isso muito evidente:

Em Pernambuco estabeleceu-se um espantoso caos. **A cidade de Recife encontra-se praticamente ocupada por elementos de procedência suspeita, ostensivamente armados e que não escondem os seus intuitos agressivos.** No interior, o panorama não é diferente, sendo total a paralisação na área da agroindústria, com os engenhos cercados por piquetes de grevistas.

[...] Pernambuco se transformou em estado sem lei [...]. Assim perguntamos até onde vão as coisas? E até quando permanecerá de braços cruzados o Exército? Não podemos é permitir que seus chefes não tenham consciência dos perigos que nos ameaçam e do sangue que acabará fatalmente correndo em torrentes se as Forças Armadas continuarem confundir o que ai está com um regime legal. (O ESTADO DE S. PAULO, 5 mar. 1964, p. 3, grifos nossos).

A referência aos “elementos suspeitos, armados e de procedência duvidosa” era clara tentativa de vincular as lutas aos interesses de agitadores profissionais. Além disso, contribuía para disseminar o medo do “avanço do comunismo” e de uma situação de grave crise institucional. Clamava pela unidade nacional, pela intervenção dos militares, que, quando ocorreu, pode ser assim legitimada, bem como a violência sobre os trabalhadores.

A temperatura continuava aumentando. No editorial do dia 24 de março de 1964, intitulado “Escombros da Democracia”, *O Estado de S. Paulo* afirmava que caminhávamos para uma “cubanização do país”, com alta inflacionária e anarquia nas Forças Armadas.

Para os militares, as greves, a quebra da hierarquia nas Forças Armadas, bem como a “ameaça comunista”, justificariam a intervenção. Para Hélio Marques – Tenente Coronel Instrutor da ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), em 1964 – a situação estava insustentável, pois:

Acordava-se em dúvida a respeito do fornecimento de energia elétrica e de gás de cozinha; saía-se de casa na incerteza de haver condução para ir e voltar; até as refeições diárias eram incertas, tanto pela questão da obtenção de artigos alimentícios como pelo seu preparo. (MOTTA, 2003, p. 256).

O militar segue afirmando, ainda em seu depoimento, que a sociedade civil dava sinais inequívocos desse descontentamento; nesse sentido, as Forças Armadas foram pressionadas e “empurradas” pelos civis para a intervenção.

Não é fácil definir a importância e a contribuição da imprensa em geral – e do jornal *O Estado de S. Paulo*, em particular – nesse processo de radicalização que antecedeu o golpe civil-militar, mas é evidente que existiu árduo trabalho jornalístico no sentido de desestabilizar o presidente João Goulart, bem como desqualificar suas propostas de Reformas de Base, para conter os avanços sociais.

A fala do Tenente-Coronel Rubens Mário Brum Negreiros, em 1964, mostra a importância dos jornais na legitimidade do processo. Para ele, Goulart era um fraco, dominado pelos comunistas, e a intervenção foi necessária para evitar que os subversivos tomassem, definitivamente, o controle da situação:

Sabia-se, **através de jornais da época**, que no Palácio Laranjeiras, onde o presidente João Goulart se encontrava constantemente, a sala de espera era local de reunião de sindicalistas, onde pelegos relaxados, com os pés em cima das cadeiras e das mesas, demonstravam a intimidade que tinham com o governo. (MOTTA, 2003, p. 101, grifos nossos.)

Para esse militar, os jornais serviram, em 1964, como fonte de informação sobre os caminhos escolhidos por Goulart e hoje servem para buscarmos a “verdade” sobre os episódios de 1964, pois, para ele, era evidente a adesão da sociedade civil ao “movimento de 31 de março”, que: “[...] significou a resposta aos anseios da sociedade [...]. Quem quiser hoje saber se é verdade ou é mentira é só ir às bibliotecas e **ler os jornais** [...]”. (MOTTA, 2013, p. 104, grifos nossos).

Antes de avançarmos para o período pós-golpe e a violência engendrada contra a sociedade em geral – e os trabalhadores em especial –, creio que seja importante, ainda que rapidamente, apresentar algumas possibilidades interpretativas para o processo de 1964. A opção por uma análise, ou outra, tem implicações diretas na interpretação da ação da imprensa. Nesse sentido, Fico (2004) apresenta excelente análise de algumas dessas interpretações, indicando as principais obras e correntes. Para ele, é importante destacar a forte aliança civil militar:

É incontestável a atuação dos empresários para a desestabilização do governo Goulart, tanto quanto fundamental a atuação propriamente militar que surgiu das conspirações dispersas na caserna. Não são fatores contrapostos. Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média, etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. (FICO, 2004, p. 42).

Em tom crítico em relação à historiografia revisionista, devemos destacar o trabalho de Toledo (2006), que indica uma tendência, a partir de 2004, de associar o golpe ao radicalismo das esquerdas e sua falta de compromisso com a democracia; para ele, no entanto, essa interpretação apresenta “[...] ideias falaciosas que passam a ter significados políticos e ideológicos claros e precisos no debate historiográfico; a rigor endossam uma visão conservadora e reacionária do golpe de 1964.” (TOLEDO, 2006, p. 36).

Importante indicar o trabalho, mais atual, de Melo (2013) que, também, apresenta um posicionamento bastante crítico na análise das interpretações revisionistas – além de analisar outras explicações para o golpe –, indicando que “[...] parte da historiografia acadêmica buscaria endossar o que sempre foi a justificativa das direitas para a derrubada do governo Goulart [...]: um suposto golpe do próprio Goulart, arquitetado com apoio dos comunistas e da própria URSS.” (MELO, 2013, p. 61).

Para Melo, o trabalho que fundamenta essa tendência, publicado ainda em 1993, é a obra “Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964”, de Argelina Cheibub Figueiredo:

Em uma historiografia que começaria a ser produzida no início os anos 2000 e que ganharia grande repercussão no contexto dos quarenta anos do golpe de Estado (2004), as teses revisionistas de Argelina Figueiredo encontrariam guarida, como pode ser aferido nos trabalhos do professor Jorge Ferreira, que explicitamente a toma como referência. Em inúmeros artigos em revistas acadêmicas

e de divulgação científica, em capítulos de livros e em sua recente biografia de João Goulart, a explicação do golpe de Estado de Jorge Ferreira está centrada nesse suposto “déficit democrático”, através de uma narrativa na qual, tal como em Argelina Figueiredo, a luta de classes e a própria conspiração golpista estão ausentes. (MELO, 2013, p. 63).

Essa explicação vincula-se à tese de que o episódio de abril de 1964 foi resposta ao suposto golpe organizado pelas esquerdas. Apesar da crítica de Melo (2013), acreditamos que essa interpretação seja importante, principalmente se deixarmos de lado o “real” e pensarmos a “sensação”, existente no período, de que estava ocorrendo um avanço comunista no Brasil. Para esse autor, “[...] com esse tipo de narrativa, o golpe de Estado é explicado como se as direitas tivessem sido quase que vítimas da radicalização das esquerdas, e, ‘assustadas’, teriam partido para o golpe.” (MELO, 2013, p. 63).

Apesar de não acreditarmos na possibilidade real de um “golpe” das esquerdas ou do presidente João Goulart, não podemos ignorar a ação dos meios de comunicação na difusão dessa possibilidade, contribuindo assim para “assustar” as direitas que, temerosas quanto aos avanços dos trabalhadores e aproveitando-se dessa histeria anticomunista, encontraram campo fértil para promover a tese de que a intervenção militar salvaria a democracia.

Cabe ressaltar que, mesmo Toledo, em sua crítica a essa historiografia revisionista, destaca que “[...] era isso (golpe) o que a direita alardeava pela imprensa, fazendo clara analogia com o golpe que, em 1937, instituiu o *Estado Novo*. Para os setores reacionários, Goulart nada mais fazia do que ser fiel ao ‘caudilho’ Vargas.” (TOLEDO, 2006, p. 37). Temos, portanto, uma forte ação dos grupos conservadores para reforçar e disseminar essa ideia.

Para Dreifuss (1981) e Bandeira (2010), o golpe foi o resultado da organização dos setores conservadores para conter os avanços das camadas populares; essa interpretação “de uma grande conspiração” – que congregava vários setores da sociedade civil e

os militares, além dos EUA – reforça a ideia de “golpe de classes”. Não acreditamos, porém, que são ideias excludentes – de um lado, um “golpe de classes” a partir de uma grande “conspiração”, e, de outro, uma ação preventiva contra um “golpe das esquerdas”. Entendemos que a união dos setores conservadores, contra um suposto golpe de João Goulart e das esquerdas, contribuiu para reforçar a tese de um “golpe de classes”.

Ainda nesse sentido, Cunha afirma que:

Relativamente às motivações que conduziram a 1964 é certo que as elites civis urbanas identificaram no golpe e na ditadura o caminho para implantar um novo regime econômico que privilegiasse o capital nacional associado ao multinacional. No campo, os senhores de terra visualizaram o golpe e a ditadura como a solução para evitar a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas à área rural. Na cidade e no campo, as elites civis entendiam que era preciso reprimir, disciplinar, submeter e tornar os trabalhadores mais produtivos, com o fim de possibilitar uma maior acumulação de riqueza, bem como manter os privilégios existentes. (CUNHA, 2014, p. 60).

A autora segue afirmando que ocorreu grande colaboração entre empresas e agentes públicos no sentido de reprimir as manifestações populares de formas preventiva e reativa, buscando impedir “[...] filiação ao sindicato, a participação em assembleias, a organização de chapas de oposição para concorrer em eleições para a diretoria dos sindicatos [...] dificultando a articulação e a retomada dos sindicatos por setores progressistas.” (CUNHA, 2014, p. 63).

Carneiro e Cioccarri destacam que a violência no pós-1964 indicava essa situação, de “golpe de classes”:

Uma repressão política que revela uma violência de dupla face, uma comandada diretamente pelo Estado, pela ação das forças policiais e do Exército, e outra, privada, expressa pela ação de milícias e jagunços a mando de latifundiários. Um imbricamento

que acentua a singularidade da repressão política no campo, e que não deixa dúvida de que a resistência dos camponeses, na sua luta por terra e por direitos, trazia em si toda a energia da luta pelas transformações democráticas do campo e do país. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 14).

Assim, apesar de várias possibilidades interpretativas para o golpe, suas razões e a importância de cada setor, é inegável que a queda do presidente João Goulart representou um duro golpe para os trabalhadores e, de fato, teve um caráter de choque de classes, possibilitando a união – antes e depois de 1964 – de industriais, banqueiros, latifundiários, meios de comunicação e militares, para reverter os avanços sociais alcançados pelas classes populares.

A derrubada de João Goulart pelos militares representou a interrupção deste processo de ascensão da mobilização da classe trabalhadora brasileira. A elaboração de uma nova política trabalhista encetada pelo governo de Castello Branco (1964-1967), aplicada em conjunto com as medidas repressoras, assim como as intervenções nos sindicatos, possibilitou uma verdadeira revanche patronal. A aliança entre empresários e a polícia tornou-se ainda mais sólida e disseminada. Um clima de medo e perseguições passaria a dominar o interior das empresas. No campo, um número ainda não calculado de trabalhadores rurais foi expulso de suas terras e muitos foram mortos. Uma política econômica antitrabalhista proibiu greves, comprimiu salários, acabou com a estabilidade no emprego, facilitando demissões e a rotatividade da mão de obra. O deliberado enfraquecimento dos sindicatos facilitou em muito a superexploração dos trabalhadores, uma das marcas do regime autoritário, elevando o número de acidentes e mortes nos locais de trabalho. (NEGRO, 2014, p. 5).

No pós-1964, realmente, a organização e a luta dos operários tornaram-se, pelo menos dentro da legalidade, praticamente impossíveis. Já em julho de 1964, o direito de greve foi regulado

pela Lei 4.330, que dificultava sobremaneira a possibilidade de greves, proibindo funcionários públicos e trabalhadores de serviços essenciais de qualquer manifestação grevista. O número de greves, que vinha crescendo até 1963, caiu de forma abrupta após abril de 1964. No campo, a organização em torno das Ligas Camponesas ou dos Sindicatos Rurais também sofreu duro golpe com a intervenção militar.

A violência contra os trabalhadores teve início já nas primeiras horas da movimentação golpista, sempre buscando conter e controlar os trabalhadores. Cunha (2014) indica que, só no ano de 1964, 409 sindicatos e 43 federações sofreram intervenção do Ministério do Trabalho.

Carneiro e Cioccarri chamam a atenção para o tratamento conferido a Gregório Bezerra – nome importante na organização dos trabalhadores rurais, militante do PCB e ex-deputado federal – no raiar do novo governo: “No dia 2 de abril de 1964, uma cena para o país não esquecer: Gregório, aos 64 anos, foi obrigado a desfilar pelas ruas de Recife com três cordas amarradas no pescoço, puxado por um jipe, enquanto era espancado por militares [...]” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 39).

Em 4 de abril de 1964, o editorial “Solução revolucionária” orientava a população a se unir contra os inimigos nacionais, identificados como as “velhas raposas” da política que queriam retomar o controle do país. No dia seguinte, a população brasileira era brindada com um novo editorial que defendia os militares. Ele tinha o seguinte título: “Inadmissível usurpação da vitória.” Em tom dramático, esse editorial expunha as dificuldades enfrentadas na segunda fase da “revolução” e, sem meias palavras, afirmava que o “[...] movimento militar assegurou tão estupenda vitória democrática ao povo brasileiro.” Na sequência, destacava a necessidade de levar “[...] avante até o fim o desmonte da formidável organização aqui montada para arrastar o Brasil à órbita do Império comunista.” (O ESTADO DE S. PAULO, 4 abr. 1964).

O jornal buscava, assim, mostrar que uma batalha havia sido vencida, mas a guerra contra a ameaça comunista apenas começara. Esse tipo de discurso foi utilizado para justificar a violência que se abateu sobre operários e camponeses.

Desmesuradamente os condutores da ditadura labutavam para mostrar que a sua noção de ordem social era produto dos anseios da maioria da população. Nestes termos, o regime insistia em que ele possuía todos os elementos que permitiam a sua identificação com o povo. Ao pressupor que havia esta identificação, os militares circunscreviam a ação de todos à sua ação. Assim, tudo o que estava fora deste limite deveria ser decididamente repellido e/ou eliminado. Justificava-se, assim, a repressão a determinados grupos que se negavam a identificar-se com o regime em vigor. Portanto, tudo o que estava fora dos limites desta relação de identificação em quaisquer campos (objetivo e/ou subjetivo) estava sujeito ao controle, rechaçamento e até eliminação. (REZENDE, 2013, p. 4-5).

Dessa análise de Rezende, devemos destacar a construção de uma ideia de legitimidade da ação militar, da violência, das torturas, uma vez que se afirmava como um “anseio de todos” contra os “inimigos da nação”. Em grande medida, essa visão foi criada ou fortalecida pelos meios de comunicação, que se apresentavam como porta-vozes da opinião pública.

Considerações finais

Por diversas vezes, conforme destacamos ao longo desse trabalho, o jornal tentou imputar às organizações sindicais e aos trabalhadores a responsabilidade por uma suposta baderna reinante no país, indicando que suas reivindicações e lutas – greves nas cidades e ocupações no campo – estavam diretamente relacionadas à expansão de uma “ameaça comunista”. Essa construção imagética, dos trabalhadores vinculados ao “império vermelho” e de caos no país – largamente difundida pela imprensa –, contribuiu para legitimar a violência de latifundiários contra camponeses imediatamente após o golpe, bem como a violência do Estado na repressão ao movimento operário nas cidades.

Como indicam Carneiro e Ciocari, a violência foi intensa, ampla e imediata:

Quase todos os dirigentes das Ligas foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, o *Diário de Pernambuco* noticiava que a polícia havia encontrado o corpo do presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, em adiantado estado de decomposição. Nessas execuções sumárias, ficavam evidentes os compromissos entre o latifúndio e o poder militar que comandava o país. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 27).

Em matéria intitulada “Continuam as prisões e devassas”, o jornal *O Estado de S. Paulo* indicava, de maneira implícita, aquilo que acreditamos ser uma das justificativas para esse tipo de violência: “As autoridades do Departamento de Vigilância Social de Minas esperam esclarecer as atividades que vinham desenvolvendo em Minas as ‘Ligas Camponesas’ [...] onde se preparava a invasão de terras e extermínio de diversos proprietários” (O ESTADO DE S. PAULO, 23 abr. 1964, p. 64). A matéria seguia afirmando que vários “agitadores” haviam sido presos e estavam sendo interrogados para que indicassem outros nomes envolvidos no processo. Desse modo, o jornal acabava por legitimar a violência dos latifundiários, pois seria apenas uma reação de defesa contra a violência dos camponeses, ao direito natural à propriedade privada e à própria vida dos proprietários.

Contra os operários, a repressão e violência não foi diferente, como destaca Cunha:

Os trabalhadores e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura militar. Essa afirmação evidencia-se pela violência anterior ao golpe, praticada nos estados em que os governadores, forças militares e policiais, articulados com o governo norte-americano, já estavam conspirando contra o governo federal, bem como pelos duros ataques, desde as primeiras horas, impostos aos trabalhadores e a seus órgãos representativos de classe. Evidencia-se, também, pelas políticas econômicas e sociais desenvolvidas pela ditadura militar e pelo número de vítimas das graves violações sofridas, na comparação com vítimas de outras classes sociais. (CUNHA, 2014, p. 56).

Para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a ação foi necessária, justamente, para garantir a manutenção da democracia: “[...] o significado do primeiro de abril é [...] um triunfo alcançado [...], finalmente a democracia brasileira venceu a ditadura sobre cujas estruturas a Nação vegetava.” (O ESTADO DE S. PAULO, 2 abr. 1964, p. 3).

Como podemos verificar, o jornal buscava conferir legalidade e legitimidade ao movimento militar, com o sempre insuspeito argumento de que tais medidas eram necessárias para garantir a manutenção do regime democrático, constantemente ameaçado pelo governo João Goulart.

O destaque dado à fala do general Castelo Branco, apresentado a seguir, indicava que a ordem voltaria a reinar e que todos aqueles que haviam colocado a nação em risco seriam punidos:

Disse que a Revolução não foi feita [...] para vingança, a maldade, o ódio, a violência. Foi feita para restaurar a confiança no trabalho, no amor, no carinho e na honra [...] estamos prendendo aqueles que queriam ser os assassinos do povo brasileiro [...]. (O ESTADO DE S. PAULO, 8 abr. 1964, p. 7).

Para Cunha, é importante destacar que tivemos uma ampla aliança pré-1964, mas também no pós-1964, para a consolidação desse novo modelo. Observamos, assim, uma forte ação colaborativa entre o Estado ditatorial e as empresas privadas, onde se destaca “[...] a organização de um poderoso sistema de controle e vigilância e a militarização das fábricas.” (CUNHA, 2014, p. 64).

Mais realista do que o rei, o jornal publicaria ainda, em 18 de abril de 1964, editorial intitulado “A Revolução e a Suprema Justiça”, onde afirmava “que os expurgos estão muito lentos, muitos civis que contribuíram para levar o país ao caos continuam impunes”. Reforçava, dessa forma, a necessidade de levar adiante a “cruzada anticomunista”, indicando a importância da repressão àqueles que colocavam o país em risco, justificando, assim, a existência e a manutenção de uma “união sagrada”.

O processo de formação da “União Sagrada” contra o comunismo se consumou, reunindo as elites empresariais, militares, políticos, religiosos e as “classes médias”, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária. (MOTTA, 2002, p. 264).

Mais uma vez, cabe destacar que o “real” é irrelevante diante dessa construção imagética do avanço comunista e os riscos advindos das mobilizações dos trabalhadores no campo e nas cidades. O medo, no entanto, era de fato “real” e, nesse sentido, o jornal teve relevância na construção das bases para o golpe de 1964. Ainda que sua importância tenha sido mais no sentido de consolidar uma ideia – que legitimava a intervenção militar – do que propriamente construir uma opinião pública nesse sentido, não podemos reduzir as responsabilidades desse jornal, em especial, e da imprensa em geral, no golpe e na consolidação do regime militar pós-1964.

Bibliografia

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CORRÊA, Larissa Rosa. A “Greve dos 700 Mil”: Negociações e conflitos na Justiça do Trabalho. São Paulo, 1963. *História Social*, Campinas, n. 14/15, p. 219-236, 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador. Conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, v. 35, p. 255-272, dez. 2007.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: textos temáticos*. Brasília: CNV, (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2), 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. *Jango: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record. 2004.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v.1, n.1, p. 49-74, jul.-dez./2013.

MOTTA, Aricildes M. (Org.). *31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editoria, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEGRO, A. L.; CORRÊA, L. R.; FONTES, P. Trabalhadores e a ditadura. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 5-9, jan./jun.2014.

NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de N. (org.), *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

TOLEDO, Caio N. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 27, p. 27-48, jul. 2006.

Recebido em fevereiro de 2016.

Aprovado em agosto de 2017.

A TRAMA TÊXTIL DE VILLA PLATINA: PROFISSÕES DO VESTUÁRIO NO SERTÃO DE MINAS*

Maristela Novaes**
Noé Freire Sandes***

RESUMO: Este artigo analisa a presença de profissionais do vestuário (fiandeiras, tecelãs, costureiras, alfaiates, comerciantes etc.) no município de Villa Platina, tendo como fonte documental os livros que compõem o Recenseamento Municipal de 1904. Essa vila localiza-se na região do Triângulo Mineiro, antigo “Sertão da Farinha Podre”, Minas Gerais. O objetivo é compreender o contexto cultural dessa vila e a relação dessa sociedade com seu sistema de vestuário e com o comércio direcionado a esse ramo. Para isso, investigamos as origens, o nível de alfabetização, as relações de parentesco e os locais de residências dos profissionais e suas relações com o aprendizado e com o exercício dessa profissão. Nessa sociedade já era visível a presença de imigrantes introduzindo novas técnicas de costura, um dos fatores a colaborar para a redefinição da tradição da manufatura de roupas local. Como procedimento teórico-metodológico, a investigação parte do entrecruzamento de várias fontes numa perspectiva dialética para situar historicamente a vila e as atividades dos profissionais do vestuário.

* Esse artigo se vincula ao projeto de pesquisa de doutorado em História, *La costruzione di uno spencer Liberty nei confini di Minas*, orientado pela Prof^a Maria Giuseppina Muzzarelli, *professore ordinario* no Dipartimento di Storia Cultura Civiltà da Università di Bologna, Itália

** Mestre em Cultura Visual pela Faculdade de Artes Visuais da UFG e doutoranda no programa de pós-graduação, *Dottorato di Ricerca in Storia Cultura Civiltà*, com endereço em História, na *Università di Bologna-Itália*, e professora no Curso de Design de Moda da Universidade Federal de Goiás, Brasil.

*** Professor titular da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, pesquisador do do CNPq.

PALAVRAS-CHAVE: Profissões do vestuário. Imigração. Modernidade. Villa Platina.

ABSTRACT: This article analyzes the presence of garment workers (spinners, weavers, seamstresses, tailors, etc.) in the municipality of Villa Platina. It has the 1904 county census as the primary source of investigation. This village is located in the Triângulo Mineiro region, former “Hinterland of rotten flour”, Minas Gerais. The objective is to understand the cultural context of this village and the relationship of this society with the clothing production and commerce. Therefore, we investigate the origins, the level of literacy, kinship relations and the residential sites of professionals, as well as their relation with learning and the pursuit of this profession. In this society it was already visible the presence of immigrants introducing new sewing techniques, one of the factors that contributed to the redefinition of the tradition of local clothing manufacturing. The research begins with a description of the census and relates it with other sources, with a dialectic perspective, to better situate historically the village and the clothing professional’s activities.

KEY-WORDS: Clothing professions. Immigration. Modernity. Villa Platina.

Desdobrando o tecido

Villa Platina¹ foi uma vila da região do Triângulo Mineiro, antigo “Sertão da Farinha Podre”, interior de Minas Gerais, Brasil. Assim foi nominada de 1901 a 1915. Seguindo a hierarquia dada aos diferentes núcleos de povoados no Brasil, primeiro ela foi um povoado formado no entorno da Capela de São José do Tijuco, esta fundada em 1832 pelo padre Antônio Dias de Gouveia, nas terras a ela doadas em 1820 pelos sesmeiros José da Silva Ramos

¹ Adotamos o uso dos nomes de localidades e de pessoas como aparecem no documento.

e Joaquim Antônio de Moraes. Em 1839, foi criada a freguesia de São José do Tijucu, passando à condição de distrito do mesmo nome. De distrito, em 16 de setembro de 1901, pela Lei Estadual nº 319, foi instituído o Município de Villa Platina, com território desmembrado do Município do Prata, ao qual era subjugado. Em 1915, a vila recebeu foros de cidade, tal como o distrito e o município, com o nome de Ituyutaba.

Vila foi uma condição e Villa Platina um nome provisório, um nome de passagem. Doze anos após a proclamação da República Federativa do Brasil, essa é uma sociedade em transição. A vila, bem como boa parte do território brasileiro, vivia a tensão de adequar-se aos valores republicanos, em meio às tradições herdadas do império.

Esse estudo utiliza como fonte primária a documentação oficial referente aos livros que compõem o Recenseamento Municipal de 1904 de Villa Platina (ITUIUTABA, 1904) e tem como objetivo compreender seu contexto sociocultural e a relação dessa sociedade republicana, especificamente mineira, com seu sistema de produção de vestuário. Como procedimento teórico-metodológico, realizamos o entrecruzamento de várias fontes para compreendermos: 1. a relação entre o contexto cultural presente nessa vila, sua articulação com comércio do vestuário e o mesmo com uma perspectiva global; 2. como se efetivava a formação dos profissionais do vestuário por intermédio da cultura familiar e pela escolarização institucional; e 3. a inserção do imigrante nessa sociedade e sua contribuição às transformações das práticas das manufaturas de roupas locais.

Deste modo, procuramos identificar no documento as qualificações e ou profissões ligadas à tecelagem e à manufatura de roupas, tais como: fiandeiras, tecelãs, costureiras, alfaiates, assim como comerciantes – de tecidos, aviamentos, livros técnicos e revistas de moda – que ofereciam matéria prima, além de informações técnicas e de moda, fomentando a atividade.

A urdidura: o espaço rural

Villa Platina localiza-se no vale do Rio Paranaíba, que faz parte da segunda maior bacia hidrográfica do Brasil: a bacia do Prata ou bacia Platina. Um dos principais rios desta bacia é o Rio

Paraná, formado pela confluência dos rios Paranaíba e Grande (Fig. 1). Antes dessa confluência, que forma o “nariz” do Triângulo Mineiro, numa complexa rede hidrográfica, o Rio Paranaíba recebe as águas do Rio da Prata. Este, por sua vez, recebe as do Rio Tijuco. Rio da Prata e Rio Tijuco formam um triângulo. Dois córregos formam o ribeirão do Carmo que deságua no Rio Tijuco. É na confluência desses dois córregos, o Piratininga e o Sujo, que se assenta a vila recenseada acomodada no que seria chamado de Chapadão de São Vicente. Serras emergem do chapadão: a de São Lourenço de sul a sudoeste; o morro do Bahú e o do Bahuzinho ao norte; e a nordeste o morro da Mamona. A visualização desse relevo e da sua rede hidrográfica, registrada no mapa do Município de Ituyutaba (Fig. 1), tem relevância para a compreensão desse espaço, uma vez que nomeiam as localidades circundantes: fazendas e latifúndios. Além disso, à esquerda, na Figura 1, se sobrepõe o pequeno mapa que nos permite visualizar a situação desse município no Estado de Minas Gerais.

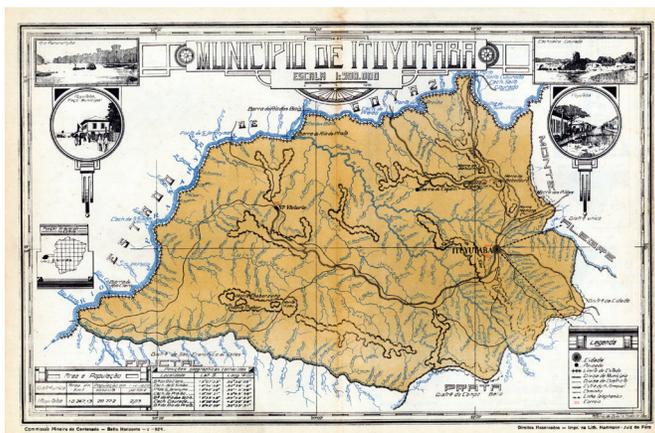


Fig. 1 - Mapa do município de Ituyutaba, antiga Villa Platina, 1927.

Fonte: Album Chorographico 1927.²

² O mapa do município de Ituyutaba adotado neste trabalho faz parte do *Album Chorographico*, que foi produzido no contexto de comemoração do Centenário de Independência do Brasil (1822-1922) e publicado em 1927. MINAS GERAIS. *Album Chorographico*. 1927. Disponível em: <<http://www.albumchorographico1927.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

O município de Villa Platina, quando de sua criação, foi composto pelos distritos de São José do Tijuco e N. Sr^a. do Rosário da Boa Vista do Rio Verde (Monjolinho). Prata e Villa Platina disputaram o espólio dessa área, a partir da criação da vila, e, em 1911, pela Lei Estadual de 30 de agosto, o distrito de Boa Vista do Rio Verde foi transferido do Município de Villa Platina (Ituyutaba) para o Município do Prata e sua sede para a povoação de Campo Bello³. Publicações de Villa Platina no Almanak Laemmerts (SAUER, 1904-1909), no período que vai de 1904 a 1909, especificavam uma superfície de 20.000 quilômetros quadrados para o município, sendo este coberto por 1/5 de matas⁴.

É nessa área que se espalha a população rural organizada em latifúndios. Essa superfície era, originalmente, coberta por florestas virgens, capoeiras e campos de criar. Na raiz do seu povoamento, os imensos latifúndios ocuparam essas terras com a criação extensiva de gado vacum e o cultivo de grãos numa prática de agricultura de subsistência em que o excedente era vendido nos centros urbanos mais próximos às áreas de produção (TEIXEIRA, 1953). Nessas unidades de produção rural, além dos mantimentos para sustento da família, como arroz, milho, feijão, rapadura, café, produzia-se os veículos de tração animal, as arreatas, os chapéus, as alpercatas de couro cru, os materiais para habitações etc. Tudo era utilizado no regime de economia da abastança em que as “casas de negócios” das vilas obtinham pouca vantagem (CHAVES, 1953, p. 46).

³ Para esta síntese, ver “Histórico do Município” de Ituiutaba, Prata e Campina Verde em IBGE Cidades. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Históricos dos censos. Censos demográficos. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/pt/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>>. Acesso em: 17 jun. 2105.

⁴ Os dados são ambíguos, uma vez que a cidade do Prata anuncia em 1904 uma área de 20.000 quilômetros para os dois municípios. Em 1909, Vila Platina anuncia a mesma área para seu município. SAUER, A. Almanak Laemmert: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro: Estado de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1904. p. 1259; p. I-103. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 20 set. 2015.

O vestuário não fugia a essa regra. Na fazenda do Salto, propriedade do Major Francisco José de Carvalho⁵, ainda no Segundo Império, um tear de madeira era usado para tecer os fios de algodão colhido na lavoura e para preparar o tecido caseiro, nominado de “pano tecido cá”, sendo este destinado a confecção de roupas para os escravos, redes, colchas e também roupas de serviço para homens e mulheres, comprovando que essas unidades de produção se ocupavam também da tecelagem e da manufatura de roupas.

Assim como a urdidura forma a estrutura base do tecido (DONNANNO, 2011), são as atividades agropastoris as bases do povoamento do “Sertão da Farinha Podre”. Segundo Chaves (1953, p. 45), foi o sertanejo, “com sua família, se sucedendo pelos anos afora, quem permaneceu na liderança da ação civilizadora, criando fazendas, subdividindo nos inventários os imensos latifúndios, empurrando com seu braço e seu sangue, em cada descendência, a linha divisória do sertão”. Ao longo do século XIX, as áreas ocupadas pelos nativos índios Caiapós seriam expropriadas em função da ocupação pelo sertanejo, descendente de portugueses, expandindo o povoamento com suas práticas de produção rural. Assim, a importância da economia rural, para essa sociedade na primeira década do século XX, pode ser comprovada pelo anúncio da administração municipal de Villa Platina no Rio de Janeiro (SAUER, 1909, p. I-103), onde se lê que as maiores fontes da renda do município são a criação de gado vacum, a criação de suíno e a produção de arroz.

A vida ali era basicamente rural, e assim o foi até por volta de 1930 (TEIXEIRA, 1953). Segundo Teixeira (1953, p. 182), sua população espalhava-se pela extensão do município e “a sede era apenas procurada para os serviços de assistência religiosa, médico-fármaco-dentária, quando não comercial, forense, social

⁵ Major Carvalho, proprietário do latifúndio que compreendia terras que começavam nos morrinhos do Prata e alcançavam a barra do São Vicente. CHAVES, Petronio Rodrigues. *A loja do Osório*. Ituiutaba: Edição do autor, 1984.

e política”. Sendo uma população eminentemente católica, a missa na Igreja de São José do Tijuco aos domingos e as festas religiosas e cívicas eram veículos de convergência social.

A trama: o espaço urbano

1904, data do recenseamento em análise, é o 21º ano de trabalho, na “Matriz de São José do Tijuco, Diocese de Goyas, Estado de Minas Gerais”⁶, daquele que viria a ser chamado de o padre urbanista e o recenseador: Pe. Ângelo Tardio Bruno, italiano, napolitano de origem. Em 1883, quando o padre ali chegou, o arraial era um descampado com a igreja no centro e alguns casebres ao redor. Tudo era coberto de palhas: casebres e igreja. O padre, que saiu da Itália determinado a catequizar índios (TEIXEIRA, 1953), se deu conta de que aos “gentios” não restara nem mesmo o sertão. Diante disso, tomou para si a missão de povoar esse lugar e se juntou aos cidadãos comprometidos com os ideais republicanos para a condução do projeto. O padre compreendeu a carência de recursos do sertão e se desdobrou em aptidões (CHAVES, 1998): organizou os cultos; abriu o Livro de Tombo da igreja; criou uma banda de música; criou o traçado urbano da vila, traçando in loco as ruas; vendeu as terras doadas à igreja em “datas” de 25 x 25 m, ampliando o espaço urbano; atraiu imigrantes, formando a colônia italiana com profissionais da saúde, da construção civil e do vestuário; criou uma escola; construiu e vendeu casas. Sua obra levou Teixeira (1953) a afirmar que sua participação foi um passo decisivo para o futuro do lugar. Sendo assim, na virada do século, Pe. Ângelo Tardio Bruno podia comparar favoravelmente a vila republicana atual com a antiga corrutela monarquista que conhecera.

No alvorecer do século XX, a vila já estava bem crescida e era assim constituída: Largo da Igreja, Rua do Comércio, Rua

⁶ Como consta no *Livro de Carta de Aforamento*. Fonte: Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP) da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

da Matriz, Rua 24 de Maio, Rua São José, Rua Antônio Pedro Guimarães, um rego d'água e uma lagoinha. As ruas eram ainda salpicadas de casas cobertas de capim, e os arrabaldes repletos de pastagens e de chácaras, mas o casario em alvenaria coberto de telhas já era em grande número e mudava a feição da vila (TEIXEIRA, 1953; CHAVES, 1984). O comércio se expandia, a vida social em torno da igreja e do Largo da Matriz era efervescente. O proprietário rural já habitava a vila entrelaçando espaço rural e urbano na formação de uma trama têxtil que favoreceria as mudanças socioeconômicas do lugar.

Villa Platina vivenciava o início do processo de urbanização e com ele uma nova sociabilidade que envolvia aspectos modernos evocados pelo governo central ao longo do século XIX. Essa nova sociabilidade impunha à “boa sociedade” valores oriundos do mundo europeu ao privilegiar a difusão da moda, ou melhor, a distinção social expressa nos modos de vestir. O primeiro recenseamento populacional da vila autônoma nos permite visualizar essa distinção intrínseca na trama têxtil da sociedade platinense.

Recenseamento de 1904

Este estudo analisa o documento oficial do recenseamento da população da então Villa Platina (ITUIUTABA, 1904) e se refere a quatro livros: Livro I, Livro III, Livro VI e a um Livro “Sem Ordem”, cujos termos de abertura e de fechamento, de cada um dos livros do conjunto, são datados em 23 de abril de 1904. O recenseador e supervisor do recenseamento foi o pároco local, Ângelo Tardio Bruno. Para o recenseamento foi adotado o “elenco de família” e os dados foram fornecidos ao recenseador pelo chefe da família recenseada ou por um seu representante, sendo também este um chefe de família⁷.

⁷ Como são os casos de Antônio Pedro Guimarães, que representa 33 famílias, e de Augusto Alves Villela Filho, que representa 21 famílias, ambos no

Os dados solicitados no recenseamento são: 1. Nº da família recenseada; 2. Nº de ordem do sujeito recenseado; 3. Nome; 4. Filiação; 5. Idade; 6. Naturalidade; 7. Residência; 8. Estado civil; 9. Sabe ler e escrever; 10. Profissão; 11. Condição e 12. Relação⁸. A relação de cada família recenseada foi assinada pelo recenseador e supervisor dos dados e cada página do livro foi assinada pelo primeiro “Agente Executivo”⁹ da vila, Augusto Alves Villela, assim como também os termos de abertura e fechamento dos livros. Governo e igreja são envolvidos nos recenseamentos da população desde os tempos do Brasil Colonial até a criação e estabilização das instituições competentes.¹⁰

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as tentativas de levantamento da população do Brasil são muitas e vêm desde o período colonial, mas aquele considerado o primeiro, por ser o mais significativo, é o *Censo Geral do Império ou Recenseamento do Brasil em 1872*. A partir de então, a população deveria ser recenseada a cada dez anos. Como referência para o estudo deste recenseamento, os mais significativos são: o de 1872, pela sua importância no contexto dos recenseamentos; o de 1890; e o terceiro, o de 1910.

O documento em análise foi realizado entre o recenseamento republicano de 1900 e o de 1910. O documento não registra a

Livro VI. ITUIUTABA. *Livros do Recenseamento Municipal de Villa Platina, no ano de 1904*. Fonte: Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP) da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). CD-ROM.

⁸ Os dados são organizados em tabelas e cada uma delas ocupa duas páginas de um “livro Ata” de capa dura, cartonado e de cor bege, pintado de marrom. Cada livro tem 100 folhas numeradas. A contagem das famílias e dos sujeitos não é sequencial no conjunto de livros, ou seja, cada livro inicia a contagem a partir do item “1”. Id. *ibid*.

⁹ Agente Executivo” é a designação dada ao vereador mais votado que exercia as funções hoje equivalentes às de Prefeito na gestão do município.

¹⁰ A saber: Diretoria Geral de Estatística, em 1872; Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1934; e depois Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Históricos dos censos. Censos demográficos*. Disponível em: Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/pt/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>>. Acesso em: 17 jun. 2105.

origem da solicitação do levantamento. No entanto, o fato de ser ele validado pelo “Agente Executivo” em mandato sugere ter sido promovido pelo governo municipal com a participação da igreja local. À igreja coube a operacionalização do recenseamento.

Sendo esse município emancipado logo após a instituição da República Federativa Brasileira e impulsionado pelo pacto federativo, é provável que a intenção do levantamento tenha sido a de facilitar as deliberações da administração política para fins tributários e administrativos.

A população platinense

Nos quatro livros, foram recenseadas 1.437 famílias, num total de 9.450 pessoas distribuídas por 35 localidades de residência. O Livro I e o VI registram as populações de áreas rurais. O Livro III se refere ao recenseamento do distrito de Rio Verde com duas áreas urbanas: sua sede em Campo Bello e o povoado de Monjolinho. O Livro “Sem Ordem” se refere à parte da população de Villa Platina, a sede do município, em plena expansão urbana.

O perfil da população se diferencia de acordo com a localidade em três aspectos que são fundamentais para a nossa análise: naturalidade, profissões e nível de alfabetização.

A “naturalidade” do recenseado é um campo muito significativo no recenseamento, porque nos possibilita compreender os movimentos populacionais: são 4.624 os platinenses e 4.829 os imigrantes (internos e externos), ou seja, os forasteiros superam os nativos em 2,17%. Em geral, essa população era recentemente imigrada, basicamente, de outras cidades de Minas Gerais¹¹ ou de estados como São Paulo e Goiás. No entanto, é significativa a presença de imigrantes oriundos de outros países.

¹¹ Essa população é originária de localidades como Araguay, Araxá, Bagagem, Conceição do Rio Verde, C. Jardim, C. Para, C. Pd. Sucesso, Cadeias, Campanha, D. C. Formoso, D. C. Formozo, Desemboque, Fructal, Monte Alegre, Oliveira, Patrocínio, Piumhy, Ponte Nova, Prata, Rio das Velhas, S. Roque, S. Thomé Lethen, Sabará, Sacramento, Sta. Maria, Três Corações, Uberaba, Uberabinha, Veríssimo” e outras. Nesse campo registra-se a cidade, mas é frequente nominarem somente a região ou o país. ITUIUTABA, 1904.

Um campo quase sempre vazio é o da “profissão”, pois a maioria dos recenseados não declara suas profissões, mesmo sendo adultos e, muitas vezes, preenchendo o campo “relação”, como empregados do chefe da família a que se vinculam. No Livro III e no Livro VI, a maioria das mulheres adultas não declarou suas profissões. Neste caso, mesmo quando seus maridos se declaravam lavradores, somente eles preenchem o campo “profissões”. Já no Livro I e no Livro “Sem Ordem”, a maioria das mulheres declara suas profissões. Estes dois livros se destacam dos outros porque neles encontramos registrada uma variedade de profissões urbanas¹². Entretanto, mesmo que sejam citadas essas várias profissões, “lavrador” é a profissão predominantemente masculina e “trabalhos domésticos” a profissão feminina por excelência, sobretudo nos Livros I e VI, onde as profissões urbanas desaparecem.

Pelos registros, constatamos que são 1.451 os alfabetizados, 7.937 os analfabetos e o restante não declara seu nível de instrução. Sendo assim, concluímos que somente 15,35% da população recenseada nesses Livros eram alfabetizados.

Os imigrantes de outras cidades ou regiões do país estão espalhados pela região rural e urbana, enquanto os imigrantes de outras nacionalidades estão concentrados na vila, ou seja, no Livro “Sem Ordem”, e são 40 no total. Destes, 19 são italianos, 6 são austríacos com sobrenomes de origem italiana e 6 são turcos. Os demais são: 3 portugueses, 2 africanos, 1 alemão, 1 prussiano, 1 paraguaio e 1 espanhol. Além destes, no Livro VI temos a presença de 2 árabes e de 1 italiano, e, no Livro I, o registro de 1 japonês e de 1 africano. Os imigrantes estrangeiros exercem, em maioria, profissões urbanas.

Esse documento nos permite uma avaliação parcial da população recenseada por dois motivos. O primeiro deles se refere à falta de dados que poderiam favorecer uma análise mais detalhada dessa sociedade, como a “cor de pele”, demanda dos censos anteriormente citados. Numa sociedade recém-saída do processo de produção escravocrata, o item “cor de pele” poderia

¹² Profissões urbanas, como: agrimensor, marceneiro, carpinteiro, médico, dentista, costureira, tecelã, lavrador, trabalhos domésticos (“do lar”), cozinheira, agricultor, ferreiro, lavadeira, costureira, alfaiate, negociante etc.

sinalizar a reorganização do trabalho e a posição do negro nessa sociedade, assim como em relação às profissões do vestuário.

Em 10 de janeiro de 1905, Padre Ângelo Tardio Bruno registra o balanço do Recenseamento da Freguesia de Villa Platina e município (ITUIUTABA, 1884-1912), no qual o autor sustenta que foi levantada uma população de 13.237 habitantes, sendo 6.700 homens e 6.537 mulheres (Tabela 1). Um “livro Ata” de 100 páginas, como os livros estudados nesse trabalho, nos permite registrar cerca de 2.500 pessoas. Seriam necessários, então, seis livros para o recenseamento total da população, sendo um deles incompleto. Dessa forma, nos faltariam dois dos livros do conjunto da obra e esse seria o segundo motivo a corroborar para o entendimento das limitações desse documento para uma compreensão precisa da população dessa sociedade, nos limites que um recenseamento pode nos proporcionar.

Tabela 1 – População de Villa Platina de 1872 a 1910.

Denominação	Ano	População Total	Homens	Mulheres
Freguesia de São José do Tijuco	1872	2.431	1.271	1.160
Distrito de São José do Tijuco	1890	5.067	2.624	2.443
Município de Villa Platina	1904	13.137	6.700	6.537
Município de Villa Platina	1910	20.882	-	-

Fonte: Censos de 1872, 1890, 1904 e 1910¹³.

Organização: Maristela Novaes, 2015.

¹³ Para essa tabela, foram consultados: Recenseamento do Brasil em 1872, Cf. BRASIL. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, s/d. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015; *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*, Cf. BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. Brasil. [Constituição (1891)]. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Official da Estatística, 1898. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em: 10 set. 2015; Recenseamento Geral do Brasil de 1950, Cf. BRASIL. *População do Brasil por municípios e estados (1907-1912)*. *Recenseamento Geral do Brasil* (1º de setembro de 1940), Série Nacional (II volume), Censo Demográfico: população e habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_082_a_116.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015; e ITUIUTABA. *Tombo da Matriz de São José*. Livro N° 1. Ituiutaba: Matriz de São José, 1884-1912.

Nos quatro livros, as famílias registradas eram, normalmente, muito numerosas. Os “nomes” dos sujeitos recenseados são, predominantemente, de origem portuguesa e, nesses casos, a homonímia é uma recorrência. Muitas vezes os recenseados apresentam somente o nome, sem nenhum sobrenome, sugerindo desconhecem suas origens. No registro da “filiação” é predominante a paternidade do sujeito e o da maternidade, uma exceção. Em muitos casos a filiação é “desconhecida” ou apenas sugerem essa condição, uma vez que o campo para esta informação permanece em branco. Pela “idade” registrada, podemos constatar que a população menor de idade é muito mais numerosa que a população adulta: no total, são 5.406 e 3.030, respectivamente. O campo “relação” registra a posição do sujeito recenseado em referência ao chefe da família. A chefia de 88,6% das famílias é exercida por homens, enquanto 11,3% seria destinada às mulheres, geralmente viúvas.

Concluimos que, nos livros analisados, a população descrita é rural com nomes predominantemente de origem portuguesa. Pela condição de propriedade, percebemos a proeminência da desigualdade socioeconômica nessa sociedade, pois no campo “condição” o número de proprietários¹⁴ se restringe a 6,6% da população. Trata-se de uma população em expansão pelo processo de imigração (interno e externo) e pelas altas taxas de natalidade que registram 57,20% de menores na população. Nesse universo, 0,19% da população é composta de profissionais ligados à manufatura de roupas.

As profissões do vestuário na trama têxtil de Villa Platina

Profissões ligadas ao vestuário são citadas no Livro I, no Livro “Sem Ordem” e desaparecem completamente nos demais livros. Elas se resumem a 14 costureiras, 3 tecelãs, 1 alfaiate e 1 discípulo de alfaiate, num total de 18 profissionais (Tabela 2).

Essas profissões encontram-se estabelecidas na Villa Platina,

¹⁴ O termo “proprietário”, como aparece no recenseamento, é ambíguo e não especifica o tipo de bem. Por isso, não podemos inferir se a propriedade à qual se refere é um terreno, uma casa na vila ou ainda um imóvel rural.

no arraial de Monjolinho e na zona rural do município. Dos 18 profissionais levantados, somente 1 costureira e 2 tecelãs são declaradas analfabetas. Todos os outros 15 profissionais ligados às profissões do vestuário se declaram alfabetizados. Numa sociedade basicamente analfabeta, esse é um dado relevante e nos coloca algumas questões: 1. para o exercício da costura nessa sociedade, era fundamental saber ler e escrever?; 2. a proporção de analfabetas no grupo de tecelãs é muito maior do que no grupo de costureiras, o que sugere que, para o exercício da tecelagem, o domínio da leitura era dispensável; e 3. num total de 9.450 indivíduos, por que somente 13 mulheres se declaram costureiras, 3 se declaram tecelãs, 1 se declara alfaiate e 1 se declara discípulo de alfaiate?

Tabela 2 – Profissões do vestuário em Villa Platina em 1904.¹⁵

Nºde família	Nºde ordem	Nome	Filiação	Idade	Naturalidade
1	4	Purdenciana Alves de Oliveira	Emerenciano Alves de Andrade	33	Santa Maria
2	14	Tereza Benta	Felissia (sic.) Maria de Jesus	25	Araguary
3	18	Maria Rufina	Rufino da Costa Fagundes	25	Villa Platina
20	139	Mariana Alves do Nascimento	Pedro Alves Correia (sic.)	62	Piruy
35	211	Theodora Candida de Jesus	Pedro Alves Correia (sic.)	62	Piruy
46	288	Etelvina Garcia de Oliveira	José Bernardino de Oliveira	18	Villa Platina
48	301	Rita (?) Garcia de Oliveira	José Bernardino de Oliveira	33	Villa Platina
50	323	Iranta (?) Garcia de Oliveira	José Bernardino de Oliveira	20	Villa Platina
70	476	(?)Iria Maria de Oliveira	Manoel Ferreira Rosa	60	Monte Alegre

¹⁵ A tabela foi organizada segundo a disposição dos dados no livro. A primeira tabela corresponde à página da esquerda e a segunda, à página da direita. Os dados são lidos da esquerda para a direita, seguindo a linha correspondente, e, para facilitar a leitura, reinserimos os “nºs de ordem” dos sujeitos recenseados na segunda tabela. O livro a que se referem vem indicado em (L. 1, Fam. Nº 46, Nº O. 282), sendo L, livro com o nº na sequência; livro Fam, família com o nº na sequência e “Nº O”, o número de ordem do sujeito no livro.

72	455	Maria Gertrudes das Dores	Vicente José Muniz	41	Villa Platina
124	801	Emilia da Fonseca e Silva	João da Fonseca e Silva	34	E. de Goyaz
140	878	Ambrozina da Silveira Diniz	João Alves Ferreira	27	E. M. Grosso
157	992	Aldelia Finotte	Theobaldo Finotte	29	Italia
184	1174	Candida de Souza Monteiro	Antonio Joaquim de Souza Monteiro	56	Campo Bello
223	1436	Carmilia Janunzzi	José Antônio Janunzzi	30	Prata
108	716	Erinia(?) Simone	Amadio Simone	32	Italia
52	382	Miguel Jualianie(?)	Antonio Jualianie(?)	31	Italia
52	388	Antonio Ricardo Ferreira	José Ricardo Ferreira	21	Prata

Nº de Ordem	Residência	Estado Civil	Sabe ler e escrever	Profissão	Condição	Relação
4	Segundo Salto	Viúva	Sim	Costureira	Proprietária	Sogra
14	Segundo Salto	Casada	Sim	Costureira	Proprietária	Esposa
18	Segundo Salto	Casada	—	Tecelã	Proprietária	Esposa
139	Fattoria	Casada	Não	Tecelã	Proprietária	Mãe
211	Fattoria	Viúva	Sim	Tecelã	—	Tia
288	Monjolinho	Solteira	Sim	Costureira	—	Filha
301	Monjolinho	Casada	Sim	Costureira	—	Esposa
323	Monjolinho	Casada	Sim	Costureira	—	Esposa
476	Villa Platina	Viúva	não	Costureira	C. c	Chefe
455	S.Roza	Viúva	Sim	Costureira	Proprietária	Viúva
801	Villa Platina	Casada	sim	Costureira	—	Esposa
878	Villa Platina	Casada	sim	Costureira	—	Esposa
992	Villa Platina	Casada	sim	Costureira	—	Esposa
1174	Villa Platina	Solteira	sim	Costureira	—	Filha
1436	S. Lourenço	Casada	sim	Costureira	—	Esposa
716	Villa Platina	Casada	sim	Costureira	—	Esposa
382	Villa Platina	Solteiro	sim	Alfaiate	C. c	Chefe
388	Villa Platina	Solteiro	sim			Discipulo

Fonte: Livro I e “Sem Ordem” do Recenseamento Municipal de Villa Platina em 1904. Transcrição: Maristela Novaes, 2015.

Outra questão proeminente nesses dados é o fato de três

das costureiras serem da mesma família, a de José Bernardino de Oliveira (L. 1, Fam. Nº 46, Nº O. 282). Também duas das três tecelãs são irmãs, filhas de Pedro Alves Correia (L. 1, p. 07 e 11). Estes dados nos colocam ainda outra questão: como se adquiriam os conhecimentos necessários às profissões da costura e da tecelagem? Eram profissões cujos conhecimentos se adquiriam em família?

É relevante, na leitura dos dados, o fato de três das profissionais da costura residirem na região rural: Segundo Salto, S. Lourenço e duas em fazendas não nominadas. Quatro outros profissionais residem no povoado de Monjolinho, pertencente ao distrito de Rio Verde. Oito deles residem na sede do município, ou seja, em Villa Platina. Duas das tecelãs que aparecem no recenseamento residem em fazendas. Que relação pode haver entre essas profissões e os lugares de residências dos profissionais que as exercem?

O movimento de imigração que percebemos na população em geral se confirma também na população ligada às profissões do vestuário. Desse universo de profissionais, somente quatro são naturais de Villa Platina e estão no grupo das mais jovens. Sete deles vêm de cidades do próprio estado. Uma vem de Campo Bello, sede do distrito de Rio Verde. Dois vêm de estados próximos: Goiás e Mato Grosso. Três profissionais são imigrantes italianos e uma descende de pai italiano.

A desigualdade socioeconômica que caracteriza a sociedade em geral está presente também entre os nativos, entre os imigrantes de cidades e regiões do Brasil, assim como entre os imigrantes italianos do grupo de profissionais do vestuário. Quatro costureiras são proprietárias; quatro não são “proprietários”, mas estão ligadas a um “proprietário” por matrimônio ou parentesco; e o restante não é proprietário e não tem relações de parentesco com proprietários. Proprietários ou não, a manufatura de roupas se faz a partir da matéria-prima.

O comércio abastece as profissões do vestuário com matéria-prima e informações de moda e de técnicas de construção de roupas. No recenseamento, encontramos 22 negociantes e 4

ajudantes de comércio. Não existe registro de comerciante. Como em outros aspectos, a terminologia não nos favorece a compreensão das posições dos sujeitos quanto ao seu papel no comércio. Entre os comerciantes levantados, podemos ver a presença de nomes portugueses, de imigrantes italianos, assim como de sírio-libaneses. Portanto, diferentes origens se entrelaçam em diversas atividades ligadas à manufatura de roupas.

As habilidades da gente do sertão

O *Recenseamento Geral do Brasil de 1872* registra como profissões ligadas ao vestuário: “costureiras”, “operários em tecido” e “operários de vestuários”. Não registra alfaiates e não categoriza os “operários em tecido” e “operários de vestuários”. Para o estado de Minas Gerais, ele registra como costureiras 124.633 mulheres, 7.904 “operários em tecido” e 838 “operários de vestuário”. Em São Paulo, temos: 29.082 costureiras, 10.256 “operários em tecido” e 1.659 “operários de vestuários”. E, em Goiás: 8.984 costureiras, 9.829 “operários em tecido” e 463 “operários de vestuários”.

O Triângulo Mineiro teve seu processo de povoamento vinculado à distribuição das cartas de sesmarias a partir do início do século XIX. Lara (1912, p. 222) afirma que “as raízes da Farinha Podre nunca foram mineiras, mas sim resultado de uma mistura cultural herdada das províncias de São Paulo, Goiás e Minas”, o que se confirma nos dados do recenseamento e sugere que a cultura da tecelagem e das práticas de manufatura de roupas tenha se disseminado na região ao longo da “marcha para o oeste”.

Em 1842, trinta e dois anos após o início de povoamento da região, a presença de ovinos, entre os animais de criar, e de rodas de fiar, na relação de móveis do inventário de João Inácio Franco, é um claro indício de que havia em sua propriedade uma razoável produção de panos de lã (LARA, 1912). No elenco do inventário de Ignácio José Muniz, feito por sua esposa Purcina

Maria de Jesus em 1877, consta “a presença de uma roda de fiar velha e de uma máquina de costura de pé” (LARA, 1912, p. 29), sinalizando a produção têxtil e a atividade de costura no ambiente rural. O primeiro inventariado é situado na fazenda dos Bahús e o segundo, na fazenda Santa Bárbara, ambas em Villa Platina.

A confirmar a evidência da cultura têxtil e da costura, Petronio Rodrigues Chaves (1953, p. 46) afirma que, em São José do Tijuco, o algodão era cultivado para abastecer a indústria caseira de fiação nas rodas e a tecelagem nos teares primitivos, onde se fabricavam tecidos de algodão com os quais “se confeccionavam calças e camisas para homens, saias para as mulheres, rêdes, mantas e cobertas para as camas”.

O recenseamento de 1872 registra a costura como sendo uma profissão eminentemente feminina. Além disso, mesmo não desenvolvendo a atividade como uma profissão, as mulheres costuravam as roupas da família para contribuir com a economia doméstica, sendo este o escopo das disciplinas de “trabalhos manuais” nas escolas católicas do período. A atividade de costura e a de tecelagem também podia ser exercida como um complemento às atividades domésticas, como ilustra a personagem Germana do romance de Chaves. Segundo o autor (CHAVES, 1998, p. 214), “Germana cuidava dos trabalhos caseiros e, nas folgas, sentava-se à roda, fiando algodão, que vendia aos novelos”.

Durante o processo de povoamento, escravos e terras foram os pilares da riqueza da maioria dos fazendeiros do “Sertão da Farinha Podre” e, mesmo sendo a agricultura a base da economia, um instrumento importante como o arado era por eles ignorado. Esse atraso tecnológico limitava as áreas de plantio que eram, em média, 7,7% menores que os campos usados para o pastejo.

Lara (2012, p. 213) afirma que “o mesmo não se pode dizer dos instrumentos empregados na indústria doméstica têxtil, tais como teares, urdideiras, descaroçadores, fusos, rocas e cardas”. A tecelagem é uma herança do passado colonial das Minas Gerais, que se constituiu numa indústria doméstica têxtil que, pelo grande número de mulheres e meninas nela envolvidas, ultrapassou com intensidade a produção de autoconsumo em toda

a província. Segundo Lara (2012), essa indústria “absorvia grande parte da mão de obra feminina, que preponderava e controlava os métodos e as técnicas de produção de fios e panos, quer a mulher fosse livre ou escrava”. O autor afirma que, pelos quatro cantos da província, o cenário era sempre idêntico em qualquer fogo: “sob o mesmo teto [...] fiandeiras e tecedeiras, mulheres livres e escravas, viúvas e casadas, mães e filhas, todas juntas, comprometendo-se nas várias etapas do intrincado trabalho artesanal de fiação e tecelagem” (LARA, 2012).

O universo de profissionais do vestuário em Villa Platina se completa com 3 profissionais levantados nas citações bibliográficas de historiadores e memorialistas do lugar. São eles: “Pedro Prescialiano”, alfaiate e músico; “Inhá, costureira para homens” (CHAVES, 1984, p. 352-353); e “Zeca Alfaiate” (TEIXEIRA, 1953, p. 244). Com isso, chegamos a 22 profissionais, sendo: 3 tecelãs, 15 costureiras, 3 alfaiates e 1 discípulo de alfaiate.

Podemos aferir que as profissões do vestuário estavam distribuídas no espaço urbano e rural, sendo o maior número de costureiras e os alfaiates concentrados na sede do município: Villa Platina. As origens desses profissionais traziam, certamente, experiências e formações distintas, heterogêneas entre si, uma vez que a tecelagem, a costura e a modelagem implicam inúmeros procedimentos e técnicas que podem conviver contemporaneamente.

Tradição e modernidade no tecer panos e fazer roupas

A costura, que transforma o material têxtil, foi tradicionalmente realizada com técnicas manuais, mas, em meados do século XIX, sofreu uma grande revolução tecnológica: o surgimento da costura mecânica. Essa se tornou possível graças ao aperfeiçoamento da máquina de costura e das formas de comercialização desse produto – feitos por Issac Singer nos E.U.A. a partir de 1853 – que o introduziram nos espaços domésticos de grande parte do mundo ocidental e oriental.

A costura mecânica é uma atividade complexa na medida

em que a costureira deve desenvolver a coordenação motora para, simultaneamente, operar a máquina e manusear os tecidos. Considerando os modelos mais primitivos, como os das primeiras máquinas, a costureira deve acionar e manter em movimento a manivela ou os pedais, ao mesmo tempo em que organiza e direciona as diversas folhas de tecido em costuras de linhas curvas, retas ou quebradas, numa infinidade de arranjos. Nesse sentido, as costureiras do “Sertão da Farinha Podre”, com toda a falta de recursos do lugar, demonstraram maior disponibilidade para a absorção de novas ferramentas e de novas técnicas da atividade de costura do que os lavradores locais em suas atividades, pois, como vimos, a máquina de costura já era presente nas listas de inventários dos finais do século XIX.

No recenseamento (ITUIUTABA, 1904), o vazio abissal no campo das “profissões” é um fato. Segundo Bloch (2001, p. 95), “à medida que a história foi levada a fazer dos testemunhos involuntários um uso cada vez mais frequente, ela deixou de se limitar a ponderar as afirmações [explícitas] dos documentos”. Sendo essa uma sociedade patriarcal, agropastoril, os dados do recenseamento em estudo foram, quase sempre, fornecidos pelo chefe de família. Numa tentativa de desvendar as informações possivelmente ocultadas pelos chefes de família, buscamos algumas explicações para lacunas presentes no censo. A primeira delas é que o desprezo pelos ofícios mecânicos e o temor da degradação possuíam raízes assentadas no antigo regime de produção, o sistema escravista, “do qual saíram em abundância os ‘negros de ganho’, o que contribuía para acentuar o preconceito contra o trabalho manual externado pelas pessoas de melhor condição social” (MALERONKA, 2007, p. 31). O segundo é a necessidade de os indivíduos dessa sociedade exercerem variadas funções e, com isso, serem impossibilitados de se especializarem em determinadas atividades. No caso das mulheres, essa lacuna também pode evidenciar o desdém dos patriarcas pelas atividades femininas, exercidas quase sempre como tarefas ordinárias resultantes de uma educação informal adquirida em família e através da cultura oral (LARA, 2012).

Essa cultura de omissão das atividades relacionadas à

manufatura de roupas em geral, e às atividades femininas em particular, na vila, pode ser flagrada na comparação das publicações dos municípios produzidas pelos “Agentes Executivos” da cidade do Prata e de Villa Platina no Rio de Janeiro. Enquanto a primeira localidade divulgava suas modistas e alfaiates (ALMANAK, 1903, p. 1259-1260), Villa Platina privilegiaria as atividades ligadas às profissões masculinas e ao mundo rural (ALMANAK, 1909, p. 103-105).

As técnicas de modelagem e de costura, masculina e feminina, tiveram grande desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX (TECNICUS, [1948?]). No que se refere à modelagem de roupas, a técnica geométrica foi a que, primeiramente, melhor se adequou aos métodos de produção industrial, tornando-se com isso hegemônica. Essa técnica, que é embasada no desenho geométrico, exigia, como conhecimento, além do próprio desenho, as equações básicas da matemática e o manuseio de utensílios específicos para o traçado de moldes personalizados. Os muitos métodos resultados dessa técnica foram criados, sobretudo, na França e na Inglaterra, e eram disseminados no Brasil.

O Colégio N. Sra. das Dores de Uberaba, dominicano de origem francesa, que também cuidava da educação das moças da aristocracia rural dessa região, oferecia entre as suas disciplinas: “Arithmetica, Systema métrico, Lingua (sic.) Franceza [...] e também trabalhos manuaes próprios de uma senhora como: costura, crochet, bordados, etc.” (SILVA, 1885, p. 3). Além da alfabetização, essas três disciplinas citadas podiam facilitar o acesso ao conhecimento das novas técnicas divulgadas nas revistas de moda nacionais e importadas que circulavam no país e na região. Uma disciplina a tratar exclusivamente do sistema métrico evidencia as dificuldades na adoção desse sistema, que havia sido criado na França em 1790, e que fora transferido para a fita métrica em meados do século XIX. Talvez a complexidade das novas técnicas de modelagem seja um fator a determinar um grau mínimo de alfabetização para afrontar o exercício da costura como uma profissão, se a compreendemos ligada à modelagem personalizada.

A tecelagem, nos seus procedimentos mais rudimentares,

pode estar ligada aos conhecimentos embasados, sobretudo, na tradição oral, e por isso talvez dispense a alfabetização tão limitada naquela região. No documento em análise, o registro de quatro costureiras descendentes do mesmo pai, assim como de duas tecelãs de outro, é evidência de que essas são profissões cujos conhecimentos podiam ser adquiridos em família, assim como também a alfabetização. Segundo Chaves (1984), antes de ir para a escola formal prosseguir seus estudos, ele e sua irmã Alice estudaram as primeiras letras e as quatro operações em Campo Bello com a irmã mais velha, Etelvina, recém-diplomada em Uberaba.

Outro meio de aquisição informal de conhecimentos de costura pode ser sugerido pela relação de Miguel Jualianie¹⁶, de 31 anos (L. s/o., fam. nº 52, nº o. 382), e de Antônio Ricardo Ferreira (L. s/o., fam. nº 52, nº o. 388), de 21 anos. Este último é o único discípulo da profissão encontrado no documento e sugere a permanência da aprendizagem artesanal no modelo em que o mestre ensinava o ofício ao jovem aprendiz, “em sua própria oficina, com seus próprios instrumentos e até mesmo morando em sua casa” (CUNHA, 2005, p. 2.). Além disso, ela merece destaque porque Miguel Jualianie é o único profissional que declara ter um ajudante, o que sugere um volume de produção considerável em relação aos demais profissionais do vestuário.

A negação da relevância da atividade de costura pelos platinenses não encontraria eco entre os pratenses. De 1904 a 1907, a administração da cidade do Prata, da qual a vila havia se emancipado, publicaria, no Rio de Janeiro, sua relação de profissionais ligados à produção de vestuário (SAUER, p. 1259-1260; SAUER, 1911, p. 140). Dela fizeram parte, por seis anos, as alfaiatarias: Chic Universal, de Miguel Giuliani; Tesoura Mineira, de Antenor Soares da Costa; e o alfaiate José Vida de

¹⁶ Miguel Jualianie(?) poderia ser *Michele Giuliani* ou ainda *Miguel Giuliani*, homônimo de seu colega de profissão instalado no Prata. SAUER, A. *Almanak Laemmert*: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro: Estado de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1904. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 20 set. 2015.

Camargos. No que se refere à confecção de roupas femininas, o mesmo anúncio divulgava o trabalho das modistas: Abbadia Maria de Jesus, Francisca Moreira da Costa, Maria Clemencia de Novaes, Philomena Moreira da Costa e Vitalina Angelica da Silva. Às tecelãs, não sendo citadas em nenhum dos anúncios, coube o anonimato.

As diferenças entre esses profissionais, entre os inúmeros procedimentos e entre técnicas na manufatura de roupas certamente conviviam com maior ou menor intensidade nessa sociedade de núcleos urbanos pequenos, carente de recursos e de população pobre e rarefeita espalhada pelas imensas áreas de produção rural. Os núcleos rurais, no entanto, se ligavam aos centros urbanos, onde as mudanças fluíam mais rápidas em função do grande tráfego de pessoas, produtos e conhecimentos, próprios de uma sociedade em expansão urbana.

Uma das modalidades comerciais que permitiam essas ligações pode ser compreendida na experiência de Pedro Rodrigues Chaves que atuou nessa região, primeiro, como mascate e, posteriormente, como comerciante. Como mascate, por muitos anos ele aprontou seus cargueiros, acondicionando as mercadorias nas bruacas, percorrendo o sertão, viajando de “fazenda em fazenda, onde fazia pião, para atender aos moradores da vizinhança. Abria as bruacas repletas de tecidos, caixas de armarinhos, calçados, enfeites, bugiangas” (CHAVES, 1984, p. 92). Feito o patrimônio necessário, Pedro Rodrigues Chaves abriu loja própria e passou à condição de comerciante em Campo Bello e, posteriormente, em Ituyutaba. As mercadorias eram adquiridas em Uberaba. Tradicional centro comercial, de relevância regional, essa cidade oferecia uma significativa rede comercial. Dela faziam parte atacadistas em produtos de vestuário, como: a Casa Caldeira, a Casa Especial, a Meirelles Carvalho & Cia., a Sobral & C., a Vasconcelos, a Couto & Comp. etc. (RIBEIRO, 1895, s/p.). Lojas como o Empório Barateza, integrante dessa rede, propagavam, ainda em 1888,

Ter recebido o mais esplendoroso sortimento do ano, escolhido

na côrte, S. Paulo e Santos por um dos sócios da casa que ali foi expressamente para comprar o que houvesse de superior, não só em qualidade de gêneros, gostos, padrões, novidades, como também em barateza de preços. (SILVA, 17 out. 1885, p. 4).

Esses atacadistas abasteciam também as tradicionais casas comerciais de São José do Tijuco, entre as quais: a casa comercial de José Martins Ferreira (1864), a de Capitão José Flausino Ribeiro (1870), a do Capitão Jerônimo Martins de Andrade (1882), a de Manuel Caetano de Novais (1883), a de Lica Martins e a de Nagib Yunes (CHAVES, 1984). Em 1909, vemos uma evidência das mudanças e da expansão no comércio de Villa Platina, na divulgação de seus estabelecimentos comerciais especializados em “fazendas, ferragens, armarinhos (vendendo 60 contos para cima): Ferreira & Avelar, Junqueira & Andrade, Junqueira & Padua, Maria Noyane, Marques & Oliveira e Tito Chaves & C.a” (SAUER, 1909, p. 1-104).

A presença do estrangeiro, em especial da colônia italiana e de alguns sírio-libaneses, no âmbito das práticas de construção da roupa e no comércio, pode ter agregado mudanças, como já se evidenciava na arquitetura, no urbanismo, na vida sociocultural e administrativa de Villa Platina. No caso das mudanças relativas ao sistema de vestuário, ela se fazia sentir a partir do eixo de ligação comercial da vila com Rio de Janeiro, com São Paulo e com Santos, passando por Uberaba ou por Uberabinha, que faziam o entreposto comercial. Todos esses polos já contavam com a interferência do contingente de imigrantes europeus, provocando mudanças em todas as esferas do sistema de vestuário. Essas inovações chegavam ao sertão e conviviam com os modos tradicionais de comercializar e de construir roupas, seja pela inserção da diversidade de matérias-primas, de formas e de tipologia de roupas, como também das técnicas que viabilizavam suas materialidades.

Arrematando o tecido

Apesar de nos faltar dados para uma leitura mais rigorosa, esse recenseamento (ITUIUTABA, 1904) nos possibilita a visualização de uma sociedade rural, com uma população basicamente analfabeta em crescimento acelerado e em profunda transformação sociocultural motivada por fatores internos e externos.

A partir dos dados levantados nessa pesquisa, concluímos que os profissionais envolvidos nas atividades de manufatura de roupas em Villa Platina, no final do século XIX e na primeira década do século XX eram predominantemente mulheres, alfabetizadas, nativas ou originárias de outras cidades, estados ou países e de distintas classes sociais. Verificamos que as informações circulavam rapidamente entre estes profissionais, que faziam uso de novas técnicas e máquinas, por vezes, as mais modernas da época, em contraste com o setor agrícola produtivo que não se modernizava na mesma velocidade, ainda que essa sociedade fosse predominantemente rural com economia embasada na agropecuária.

A circulação de informações relativas aos saberes específicos da construção de roupas (modelagem e costura) era promovida em parte por intermédio da cultura familiar, em parte pelo ensino dado às mulheres nas escolas católicas, mas também pela experiência trazida pelos imigrantes brasileiros e estrangeiros que vinham de centros urbanos maiores cujos conhecimentos da manufatura das roupas se beneficiavam de longa e aprimorada tradição. No entanto, além da tradição, muitos imigrantes europeus já tinham conhecimento de novas tecnologias decorrentes da revolução industrial da qual o sistema de moda é um produto.

Como exposto, a atividade da costura na virada do século em Villa Platina já era praticada com fins comerciais e não apenas motivada pelo autoconsumo. Esse corresponde ao período em que as mulheres adentravam o mercado de trabalho e a costura foi uma possibilidade profissional para muitas delas (MALERONKA, 2007). Diante da diversidade de formas e de materiais, destacar-

se no ambiente profissional implicava que cada artesão se empenhasse em explorar ao máximo suas habilidades e se mostrasse informado sobre as mudanças nos feitios e nas técnicas empregadas na construção de roupas (MALERONKA, 2007).

Nesse contexto, o comércio exercia um papel fundamental, pois ele se entrelaçava à manufatura de roupas, fornecendo matérias primas, instrumentos, máquinas, informações de moda e impulsionando a assimilação de novas técnicas empregadas nos feitios. Era ele o agente de ligação entre a vila e os grandes centros de distribuição de mercadorias.

O resultado do levantamento da população proporcionou o dimensionamento do analfabetismo e da significativa parcela de menores na população local. Este fator pode ter determinado a conjunção de esforços das autoridades administrativas e da comunidade para resolver a questão da educação. Observamos que, entre as deliberações da administração política da vila, posteriores ao levantamento, a construção de um edifício destinado à criação do Grupo Escolar Villa Platina inaugurou o ensino formal primário na vila em 1910. O manual intitulado *O ensino em Minas Gerais no Tempo da República* (1964) apresenta o currículo instituído nos grupos escolares do período, e, neste, as disciplinas elencadas, como: corte costura, ensino de matemática/aritmética, geometria e desenho, francês, trabalhos manuais, costura e trabalhos de agulha para as meninas (MOURÃO, 1962). Essas disciplinas proporcionavam uma formação que favorecia a assimilação dos conteúdos dos novos métodos de modelagem geométrica embasada no cientificismo e no positivismo (TECNICUS, [1948?]), na mesma medida em que impulsionariam o consumo de informações de moda e de técnicas de manufatura divulgadas nas revistas de moda nacionais e francesas em circulação no país.

O diálogo estabelecido por intermédio das fontes e do referencial teórico possibilitou, *a priori*, concluir que o contraste do rural com o urbano, do saber formal com o informal, do conhecimento da classe dominante com o da classe menos favorecida, da cultura local e as dos imigrantes, constituiu a

trama têxtil de Villa Platina. A trama, no entanto, se constitui de direitos e avessos. Nessa perspectiva, a relação dessa sociedade com o seu sistema de vestuário se estabelece pelo lado direito, aquele que implica a norma, o oficial, o instituído, mas também pelos vazios – a invisibilidade das profissões, especialmente as femininas, e as ambiguidades das relações sociais –, os laços pessoais que escondem as relações de exploração do trabalho que constituem o avesso da trama.

Bibliografia

ALMANAK administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Universal de Laemmert, 1844- . Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanak-administrativo-mercantil-industrial-rio-janeiro/313394>>.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Históricos dos censos. Censos Demográficos. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/pt/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>>. Acesso em: 17 jun. 2105.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. População do Brazil por municípios e estados (1907-1912). Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940), Série Nacional (II volume), Censo Demográfico: população e habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_082_a_116.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, s/d. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

CHAVES, Camilo. *Caiapônia*: romance da terra e do homem do Brasil Central. Ituiutaba: Gil Editora, 1998.

CHAVES, Petronio Rodrigues. *A loja do Osório*. Ituiutaba: Edição do autor, 1984.

CHAVES, Petronio Rodrigues. Evolução Agrária do Município de Ituiutaba. *Revista Acaiaca*, Belo Horizonte, 1953.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flasco, 2005.

DONNANNO, Antonio. *Modabolario*: storia del costume, tessuti e tessitura, tecniche sartoriali, accessori e stilisti. Milano: Ikon Editrice, 2011.

ITUIUTABA. *Livro de Carta de Aforamento*. Ituiutaba: Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP) da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). CD-ROM.

ITUIUTABA. *Livros do Recenseamento Municipal de Villa Platina*, no ano de 1904. Livros I, III, VI e “Sem Ordem”. Ituiutaba: Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP) da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). CD-ROM.

ITUIUTABA. *Tombo da Matriz* de São José. Livro N° 1. Ituiutaba: Matriz de São José, 1884-1912. Arquivo da Catedral de São José.

LARA, Mário. *A saga da família Franco*: das ribeiras do Rio das Mortes Pequeno aos confins de São Simão. Ituiutaba: Edição do Autor, 2012.

MAELERONKA, Wanda. *Fazer roupa virou moda*: um figurino de ocupação da mulher (São Paulo 1920-1950). São Paulo: Editora Senac, 2007.

MINAS GERAIS. *Album Chorographico*. 1927. Disponível em: <<http://www.albumchorographico1927.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Ed. do Centro de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

MUNIZ, Edson Angelo. *Família Muniz*: tronco do Triângulo Mineiro. Ituiutaba, 2002.

RIBEIRO, D.; COSTA, A. *Almanach Uberabense*. Rio de Janeiro: Alexandre Ribeiro & C. 1895. Arquivo Público de Uberaba.

SAUER, A. *Almanak Laemmert*: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro: Estado de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1904. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20190&pesq=>>>. Acesso em: 20 set. 2015.

SILVA, Joaquim Antônio Gomes da. *Monitor Uberabense*, Uberaba, 17 de out. 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817031&PagFis=7&Pesq=>>>. Acesso em: 18 set. 2015.

TECNICUS. *Enciclopedia "la moda maschile"*: ad uso del tagliatore sarto da uomo. 12ª Edizione. Milano: Ed. La Moda Maschile, ([1948?]).

TEIXEIRA, Edelweiss. A evolução histórica de Ituiutaba (1810-1902). *Revista Acaiaca*, Belo Horizonte, 1953.

Recebido em novembro de 2015.

Aprovado em outubro de 2016.

COSTUREIRAS E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM SANTA HELENA, PR*

*Rosane Marçal da Silva***

RESUMO: As questões desenvolvidas neste artigo centraram-se na discussão e na problematização de elementos e dimensões do processo de intensificação da produção industrial e das mudanças que o trabalho industrial ocasionou na vida dos trabalhadores das indústrias de confecções do vestuário, em Santa Helena-PR, durante os anos 1980 a 2000. Para isso, utilizo-me de narrativas produzidas com os trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Trabalhadores. Indústrias do vestuário.

ABSTRACT: The topics developed in this article focuses on discussing and problematizing elements related to the growth process of the industrial production and changes in their lives caused by this kind of industrial work Santa Helena in the period 1980–2000. For this, I use some oral accounts from workers.

KEYWORDS: Job. Workers. Clothing industries.

* Este artigo liga-se à pesquisa desenvolvida durante o curso de doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Rinaldo José Varussa.

** Professora Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

Para investigar e analisar as trajetórias dos trabalhadores das indústrias de confecções do vestuário, colocando em destaque as mudanças que o trabalho industrial ocasionou na vida desses sujeitos em Santa Helena-PR, durante os anos 1980 a 2000, fez-se necessário o uso da história oral, pois buscava colocar em pauta as interpretações dos próprios sujeitos que vivenciaram a experiência do trabalho fabril¹. Esta escolha foi parte de um posicionamento enquanto ser social que também experimentou tais relações e que viu nas entrevistas orais o caminho para a compreensão das dinâmicas do trabalho industrial e de sua complexidade, uma vez que, nas entrevistas, seria possível encontrar elementos para esclarecer aspectos silenciados pela produção dominante.²

As primeiras confecções registradas (1989, 1994, 1995, 1996 e 1999) trabalhavam com malhas envolvendo a produção de cortinas, lingerie e uniformes escolares e empresarias. A maior expansão desse setor aconteceu nos anos 2000, quando havia 14 empresas registradas, sendo 9 especializadas na produção de jeans. Possivelmente, esta expansão resulta da propagação dos incentivos fornecidos pela prefeitura do município de Santa Helena mediante o programa de concessão de uso. Isso pode ser depreendido no processo de formação dessas empresas.

Contabilizando as empresas da indústria do vestuário registradas entre 1989 e 2013, obtive um total de 19³, elas estavam

¹ Os trabalhadores foram identificados com pseudônimos.

² Para analisar as experiências e trajetórias de vida e trabalho dos trabalhadores, dialoguei com as reflexões de Alessandro Portelli e Yara Aun Khoury, pois ambos compreendem que, ao falarem, as pessoas se posicionam como sujeitos dos processos que vivem em sociedade e estabelecem relações sociais, interpretam e expressam seus valores culturais. As experiências são constituídas de uma realidade social, ou seja, são de origem social. Cf.: Portelli, 1996; Khoury, 2004.

³ Além dessas indústrias de confecções do vestuário, havia 2 ateliês de costura e 13 costureiras domiciliares registradas. Os números de ateliês e

instaladas na sede e nos distritos do município e empregavam entre 4 e 120 pessoas, num total de 632 trabalhadores contratados. Os dados indicados apontam uma porcentagem maior de facções industriais⁴ (12)⁵, ante 1 facção domiciliar. O número de estabelecimentos especializados na produção de jeans – incluindo shorts, saias, jaquetas e, sobretudo, calças – era maior (11), se comparado com as confecções especializadas em uniformes escolares e empresariais, lingerie, cortinas e roupa social masculina (8).

Nos anos 1980, Santa Helena⁶ passava por mudanças

de costureiras domiciliares indicam só os estabelecimentos localizados na sede municipal de Santa Helena, PR.

- ⁴ Optei por adotar o princípio utilizado por Angela Maria de S. Lima, que classificou as confecções em facções domiciliares e industriais, compreendendo que as facções industriais são empresas de pequeno ou médio porte que prestam serviços a outras empresas ou outras facções maiores, que possuem geralmente mais de 10 funcionários, nem sempre registrados (LIMA, 2009, p. 91). Facções domiciliares caracterizavam-se como pequenas e não tinham marca própria nem estilista ou desenhista. Produziam roupas “integralmente ou peças específicas parceladamente e que, às vezes, insere nela a marca do produto da empresa ou das empresas contratantes” (LIMA, 2009, p. 91). Em Santa Helena, as facções domiciliares eram ocupadas, em geral, por cerca de cinco trabalhadoras, às vezes com membros da família, tais como filhos, e vizinhas ou pessoas próximas que executavam as operações. Fora da estrutura das fábricas, se encontravam as costureiras domiciliares e as facionistas (ABREU, 1986, p. 154). Nessa estruturação também encontrei um grupo de costureiras autônomas que exerciam suas profissões em suas casas ou em “puxados” construídos no fundo de seus quintais.
- ⁵ Não inclui as empresas que confeccionavam cortinas, enxovais, lingerie, uniformes escolares e empresarias, pois sua dinâmica de organização difere das facções industriais e domiciliares ligadas à produção de roupas.
- ⁶ Localizada na microrregião do extremo oeste do Paraná, às margens do Lago de Itaipu, Santa Helena dista 619 quilômetros da capital, Curitiba. Com população estimada em 24.895 habitantes (conforme Censo Demográfico de 2013, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), o município se limita com Entre Rios do Oeste, ao norte; com Missal e Itaipulândia, ao sul; com São José das Palmeiras e Diamante do Oeste, ao leste; e com a República do Paraguai (Lago de Itaipu), a oeste. Conforme

vinculadas à formação do Lago de Itaipu e suas consequências para a cidade e a população lá residente. A preocupação com as consequências da formação da Usina Hidrelétrica de Itaipu para a região e os rumos administrativos que assumiriam a partir de então era compartilhada pelo conjunto dos municípios, em especial aqueles localizados às margens do Lago. O momento exigia a construção de outras relações políticas econômicas e sociais e, diante disso, as classes dominantes viam como alternativa econômica e referencial de “desenvolvimento” a tentativa de industrialização por meio da constituição de um parque industrial e da instalação de indústrias. Assim, se estabeleceu um processo de deslocamento de algumas indústrias e de criação de outras.⁷

Na perspectiva dominante, a formação do Lago desembocou num movimento de industrialização e constituição urbana das cidades do oeste do Paraná, porque, com o alagamento das terras, alguns daqueles sujeitos que sobreviviam do trabalho agrícola perderam suas formas de sobrevivência e precisaram se deslocar para as cidades.

Desse processo, os setores ligados ao poder político e

informações extraídas do website da Itaipu, Santa Helena foi o município que teve a maior área alagada pela formação do Lago, num total de 263,76 quilômetros quadrados. Por isso, recebe uma quantidade maior de *royalties* da Itaipu Binacional, cuja distribuição é proporcional à área alagada dos municípios e cujos percentuais são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Cf.: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Royalties de municípios alagados pela formação do Lago de Itaipu. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em: 1. fev. 2013.

⁷ Estudos na área da Geografia buscaram explicações para o processo de industrialização no oeste do Paraná nos fatores territoriais, com o argumento de que a localização das indústrias é importante para analisar a perspectiva de desenvolvimento regional. Esses estudos apontam também que as políticas de incentivos à industrialização têm constituído uma das estratégias do capitalismo contemporâneo, com a busca de regiões pouco industrializadas que ofereçam condições política e economicamente favoráveis. Indústrias de produtos alimentícios e do vestuário têm se deslocado para a região oeste do Paraná, aproveitando-se do que os governos estaduais e municipais oferecem como atrativos (GEMELLI, 2011).

empresarial costumavam frisar aquilo que enxergavam como positivo, a saber: que a formação do Lago propiciou a constituição de uma cidade turística e a intensificação da atividade industrial. Os projetos de turismo e de industrialização são vistos pelos setores dominantes como símbolo de “desenvolvimento” proporcionado pelo Lago. Essa formulação se configurou a partir de 1990, quando o município de Santa Helena se projetava como “local de progresso” a resultar dos royalties pagos pela Itaipu Binacional (LANGARO, 2005, p. 66; SILVA, 2011). Tais projetos passaram a compor a pauta da administração como propostas de crescimento econômico e social que colocariam o município numa nova etapa, supostamente benéfica à cidade e aos santahelenenses.

Como resposta a esse contexto dos anos 1980, o governo municipal lançava suas expectativas no futuro, ou seja, acreditava na industrialização. Líderes do governo acreditavam que a industrialização seria uma forma de “adaptar” a economia municipal “[...] às necessidades e imposições de um novo tempo.” (GIOVANELLA; COPINI, 1988, p. 12).

Embora tenha sido entre os anos 1990 e 2000 que houve uma expansão do número de empresas e do pessoal empregado em confecções do vestuário, antes desse período já existiam trabalhadores sobrevivendo de costura realizada em seus domicílios e sem registro formal. Exemplo deles é Salomé, que disse ter, desde criança, o “dom” da costura: “[...] fazia roupa de boneca com a agulha [...]”. Por volta de 1980, aos 13 anos de idade, ela fez o curso de costura e iniciou suas atividades como “costureira doméstica”: “[...] sempre tinha mais pedidos do que eu mesma conseguia [...]”. Com 16 anos, eu casei. Já costurava na casa dos meus pais, né? Como costureira doméstica. Depois, casei e sempre continuei na mesma profissão.” (SALOMÉ, 7 out. 2013).

Costureiras que, nos anos 1980, laboravam em seus domicílios, em geral residiam no meio rural; em meados de 1990, mudaram-se para a sede municipal a fim de constituir empreendimento próprio. Esse processo ocasionou mudanças em

suas vidas e na vida do conjunto dos trabalhadores ligados a esse setor de produção. Elas registraram tais mudanças demarcando diferenças entre o labor domiciliar e o industrial. Com efeito, a passagem da atividade domiciliar para a constituição de empresas é comum na trajetória das empresárias do ramo de confecções, sobretudo aquelas especializadas na produção com tecidos leves, tais como uniformes, lingerie, cortinas, enxoval e decoração.

As costureiras domiciliares que constituíram empresas pareciam contar suas trajetórias com o objetivo de exaltar sua posição no presente. Foi perceptível que, dentre algumas empresárias, a identificação e o reconhecimento do lugar social que ocupavam estavam entrelaçados com o fato de serem trabalhadoras que produzem e serem patroas. Ao falar das condições e da rotina laboral, estas empresárias demonstravam objetivos diferentes daqueles que prestavam serviços para alguma facção e até das costureiras domiciliares sem vínculo com empresas.⁸

As trajetórias das entrevistadas mostram que, num momento, podiam estar em casa costurando e, noutro, empregarem-se nas indústrias como costureiras internas. Essa complexidade e heterogeneidade laboral parecem especificar a condição de trabalhadores num contexto de mudanças em que passam da atividade informal àquela formalizada pelo registro em carteira. Nesse contexto de diversificação e fragmentação nas formas de produção de roupas, as trabalhadoras se colocam como sujeitos que almejam e criam mecanismos para obter condições laborais melhores; e uma dessas formas está na constituição do próprio negócio.

Com a formação dessas empresas, as relações laborais nesse setor foram se configurando e apresentando mudanças nas experiências vividas pelos trabalhadores. Nessas relações, pude identificar duas linhas de diferenciação: quem tinha registro formal e quem não tinha. A primeira categoria incluía internos das

⁸ Para o aprofundamento das trajetórias das empresárias e a formação das empresas, ver: Silva, 2016.

facções industriais; a segunda, externos e costureiras domiciliares sem ligação com empresas. Os internos e os que estavam nas facções informais realizavam tarefas parceladas, mas aqueles sem vínculo com empresa tinham uma atividade que implicava fazer a peça inteira. Os externos trabalhavam por produção; os internos poderiam receber prêmio de produção se atingissem a meta estabelecida pelos empresários.

A produção no interior das fábricas de jeans tendia a ser dividida em seis setores: *onde* se carimbavam os pacotes de acordo com as tonalidades do tecido, da cor e do tamanho; *onde* se produzia a frente das peças; *onde* se produziam as partes traseiras; *onde* se montavam as peças – junção da frente com a traseira; onde se pregavam cós e se colocavam passantes – chamado de “cantinho”; enfim, *onde* se tiravam fios e se empacotavam as peças para encaminhar às lavanderias. Normalmente, as lavanderias eram firmas contratadas pelos empresários e estavam localizadas em outros municípios. Nelas, as peças passavam pela alteração da coloração e da textura do tecido.

Experiências na indústria do vestuário e as transformações na vida dos trabalhadores

Dos 36 entrevistados, 9 não trabalhavam na indústria de confecção. Destes, 3 haviam pedido demissão porque conseguiram emprego em outro setor; Rosário fez o curso de costura industrial, mas não atuou no setor, pois tinha magistério e foi lecionar numa escola; Mônica atuou durante 15 dias e foi demitida; Tereza pediu demissão porque estava grávida; Edwiges parou de trabalhar porque a empresa foi desativada por causa de um vendaval que destruiu o barracão; Jezabel e Rebeca não estavam ligadas a nenhuma empresa – faziam serviço de costura somente para a família. Havia uma entrevistada que estava no seguro-desemprego, pois foi demitida após estabelecer contato com o sindicato dos costureiros, e outra que estava desempregada.

O processo que levou as trabalhadoras ao trabalho industrial podia variar, porém todas ressaltaram a busca de um trabalho para garantir sua subsistência e de sua família. Jezabel trabalhava com seu esposo na agricultura, mas, por volta de 1990, sua família passou por dificuldades econômicas e precisou procurar emprego na indústria de confecção de roupas. No trecho abaixo, ela salienta as transformações que afetaram as relações de trabalho de que vivia no campo:

[...] A dificuldade apertou, a gente não tinha dinheiro pra sobrevivência, e eu optei por arrumar emprego [...]. Fui pra sala de costura, me dei bem trabalhando de costura, e ela [a empresaria] me deu o emprego de costura. E, daí, eu ia daqui a pé, ou de bicicleta, trabalhava o dia inteiro lá e daí vinha pra casa atendê o meu serviço. Não era tão leviano [leve] assim, né? Porque tinha que saí 5 horas da manhã pra 7 horas tá lá pra começar o serviço. Era bastante difícil. Depois... Nos primeiros tempos, eu ia a pé. Depois, comprei uma bicicleta. Daqui, dá quase 10 quilometro até lá. Também era puxado. Daí, depois consegui comprar uma moto, era um poquinho melhor [...]. (JEZABEL, 12 mar. 2015).

A jornada laboral era excessiva: começava antes das cinco horas, quando ela acordava para preparar o almoço do esposo e dos filhos. Até as cinco horas, ela deixava tudo pronto, arrumava pão para levar como refeição e saía de casa. Não podia levar marmita para a fábrica porque não tinha onde deixar e nem fogão para esquentar: “Arrumava o meu pão e levava, pra não levá comida, porque não tinha onde esquentá. Daí, eu levava o meu pão e comia. De noite, eu comia comida salgada com eles. O que sobrava do almoço nós jantava”. Como se pode deduzir, o trabalho na indústria de confecção mexeu com os horários e com a forma de organização da vida familiar; sobretudo intensificou seu labor, pois, ao chegar em casa, por volta das dezenove horas, precisava ajudar seu esposo na lida com afazeres agrícolas e domésticos; de tal modo que fazia o trabalho da casa “[...] de noite, de manhã, de madrugada”.

Para dar conta de seus quefazeres, Jezabel mudou os hábitos alimentares da família. Adotou a prática de cozinhar os alimentos nos fins de semana: “No final de semana, eu fazia. Eu cozinhava o que podia cozinhar e deixá na geladeira pra durante a semana. Limpava a casa, fazia pão, lavava a roupa no final de semana.” (JEZABEL, 12 mar. 2015).

Jezabel enfatizou que a necessidade de recursos financeiros a fez se submeter aos sacrifícios que o labor fabril lhe impunha. Seu esforço era impulsionado pelo desejo de garantir as necessidades básicas dos filhos, como roupas, calçados e materiais escolares. Ao frisar que, todos os dias, precisava andar – ou pedalar – dez quilômetros para trabalhar, apontava as mudanças no seu modo de viver e em suas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que construía sua imagem de trabalhadora, pois estava dizendo que não eram todas as pessoas que faziam o que ela fez.

Em 1995, Jezabel entrou na indústria do vestuário. Saiu em 1999, porque a família decidiu se mudar para Foz do Iguaçu. Em 2000, voltaram para Santa Helena, e ela entrou em outra indústria, de onde saiu em 2006. Diferentemente de outros trabalhadores, Jezabel não se desvinculou de todo do trabalho rural, pois permaneceu morando no campo, de onde se deslocava para ir à sede municipal enquanto seu esposo se mantinha na lida agrária. A decisão de deixar o emprego na indústria se justificou por causa da saída dos filhos de casa, dos problemas de saúde de seu esposo e do aumento das tarefas domésticas.

[...] Tinha muito serviço e não vencia mais. Não dava mais pra ele ficar sozinho, não vencia aqui. E, pra mim trabalhar lá e vim fazer meu serviço em casa, não dava mais [...]. Daí, a idade começa pesar, a dificuldade começa chegar, a gente não vence mais tudo, a cabeça não ajuda mais como ajudava. Daí, tu não consegue associar [conciliar] uma coisa com outra, alguma coisa tem que ficar pra trás. (JEZABEL, 12 mar. 2015).

O esforço em se manter na indústria não suportou o excesso de trabalho. Foi um elemento central que a levou a se afastar do

emprego de costureira. O labor industrial acelerou a vida dessa trabalhadora de modo que, depois de alguns anos de uma rotina estafante, se sentia esgotada. As limitações físicas e mentais decorriam desse processo exaustivo, embora as dinâmicas do trabalho industrial produzissem a sensação de que seria devido às mudanças do processo natural de envelhecimento que ela já não era capaz de se manter ali.

Após sair da empresa, ainda assim Jezabel ajudava uma filha que tinha uma confecção domiciliar. Somente depois de sofrer um acidente de moto parou de costurar, pois “[...] perdi o movimento de um pé, não podia mais costurar, ficou muito difícil, doía muito, não rendia mais. Daí, eu parei.” (JEZABEL, 12 mar. 2015). Na ocasião da entrevista, disse que cuidava dos afazeres da casa e ajudava nas atividades da roça. Quanto à rotina laboral, frisou ter dias mais apurados, em que levantava às seis horas e ia até por volta das vinte e duas horas. Mas a diferença em relação ao emprego industrial era que fazia conforme conseguia: “Nós fizemos silagem em grão e aquele dia é apurado. O dia que faz silagem de milho verde também é um dia que não dá sossego, é apurado. Às vezes, vai até tarde da noite até que termina o serviço. Não é assim, um dia igual o outro.” (JEZABEL, 12 mar. 2015). Ao dizer que a vida no campo e o trabalho rural não eram todos os dias iguais, ela estava dialogando com a realidade do labor industrial: este era monótono, intenso e repetitivo; no campo, havia dias com atividades mais intensas e outros mais tranquilos, quando podia cuidar das tarefas da casa e descansar. Como ela disse, “[...] Se tu quer levantar às nove horas, se tu quer levantar às cinco horas, tu vai a hora que tu quer. Se atrasou serviço, se ficou pra trás, o problema é o teu, né? E lá, não! Se atrasou o serviço, o problema não é de um só, [é] de muita gente.” (JEZABEL, 12 mar. 2015).

Os trabalhadores que tinham experiência com a vida e o labor no campo, ao se iniciarem nessas indústrias, sentiam certo estranhamento, pois as dinâmicas e as exigências eram diferentes. Com efeito, Clara expôs as mudanças que o trabalho industrial ocasionou em sua vida:

[...] Eu vou falar como foi o meu primeiro dia: apesar de eu já ter o curso de costura, eu não tinha assim, não tinha, vamos dizer assim, produção. Não tinha qualidade ainda na costura. Então, eu achei difícil, porque eles começaram a me cobrar. Então, por várias vezes, eu vinha pra casa chorando, por causa que, em casa, por mais que a gente trabalhava, a mãe não xingava. E daí, então, tinha uma estranha que vinha do meu lado e me xingava, que eu tava fazendo errado. (CLARA, 6 fev. 2012).

Desde adolescente, Clara trabalhava na agricultura com a família (seus pais tinham três alqueires e meio). Plantavam fumo, milho e mandioca, dentre outras culturas. Para ela, o trabalho rural tinha o sentido de algo familiar, fraternal; já as fábricas de costura eram algo que a assustava de início. Com a presença de pessoas “estranhas”, pressionando e cobrando produção, ela demarcou aspectos que diferenciavam a relação com o trabalho, a começar pelo fato de que o labor na roça ela sabia fazer e, na fábrica, ela não dominava as operações a serem executadas. Além de não conhecer as etapas da produção, as pessoas “estranhas” não a ensinavam com a mesma paciência que tinham seus familiares. A “liberdade” e o prazer de um trabalho acolhedor eram substituídos pela agressividade do sistema da fábrica e por um ritmo acelerado.

Submeter-se e buscar se adaptar a essas condições era uma necessidade que expressava as dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Também marcava mudanças na vida pessoal dos trabalhadores, sobretudo quando se viam em situações imprevistas, como separação ou gravidez. Clara acabara de ser mãe de sua primeira filha quando foi contratada para trabalhar na indústria de confecção. Ela argumentou que queria oferecer à filha mais do que o alimento necessário para viver; ou seja, “[...] roupas boas [...] coisas que ela vai gostar, né? Então, a necessidade de você querer dar uma coisa melhor do que eu tinha, dar uma coisa melhor pra ela. Então, acho que foi isso que me levou a querer ir trabalhar fora.” (CLARA, 6 fev. 2012). A instabilidade do trabalho rural lançava a expectativa de conseguir emprego nas fábricas, pois os trabalhadores enxergavam a possibilidade de garantir um

salário fixo no fim do mês. Isso os impulsionava a permanecer no labor fabril. Esse foi o processo vivido por Clara e seu esposo, funcionários da mesma indústria:

[...] Na fábrica, você tem o salário todo mês garantido e na agricultura, não. Que nem ele [o esposo], trabalhava no plantio quatro, cinco meses [...]. Ganha bem na agricultura, mais vamos dizer assim: só são quatro, cinco meses por ano, os outros meses – vamos dizer –, você tem que economizar aqueles quatro, cinco meses pra se manter por [pelo] resto do ano, né? E na fábrica não, se chove, se tem sol, você tá lá, mais você vai recebe, né? (CLARA, 6 fev. 2012).

Com efeito, de famílias ligadas ao meio rural, um número significativo dos trabalhadores, sobretudo aqueles com idade entre 35 e 50 anos, referia-se ao trabalho rural com positividade, como algo prazeroso; mas, ante a falta de terra e de condições de permanecer nela, precisaram rumar para a cidade, a fim de garantir a sobrevivência com trabalho na indústria.

Quanto às mudanças que o labor industrial ocasionou na vida dos trabalhadores da cidade, Ana destacou aspectos referentes às mudanças no conjunto familiar – seus costumes e valores.

[...] Muitas vezes, a gente não tem esse tempo de [ficar com a família], no final da tarde ou na hora do meio-dia [...]. Quase a gente não se vê mais, né? É muito difícil. É só à noite. Então, a gente senta, toma chimarrão, conversa aquele pouco e, logo, tem que cuidar dos afazer, que logo tá na hora de dormir de novo. Então, [...] hoje, as famílias perderam muito esse jeito de viver como família, né? Porque, quando eu era jovem, que a gente tinha... que eu estava com o pai e a mãe em casa, que a gente trabalhava na roça, a gente tinha mais aquele tempo de sentar na mesa na hora do meio-dia, todos junto embaixo de um pé de árvore, contar causo, dar risada, viver aquele momento, né? À noite, também, mesmo com tudo o trabalho que tem na lavoura... Só que aqui na [cidade]... Nós, que vivemos na cidade, né?,... Esse tempo vai, parece que ele vai se esgotando, que é minuto a minuto. Parece

que o dia deveria de ter mais 12, mais, mais 24 horas a mais pra fazer o que você tem que fazer. E muitas vezes a gente deixa a desejar, né? (ANA, 10 jan. 2012).

Ana salientou as mudanças na organização de tempo, traçando um paralelo entre a experiência da agricultura e a vida na cidade. No meio rural, ainda existia certo respeito aos ritmos biológicos e sociais; na cidade, as pessoas viviam “num correr”, não conseguiam se reunir, tampouco conversar sem estar preocupadas com os afazeres. Na cidade, a casa passou a ficar vazia, pois as pessoas se encontram à noite a fim de se prepararem para os compromissos da jornada de um novo dia.

Há quem veja o trabalho industrial com positividade ao ser comparado com o labor campesino porque vê as atividades na facção como algo mais leve:

Na lavoura, é mais sofrido, né? E a gente não tinha terra nossa mesmo, né? Então, era bem sofrido. [...] Mudou bastante devido a ser um trabalho braçal da lavoura, pesado, né? E a costura, além dela ser assim, mesmo ela sendo assim, uma... muitas horas sentado, ou coisa assim, mais ela é bem mais tranquilo. Não sei se é porque eu gosto. (DULCE, 12 mar. 2015).

Quanto ao ritmo de trabalho e ao cotidiano da vida urbana, Dulce frisou que “A rotina mudou muito, porque, mesmo tendo hora marcada pra tudo, é um serviço mais leve, né?” (DULCE, 12 mar. 2015).

Ante a referência de Ana e Dulce às mudanças na relação com o tempo (THOMPSON, 1998), cabe reiterar o que diz Izabel Cristina Ferreira Borsoi:⁹ “[...] o ritmo e o tempo dentro de uma dinâmica de vida rural seguem, de certa forma, a lógica da natureza, com lida do nascer ao pôr do sol; na indústria, o ritmo e o tempo seguem a máquina e o relógio e, às vezes, nem

⁹ O estudo de Borsoi analisou a industrialização que vinha ocorrendo, no Ceará, especificamente em Horizonte, a partir de 1990.

sequer o sol é vislumbrado durante o dia” (BORSOI, 2005, p. 79). O ponteiro do relógio controla cada minuto da vida, construindo uma racionalidade temporal diferente daquela do campo. Como destacou Eva, qualquer coisa que não seja produção é “matar tempo.” (EVA, 4 nov. 2011). Na avaliação de Jezabel, o trabalho na agricultura era

[...] pesado. Só que tu trabalha a hora que tu pode, a hora que tu quer; o dia que tu não quer tu não precisa ir. Numa fábrica, tu tem um compromisso sério. Se tu tem alguém doente, tu tem que deixar, porque a fábrica não pode perder se você tem um doente, né? Se você não tá bem, não pode ir, a fábrica tá perdendo, né? Ao invés, aqui, não: se tu pode fazer hoje, tu faz; se tu não faz hoje, você faz amanhã. A diferença da fábrica da agricultura: aqui é serviço próprio, né? E lá, não! É um serviço que um depende do outro. No meu serviço, se eu faltasse – eu cortava a roupa pras outras costurar –, se eu faltasse, meu serviço ficava parado, tinha que ir a outra que não tinha muita experiência no meu lugar [...]. (JEZABEL, 12 mar. 2015).

Ao contratarem pessoal, as empresas passam a controlar o tempo e a interferir na vida dos funcionários. Diferentemente do que ocorre no labor no meio rural, o relógio determina a hora de entrar e sair das empresas.¹⁰ Esse processo de se deslocar da área campesina para o perímetro urbano – na avaliação de Ana – levava as pessoas a perder o controle do tempo e de suas vidas. Por vezes, sentem uma desorganização interna. Não se satisfazem consigo mesmas, pois percebem que o dia é curto para cumprir as obrigações diárias.

Sobre isso, eis o que disse Fátima:

Eu acho que todo trabalho tira tempo da gente, num importa que trabalho que seja. Tipo, os horários, né? [...] Mais, na medida do

¹⁰ Além da carga horária laboral diária, em alguns casos a hora extra é utilizada para completar a cena.

possível, a gente tenta é intercalar as coisa, tenta dar atenção pros filho, pro marido, pra casa. Geralmente, a casa é quem fica bagunçada, os filhos sofrem um pouquinho a falta de atenção, né? Então, férias. A gente adora férias porque as férias são um momento assim pra gente ficar com os filhos, ficar com a família. Tem gente que tira férias e viaja; só que, daí, no meu caso, eu tiro férias pra ficar com os filhos, pra dar uma geral na casa, né? Então, [o trabalho fabril] interfere [na relação com o tempo]; mais não é, tipo assim, ruim também, né? Pelo fato de ser uma forma da gente ganhar a vida, né? (FÁTIMA, 20 dez. 2011).

Na avaliação dessa trabalhadora, a perda de controle sobre o tempo é algo inevitável ante as dinâmicas de sobrevivência a que precisavam se submeter. Como seres humanos, parece impossível cuidar de todos os aspectos da vida da forma que gostariam, por isso algo sempre era colocado em segundo plano. Nesse caso, Fátima destacou que a organização da casa perdeu a prioridade e que os filhos não recebiam a atenção devida. Isso porque os pais precisavam ganhar a vida com o trabalho, daí ser justificável a ausência de casa e do cuidado com a prole: “[...] eu acho ainda que justifica, justifica o fato de eu não ter muito tempo”. Deixar o trabalho na agricultura, assim como deixar atividades de diarista ou empregada doméstica, implicava projetar a vida noutro sentido: o de um modo de viver e trabalhar que impunha valores trabalhistas alheios às suas experiências de classe.

Ao se referir às mudanças do trabalho na agricultura em relação ao trabalho nas facções de costura, Isabel foi enfática:

Olha! Pra mim, foi uma mudança bem radical, porque mudou como se fosse da noite pro dia. Cê vinha [em] uma coisa que era... Tua vida era uma coisa só, né? Aquela rotina: levantar, tirar o leite e ir pra roça. Depois, muda tudo. Tu tem que mudar, cuidar da casa, sair, ver as coisa na cidade. É completamente tudo diferente, demora pra conciliar tudo (ISABEL, 10 dez. 2011).

Essa dinâmica provoca uma autocobrança: os trabalhadores

pensam que não fazem o suficiente, alimentando a sensação de que poderiam fazer sempre mais, pois “deixam a desejar” (ANA, 10 jan. 2012). Ana acreditava que a rotina da vida na cidade, o cumprir horário, além de ser fisicamente cansativo, com o passar do tempo “mata os valores, né? A família se acaba, e você não encontra um rumo pra seguir”. Em sua avaliação, para manter os laços familiares, era necessária a prática religiosa: “[...] a religião faz parte da família. Eu acho que a família que não tem religião não segue. Eu acho que não tem como viver”. Pude perceber que, para Ana, os valores familiares e religiosos articulavam um sentido e definiam o lugar do trabalho em sua vida. Entendia que a família era “um laço sagrado” e acreditava na necessidade de se reunir para conversar, sair juntos e ir à Igreja. Porém, a correria do cotidiano impedia que isso acontecesse: “[...] a gente não tá encontrando esse tempo quase, né?”. Essa realidade despertava nela o desejo de voltar a viver no meio rural, onde havia passado a infância.

Segundo o ponto de vista dessas pessoas, o trabalho na indústria até melhorava suas condições econômicas; por outro lado, implicava mudanças que se expressavam em perdas. Ana manifestou isso com profundidade, uma vez que apontou a perda de controle sobre o tempo e sobre sua vida social, familiar e emocional. Ante tais perdas, pareciam lutar para estabelecer seus vínculos, buscando elementos e relações fora do ambiente laboral que pudessem dar sentido à vida e ao próprio trabalho. Exemplo disso está na conexão entre trabalho, família e prática religiosa: aspectos que tentavam preservar.

Esse processo tem dificultado cada vez mais a vida e a sobrevivências da classe trabalhadora e pobre. Visto sob a avaliação feita pelos que o viveram e vivem, percebe-se um deslocamento da valorização do trabalho para a produção. Esta desvalorização dos trabalhadores é narrada por eles a partir das perdas em relação a seus saberes e às formas de se relacionarem na produção, perdendo as relações que os identificavam com o trabalho (VARUSSA, 2012).

Entre os 36 entrevistados, 17 eram casados. Havia 10

solteiros, 4 vivendo em união estável, 3 separados e 2 divorciados. Da mesma forma que o fator idade, o estado civil e a presença dos filhos pareceram ser uma variável importante na vida e no relacionamento que os trabalhadores estabeleciam com o serviço, pois a dependência do grupo familiar em relação à garantia da subsistência se constituía como um impulso à permanência no emprego. O maior número de casados estava entre o grupo da faixa etária com mais concentração nas empresas: entre 36 e 45 anos de idade; estes eram também os que tinham o maior número de filhos. As categorias ocupacionais dos cônjuges das casadas eram variadas: abrangiam atividades na agricultura – tratorista, hortigranjeiro, prestador de serviços para proprietários de terras e de aviários –; assalariados da indústria; auxiliares de produção da cooperativa Lar; costureiro; assalariados do comércio e do setor de serviços; técnico de informática; mecânico; operário de construção civil; vigilante de banco; instrutor de autoescola; jardineiro; motorista. Havia diversidade, também, no nível de renda das famílias, ainda que as informações obtidas nesse tópico tenham sido imprecisas. A renda mensal podia variar de um salário mínimo – quando um cônjuge estava desempregado – a três mil reais.

Foi entre as trabalhadoras de 36 a 55 anos de idade que encontrei índicos de que sonhavam em ser costureiras. Relataram dificuldades de conseguir emprego por causa da idade mais avançada e pela pouca escolaridade.

Dentre aquelas com idade entre 41 e 60 anos, a escolaridade variava de analfabeta ao ensino médio completo. Uma delas tinha cursado até a antiga segunda série; uma até a terceira série do primeiro grau; quatro tinham cursado até a quarta série; e duas, até a oitava série. Entre as quatro com ensino médio completo, duas haviam se formado depois de adultas, através do supletivo; uma com ensino médio incompleto havia estudado nesse sistema. Esses dados confirmam o que as entrevistadas disseram sobre dificuldades para estudar.

Para alguns trabalhadores da faixa etária entre 16 e 20 anos, o labor nas facções industriais constitui a primeira experiência

trabalhista formal. Para outros, com idade entre 21 e 60 anos, o emprego nas facções de costura, em grande parte, era o primeiro com registro na carteira profissional. Oriundos de famílias ligadas à agricultura e pecuária, trabalhavam sem registro formal ou prestavam serviço como diaristas e domésticas. Os internos às empresas tinham faixa etária de 16 a 49 anos. Dentre os externos e as costureiras domiciliares, percebi a presença de pessoas com idade entre 40 e 60 anos. Em meio a estas, a idade mais avançada, algumas vezes, era argumento para expressar a experiência no ramo de confecções do vestuário.

Priscila concluiu o ensino fundamental aos 44 anos de idade; o que, para ela, representava uma de suas limitações para ter perspectivas de mudança profissional. Em outubro de 2011, fazia cinco meses que trabalhava numa confecção do vestuário, emprego que representava a realização do sonho de ter registro em carteira – “E outro sonho era trabalhar de carteira assinada, porque aquela que eu trabalhei na agricultura eu nunca tive carteira assinada. Primeira vez, com 44 ano – vou fazer 45 –, primeira vez a minha carteira foi assinada.” (PRISCILA, 17 out. 2011). Antes de se empregar na fábrica, havia sido diarista por oito anos consecutivos; trabalhava uma vez por semana, em três casas. Somados os valores que recebia das três casas, disse que conseguia receber duzentos reais no mês.

Quanto às diferenças entre trabalhar de diarista e na indústria de confecção, Priscila frisou: “Passar bolso lá não é que nem passar roupa em casa”. Ela fazia referência a mudanças quanto ao conhecimento do que fazia, pois, embora soubesse passar roupas e tenha feito isso por vários anos em sua residência e nos trabalhos que desenvolveu como diarista, sentia que não sabia fazer o que lhe era cobrado na fábrica: “Ele [o gerente] te ajuda, ele pega o ferro, ele passa o primeiro pra tu entender. Pra mim, foi assim no começo, pra mim foi assim, porque tu ir passar bolso lá não é passar uma calça aqui, uma camisa aqui [...]” (PRISCILA, 17 out. 2011).

No caso de Priscila, a falta de estudos era vista como elemento que produzia nela a perspectiva de permanência naquele trabalho.

Para os trabalhadores com idade entre 16 e 30 anos, estudar poderia ser o meio de conseguir sair das fábricas de confecções do vestuário. Em geral, estes não pretendiam permanecer por muito tempo em confecções de costura porque acreditavam que ainda conseguiriam algo, pelo menos, mais próximo do que projetavam para suas vidas. Os parâmetros para mudar de emprego eram definidos pelo descontentamento com as condições laborais, incluindo salário, que era considerado pouco ante o volume de serviço. Esses aspectos somavam-se a anseios pessoais como fazer uma graduação ou curso técnico em outro setor.

Nazaré terminou o ensino médio em 2011 e fez o vestibular para cursar Contabilidade na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mas ficou “na lista de espera”, o que ela viu como “grande avanço” porque era “muito difícil passar” sem fazer um curso preparatório. Por isso seguia com esperança: “Quem sabe ano que vem eu consiga?! Mais eu sonho muito com isso. É uma coisa que eu sou boa, que eu entendo e que eu me identifico, sabe?” (NAZARÉ, 24 jan. 2012). Ela via o emprego de costureira como algo que poderia lhe conceder as condições para se graduar em Contabilidade, pois isso era sua expectativa. Acreditava que poderia conciliar o serviço na facção de costura com os estudos.

Conforme disse essa entrevistada, o serviço de costureira era como outro qualquer que contribuía para suprir suas necessidades naquele momento. Mas definir a profissão que seguiria supunha ser algo para o resto da vida; para isso, seria preciso gostar do trabalho, porque, em sua concepção, uma pessoa que gosta de biologia e cursa uma graduação em letras “não vai se dar bem”. Em sua perspectiva, o emprego na indústria de confecção era “uma saída” que havia encontrado para aquele momento presente:

Porque, no quê que eu ia trabalhar? Por exemplo, alguém que trabalha na prefeitura, o seu filho vai fazer o quê? Vai conseguir na área da prefeitura também, né? Não tem outra, muitas opções, porque em cidade pequena eles não aceitam pessoas sem experiência, né? Então, é aí que a gente consegue. (NAZARÉ, 24 jan. 2012).

Na avaliação dessa entrevistada, a falta de opções na hora de procurar emprego era uma realidade que atingia toda a população do município, mas era pior para a classe trabalhadora e pobre. Ela estava enfatizando que, se tivesse oportunidade de emprego noutra setor, não estaria numa fábrica do vestuário. Mas, como filha de costureira, irmã de costureira e afilhada de costureira, tendia a fazer o mesmo. Nazaré enxergava sua trajetória em relação à de outras pessoas de sua idade cujos pais ocupavam cargos na prefeitura. Percebia que seu lugar social era diferente do lugar daqueles sujeitos. Ter um emprego público podia representar prestígio ante quem não tinha vínculo empregatício com os órgãos públicos (LANGARO, 2005).

Levando em consideração que a formação do setor de confecções do vestuário em Santa Helena deu-se entre os anos 1990 e 2000 e que o trabalho nessas confecções era a primeira experiência deles como trabalhadores da indústria, pode-se constatar que os sujeitos entrevistados para esta pesquisa já iniciaram suas trajetórias como trabalhadores de indústria convivendo com as mudanças caracterizadas pela historiografia como de “reestruturação produtiva”. Eles tiveram suas trajetórias de trabalho construídas em um mercado caracterizado pelos processos de intensificação laboral, terceirização e informalidade (ANTUNES, 2006; GUIMARÃES, 2004).

Ressaltando as mudanças ocasionadas com o uso de máquinas eletrônicas, Diná elencou elementos das transformações produtivas vividas pela classe trabalhadora. Ela destacou as cobranças e as metas de produção:

[...] Antigamente, [as máquinas] era mais reta, manual, assim e tal. Hoje, já existe aquela eletrônica, né? Que tem uns detalhe a mais. Ela vai mais rápida, ela corta a linha, ela tem uns detalhe a mais, hoje. Até antigamente, num existia a pregadeira de bolso, hoje tem a pregadeira. Aqui não tem, mais em Missal, [onde] eu trabalhava, tinha pregadeira de bolso tipo eletrônica, ela prega bolso. Então, ela tirava o serviço de quatro costureiro, quatro costureiro produzia o que a máquina, em uma hora, produzia, entendeu? E a passadeira

de bolso, que a própria máquina fazia, compreensava o bolso, tipo assim: imprensava e não precisava... Então, são claro, máquinas [...] mais rápidas. Tem a máquina de travete, principalmente. Você faz... Eu fazia um passante, você tinha que cortar o passante, o rapaz tinha que dobrar isso daqui. Hoje, não! Existe uma máquina que ela já pega, corta, já deixa dobradinho, a própria máquina costura, facilita muito, né? Então... Só que tem lugares... Como as máquinas são caras e... Essa, de pregar bolso, além dela ser cara, ela precisa de molde; todo molde, cada modelo de bolso é 500, 600 reais, uma daquelas chapa, né? Então, o próprio patrão achava meio caro comprar toda vez. Então, o que eles podiam usar a máquina, eles usavam, a tradicional. (DINÁ, 30 jan. 2012).

Na conjuntura nacional, esse período é considerado como sendo de crise, marcado por políticas de abertura econômica, de desregulamentação financeira e de privatizações que repercutem na indústria nacional (JINKINGS; AMORIN, 2006, p. 339). De acordo com Jinkings e Amorin, desde 1990 as empresas têxteis com maior poderio econômico mantiveram-se no mercado à custa de intensa reestruturação produtiva. O setor de confecções do vestuário em Santa Helena se constitui dentro de uma conjuntura de transformações no mercado internacional e nacional.

O uso de tecnologia para aumentar a produtividade do trabalho, as novas formas de organização da produção e a introdução maciça da terceirização para reduzir os custos do trabalho resultaram em forte aumento dos níveis de desemprego e subemprego no setor têxtil. (JINKINGS; AMORIN, 2006, p. 339).

Em conformidade com esse processo, constatei que empresas de Santa Catarina contratavam os serviços de costureiras de Santa Helena, PR. Dulce, por exemplo, costurava na própria residência. Ela tinha sete funcionárias que produziam blusas, vestidos e saias. A empresa que contratava seus serviços era de Itajaí, SC; e as marcas das peças eram: Colcci, Coca Cola, Triton e Fórum. Disse-me que a produção ia para Itajaí e São Paulo; de lá, algumas peças eram exportadas.

Os estudos sobre as indústrias de confecções têxteis e do vestuário têm demonstrado que recorrer à mão de obra domiciliar é uma dinâmica que tem se propagado Brasil afora. Conforme Abreu e Sorj, os empresários da indústria têxtil e do vestuário do Rio de Janeiro, em particular da zona norte, Baixada Fluminense e Niterói, adotavam essas práticas desde meados da década de 1970. Essas autoras constataram que o trabalho domiciliar no local de suas pesquisas estava caracterizado pelo isolamento das trabalhadoras, ignoradas pelos sindicatos e excluídas dos benefícios sociais atribuídos aos assalariados.¹¹

Aqueles que se posicionam na defesa das mudanças recentes nas relações de produção argumentam que as mudanças organizacionais velozes acompanharam o desenvolvimento da inovação tecnológica e do mercado, acentuando a necessidade de aprendizagem e atualização contínuas (PAULOS; MONIZ, 2013, p. 114).

Na perspectiva dos empresários de Santa Helena, atualizar-se era algo necessário ao desenvolvimento das empresas e do município; tinham como prioridade a competição produtiva e costumavam lançá-la aos trabalhadores, o que, por vezes, tende a distanciar essas duas classes, ou seja, patrões e empregados. Podemos encontrar esse posicionamento em defesa das mudanças recentes nas relações de trabalho na fala do ex-prefeito municipal Silom Schimidt, que, em 1997, foi questionado pelo jornal Costa Oeste sobre as alternativas do governo municipal para o problema do desemprego. Eis sua resposta: “Estamos terceirizando os serviços públicos, que, aliás, é uma recomendação da nova política administrativa a terceirização. Terceirizando nós temos um resultado prático e rápido, com isso resolvemos o problema da geração de empregos” (COSTA OESTE, 1997, p. 9).

¹¹ Abreu e Sorj destacam que esse tema pede uma análise que leve em conta fatores econômicos – por exemplo, redução de custos de produção, vistos através da transferência para os trabalhadores das despesas com energia, equipamentos e espaço – e que sejam percebidas e analisadas as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho; isso porque o trabalho em domicílio contemporâneo seria realizado mais por mulheres. Cf.: ABREU; SORJ, 1993, p. 44.

Para os trabalhadores, os resultados dessas mudanças só são rápidos porque, dentro de poucos anos, a saúde é consumida, e eles passam a sentir os efeitos através de doenças ocasionadas pelo trabalho. Com apenas três anos na linha de produção, Fátima sentiu os primeiros sinais de tendinite. Antes de se iniciarem nas fábricas, o organismo das trabalhadoras estava acostumado a um ritmo, e o trabalho fabril, acelerado, fez com que sentissem as alterações.

Além de elementos das possíveis melhorias que as máquinas eletrônicas podiam oferecer, facilitando o aumento da produção, Diná, citada anteriormente, pontuou que, em 2012, o número de empregados nessas indústrias de confecções do vestuário era reduzido ante o fim da década de 1990, quando ela se iniciou nesse setor, pois uma máquina eletrônica podia dispensar até três operários. Na concepção dos empresários, essas mudanças são vistas pelo viés da produtividade, uma vez que oferecem condições para aumentar a produção e obter mais lucros no final do mês. Contudo, essas chamadas inovações tecnológicas intensificam o trabalho e podem colocar os trabalhadores na condição de desempregados. De tal modo, passaram a viver com insegurança constante quanto a suas condições de sobrevivência.

Os trabalhadores foram atingidos pela instabilidade financeira, realidade que se torna mais penosa com as falências e o fechamento de empresas, que têm se tornado frequentes. Cabe dizer que quatro empresas de confecção de jeans que se instalaram no município entre os anos de 1998 e 2008 vieram a falir entre os anos 2003 e 2010.

Embora tenha diminuído o número de trabalhadores atuando diretamente no interior das fabricas, eles não foram eliminados. A intensificação do trabalho e a crescente instabilidade e precariedade do emprego são consequências dessas mudanças. Na lógica capitalista, parece que o processo de reestruturação seria algo inevitável e necessário para prosseguir o desenvolvimento e colocar as empresas nas relações de competitividade no mercado mundial (ALVES, 2007; ALVES, 2000).

Considerando as trajetórias dos trabalhadores das indústrias

de confecções do vestuário em Santa Helena, é possível perceber que conviviam com a incerteza de emprego e de suas condições de vida, pois ora estavam empregadas, ora não. Às vezes, a vida de trabalho constituía vários tipos de ocupações, pois, para sobreviver, se submetiam a serviços temporários com o objetivo de conseguir renda mínima. Algumas vezes, a necessidade as levava a retomar os estudos. A discussão a respeito da escolaridade dos trabalhadores e as exigências de qualificação são questões que devem ser aprofundadas em outro momento.

Os relatos apontados pelos trabalhadores permitem questionar as produções acadêmicas que estabeleceram uma concepção de positividade no processo de mudanças que ocorre no mundo do trabalho e dos trabalhadores. Isso porque tais acontecimentos não apresentam um retorno produtivo para esses sujeitos; a eles coube um processo de perdas em relação ao prazer de trabalhar, do conhecimento e da saúde física e emocional. Na avaliação dos trabalhadores das confecções do vestuário de Santa Helena, as mudanças após a década de 1980 trouxeram a desvalorização de seus saberes e de seu modo de viver e de trabalhar, pois tiveram de deixar a vida e o trabalho agrícola para iniciar uma trajetória de vida como trabalhadores da indústria.

Referências bibliográficas

A ADMINISTRAÇÃO Silom e Mafini completa 150 dias: passaram-se quase 150 dias do governo Silom/Mafini. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, ano 2, p. 9, maio 1997.

ABREU, Alice Ranchel de Paiva. *O avesso da moda*. Trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas: uma revisão da literatura recente. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila (Orgs.) *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA/ANEEL. Royalties de municípios alagados pela formação do Lago de Itaipu. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em 1º fev. 2013.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. *O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso*. Fortaleza: Ed. UFC, 2005.

GEMELLI, Diane Daniela. *Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: Frigorífico de Aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: USP; Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 2004.

JINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

LANGARO, Jiani Fernando. *Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná*. 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

LIMA, Angela Maria de Sousa. *As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e Região*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

PAULOS, Margarida Ramires; MONIZ, António Brandão. Os trabalhadores do conhecimento num setor tradicional: o caso dos designers do vestuário. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 72, p. 103-122, 2013.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Niterói, n. 2, p. 59-72, 1996.

SILVA, Rosane Marçal. *Trabalhadores e confecções em Santa Helena, PR (décadas de 1980–2000)*. 2015. 201 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARUSSA, Rinaldo José. Metalúrgicos e as mudanças nas relações de trabalho: região de Jundiá-SP, décadas de 1960 a 2000. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 25, n. 46, p. 85-10, jan./jun. 2012.

Fontes orais

ANA. Santa Helena, PR, 10 jan. 2012. Arquivo de MP3 (73 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, então com 42 anos de idade.

CLARA. Santa Helena, PR, 6 fev. 2012. Arquivo de MP3 (63 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha então a idade de 27 anos.

DINÁ. Santa Helena, PR, 30 jan. 2012. Arquivo de MP3 (46 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa onde ela trabalhava. Ela estava com 38 anos de idade à época.

DULCE. Santa Helena, PR, 12 mar. 2015. Arquivo de MP3 (45 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha 49 anos de idade à época.

EVA. Santa Helena, PR, 4 nov. 2011. Arquivo de MP3 (64 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 49 anos de idade no momento da entrevista.

FÁTIMA. Santa Helena, PR, 20 dez. 2011. Arquivo de MP3 (89 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha então 30 anos de idade.

ISABEL. Santa Helena, PR, 10 dez. 2011. Arquivo de MP3 (89 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 44 anos à época.

JEZABEL. Santa Helena, PR, 12 mar. 2015. Arquivo de MP3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada tinha 57 anos à época.

NAZARÉ. Santa Helena, PR, 24 jan. 2012. Arquivo de MP3 (70 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 18 anos de idade à época.

PRISCILA. Santa Helena, PR, 17 out. 2011. Arquivo de MP3 (59 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 44 anos de idade à época.

SALOMÉ. Santa Helena, PR, 7 out. 2013. Arquivo de MP3 (40 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa da entrevistada. Ela estava com 46 anos de idade à época da entrevista.

Recebido em abril de 2016.

Aprovado em julho de 2017.

OS TRABALHADORES DO NORTE DE MINAS GERAIS: ENTRE O “DESENVOLVIMENTO” E O “PROGRESSO”

*Valéria de Jesus Leite**

RESUMO: Neste artigo, analisamos a organização dos trabalhadores em Montes Claros e Norte de Minas Gerais, suas demandas e suas lutas, entre as décadas de 1970 e 1980. Especificamente, trataremos a respeito de como se deu o processo de modernização econômica na cidade de Montes Claros e de como esse processo, efetivado a partir da década de 1960, afetou a vida dos trabalhadores, tanto nesta cidade como na referida região. É importante ressaltar que, quando tratamos do processo de modernização das estruturas econômicas de Montes Claros, não podemos nos restringir somente aos seus limites geográficos, pois estaremos também fazendo uma análise da região e do país. A dinâmica experimentada durante o período em questão nos mostra que as transformações pelas quais passou essa cidade na segunda metade do século passado afetaram a região como um todo, do mesmo modo que, por sua vez, as transformações ocorridas na região influíram em Montes Claros.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores. Movimentos sociais. Norte de Minas.

ABSTRACT: In this article, we analyzed the workers' organization in Montes Claros and North of Minas Gerais, their demands and their struggles, between the 1970s and 1980s. Specifically, we will deal with the modernization of the economic process in Montes Claros and how this process effective since the 1960s, affected

* Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da rede pública de ensino de Minas Gerais

the workers' life, both in this city and its region. It is important to emphasize that when we deal with the modernization process of the economic structures of Montes Claros, we can not restrict ourselves to its geographical limits, we will also be analyzing the region and the country. The dynamics experienced during the period in question shows the transformations that this city passed in the second half of the last century affected the region as a whole, in the same way that the transformations that took place in the region has influenced in Montes Claros.

KEYWORDS: Workers. Social movements. North of Minas Gerais.

Buscando o desenvolvimento e o progresso

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil, como um todo, passou por profundas transformações de caráter político, econômico e social.

Em 1959, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A Sudene foi um projeto do governo federal, idealizado por Celso Furtado, que pretendia alavancar o crescimento do país, corrigindo as disparidades regionais, sobretudo dos estados na região que hoje conhecemos como Nordeste, em relação ao Centro-Sul. Celebrada por muitos e questionada por tantos outros, a Sudene, enquanto incentivadora de vários projetos, esteve presente no processo de modernização econômica do Norte de Minas a partir de 1965, momento em que a industrialização em Minas Gerais começou a se consolidar.¹

Quando a Sudene foi criada, as lideranças políticas do Norte de Minas já estavam em sintonia e apresentavam capacidade de mobilização, conforme foi constatado por Pereira (2007), sendo

¹ Sobre críticas ao modelo Sudene de desenvolvimento, ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

que uma de suas mais importantes conquistas foi a inclusão do Norte de Minas na área de abrangência da Sudene. Com isso, o Norte de Minas Gerais, a partir de 1965, passou a fazer parte de duas dinâmicas desenvolvimentistas maiores, a mineira e a nordestina, sendo que esta última tinha sua pauta direcionada pela Sudene e se baseava em políticas de combate à seca e de geração de emprego. Por isso, entender a dinâmica do Nordeste é importante para entender também a dinâmica do Norte de Minas, já que as transformações aqui ocorridas só foram possíveis por meio dos investimentos da Sudene.

Todavia, as políticas públicas do governo federal para promover o desenvolvimento do Nordeste tiveram início muito antes da Sudene. Segundo informa Rodrigues (1998, p. 17-29), as ações governamentais buscando promover o desenvolvimento do Nordeste aconteceram desde o fim da Segunda Guerra Mundial e envolviam o aproveitamento dos recursos da bacia do Rio São Francisco. Até a criação da Sudene, em 1959, o governo federal já havia destinado inúmeros recursos para projetos e ações, principalmente com relação às questões hídricas, como a construção de barragens.

Nesse sentido, foi criada, em 1945, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e, em 1946, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), inspirada no modelo norte-americano de valorização econômica do Vale do Rio Tennessee. A CVSF foi efetivamente criada em 1948 e estava vinculada diretamente à Presidência da República. Seu objetivo foi elaborar e executar um plano geral para o aproveitamento do Vale do São Francisco, considerando todo o potencial hidrelétrico do Vale, desenvolvendo a agricultura, a irrigação, a indústria, as comunicações, a educação e a saúde, além de coordenar as desapropriações de terra e o assentamento de agricultores (RODRIGUES, 1998, p. 17-29). Esse foi um plano de desenvolvimento com ações complexas que requereu um extenso conjunto de atividades e responsabilidades.

Entre 1964 e 1967, o governo estadunidense prestou assistência técnica à Comissão do Vale do São Francisco, em convênio que envolvia também a Sudene, a CHESF e a *United*

States Agency International Development (USAID). A intenção foi fazer um estudo mais elaborado dos recursos hídricos e dos solos do Vale do São Francisco com o objetivo de desenvolver a irrigação. Os resultados apresentados apontaram uma capacidade de três milhões de hectares de terras irrigáveis e 12.500 MW de potencial hidroelétrico, assim como a necessidade de reestruturar a Comissão do Vale do São Francisco. Seguindo tais recomendações, em 1967 o governo extinguiu essa instituição e criou a Superintendência para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Suvale). Esta, no entanto, não contava com a mesma autonomia da CVSF e seus programas estavam atrelados à Sudene (RODRIGUES, 1998, p. 17-29).

Já em 1972, o governo brasileiro extinguiu a Superintendência para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Suvale) e criou, em 1974, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). A Codevasf tinha como objetivo aproveitar os recursos hídricos e do solo do Rio São Francisco para a agricultura, pecuária e indústria, diretamente ou por meio de organismos públicos e privados (RODRIGUES, 1998, p. 17-29). Foi com base neste planejamento e racionalidade, idealizados e colocados em prática por agentes do Estado, que a classe dirigente do Norte de Minas passou a viabilizar seus interesses, os quais seriam defendidos e difundidos como interesses de todos os norte-mineiros.

É interessante dizer que o Norte de Minas foi incluído na área de abrangência da Sudene em 1965. A partir desse ano, foi inaugurado, em Montes Claros, cidade considerada polo regional, um escritório do órgão com o objetivo de facilitar as relações entre as lideranças regionais e sua cúpula. Nesse mesmo ano, 1965, foi completada a rede de transmissão do sistema de abastecimento de energia da usina hidrelétrica de Três Marias e inaugurado o Frigorífico Frigonorte, antiga reivindicação dos pecuaristas locais, também em Montes Claros. Em 1976, a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (ACI) conduziu importantes investimentos para a cidade, dentre os quais a criação da Escola Técnica, que tinha como finalidade formar e qualificar mão de obra para as indústrias incentivadas pela Sudene.

Portanto, em conformidade com o ideal desenvolvimentista, as políticas para o desenvolvimento regional basearam-se na industrialização incentivada nas cidades, com destaque para Montes Claros e Pirapora, e no incremento das relações produtivas no campo. É importante lembrar que os projetos agropecuários (como a pecuária de corte e o reflorestamento) foram apoiados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, enquanto os projetos públicos de agricultura irrigada (Gorutuba, Jaíba, Pirapora e Jequitaiá) ficaram a cargo da Codevasf e da Ruralminas. Assim, a Codevasf, articulada à Sudene e à Ruralminas, coordenou o desenvolvimento econômico na bacia do São Francisco (RODRIGUES, 1998, p. 17-29). As transformações, fossem no campo ou nas cidades, tiveram como base e aconteceram atreladas a uma dinâmica maior, isto é, à do capitalismo brasileiro, principalmente às indústrias do centro-sul, sempre em conformidade com a lógica capitalista mundial. À frente desse processo estava a burguesia local associada a agentes do poder público, em âmbito estadual e federal, por meio das ações de órgãos como a Sudene, a Ruralminas e a Codevasf.

A imagem de Montes Claros como centro polarizador regional foi sendo construída e, com o tempo, adquiriu consistência como tal, tornando a cidade a “princesa do norte”. Já nesse período, a cidade começava a crescer e, conseqüentemente, a atrair pessoas buscando melhores condições de vida, o que elevou o número de habitantes. Com o crescimento demográfico acelerado, sobretudo a partir da década de 1970, período em que a indústria, sob incentivo, foi responsável por 45,63% do emprego industrial no município, esse foi o momento em que, segundo Oliveira (2000), Montes Claros e o Norte de Minas começaram a sentir os resultados positivos das políticas de promoção industrial, com uma taxa de emprego de 85,1% para o ano de 1977.²

As transformações nas relações de trabalho no campo

² Os efeitos positivos da modernização econômica foram sentidos de forma mais acentuada em Montes Claros e cidades como Pirapora, Janaúba, Janaúria.

acabaram por reestruturar as antigas formas de produção, a exemplo das parcerias e/ou agregações, e isso contribuiu para o esvaziamento do campo e o crescimento desordenado das cidades, principalmente Montes Claros. Cabe ressaltar que esse modelo de desenvolvimento que modernizou a economia não foi capaz de promover um desenvolvimento social e humano e, por isso mesmo, foi o tempo todo tensionado pela classe trabalhadora, por meio de associações classistas ou pela atuação das pastorais. Em especial, a atuação das Comunidades Eclesiais de Base, nesse processo, foi extremamente significativa. A Pastoral da Terra e a Pastoral Operária participaram da organização dos trabalhadores, da constituição dos sindicatos e da formação de lideranças, a exemplo do que aconteceu no restante do país. Pode-se dizer, portanto, que os trabalhadores, ancorados nas pastorais sociais da Igreja Católica, tiveram condições de questionar e causar tensão no projeto da classe dirigente local, nas cidades, reivindicando infraestrutura nos bairros (água, luz, saneamento, escolas, pavimentação de ruas, limpeza pública, postos de saúde, hospitais) e na zona rural, lutando pelo cumprimento dos direitos trabalhistas e na luta pela terra. É sobre os trabalhadores e suas lutas que falaremos em seguida.

Os trabalhadores rurais assalariados e o “progresso que traz cativo”

Já foi dito que o projeto de desenvolvimento para o Norte de Minas Gerais foi parte de uma dinâmica maior, cujas transformações se fizeram sentir, principalmente, a partir da década de 1960. A paisagem rural da região foi remodelada pelas extensas plantações de eucaliptos. Os perímetros irrigados para cultivo de frutas foram construídos entre as cidades de Jaíba e Matias Cardoso, entre Janaúba e Nova Porteirinha e em Pirapora. No caso, os projetos Jaíba, Gorutuba, Lagoa Grande e Pirapora, respectivamente. A implantação desses projetos de irrigação só foi possível com a desapropriação de centenas de famílias, tarefa que ficou a cargo da Codevasf, da Ruralminas e do Departamento

Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Portanto, para que o desenvolvimento e o progresso se efetivassem no Norte de Minas, era preciso retirar os trabalhadores de suas terras.

Os primeiros passos do progresso na região se deram com a chegada das reflorestadoras, na década de 1970. A ação das reflorestadoras contribuiu para acirrar os conflitos no campo, pois a tensão envolvia os pequenos sitiantes, posseiros, fazendeiros e as empresas de reflorestamento. Para os trabalhadores rurais assalariados, a violência acontecia através do não cumprimento da legislação trabalhista e do total desrespeito aos direitos humanos. Em sua página na internet, a Pastoral da Terra apresenta alguns números da violência experimentada pelo trabalhador rural na década de 1980. Abaixo, o Quadro 1, com parte dos dados retirados do site da Pastoral da Terra para o Norte de Minas:

Quadro 1 – Acidentes com trabalhadores rurais assalariados e boias-frias em 1985 (Norte de Minas).

Data	Trabalhador	Cidade	Idade	Empregador	Acidente
25/01	Hamilton de O. Neto	Itacambira	17	Plantar	Morto em balsa sem segurança.
25/01	Miguel José dos Santos	Itacambira	27	Plantar	Morto em balsa sem segurança.
27/07	Dois trabalhadores mortos e não identificados	Varzelândia			Capotamento.
04/09	Quatro boias-frias mortos	Espinosa			Caminhão sem freio.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 1985.

Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/266-conflitos-no-campo-brasil-1985>>.

Acesso em: 10 jan. 2014.

Entre janeiro e setembro de 1985, foram oito trabalhadores mortos devido à precariedade das condições de trabalho das empresas de reflorestamento. A falta de segurança e o desrespeito

aos direitos trabalhistas eram sempre noticiados nos meios de comunicação alternativos ou populares, principalmente nos boletins produzidos pelas Comunidades Eclesiais de Base, pela Comissão Pastoral da Terra e pela Pastoral Operária. Os boletins *Integração e Pelejando* eram periódicos editados pela Igreja Católica, por meio das Dioceses, em nível regional e estadual, respectivamente. Esses boletins tinham grande circulação entre as Comunidades Eclesiais de Base, os sindicatos e as associações urbanas e rurais, bem como entre os parceiros da Igreja, naquele período. Os boletins eram feitos com a colaboração dos membros das comunidades que enviavam notícias sobre os conflitos de terra, assassinatos de trabalhadores, desrespeitos aos direitos trabalhistas e humanos, fundação de associações e sindicatos. Portanto, os boletins cumpriam o objetivo de informar e ajudar na formação de um trabalhador mais crítico a respeito da sociedade.

Especificamente no Jornal *Integração*, editado na Diocese de Montes Claros, na seção *CPT Denúncia*, encontramos uma matéria informando sobre as vítimas diárias das Reflorestadoras no Norte de Minas. As mortes de Hamilton e Miguel José dos Santos, constantes do Quadro 1 acima, aconteceram no Rio Congonhas quando eles faziam o transporte de mudas de eucalipto em uma balsa improvisada com tambores e tábuas puxadas por duas cordas de *nylon*. A embarcação não resistiu à força das águas. Há também dois trabalhadores não identificados, moradores da cidade de Varzelândia, mortos em um capotamento. Eram dois jovens, Geraldo e Agostinho, este último era líder comunitário e do culto dominical (INTEGRAÇÃO, 1985).

O avanço do reflorestamento aconteceu expulsando os pequenos sítiantes e posseiros. Nesse ambiente, os trabalhadores rurais que foram empregados pelas reflorestadoras se viram obrigados a conviver com uma situação constante de riscos, pois estavam expostos aos venenos que eram levados junto com eles nos caminhões e trabalhavam muito mais que as oito horas estabelecidas pela lei. Além disso, esses trabalhadores não recebiam as horas extras e não tinham assistência médica; tampouco recebiam os dias em que se ausentavam quando

estavam doentes. Muitas vezes, moravam em acampamentos feitos de plástico, com água velha e quente para beber (CPT, 1984, p. 16-25). Muitos desses trabalhadores não tinham a carteira assinada e corriam o risco de perder a vida nos caminhões que os transportavam. No quadro apresentado acima, constam seis trabalhadores mortos em acidentes com caminhões que os transportavam.

Nessas circunstâncias, a organização dos trabalhadores em sindicatos possibilitou, mesmo que por pouco tempo, inúmeras mobilizações que buscavam melhores condições de trabalho, reconhecimento social e respeito. A importância das pastorais sociais nesse processo, cabe ressaltar, foi fundamental. Em especial, a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária subsidiaram a organização dos trabalhadores. Elas significavam muito mais que uma ligação entre Igreja e seus fiéis, pois eram uma ponta de esperança em meio às agruras da vida. Ademais, ofereciam um suporte extremamente necessário à medida que a luta se tornava maior e mais abrangente.³

Dentre os materiais de apoio elaborados pela CPT em maio de 1984, em conjunto com os sindicatos rurais, está um pequeno livro cujo título é “História das lutas dos trabalhadores rurais: greve no Paraíso”. Este caderno foi feito para debater a greve dos trabalhadores da Florestaminas (reflorestadora presente na região), ocorrida entre 30 de maio e 12 de junho de 1983 e organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Paraíso em parceria com os trabalhadores. É um material interessante e contém um significado importante para a luta dos trabalhadores, pois nele está registrada uma parte da história vivida pelos trabalhadores do reflorestamento naquela cidade, sob sua própria perspectiva.

O caderno foi organizado em nove tópicos a serem debatidos em reuniões ou encontros das Comunidades Eclesiais de Base. Nesses tópicos, foram abordados os conflitos e a exploração

³ Para maiores informações sobre a constituição dos sindicatos na região, ver: Augusto, 2011.

a que os trabalhadores do reflorestamento eram diariamente submetidos, desde a chegada das reflorestadoras e a consequente mudança nas relações de produção. O texto denuncia o ideal de progresso que aprisiona o pequeno trabalhador ao invés de libertá-lo. Aprisiona porque promove a perda da terra do pequeno sitiante para as empresas que aumentavam suas cercas e iludiam pessoas simples com promessas de bons salários e progresso para todos. Além de relatar a movimentação que antecedeu à greve, o texto também discute os problemas e os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores em sua organização, suas pequenas conquistas até a decisão de greve pela assembleia geral. Percebe-se que, ao rememorar esse passado, o objetivo é conhecê-lo e apresentá-lo a outros. Assim, usando o passado como arma para transformar o presente, torna-se possível redimi-lo (LOWY, 2005). Significa, portanto, que ele não foi em vão.

Segundo informa a CPT, o intuito foi registrar a história para que outros trabalhadores a conhecessem e para que, em alguma medida, esses registros pudessem contribuir na organização de outros trabalhadores (CPT, 1984).

Nesse processo de luta, a organização dos trabalhadores era sempre desmantelada pelos representantes das empresas de reflorestamento. Entretanto, mesmo nas situações adversas, os trabalhadores conseguiam manter seus sindicatos e continuavam promovendo encontros. A importância da Comissão Pastoral da Terra pode ser avaliada também quanto a momentos em que, por meio dos seus jornais, dava destaque aos encontros e às pautas discutidas, divulgando a situação precária dos trabalhadores, assim como os principais assuntos debatidos nas reuniões, como a situação dos trabalhadores que lidavam com o cultivo do eucalipto, tanto no plantio como na produção do carvão. Ambas as situações eram precárias e sem segurança, tendo em vista que os trabalhadores não conseguiam suportar o serviço por mais de seis anos (PELEJANDO, 1984).

As reflorestadoras eram constantemente acusadas de não cumprirem a legislação trabalhista, seja em Grão Mogol, Rubelita, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Taiobeiras ou qualquer

outra cidade. E, nesse ambiente, a situação de exploração agia como um combustível na organização da luta contra as arbitrariedades.

A situação de exploração dos trabalhadores não ficou restrita às empresas de reflorestamento. Uma matéria veiculada pela Revista *Montes Claros em Foco*, em novembro de 1979, discutia a aplicação da legislação trabalhista na zona rural da região. O título foi “O problema trabalhista: ameaça ou direito?” Consta na nota que “já houve até crime de morte, quando um fazendeiro matou seu empregado que queria receber pela terceira vez.” (MONTES CLAROS EM FOCO, 1979, p. 56).

O caso foi apresentado e discutido como um fato cotidiano. Isso significa que foi, ao mesmo tempo, uma maneira de legitimar a fala dos fazendeiros e desqualificar as demandas dos trabalhadores. Para uma parcela considerável dos criadores de gado, a crise no campo teve uma causa muito distante do que fora experimentado pelos trabalhadores. Segundo a reportagem, fazendeiros da região que, anteriormente mantinham em suas propriedades vinte ou trinta famílias, naquela data (1979), mantinham uma ou duas. Isso, segundo os fazendeiros, acontecia porque a Legislação Trabalhista Rural era um “fantasma que ronda o campo”, pois permitia aos trabalhadores rurais reclamar seus direitos trabalhistas em qualquer época, caso se sentissem lesados pelo patrão.

Segundo a matéria, Edilson Brandão, pecuarista, agricultor e liderança em Janaúba, disse que “são estes direitos, infundáveis no tempo, que estão causando o esvaziamento no campo”. Ressaltou, inclusive, que “é mais seguro não ter o empregado” (MONTES CLAROS EM FOCO, 1979, p. 56), visto que a qualquer momento o fazendeiro poderia enfrentar causas trabalhistas que não teria como quitar. Opinião que foi compartilhada pelo advogado Eustáquio Cruzoé, de família tradicional na cidade. Nessa perspectiva, o esvaziamento no campo havia tido como causa a má conduta de trabalhadores rurais, mesquinhos e gananciosos, que usaram de artil para enganar seus patrões e obter ganhos na justiça do trabalho.

Esse é a tese sobre a qual foi construída a matéria pela revista Montes Claros em Foco. Nas seis páginas que discutem o tema, as imagens do homem do campo – seja à frente de sua casa feita de adobe ou com um saco nas costas caminhando pela estrada de terra em direção à cidade – reforçam a ideia de que o problema do campo estaria na deficiência da legislação que regula as relações de trabalho. Nessa perspectiva, as “soluções” impostas pela legislação se resumiriam a “ser favelado na cidade ou ser boia-fria no campo” (MONTES CLAROS EM FOCO, 1979, p. 56).

A luta pela terra no Norte de Minas: “entre morrer de fome ou de tiro”

A dinâmica proporcionada pelo ideal desenvolvimentista acabou por permear todas as relações estabelecidas, causando profundas transformações na vida do homem do campo. No Norte de Minas não foi diferente. As ações do governo – estadual ou federal – para modernizar a economia da região esbarraram nas necessidades dos moradores locais, causando um enorme descompasso entre estes e o poder público. Muitos trabalhadores não conseguiram lidar com essa situação e deixaram o campo, fato que resultou na venda das terras a preços módicos. Outros, ainda, tiveram suas propriedades tomadas por fazendeiros ou empresas que não mediram esforços para isso.

Assim, expulsos de suas terras ou seduzidos pelo discurso do progresso, muitos foram morar nas pequenas cidades e passaram a trabalhar como assalariados nas empresas de reflorestamento, nos perímetros irrigados ou nas grandes fazendas de gado. Era possível perceber e sentir o clima tenso ao ler as páginas policiais dos jornais, ao conversar com os vizinhos que sempre contavam sobre um assassinato, sobre uma cerca que fora aumentada, sobre casas queimadas, trabalhadores demitidos, acidentes com caminhões que transportavam pessoas para o trabalho etc. Parte desse processo pode ser compreendida ao se analisar o conflito de Cachoeirinha, antigo distrito de Varzelândia, na região de Jaíba. Este se tornou o caso mais emblemático da luta pela terra no Norte de Minas.

Em 1967, 212 famílias de posseiros foram expulsas das terras que ocupavam havia décadas. Consta nos jornais que a retirada dos posseiros foi feita por “12 soldados armados com metralhadoras, acompanhados de vinte e tantos jagunços”. O ocorrido ganhou destaque na imprensa regional e nacional (MINAS GERAIS, 1981). Iris dos Santos, esposa de Jader de Paula (líder dos posseiros), era considerada a liderança feminina de Cachoeirinha. Dona Iris revela, em depoimento constante nos autos do processo sobre o despejo dos posseiros, a situação de permanente necessidade a que estavam submetidos, sem alimento para os filhos e para si próprios. Diante da possibilidade de receberem outras terras, mesmo que na mesma região de Jaíba, ressaltou: “[...] Não queremos! Nós morremos de fome ou matado, mas daqui não saímos.” (MINAS GERAIS, 1981).

As notícias veiculadas pela mídia a respeito de Cachoeirinha fazem os acontecimentos parecer confusos, embora sua compreensão seja fácil. Entender a dinâmica que envolve essa questão é importante para se compreender a luta pela terra na região. Consta em jornais, e também foi dito por pessoas, que a propaganda sobre terras devolutas feita pelos agentes do Estado de Minas Gerais incentivou muita gente, a partir dos anos iniciais da década de 1960, a seguir em direção à região do Jaíba em busca de seu pedaço de terra, fato que aparece nos depoimentos de posseiros expulsos e está registrado no processo crime que aborda a expulsão. Os autos do processo sobre o despejo dos posseiros de Cachoeirinha, assim como as matérias veiculadas pelos jornais e anexadas ao processo, dão conta da chegada de posseiros a partir de 1963. No entanto, esses documentos não informam sobre os descendentes de escravos ou os nativos que habitavam a região havia mais de 100 anos ou, quando mencionam, o fazem de forma muito discreta. A ideia foi qualificar os posseiros como aventureiros ou interesseiros e, portanto, não merecedores da terra.

A luta dos posseiros de Cachoeirinha para reaverem suas terras se estendeu por quase 20 anos, sendo resolvida pela justiça em 1986, quando os trabalhadores foram legalmente assentados

em suas antigas terras. No entanto, mesmo depois de assentados, os conflitos entre trabalhadores e fazendeiros permanecem até os dias atuais.

Apesar de Cachoeirinha ter chamado, com mais ênfase, a atenção da imprensa e das autoridades, existiam outros conflitos no Norte de Minas, como mostram os Quadros 2 e 3 a seguir:

Quadro 2 – Conflitos de terra no Norte de Minas. Áreas desapropriadas sem imissão de posse.

Município	Local do conflito	Famílias	Área (ha)	Data	Decreto
1) Januária	Faz. Capivara	67	2.850	03/06/1988	96131
2) Joaquim Felício	Faz. Catoni	75	7.797	03/06/1988	96126
3) Manga	Faz. Ressaca		6.695	15/01/1987	93937
4) Monte Azul	Faz. Poço da Vovó	09	3.338	05/07/1989	97912
5) São Romão	Faz. Vargem Grande		1.171	22/07/1988	96397
6) Ubaí	Faz. Pacuí		5.290	22/05/1989	97771
7) Varzelândia	Várias fazendas – Cachoeirinha	100	8.423	02/04/1986	92509

Município	Situação do local do conflito
1) Januária	Pendente na justiça. Classificada como empresa rural.
2) Joaquim Felício	Contestado judicialmente. Classificada como empresa rural. Mantém o conflito. Fazendeiro ganha a liminar, mas a ação do despejo é contestada pelo STR Bocaiúva, que impede o despejo.
3) Manga	Processo adm. suspenso por medida cautelar. Potencial para 120 famílias.
4) Monte Azul	Sem imissão na posse, mantém o conflito. Famílias ocupam a área.
5) São Romão	Contestada na justiça.
6) Ubaí	Contestada na justiça.
7) Varzelândia	Contestada na justiça desde 1986.

Fonte: Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993, 44 p.

Quadro 3– Áreas desapropriadas com imissão na posse e em fase de assentamento.

Município	Local do conflito	Famílias pessoas	Área (ha)	Data	Decreto
1) Januária	Faz. Picos	46	9.054	21/09/1989	98153
2) Montalvânia	Faz. Vaca Preta		5.431	21/09/1989	98165
3) Manga	Faz. Agrivale e Mocambinho Jabaí	295	20.577	22/09/1986	93302
4) Manga	Faz. Manga ou Japoré	25	6.509	10/08/1987	94753

5) São Romão	Faz. São João Boqueirão	33	17.348	04/09/1987	94840
6) São Romão	Faz. Brejo Verde Logradouro		3.322	05/08/1988	96508
7) São Romão	Reserva Logradouro ou Projeto Sagarana	120	8.000	1960	Colonização Incra
8) São Romão	Faz. Vereda grande	127	7.229	13/10/1983	88860
9) São Francisco	Faz. Morrinhos ou Água Branca	32	1.170	21/06/1989	97856
10) Varzelândia	Faz. Caitité	10	964	03/1987	Compra
11) Varzelândia	Faz. Córgeão ou Boa Esperança	33	2.420	29/08/1988	96439

Município	Situação
1) Januária	Imissão na posse sem projeto de assentamento.
2) Montalvânia	Imissão na posse em 04/04/1990.
3) Manga	Com imissão na posse em 22/09/1987, sem projeto de assentamento. Estima-se potencial de 4.100 beneficiários.
4) Manga	Imissão na posse em, 16/03/1988, ainda ocupada pelo proprietário. Potencial para 238 beneficiários.
5) São Romão	Imissão na posse em 28/07/1988, mas ocupada por grileiro. Potencial para 506 beneficiários.
6) São Romão	Imissão na posse em 15/04/1989. Potencial para 126 beneficiários.
7) São Romão	Sem projeto parcelamento para novos colonos. PROCERA/88 30.000 OIN's.
8) São Romão	Imissão na posse em 19/10/1985. 1990 – Projeto parcelamento aprovado, mas parado. Ainda não concretizadas as reivindicações do projeto de assentamento: 07 escolas, 01 posto de saúde, 45 km de estradas, 07 poços artesanais e divisão da área em 194 lotes.
9) São Francisco	Imissão na posse em 05/11/1991.
10) Varzelândia	Projeto parcelamento aprovado.
11) Varzelândia	Imissão na posse em 14/02/1989, aprovado projeto parceladamente. Potencial para 100 famílias. PROCERA/1989.

Fonte: Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993, 44 p.

Assassinatos e desrespeito aos direitos humanos somam alguns dos ingredientes que compunham essa realidade. Essa situação era constantemente denunciada pelos trabalhadores e suas organizações de classe, como aconteceu no encontro

promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro e publicado pelo Jornal Corrente, de dezembro de 1981 (CORRENTE, 1981), entre os dias 28 e 29 de novembro, que contou com a presença de 80 lavradores da zona rural de Buritizeiro e de delegações de Montes Claros, Unaí, Manga, João Pinheiro, Janaúba e Jequitaiá. O objetivo desse encontro foi discutir os problemas que afligiam os trabalhadores da região.

O evento foi organizado de forma que todos os lavradores pudessem expor suas opiniões. Nos dois dias de debate, concluíram que tudo havia piorado e a questão considerada como mais séria referia-se à posse da terra e à luta desigual que os lavradores enfrentavam na justiça contra as “poderosíssimas firmas”. Essas últimas, segundo eles, lançavam mão dos mais “escusos recursos para dobrá-los, usando muitas vezes a violência, queimando barracos, espancando colonos, quando se trata de expulsá-los da posse” (CORRENTE, 1981).

Segundo os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra no ano de 1985, Minas Gerais apresentava 65 áreas de conflitos de terra com grande índice de violência. Foram 50 trabalhadores mortos, 05 feridos e 05 presos. Os conflitos atingiram 21.123 pessoas, em uma área de 100.953 hectares, com um número elevado de ameaças de morte⁴. Nos primeiros anos da década de 1990, os dados da Comissão Pastoral da Terra dão conta de 86 conflitos na região, conforme apresentado nos quadros acima.

Os conflitos também aconteceram em virtude da desapropriação de comunidades inteiras para a criação dos perímetros irrigados. Em 1984, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba convocou os moradores da região para uma assembleia que aconteceria no dia 29 de julho. A finalidade seria debater a situação de 1.000 famílias que moravam à margem esquerda do Rio Gorutuba e que seriam desapropriadas pela Codevasf. As 2.000 famílias que moravam do lado direito já haviam

⁴ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/266-conflitos-no-campo-brasil-1985>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

sido desapropriadas pela mesma Codevasf na década de 1970. Segundo informa a nota, essas famílias foram jogadas em favelas, a terra foi entregue a fazendeiros e uma pequena parte teria sido reservada para a colonização. Agora, a Codevasf pretendia retirar as famílias restantes. O impasse se deu porque as famílias não aceitaram a “oferta”. Essas desapropriações tinham como propósito a continuação da implantação do perímetro irrigado do Gorutuba (PELEJANDO, 1984).

O clima de tensão e os conflitos na região foram constantemente monitorados pelos órgãos do governo federal, principalmente entre os anos de 1975 e 1985, período de maior investimento do poder público na região. Nesse período, existiu um sistema de monitoramento conduzido por órgãos públicos interessados em manter a “paz e tranquilidade”, livrando-a das influências “comunistas”. Principalmente porque um ambiente conflituoso se colocava contra os objetivos do governo para a localidade, pois afastava possíveis investidores.

Isso pode ser constatado ao verificarmos uma correspondência emitida pelo escritório da Sudene em Montes Claros à Assessoria de Segurança e Informações da Sudene (ASI), que estava sob os cuidados do Coronel João Batista Ramos Lima. Trata-se de um ofício informando sobre a situação de Cachoeirinha. Consta do relatório, qualificado como secreto e confidencial, que “começa a ser esboçado um movimento por parte de elementos reconhecidamente de tendências esquerdistas, no sentido de dificultar a vinda de grandes grupos para a região conhecida como Jaíba dentro de nossa área de atuação” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. DOPS. Pasta 1065). Segundo informa o relatório, havia um esforço conjunto entre estado e órgãos federais para a criação de um ambiente propício para investidores nessa região do país, no entanto,

agitações e arbitrariedades [...] faz com que vários empresários interessados em ali adquirir terras para seus projetos, fiquem intranquilos, temendo problemas com relação a posse e uso das terras que por eles venham a ser adquiridas. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. DOPS. Pasta 1065).

O relatório ainda aponta a grande cobertura dada pela TV Globo-MG, em cadeia nacional, veiculando entrevistas com posseiros, nas quais estes haviam afirmado que “soldados da Polícia Militar mineira metralharam crianças, filhos de posseiros” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. DOPS. Pasta 1065). Essas denúncias criavam uma imagem negativa para possíveis investidores, o que acabava atrapalhando os planos dos agentes do Estado para a região.

Ao que parece, a Sudene colaborou com o aparelho repressor do governo militar no sentido de mantê-lo informado sobre esses conflitos ocorridos no Norte de Minas e na tentativa de calar essas vozes. Principalmente porque tais conflitos afastavam possíveis investidores, como já foi mencionado. A existência da Assessoria de Segurança e Informações sugere a magnitude dos projetos implantados no local e o compromisso dos agentes envolvidos, fossem estes empresários, órgãos públicos ou privados, em torná-los bem-sucedidos. Essa questão nos leva a inferir que os objetivos dos agentes do Estado para a região se inserem em uma dinâmica maior que vai além de proporcionar um desenvolvimento econômico, mas está centrado também na organização social e espacial.

Ao confrontar a produção historiográfica com as fontes, podemos inferir que os projetos públicos para a região a transformaram em um terreno minado, abrigando inúmeros conflitos. Existem projetos distintos sendo disputados nesse espaço, embora, por muito tempo, somente um deles tenha sido priorizado pela mídia e pela academia. O desenvolvimento e o progresso tão propalados pela classe dirigente local não seguiram o seu curso original. Enquanto agentes do Estado e governos buscaram, por meio dos seus órgãos de ação, abrir frentes de expansão do capital no Norte de Minas, os trabalhadores buscavam manter-se na terra e dela viver.

Do campo para a cidade: o caminho da mudança?

Para muitos, deixar o campo nem sempre foi uma opção, mas uma necessidade que se impôs diante de uma situação extrema. Nesse sentido, a cidade passa a ser encarada como a única alternativa, tornando-se a oportunidade de estudo para os filhos e, talvez, sua própria redenção. Essa é uma questão que passa pela compreensão da sociedade em que vivemos e pela compreensão de seus valores hegemônicos. Um desses valores é a educação escolar, já que a importância dispensada à educação enquanto salvadora é reiterada constantemente. Nas relações estabelecidas socialmente, a educação é apresentada como condição para se obter sucesso, é o caminho para uma vida satisfatória, uma vida diferente do que fora outrora.

Um de nossos entrevistados, o Sr. Humberto Leal, que veio da zona rural de Montes Claros, fornece-nos a dimensão desse significado. Em entrevista, perguntamos se ele havia sentido muita diferença quando chegou a Montes Claros. Sua resposta foi longa e muito detalhada, focando-se, sobretudo, nas dificuldades da vida na cidade. Ao fim da questão, concluiu que “se eu tivesse hoje um estudo mais elevado eu seria outra pessoa, né?”. Entretanto, Humberto também reconhece a importância de se ter um capital social que, somado à educação escolar, poderia significar melhorias em sua vida: “talvez pela amizade que eu tenho eu tava mais bem colocado, ganhava um pouquinho mais, que aí dava pra me manter.” (LEAL, 2009).

Essa concepção de educação como salvadora e redentora está presente na vida das pessoas e torna-se mais forte quando é confrontada com um passado “sofrido”. Por isso, é preciso dar aos filhos a oportunidade que lhes foi negada, ou ainda, faz-se necessário seguir um caminho diferente daquele trilhado pelos pais. A educação e o trabalho, como forma de ganhar honestamente o sustento, podem ser entendidos como alguns dos valores hegemônicos de nossa sociedade. Ao se referir à sua vida na zona rural, Humberto ainda disse que a sua permanência na roça o impedia de trabalhar e estudar. A percepção de

Humberto sobre o seu passado só faz sentido agora, diante das oportunidades perdidas devido ao pouco estudo. É nesse sentido que o hegemônico é vivido e compartilhado em um terreno comum, no qual predominam interesses convergentes e divergentes, assimilações e resistências.

Assim como Humberto, Domingos Lopes Martins, deficiente físico, nascido em Januária, em 1937, também resolveu deixar a roça para aventurar-se na cidade, em busca de dias melhores. Até os 21 anos, Domingos trabalhou no campo. Em fins da década de 1950, deixou a zona rural e se estabeleceu em Manga, onde trabalhou como barbeiro por 30 anos. Em 1988, ficou desempregado e resolveu tentar a sorte em Montes Claros. Sem condições financeiras para comprar ou alugar uma casa, foi viver sob marquises ou em espaços vazios, ficando nessas condições por cinco anos. Em março de 1991, estava vivendo em um lote vago, na rua Melo Viana, no bairro Morrinhos, próximo ao centro da cidade, quando o proprietário pediu que ele desocupasse o lote. Sem trabalho, com a mulher, quatro filhos e um neto de 2 meses, seguiu para o bairro Santa Lúcia, onde conseguiu um lote com a prefeitura. De posse do terreno, Domingos armou sua barraca, mas logo se viu desabrigado, pois um dos funcionários da Secretaria de Ação Social o expulsou do lote para repassar a outra pessoa. Esse caso foi publicado no *Jornal do Norte*, em 16 de abril de 1991, devido a denúncias dos moradores a um vereador local (JORNAL DO NORTE, 16 abr. 1991).

Foi buscando conter a ida de trabalhadores como Domingos Lopes Martins e Humberto Leal para os grandes centros que o governo federal se viu obrigado a controlar a migração. Para isso, foi criado o programa Cidades de Porte Médio, em fins da década de 1970. Esse programa foi pensado com o objetivo de “conter os dois grandes fluxos migratórios do país, ou seja, do sul para o centro-sul e do norte para o centro-sul” (DIÁRIO DE MONTES CLAROS, 9 out. 1977), em municípios considerados estratégicos e com condições para absorver o fluxo de pessoas que migravam em direção às capitais do centro-sul. Os recursos seriam captados pelo Ministério do Interior por meio do Conselho

de Desenvolvimento Urbano junto ao BIRD, uma das instituições que formam o Banco Mundial. O Banco Nacional de Habitação e o governo do estado completariam a parceria.

Para a implantação do Programa em Montes Claros, foi firmado um convênio com a prefeitura. O Programa ficaria sob a gerência da Superintendência de Apoio aos Municípios, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento (OLIVEIRA, 2000).

A maioria dos novos moradores na cidade de Montes Claros era composta por habitantes em condições precárias ou sem nenhuma condição financeira, morando em construções deficientes em morros, à beira das rodovias ou em áreas de risco, como se deu com o sr. Domingos. Em um ambiente como esse, a aquisição da casa própria passou a ser o objetivo perseguido por todos aqueles que não dispunham de um teto. Tornou-se, portanto, o grande sonho a ser alcançado. Mesmo com a constante e crescente mobilização popular em prol desse objetivo, a questão da moradia nunca foi tratada de forma efetiva pelos governos, levando à constituição de movimentos organizados, como o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), que lutavam e reivindicavam moradia.⁵

No decorrer da década de 1970, em Montes Claros, alguns programas de habitação foram anunciados pelo poder público municipal em parceria com o Banco Nacional de Habitação, mas nunca foram suficientes. A revista *Montes Claros em Foco*, em agosto de 1979, veiculou uma matéria ressaltando os problemas sociais na cidade. O título foi “As favelas invadem a cidade” (MONTES CLAROS EM FOCO, ago. 1979, p. 42), e a reportagem enfatizava os problemas relacionados ao aumento populacional e à sua implicação direta: o aumento das favelas. A matéria ressaltou ainda que estudos estavam sendo feitos no sentido de viabilizar

⁵ Esse movimento foi criado na década de 1970, na região de Belém, na grande São Paulo, com os participantes formando pequenos grupos para reflexão e debate. Posteriormente, o grupo passou a contar com a presença de missionários irlandeses, padres e irmãs, apoiados e incentivados pelo bispo local. Ver: <<http://www.mdf.org.br/quem-somos/historico.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

um conjunto habitacional para aqueles moradores, e que o prefeito Antônio Lafeté Rebelo tinha como meta coibir a invasão de locais públicos e o surgimento de favelas nas margens das vias públicas.

Tal proibição certamente está relacionada às muitas ocupações ocorridas em Montes Claros. Nos primeiros anos de 1970, um grupo de pessoas recém-chegadas do campo ocupou uma área vazia localizada na região norte da cidade. A área era considerada de risco, pois ficava debaixo dos fios de alta tensão da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). A trajetória de Constantina Pereira da Silva, quando chegou a Montes Claros após deixar a zona rural, é representativa do que inúmeros desses migrantes experimentaram. Constantina foi uma das muitas pessoas que ocuparam essa área vazia e perigosa da cidade. De lá, saíram em 2010, quando a Cemig construiu, em parceria com o governo, um conjunto de apartamentos para as famílias que ali viviam. Ao ser questionada, em entrevista, sobre as ações públicas quando do momento da ocupação da área, ela conta que:

quando tinha assim na base dos cinco anos que eu morava aqui, hoje [2009] já tem 40 anos, naquele tempo teve uma reunião na prefeitura, sobre nós morando aqui. Aí eles falou assim: que ordem que vocês tem, que vocês invadiu a Vila Mauricéia, aquelas áreas lá pra fazer casa?

Aí eu peguei e falei assim... E eu fui a pessoa que todo mundo ficou besta com o que eu respondi, porque todo mundo queria falar isso né, mas não sabia. Aí, eu falei né, e o juiz estava perto né: - Oh, ninguém fez invadir ali por boniteza e querendo enricar não. A gente só invadiu porque nós não tinha terreno pra morar, e nós não tinha salário pra poder comprar um terreno pra pagar a prestação também. Então, o quê que nós tinha que fazer? Os pais de família, cheio de crianças, nós não tinha onde morar, então foi a única coisa que nós temos que fazer foi invadir a área da CEMIG (SILVA, 2009).

A fala de Constantina, quando associada com a matéria da revista *Montes Claros em Foco*, deixa claro o modo de pensar

da classe dirigente local sobre essas questões. A noção de que as “favelas” estariam invadindo a cidade indica uma percepção reduzida e muito conveniente sobre os problemas sociais enfrentados pela cidade. Sugere, portanto, que a pobreza ou a favelização não estão associadas ou não têm relação com a organização social da cidade ou com o sistema capitalista, tornando-se apenas um produto da ingerência no campo.

Como a falta de habitação sempre foi um problema negligenciado pelas autoridades, os movimentos populares organizados que lutavam por moradia em Montes Claros foram, aos poucos, ganhando visibilidade. No início dos anos 1980, especificamente em 1984, em consonância com o seu congênere em São Paulo, o MDF já estava organizado e atuando na cidade.

A primeira atuação de que temos registro aconteceu quando da ocupação de uma área pertencente à Companhia de Distrito Industrial de Minas Gerais (CDI), localizada no Distrito Industrial de Montes Claros. A área foi ocupada por um grupo de trabalhadores desempregados. Consta que essas terras estavam destinadas à construção de indústrias, mas estavam desocupadas havia vinte anos. Nos primeiros dias de junho de 1984, cerca de 100 famílias se organizaram e ocuparam esse espaço e, em pouco tempo, já haviam plantado suas roças. A organização contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, do MDF e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros. Os trabalhadores ocuparam a área por cerca de três anos, mas foram retirados em 8 de novembro de 1987. A imprensa noticiou o fim do conflito e a negociação que foi feita com os trabalhadores com a presença da Comissão Pastoral da Terra. Estes seriam indenizados com dinheiro e sementes e auxiliados no replantio das roças (DIÁRIO DE MONTES CLAROS, out. 1987).⁶

Todos os conflitos e embates vividos no Brasil nesse momento contribuíram para que a questão habitacional tivesse novos contornos na cidade, o que significou também o desenvolvimento

⁶ Não obtivemos mais informações sobre o que teria acontecido com esse grupo de trabalhadores.

de outros movimentos organizados na região. Quanto ao poder público, quando atuava, o fazia no sentido de dotar de alguma infraestrutura os novos bairros ou legalizar as ocupações.

Considerações finais

Ao buscar pelos trabalhadores que viviam em Montes Claros e Norte de Minas durante as décadas de 1970 e 1980, foi possível identificar vários pontos de conflitos em curso na região. O caminho para o desenvolvimento se fez à custa da opressão aos trabalhadores, rurais ou urbanos. A luta pela posse e a permanência na terra transformaram-se em um cativo, e a possibilidade de mudança visualizada por esses trabalhadores estava na cidade e não no campo.

As situações de conflito e exploração foram evidenciadas pelos agentes das pastorais sociais da Igreja Católica – em especial, pela CPT e pela PO – e por entidades de classe que, mesmo incipientes, foram importantes na organização e na luta dos trabalhadores. Estes, fossem das cidades ou do campo, lutaram pelo cumprimento dos direitos trabalhistas, por moradia e por uma vida decente, gerando conflitos e incomodando os donos do poder, evidenciando que o tão sonhado caminho para o “desenvolvimento” e o “progresso” não poderia ser alcançado sem a inclusão dos trabalhadores. Portanto, a trajetória dos trabalhadores brasileiros foi e segue sendo construída entre um “desenvolvimento” e um “progresso” excludente, que promove exploração, conflitos e tensões, mas também se faz sob o signo da luta e da esperança em um futuro diferente, mais justo e humano.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. DOPS. Pasta 1065. Busca geral “Gerogino Jorge de Souza”. p. 28-30. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

AS FAVELAS invadem a cidade. *Montes Claros em Foco*. Belo Horizonte, ano XII, n. 36, ago. 1979.

AUGUSTO, Rosely Carlos. *Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, Norte de Minas, nas últimas três décadas*. 2011. 375 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos de terra no Brasil*. 1985. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/266?Itemid=23>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *História das lutas dos trabalhadores rurais de Minas Gerais*. Montes Claros: Comissão Pastoral da Terra, 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *História das lutas dos trabalhadores rurais de Minas Gerais*. Greve no Paraíso. Montes Claros: Comissão Pastoral da Terra, maio 1984. Brochura. 34 p.

CPT DENUNCIA. Vítimas diárias das reflorestadoras. *Integração*. Jornal das CEBs, CPT e CPO do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, ano III, n. 9, jan./fev. 1985.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS, Montes Claros, 9 out. 1977.

FÓRUM POPULAR de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993. Brochura encadernada, 44 p.

INTEGRAÇÃO. Jornal das CEBs, CPT, CPO do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, ano II, n. 12, jul./ago. 1985.

JORNAL DO NORTE, Montes Claros, 16 abr. 1991

LAVRADORES discutem reflorestamento. *Corrente*, Pirapora, ano V, n. 61, dez. 1981.

LOWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MDF (2015). *Movimento de defesa do favelado*. Quem somos. Disponível em: <<http://www.mdf.org.br/quem-somos/historico.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MINAS GERAIS. Processo-crime. *Vara Criminal de Montes Claros*, Montes Claros, 1981. 330 p. p. 68-70.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE; O problema trabalhista: ameaça ou direito? *Montes Claros em Foco*, Belo Horizonte, ano XII, n. 36, ago. 1979.

PEREIRA, L. M. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PROGRAMA Mineiro de Cidades de Médio Porte. *Diário de Montes Claros*, Montes Claros, 9 out. 1977. Arquivo particular de Américo Martins Filho.

RODRIGUES, Luciene. *Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba*. Uma interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RODRIGUES, L. et all. *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

TRABALHADORES rurais reagem contra a exploração. Integração. *Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais*, Montes Claros, ano II, n. 16, jun. 1986.

Entrevistados

Humberto Leal Rodrigues. Nasceu em Miralta, zona rural de Montes Claros, no ano de 1966. Chegou a Montes Claros no ano de 1988. Trabalha no grupo Coteminas desde 1990. É casado e pai de três filhos. Mora no bairro Nova Morada, região do grande Santos Reis.

Constantina Pereira da Silva. Nasceu em Passagem Funda, povoado localizado próximo à cidade de Brasília de Minas. Antes de vir para Montes Claros, Constantina morou no Paraná, em São Paulo e em Goiás. Chegou em Montes Claros na década de 1970.

Recebido em abril de 2016.

Aprovado em setembro de 2017.

TEMPO LIVRE E LAZER DOS TRABALHADORES NA MANCHESTER MINEIRA: REFLEXÕES ACERCA DOS RELATOS NOS PROCESSOS CRIME DE HOMICÍDIO (1900-1924)*

*Cleber Augusto Gonçalves Dias**
Marina Fernandes Braga Nakayama****

RESUMO: Este trabalho apresenta algumas reflexões a respeito do tempo livre e do lazer dos trabalhadores em Juiz de Fora, uma cidade na Zona da Mata mineira, que se destacou nas primeiras décadas do século XX devido ao incremento e diversidade das suas indústrias, comércio e serviços. Para tanto, utilizamos os processos crime de homicídio produzidos durante o período de 1900 a 1924, que se localizam no Arquivo Municipal de Juiz de Fora, procurando observar as práticas de lazer e a utilização dos espaços urbanos da cidade, com o objetivo de refletir sobre as práticas dos trabalhadores e os espaços de sociabilidade durante o tempo livre e lazer dos trabalhadores.

* Este artigo é a versão atualizada do trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História, de 2015, realizado em Florianópolis-SC. O trabalho, intitulado “Tempo Livre e lazer dos trabalhadores em Juiz de Fora/MG – possibilidades através dos processos crime de homicídio (1900-1924)”, consistia no resultado preliminar da pesquisa de doutorado em andamento.

** Doutor em Educação Física pela Unicamp e Mestre em História Comparada pela UFRJ. Coordenador do grupo de pesquisa em História do Lazer (HISLA) na EEEFTO/UFMG. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG (2015/2016).

***Doutoranda e bolsista CAPES-DS no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG (2012-2016), linha de pesquisa “Lazer, história e memória”. Mestre em Educação pela UFPR. Professora convidada no curso de Pós-Graduação Lato Sensu “Ensino de Educação Física para a Educação Básica” do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (2015/2016), atuando na disciplina “Educação Física e Educação Física Escolar: Aportes Históricos, Sócio-Filosóficos e Epistemológicos”.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Tempo livre. Processos crime.

ABSTRACT: This paper presents some reflections on the free time and the workers' leisure in Juiz de Fora, a city in Minas Gerais Forest Zone, which stood out in the first decades of the twentieth century due to the increase and diversity of its industries, trade and services. Therefore, we use the processes homicide crime that are in Juiz de Fora Municipal Archives during the period 1900-1924, seeking to observe the leisure practices and the use of urban spaces of the city, in order to reflect on the practical workers and spaces of sociability during free time and leisure of workers.

KEYWORDS: Laisure. Time free. Processes crime.

Juiz de Fora: a Manchester Mineira

Juiz de Fora é uma cidade do sudeste de Minas Gerais, localizada na Zona da Mata, entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar. No início do século XX, seguindo os passos de outras cidades do Brasil, tais como Rio de Janeiro (CHALHOUB, 1996, 2001), São Paulo (SEVCENKO, 1992, 1998, 1999) e Belo Horizonte (VEIGA, 2002; VAGO, 2002), a localidade vivenciava um processo de modernização e de reformas sanitárias, urbanísticas, educacionais, entre outras.

Para a historiadora Maraliz Christo (1994), entre meados do século XIX e o início do século XX, Juiz de Fora não foi herdeira da cultura colonial mineira. A cidade contava com um fator expressivo, a produção cafeeira, já que as terras da Zona da Mata mineira não eram propícias à extração de minerais, tal como as cidades da região central do estado.

Já em meados do século XIX, os primeiros traços de progresso podiam ser observados na localidade. Exemplos disso são a abertura da estrada de rodagem União e Indústria – a qual ligava a cidade à Capital Federal –, as comunicações

ferroviárias e, ainda, a instalação da primeira usina hidrelétrica da América Latina – a Usina de Marmelos, que permitiu uma nova configuração do Rio Paraibuna, sendo inaugurada em 1889. Esses traços de desenvolvimento, que permaneceram ainda ativos durante o século XX, foram responsáveis pelo escoamento da produção cafeeira durante o século XIX e pelo escoamento de diversas mercadorias, como os artigos têxteis, alimentos e bebidas em Juiz de Fora e região (CHRISTO, 1994, p. 11).

Christo (1994, p. 10) ainda identifica uma singular diferença na formação urbana de Juiz de Fora em relação à de outras cidades barrocas de Minas Gerais, uma vez que essa estaria “normatizada pelos apitos das fábricas de estilo neoclássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades”. Pode-se dizer que os libertos e os estrangeiros teriam presença marcante como mão de obra na cidade e região.

Contínuas transformações na paisagem da cidade mineira aconteceram, tais como obras de retificação do Rio Paraibuna, embelezamento da região central, com reforma de ruas, criação de praças, criação do matadouro, regulamentação das casas e de animais domésticos, tentativas de solucionar problemas relacionados a epidemias, entre outros, como nos apontam as Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora nas primeiras décadas do século XX. Exemplo disso foi a Resolução da Câmara nº 706, que estabeleceu a proibição da abertura de avenidas para operários ou vielas que ficassem localizadas no centro da cidade. Ela também determinava a desapropriação e a demolição de imóveis que ficassem em avenidas abertas bem no meio dos quarteirões centrais, formando pequenas vilas na cidade (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 1917). Pode-se perceber uma preocupação com o uso e com a apropriação do centro da cidade, como aconteceu nas primeiras décadas do século XX em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte.

Ao mesmo tempo em que olhares se debruçavam sobre a cidade, entendendo-a como moderna, bela e próspera, as páginas

do Jornal *O Pharol*, em 1907, destacavam más impressões: “conhecemos Juiz de Fora há anos, sempre atrasada e gozando de fama de um péssimo clima, o que lhe emprestavam as epidemias aqui ocorridas” (O PHAROL, 17 out. 1907); o que demonstrava a existência de contradições no processo de modernização da cidade nas primeiras décadas do século XX, bem como a intenção de organizar a localidade, dividindo seus espaços e determinando como seriam utilizados e ocupados.

Com uma população que, no ano de 1890, atingiu 55.185 habitantes, e que, em 1920, chegou ao número de 118.166, incluindo pessoas do meio urbano e rural (GIROLETTI, 1988), a cidade de Juiz de Fora se expandiu significativamente em trinta anos. Além disso, a composição de seus habitantes foi alterada, tendo os libertos e os imigrantes como seus componentes. No caso dos imigrantes, várias nacionalidades podiam ser encontradas, incluindo os italianos, os portugueses, os espanhóis, os franceses, os norte-americanos, os árabes, entre outros em menor expressão quantitativa (OLIVEIRA, 1966).

Além do aspecto populacional, outra transformação socioeconômica que ocorreu, na época, como causa e consequência da redefinição da cidade, foi o aumento de casas comerciais, de oficinas e de fábricas. Em seu trabalho *Industrialização de Juiz de Fora*, publicado em 1988, Domingos Giroletti analisa como a cidade se tornou referência econômica para a Zona da Mata mineira frente ao desenvolvimento das indústrias nela estabelecidas. Para o autor, a cidade, até a década de 1930, transitou de uma grande produção cafeeira para um intenso processo de industrialização, o que exigiu sua reorganização em vários setores da economia para atender às novas demandas.

Segundo Giroletti (1988, p. 113-114), a participação da mão de obra de imigrantes europeus – que também se tornaram, em grande parte, pequenos empreendedores –, associada a empresários locais que fundaram as indústrias e possibilitaram o investimento em outros setores, como o de comércio e o de serviços, foram significativas para o alargamento e para o incremento da economia na cidade.

No *Almanach*¹ de Juiz de Fora, publicado em 1917, há um número significativo de anúncios de casas comerciais e de indústrias dos mais variados setores. Identificamos propagandas de tipografias, fábricas de balas e guloseimas, fábricas de tecidos e malhas, laboratórios químicos e industriais, fábricas de móveis, cervejarias, fábricas de máquinas, construtoras e fábricas de mantimentos (ALMANACH, 1917).

Também eram constantes as publicações de anúncios referentes a serviços diversos nos jornais que circulavam na cidade. Essa diversidade de mercado levou-nos à compreensão de por que a cidade se tornou referência para as demais em seu entorno. Além disso, era necessária a inserção de trabalhadores nas casas comerciais e nas fábricas, o que fazia com que a mão de obra da cidade se constituísse justamente para suprir as novas demandas. Assim, deixava-se para trás a produção cafeeira, que já não mais se constituía como o elemento central da economia da região.

Juiz de Fora apresentava-se como uma cidade com características próprias às cidades que se industrializavam e que se desenvolviam no início do Novecentos. Dentre essas características, podemos destacar que, durante as três primeiras décadas do século XX, foi de suma importância a atividade industrial, com o estabelecimento de vários tipos de produção, destacando-se a indústria têxtil.

A fim de corroborarmos essa ideia, disponibilizamos um anúncio datado de 1909, da Fábrica São Roque, localizada em Juiz de Fora. É interessante observar nele a variedade de artigos produzidos em uma mesma fábrica e a grande quantidade de máquinas a vapor necessárias para o seu funcionamento. Nota-se que o funcionamento dessa fábrica era dividido por seções, indicando sua pluralidade e ainda a possibilidade de abastecer os

¹ Os *Almanachs* eram catálogos de propagandas e serviços encontrados na cidade, e, também, um meio de comerciantes e autônomos das cidades vizinhas realizarem seus anúncios. Ofereciam, além disso, orientações sobre horários de trens e momentos de leitura, através da publicação de poesias, crônicas e estórias.

comerciantes da região de maneira atacadista, já que ela possuía estoque de produtos. Também é relevante destacar o número significativo de 220 operários na primeira década do Novecentos.

Figura 1: Anúncio da Fábrica São Roque

Chinellos de liga e outras marcas - MEIAS - Camisas de meias

Fábrica S. Roque

... DE ...

Galietti & Montreuil

OCCUPA CERCA DE 220 OPERARIOS

Compõe-se esta fabrica de 137 machinas, sendo 121 accionadas a vapor, com 6 seções, assim divididas:

- Seção para o fabrico de meias, aparelhada para uma produção diaria de 150 duzias.
- SEÇÃO PARA O FABRICO DE CAMISAS DE MEIA. PARA 90 DUZIAS
- Seção para o fabrico de chinellos de liga e outras marcas produzindo 100 duzias
- SEÇÃO PARA O FABRICO DE CAIXAS DE PAPELÃO, COM A PRODUÇÃO DE 1000, DIARIAMENTE

IMPORTANTE MANIPULAÇÃO DE FUMOS
Grande fabricação de cigarros Marca **EXTRA**, registrada.

Tem sempre em "stock" grande sortimento de artigos de seu fabrico

Rua Floriano Peixoto, 32
JUIZ DE FORA

Caixas de papelão

Manipulação de fumos Cigarros EXTRA

Fonte: Jornal *O Pharol*, Juiz de Fora, 11 set. 1909.

É por esses fatores e, especialmente, por causa do processo de industrialização, que Juiz de Fora foi identificada, nas últimas décadas do século XIX até o início do século XX, por Manchester Mineira. Esse epíteto ilustrava bem a condição da cidade mineira, que era comparada à cidade industrial de Manchester, localizada na Inglaterra.

A partir desse conjunto de características, refletimos e levantamos algumas questões. Primeiramente, como, nessa cidade, tão ligada ao progresso, era utilizado o tempo livre dos trabalhadores²? Que atividades os trabalhadores realizavam durante o tempo do não trabalho?

Assim, ficamos nos questionando quais fontes de pesquisa permitiriam que um outro olhar, que não fosse ligado às classes mais abastadas, viesse à tona. Foi quando nos deparamos com o trabalho de Sidney Chalhoub (1994), que se orientou em identificar o cotidiano e a cultura dos trabalhadores no Rio de Janeiro por meio dos processos crime. Nesse caminho, também nos deparamos com o trabalho de Deivy Carneiro (2008), que estudou as injúrias por meio dos processos crime. Nesse viés, decidimos procurar, nas páginas dos processos de homicídio, registros que possibilitassem um olhar acerca do tempo livre e do lazer do trabalhador nessa cidade mineira.

Os processos crime como fonte de pesquisa

Os processos crime pesquisados para este estudo encontram-se sob guarda do Arquivo Histórico de Juiz de Fora, órgão da Prefeitura Municipal desta cidade, no Fundo Criminal do Fórum Benjamin Colucci. Esta documentação foi recolhida em 1996 em condições precárias, infestados por poeira, insetos, úmidos e até mesmo deteriorados. Após um trabalho de higienização, eles puderam ser organizados, levando-se em conta o período em que foram produzidos (se período do Império ou da República), e, conforme o delito cometido, foram criadas séries

² Optamos por utilizar o termo “trabalhadores” aproximando-nos de Eric Hobsbawn (1987) que utiliza o termo trabalhadores de forma genérica, sem aplica-lo a uma tipologia específica de ocupação. No entanto optamos por equivaler trabalhador e operário, considerando a necessidade e a importância de se pesquisar as tradições e a formação desse tipo de trabalhador quando pensamos em Juiz de Fora, especialmente devido ao seu destaque fabril e industrial nas primeiras décadas do século XX.

para sistematizá-los, nas quais os processos ficaram alocados em ordem cronológica de acordo com a data da notícia do crime.

A série por nós elencada foi a que englobava os processos crime de homicídio, inseridos na categoria de crimes contra a segurança da pessoa e da vida, referente ao período da República, entre os anos de 1891 e 1942.

No entanto, para este trabalho analisamos os processos abertos no período de 1900 a 1924, por entendermos esse período como de grande importância na organização do trabalho livre na cidade. Assim, foram examinados cerca de 400 processos, levando-se em consideração os dados contidos na denúncia e os depoimentos do réu e das testemunhas. Desse conjunto de 400, foram selecionados 26, por nos revelarem práticas culturais no tempo livre e de lazer dos trabalhadores urbanos e rurais, e que, de alguma forma, se tornaram cenário trágico com a ocorrência de um crime contra a vida.

Dessa maneira, foi possível perceber que apenas 6,5% do total dos processos analisados neste período foram abertos por crimes de homicídio cometidos nos momentos de lazer e divertimento.

Embora esse seja um percentual pequeno de ocorrências, entendemos que é de extrema importância a possibilidade de identificá-las, uma vez que são escassas as fontes de pesquisa que contribuem para uma história do lazer dos trabalhadores, devido à falta de registros documentais produzidos pelos mesmos ou que se remetam a eles.

A justificativa para a escolha da referida série foi pensar que, embora o crime cometido possuísse um grau de importância elevado, se deixássemos o crime cometido em um segundo plano poderíamos identificar a situação em que o mesmo ocorreu, deparando-nos com uma situação de tempo livre ou lazer que possibilitaria a identificação de uma parte do cotidiano das pessoas envolvidas.

Os dados coletados se remontam aos processos crime de homicídio que ocorriam devido a desentendimentos entre desafetos e conflitos. A investigação ocorrida nos processos crime

possibilitou mostrar mais que os delitos. A leitura ampliada desses processos que foram selecionados permitiu identificar fragmentos dos movimentos urbanos e rurais dos conflitos ocorridos na cidade de Juiz de Fora e também os momentos de lazer e de divertimento dos trabalhadores nesses ambientes.

Divertimentos dos trabalhadores em Juiz de Fora

Para pensarmos nos divertimentos dos trabalhadores em Juiz de Fora, torna-se necessário pensarmos: o que seria o tempo livre? Numa tentativa de compreensão desse “tempo”, dialogamos com Theodor Adorno (1995), em seu livro *Palavras e sinais. Ao tentar conceituar a expressão tempo livre*, o autor baseia-se na “diferença específica que o distingue do tempo não livre, que é preenchido pelo trabalho e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado desde fora” (ADORNO, 1995, p. 70). Além disso, Adorno afirma que o tempo livre dependerá da situação geral das sociedades. Por isso, ele pode se apresentar de diferentes formas, conforme a passagem dos tempos e de acordo com os hábitos de cada comunidade.

Em seu ensaio *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*, Edward P. Thompson (1998) diz que, no povo inglês do período pré-industrial, o tempo era marcado conforme os processos familiares, os modos de vida, os ciclos de trabalhos e da vida doméstica. Nota-se, então, que houve uma evolução na medição de intervalos de tempo, chegando ao ponto de que o relógio nas sociedades industriais se torna necessário para a contagem do tempo de trabalho. Com o desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e dos modos de vida urbano, o tempo contabilizado pelo relógio permitiu uma organização mais racional, mecânica e rígida do trabalho e da existência humana, cujas dimensões da vida cotidiana passaram a ser divididas, contadas e regulamentadas.

Essa nova organização do tempo permitiu que a diferenciação dos tempos sociais ocorresse. O tempo sem trabalho passava a ser entendido mais como um tempo de repouso do que de lazer.

Surgia, também, como um tempo voltado ao cumprimento ritual. Assim, a religião, as festas, o divertimento e a restauração das forças de trabalho continuavam profundamente relacionados. O trabalho e o lazer permaneciam intimamente ligados e qualquer alteração de um afetaria diretamente o outro (CORBIN, 2001).

Dessa maneira, compartilhando das ideias de Thompson (1998) e Corbin (2001), bem como de Norbert Elias (1985), em seu ensaio *O lazer no espectro do tempo livre*, compreendemos que todas as *atividades* de lazer são atividades de tempo livre, mas nem todas as atividades de tempo livre são atividades de lazer. Elias ainda (1985) destaca que:

[...] as características especiais das atividades de lazer só podem ser compreendidas se forem consideradas não apenas em relação ao trabalho profissional, mas, também, em relação às várias atividades de não lazer, no quadro de tempo livre. Desta maneira, o espectro do tempo livre contribui para dar maior precisão ao problema do lazer. (ELIAS, 1985, p. 54).

Portanto, o tempo livre está para além das atividades de lazer, englobando também as atividades de rotina, tais como os cuidados pessoais, o tempo para o cuidado com a casa e com os familiares e o tempo para o trabalho pessoal.

No entanto, aqui, privilegiaremos as práticas voltadas ao lazer nesse tempo livre, na tentativa de refletir sobre essas práticas que são concebidas em contraposição ao tempo de trabalho.

No dia onze de abril de 1903, um sábado de Aleluia, por volta das oito horas da manhã, o lavrador Geraldo Laurindo da Silva, de trinta e dois anos, morador do distrito do Rosário³, estava no arraial de São Francisco de Paula, que se encontrava em festa por comemoração da Semana Santa (AHJF, 1903). Participando de uma banca de jogo que acontecia nas imediações do botequim

³ Tanto o distrito do Rosário quanto o arraial de São Francisco de Paula eram pertencentes a Juiz de Fora e compunham sua zona rural. (ESTEVES; LAGE, 1915).

de Pascoal Petresi, Geraldo se divertia com o jogo *jaburu*⁴ em companhia de aproximadamente trinta pessoas, entre as quais, “Martiniano de tal”, que era o banqueiro desta mesa de jogos. Aconteceu que, de repente, um dos jogadores reclamou por certa quantia de dinheiro que ele alegava ter ganhado; não concordando com a alegação do jogador, Martiniano o esbofeteou. Geraldo e João Sabino reprovaram a reação agressiva de Martiniano e, por isso, viraram a mesa de jogo. Martiniano, enfurecido, perseguiu Geraldo e tentou agredi-lo com uma navalha, mas, não conseguindo, atirou-se em luta corporal com o mesmo. Numa atitude de tentar separar o conflito que ali se instalou, João Sabino, com um cacete, deu uma bordoadada na cabeça de Martiniano. Nesse mesmo momento, ouviu-se um estampido de arma de fogo; era Cezarino Gomes de Oliveira, que puxara o gatilho de sua garrucha e atingira a Geraldo, que então caiu por terra abraçado em Martiniano. Geraldo veio a falecer cerca de trinta dias depois, pelo agravo dos ferimentos causados pelo tiro.

Durante esse processo crime, foram ouvidas nove testemunhas, muitas delas residentes no arraial de São Francisco de Paula e que estavam no festejo daquele dia. Todas as testemunhas apresentaram versões próximas da denúncia, no entanto nenhuma delas pronunciou que estava na mesa de jogo junto aos envolvidos no delito, apenas que estavam nas proximidades da jogatina ou que haviam ouvido falar sobre o acontecimento por parte de um “fulano de tal”.

Quando analisamos os processos crime elegidos para este trabalho, percebemos que aproximadamente 30% deles são

⁴ Conforme relato da vítima Geraldo Laurindo da Silva, no momento em que a mesa foi virada, tanto o dinheiro quanto a roleta caíram no chão. O que permite inferir que este parecia ser um jogo de aposta em que se utilizava roleta para designar o ganhador. (AHJF, Série 24, cx 41, 11 abr. 1903, p. 08). Conforme o Dicionário *online Michaelis*, em um de seus significados, “jaburu” seria: “3. Espécie de roleta, com figuras de animais ao invés de números”. DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=jaburu>> Acesso em: 20 maio 2015.

relativos à temática “jogos”, incluindo os jogos de azar e jogos esportivos, como é o caso do *jogo de malha* que aparece em uma ocorrência. Além do jogo chamado *jaburu*, também há a ocorrência do jogo chamado *buzio* ou *busio* e do jogo *truc* ou *truco* e *douradinha*.

Conforme Eloísa Oliveira e Vanderci Aguilera (2007) e ainda Ana Paula Puzzinato e Vanderci Aguilera (2006), ao estudarem a influência do africanismo na geolinguística e lexicografia brasileira, a palavra *buzio* ou *busio* varia de *buzo*, que deriva da lexicografia africana e significa jogo popular que utiliza cascas de laranja, pequenas conchas ou grãos de milho, ao invés de dados. Isso nos leva a crer que tal prática provavelmente foi inserida na região através da cultura dos escravos que trabalhavam nas fazendas e permaneceu como prática entre os populares.

Já o *truco* é um jogo de cartas que tem sua origem na Inglaterra no século XVII. Uma de suas variações é a *douradinha*, que se caracteriza quando há mais de seis jogadores. Conforme Tizuco Kishimoto (1994), o jogo se expande, pelos séculos seguintes, à Idade Média, associado ao dinheiro, à novidade, ao não sério, possibilitando que a atividade lúdica se desenvolvesse na vida social das comunidades à margem da religião oficial que abominava essas práticas. Segundo Kishimoto (1994), a *Encyclopédie*, de Diderot e D’Alembert, mostra que, no século XVII, o jogo aparece como uma ocupação fútil, divertimento, acaso, perda de fortuna e honra, sagacidade, uma espécie de convenção para se usar a habilidade, que diverte pela esperança do ganho (KISHIMOTO, 1994, p. 118).

A situação do jogo no Brasil durante a década de 1920 é bem representada por Nicolau Sevcenko (1992), que, em seu trabalho *Orfeu extático na metrópole*, indica a concepção do jogo na sociedade paulista durante aquele período. Para ele, o jogo poderia ser compreendido como fonte de excitação e possuía a característica de ser uma prática de mais fácil acesso, amplamente difundido nos vários setores da sociedade e por muitas vezes divulgado nos periódicos em tom dúbio, de forma acriminosa e também produzindo “efeitos de maneira horrível” (p. 86). Várias

vezes o jogo adquiria característica de “virtude e como fato da vida desde que praticado com obstinada convicção e ilimitada ambição; fosse no mercado internacional, doméstico, no urbano, na política, na roleta ou no esporte.” (SEVCENKO, 1992, p. 87).

Já alertava Walter Benjamin (1995) sobre o perigo inconsciente da paixão pelo jogo:

O jogo, como qualquer outra paixão, dá a conhecer seu rosto como a faísca que salta, no âmbito do corpo, de um centro a outro, mobilizando ora este, ora aquele órgão, e reunindo e confinando nele a existência inteira. [...] O jogo tem devotos apaixonados, que o amam por ele mesmo e de modo algum pelo que ele dá. E mesmo que o jogo lhes tire tudo, procuram a culpa em si mesmos. Dizem então: – Joguei mal. (BENJAMIN, 1995, p. 264-265).

Dos processos elegidos relativos à temática “jogos”, apenas uma ocorrência foi constatada na área urbana da cidade, no bairro Pito Aceso, região hoje dos bairros Manoel Honório e Bonfim. Esta ocorrência pode ser classificada em duas temáticas de lazer, a dos jogos e a dos botequins existentes na cidade, e, devido a sua riqueza de detalhes, será analisada a seguir.

Ao localizarmos os delitos que ocorreram em botequins, cerca de 27% perfazem o total de processos de homicídio selecionados para essa análise. Vejamos a ocorrência comentada acima através do relato das testemunhas.

Na noite de sábado do dia dezessete de novembro de 1923, Veríssimo Venâncio da Silva, um operário de trinta e dois anos de idade, morador no bairro Manoel Honório, vizinho do botequim de Anacleto Eugênio Vidal, encontrava-se dentro deste comércio com amigos que jogavam truco e douradilha como forma de passar o tempo, quando, por volta de dez e meia da noite, apareceu no botequim Francisco de Paula, um soldado do 10º Regimento de Infantaria. Ao interromper o jogo, o soldado Francisco, acompanhado de um colega do regimento, dirigiu-se de forma agressiva aos amigos que se divertiam, soltando um “para com essa merda, ahi”. Sua intenção era que se parasse

com o jogo para iniciar um outro, o jogo de víspora. Veríssimo, percebendo que tal situação poderia terminar mal, uma vez que o soldado tinha fama de valentão e desordeiro, se retirou para sua casa, quando, de repente, ouviu o som de um estampido. Não querendo voltar para o botequim com receio de que alguma confusão tivesse ocorrido, somente no dia seguinte ele passou a saber que Anacleto havia atirado em Francisco, assassinando-o (AHJF, 1923).

A testemunha Augusto Estopa, um verdureiro de sessenta e seis anos, também morador do Manoel Honório e que participava do jogo no botequim, ainda revelou à polícia que Anacleto, o dono do botequim, disse ao soldado Francisco que, além de não haver víspora em seu estabelecimento, ele não consentia jogo em sua casa, e apenas estavam amigos jogando uma partida de douradinha, mas sem apostas em dinheiro. Mesmo assim Francisco intimou a Anacleto que parasse o jogo, quando seu colega soldado tentou retirá-lo do botequim. No entanto, Francisco, possuindo um bastão de pau nas mãos, quebrou o lampião do botequim e deu outra bordoadada em Anacleto, que não se machucou, pois entrou para o interior da casa onde morava, e de onde voltou armado. Francisco chegou a ser contido por quatro homens, mas conseguiu se soltar e desfechar nova bordoadada em Anacleto, que lhe acertou com um tiro. Francisco faleceu momentos depois.

Outro relato interessante nesse mesmo processo é o do colega de Francisco, João Paulo da Silva, que era praça do 10º Regimento de Infantaria e indicou que eles retornavam de um baile que havia ocorrido na região do Pito Acesso. Ao entrarem no botequim para comprar um maço de cigarros, João Paulo recomendou a Francisco que não bebesse mais, pois ele já havia bebido e a rua estava escorregadia devido à chuva que havia caído. A partir daí ocorreu o que as outras testemunhas já haviam narrado.

Alguns elementos podem ser analisados nesse processo crime. O primeiro deles é a forma agressiva com que o soldado interrompe o divertimento, faz o dono do botequim tomar

providências para colocar ordem na situação, chegando ao extremo de utilizar arma de fogo na questão. Se, de certo modo, o dono do botequim agiu para manter a honra em seu estabelecimento comercial como forma valorativa de manter seu lugar no mundo social, ao mesmo tempo, podemos perceber o uso indiscriminado da arma de fogo.

Uma questão que nos chamou atenção foi a presença apenas de homens nesse processo de 1923 e no processo citado anteriormente, de 1903. Neles, tanto os réus quanto as vítimas e testemunhas envolvidas são homens, o que nos permite pressupor que tanto os locais em que ocorriam os jogos, quanto os botequins e tavernas, eram locais predominantemente frequentados por homens, mesmo no momento de compras dos gêneros de primeiras necessidades nas vendas e nos botequins. Os espaços dos botequins e das vendas funcionariam como espaços de trocas de experiências sociais e econômicas, possibilitando também a sociabilidade masculina.

Em sua maioria, os desentendimentos aconteciam nesses locais devido à intolerância de gestos ou falas agressivas e grosseiras entre os frequentadores, ou mesmo de acertos de conta que pretendiam humilhar a honra da vítima.

Outro elemento comum nos botequins, nas vendas e nos restaurantes era a bebida. Quer fosse a cerveja produzida nas inúmeras fábricas que existiam na cidade ou a cachaça, elas eram constantemente atribuídas ao réu ou à vítima dos delitos. Inúmeras vezes, as testemunhas qualificavam o réu como possuindo o hábito de embriagar-se, enquanto forma de desqualificação de sua honra e seu caráter. No entanto, cabe destacar que a bebida também era utilizada para interação social dentro dessas casas comerciais, permitindo que houvesse vínculos sociais entre os frequentadores desses locais (CARNEIRO, 2008).

Já em uma noite de julho no ano de 1917, na Fazenda Santa Clara, distrito de Vargem Grande (atual cidade de Belmiro Braga), pertencente à cidade de Juiz de Fora, Benedito Glória, com cinquenta anos de idade, nascido na Bahia, estava com outros camaradas, festejando com danças o término da colheita

do café no terreiro desta fazenda, onde também residia. Em certo momento da noite, ouviu-se um tiro que partiu de um rancho ali próximo e feriu a Pedro Domingos e sua filhinha, Julia Carolina de Jesus, vindo a falecer Pedro. De acordo com os relatos das testemunhas, embora Paulino Marciano Januário da Silva tenha atirado em Pedro, não havia inimizade entre eles, e o ocorrido pareceu ter sido um acidente (AHJF, 1917).

Através desse relato, podemos identificar uma situação festiva em ambiente rural que exemplifica uma conjuntura recorrente na vida campesina, pois, nos processos elegidos para esta pesquisa, apenas uma ocorrência é de um baile em ambiente urbano.

O processo acima descrito nos permite identificar uma organização e uma sistematização na vida rural, desde a plantação até a colheita. Nesse sentido, a festa é um ato coletivo que implica uma determinada organização em sua produção. Preparada, planejada e montada em conjunto entre o dono das terras e seus colonos, ela permitia o estabelecimento de sociabilidades na vida cotidiana dos envolvidos. Nesse ambiente, ela permitia um afastamento das atividades cotidianas e a produção de uma identidade.

Algumas considerações

A utilização dos processos judiciais como fontes de pesquisa indica uma importante possibilidade, amplitude e diversidade de temáticas e informações a serem pesquisadas.

Podemos perceber, entre os exemplos aqui mencionados, que, por deslizes, intolerância e mesmo questões de honra e respeito, os crimes eram cometidos em momentos de lazer e de tempo livre dos trabalhadores. Muitas das vezes, os momentos de lazer eram esperados pelos criminosos para realizar o crime, principalmente quando havia inimizade entre os envolvidos.

Importante atentar também para a influência de práticas afrodescendentes, como é o caso do jogo *búzio*, relatado em vários

processos quando havia a questão do jogo no envolvimento do ato criminoso. É possível que, nos primeiros anos do Novecentos, a prática desse jogo e de outros com influência africana fosse presente nessa localidade, pois a presença de escravos e libertos se fazia visível mesmo após a abolição. No entanto, deve-se chamar atenção para o fato de que as práticas possam ter sofrido modificações com o passar dos anos, permitindo, contudo, que as raízes da cultura africana permanecessem, o que nos faz refletir sobre a influência de uma cultura sobre outra e sobre a apropriação das práticas. O mesmo deve ser pensado em relação ao imigrante europeu que também se instalou na região.

Diferentemente do que se pode inferir sobre uma possível concentração de possibilidades de divertimento na região urbana da cidade, também é significativa a identificação da experiência de atividades de lazer no mundo rural, fato que pode ser observado nos distritos da cidade relatados nos processos. Dessa maneira, através dos processos crime, é possível identificar alguns costumes na região rural da cidade, localidade aquela em que esses costumes muitas vezes são difíceis de serem estudados por escassez de registros dos acontecimentos, situação diferente dos centros urbanos, que possuem uma maior quantidade de fontes de pesquisa a serem utilizadas.

Mesmo que a causa dos processos jurídicos tivesse um grau de importância devido ao fato de se tratar de um crime de consequências máximas, através dos relatos desses crimes também é possível notar a ocorrência de momentos de sociabilidades entre os envolvidos, revelando que a população se permitia experimentar os divertimentos nos tempos livres do trabalho, ainda que estes divertimentos tivessem alguma aproximação com o trabalho, como é o caso dos festejos relacionados à colheita.

Fontes de pesquisa

ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA – AHJF, Fundo Fórum Benjamin Colucci.

Processos crime de homicídio, Série 24, Caixa 41, 11 abr. 1903.

Processos crime de homicídio, Série 24, Caixa 58, 27 jul. 1917.

Processos crime de homicídio, Série 24, Caixa 58, 18 nov. 1923.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Resolução nº 706. In: *Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora: Anos de 1915 e 1916*. Juiz de Fora: Typografia Noronha, 1917.

ALMANACH DE JUIZ DE FORA PARA 1917. Juiz de Fora: Typographia Gutemberg – J. Ribeiros & Comp., 1917.

JORNAIS

O PHAROL, Juiz de Fora, 17 out. 1907.

O PHAROL, Juiz de Fora, 11 set. 1909.

ESTEVES, A.; LAGE, O. V. B. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1915.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In: ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Obras escolhidas v. II.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos verbais em uma cidade em transformação: justiça, cotidiano e os usos sociais da linguagem em Juiz de Fora (1854-1941)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHRISTO, Maraliz Castro Vieira. *Europa dos pobres: a belle-époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

CORBIN, Alain. *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=jaburu>> Acesso em: 20 maio 2015.

ELIAS, Norbert. O espectro do tempo livre. In: DUNNING, E; ELIAS, N. (Orgs). *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1985.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. O jogo e a educação infantil. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 105-128, 1994.

OLIVEIRA, P. *História de Juiz de Fora*. 2 ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

OLIVEIRA, Eloisa Elena; AGUILERA, Vanderci de Andrade. Africanismo, geolingüística e lexicografia: um estudo de convergências e divergências. *Revista Afroatitudeanas*, v. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/afroatitudeanas/volume-2-2007/Eloisa%20Elena.pdf>> Acesso em: 5 abr. 2015.

PUZZINATO, Ana Paula e AGUILERA, Vanderci de Andrade. A presença de africanismos na língua portuguesa do Brasil. In. *Revista Afroatitudeanas*, vol.1, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/afroatitudeanas/volume-1-2006/Ana%20Paula%20Puzzinato.pdf>> Acesso em: 5 abr. 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAGO, Tarcisio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Recebido em agosto de 2016.

Aprovado em maio de 2017.

ESCRAVOS SENHORES DE ESCRAVOS. PERNAMBUCO, SÉCULOS XVIII E XIX

*Robson Pedrosa Costa**

RESUMO: Entre os séculos XVIII e XIX, a Ordem Beneditina do Brasil construiu um modelo de gestão que permitiu manter a estabilidade quantitativa de seus escravos até 1871, quando libertaram todos os seus cativos. Um dos aspectos que caracterizaram este modelo foi o estímulo dado aos escravos a possuírem escravos, que os utilizavam em suas roças (concedidas pela Ordem) ou na troca pela própria alforria, através do sistema de “substituição”. O poder desses escravos-senhores era repassado por meio de herança, como no caso de Micaela, que deixou três escravos para os seus filhos. Outros acumularam grande poder, como Nicolau, possuidor de nove escravos, além de outros bens. Ao todo, encontramos 21 escravos-senhores na documentação analisada. Sem dúvida, esta é uma face da escravidão ainda pouco estudada pela historiografia e este estudo vem a contribuir para trazer à luz novos olhares sobre a sociedade escravista.

PALAVRAS-CHAVE: Escravos senhores de escravos. Beneditinos. Pernambuco.

* Professor do Instituto Federal de Pernambuco (*Campus Recife*), Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Líder do Grupo de Pesquisa *História, Cultura e Trabalho*, Linha de Pesquisa *Cultura, Trabalho e Controle Social nos Oitocentos*. Email: robsonpc@gmail.com. Este artigo é parte do terceiro capítulo de minha tese de doutorado intitulada “A Ordem de São Bento e os escravos do Santo: Pernambuco, séculos XVIII e XIX”. Agradeço à Facepe pela concessão de bolsa de doutorado e aos meus orientadores: Marcus J. M. de Carvalho e Suely Creusa Cordeiro de Almeida. Agradeço ainda ao irmão João Cassiano dos Santos, por sua dedicação na preservação de valiosa documentação disponível no Arquivo do Mosteiro de Olinda, além de sua gentileza e disposição durante minha pesquisa.

ABSTRACT: Between the eighteenth and nineteenth centuries, the Benedictine Order of Brazil built a management model that was able to keep the quantitative stability of their slaves until 1871, when they released all its captives. One of the aspects that had characterized this model was the stimulus provided to the slaves to possess slaves, who used them in their gardens (granted by the Order) or exchange by the liberation through the system “replacement”. The power of these slaveholder slaves was transferred through inheritance, as in the case of Micaela, who left three slaves to their children. Others accumulated great power, like Nicholas, owner of nine slaves and other goods. Overall, we found 21 slaveholder slavers in the studied documentation. Undoubtedly, this is a side of slavery that has not been sufficiently researched by historiography and this study is to contribute to bring out new perspectives on the slave society.

KEYWORDS: Slaveholder slaves. Benedictines. Pernambuco.

Introdução

Entre os séculos XVIII e XIX, a Ordem Beneditina do Brasil construiu um *modelo peculiar de gestão escravista*,¹ conseguindo

¹ Este conceito foi elaborado a partir do estudo do historiador Rafael de Bivar Marquese (2004), que discutiu as “ideias sobre a administração dos escravos elaboradas nas Américas” entre 1660 e 1860. O autor explorou os escritos deixados pelos letrados coloniais e também produzidos por senhores que visavam prescrever sobre as melhores formas de governar os escravos. Apesar de utilizarmos o termo *modelo*, os beneditinos não se preocuparam com a produção de um escrito (código de conduta, manual etc.) a ser compartilhado pelo público geral, como o fizeram religiosos como Antonil, Jorge Benci, Manuel Ribeiro Rocha, Antônio Vieira, entre outros, que visavam orientar os senhores acerca do melhor tratamento a ser dispensado aos cativos. Ao mesmo tempo, consideramos que a política de gestão escravista beneditina reuniu um conjunto de regras próprias voltadas para o bom gerenciamento dos estabelecimentos da Ordem de São Bento em todo o Brasil, servindo de *modelo* para os diversos mosteiros do país.

manter a estabilidade do número de escravos até 1871, quando decidiu libertar todos os seus escravos.² Este modelo teria como princípios básicos: o estímulo à formação de famílias (pautadas no casamento cristão e na procriação de vários filhos); o incentivo ao roçado próprio (individual ou familiar); a “moralização dos costumes” (através de preceitos religiosos); a autonomia de cada propriedade rural (geralmente sob a administração de um feitor-escravo, sem a presença diária de um monge-administrador); e a miragem da liberdade, por meio de um complexo e bem planejado sistema de alforria. Tudo isso seguindo procedimentos minúsculos de conduta impostos aos seus membros, na tentativa de evitar o assenhoreamento de um patrimônio que, em teoria, não pertencia aos monges, mas, sim, ao próprio patriarca São Bento. Sendo assim, os beneditinos seriam apenas administradores de todos os bens que pertenciam na verdade ao santo, incluindo os escravos.

Outro ponto importante refere-se ao conjunto de regras construído no decorrer dos séculos XVIII e XIX para a concessão da alforria. Ao adentrar o cotidiano desta prática, foram encontrados muitos aspectos comuns a outras categorias senhoriais. Porém, o que mais chamou a atenção foram as peculiaridades, que em vários pontos contribuem para comprovar a tese sobre a peculiaridade do *modelo de gestão escravista beneditino*. Entre essas peculiaridades, destacaremos neste texto o incentivo concedido aos escravos a possuírem escravos.

Antes de adentrar o tema, algumas explicações se fazem necessárias. A Ordem Beneditina do Brasil possuía diversos mosteiros espalhados por todo país. Neste estudo, evidenciaremos a análise dos dados referentes ao Mosteiro de Olinda, localizado na província de Pernambuco, nordeste do Brasil. Os monges desta província administravam inúmeros bens, entre eles quatro

² Um dia antes (28 de setembro), foi decretada pelo Governo Imperial a Lei do Ventre Livre, que criou uma série de procedimentos para a libertação dos escravos do país de forma gradual e segura. Neste contexto, as Ordens Religiosas foram pressionadas pelo Governo a tomarem medidas semelhantes, já que recebiam benefícios do Estado. Os beneditinos foram os únicos que libertaram todos os seus cativos nesta data.

propriedades rurais (a fazenda Jaguaribe e os engenhos Goitá, São Bernardo e Mussurepe) e centenas de escravos. No final do século XVIII, o número de cativos chegava a 408, mantendo-se estável até 1866, quando os monges possuíam 350 escravos (a partir desta data, eles iniciaram um processo de libertações em massa) (COSTA, 2013, p. 73-74).³ É importante destacar que, devido aos mecanismos criados para estimular o crescimento vegetativo da escravaria, raras vezes recorreram à compra de novos cativos (COSTA, 2013, p. 69).

O referencial teórico-metodológico utilizado dialoga com historiadores que se dedicaram a questões pertinentes às relações entre senhores e escravos, numa perspectiva voltada para o que E. P. Thompson chamou de *história vista de baixo*. Este autor, que tanto influenciou os estudos sobre escravidão no Brasil, chama a atenção para os discursos produzidos “de cima”, que poderiam persuadir o historiador a tomar esta perspectiva como única referência e levá-lo a conceber as camadas subalternas como totalmente dependentes do mandonismo senhorial, desconsiderando as estratégias de resistência dos dominados. Dessa forma, o historiador acabaria colocando “a casa-grande” no “ápice, e todas as linhas de comunicação” convergiriam “para a sua sala de jantar, o escritório da propriedade ou os canis” (THOMPSON, 1998, p. 29-30).

Thompson ajuda a lidar com a documentação produzida, ao longo de dois séculos, por uma instituição que visava disciplinar e vigiar por todos os meios aqueles sob sua tutela, destacando-se os monges e os escravos. Ao nos depararmos com um discurso produzido “de cima”, buscamos extrair as “vozes” que vinham “de baixo”, fazendo com que se evidenciassem as tensões e os conflitos vivenciados por seus sujeitos. Caso contrário, teríamos incorporado o discurso escravista senhorial. Outros conceitos

³ A visível redução de escravos na segunda metade do século XIX explica-se principalmente por duas razões: a diminuição progressiva do número de monges responsáveis pela administração (de 28 no final do século XVIII para apenas 4) e o aumento do número de alforrias a partir de 1850.

e concepções produzidos por E. P. Thompson também foram pertinentes a este estudo, como poderá ser percebido ao longo do texto, considerando que sua influência, como dito antes, é marcante sobre a produção historiográfica da escravidão; o que nos levou a dialogar constantemente com suas ideias, mesmo que de modo indireto.⁴

Apesar de tratarmos de um modelo construído por uma instituição, não nos ateremos apenas ao seu discurso, pois destacaremos também as ações e reações dos sujeitos envolvidos no processo, trazendo à tona os embates produzidos no cotidiano das relações escravistas. Na verdade, compreendemos que as práticas do cotidiano contribuem para alterar as estruturas de funcionamento das redes de “vigilância”, através dos modos de proceder dos indivíduos e grupos, com suas “astúcias”, “táticas”, formas “sub-reptícias” contra as imposições dos mecanismos disciplinares da sociedade. Encaramos, assim, o cotidiano como campo da “antidisciplina” (CERTEAU, 1994, p. 41-42), e que os indivíduos – fossem eles monges ou escravos – tinham consciência de suas possibilidades e limitações.⁵

Um escravo por si

Um dos juristas mais famosos do século XIX, Perdígão Malheiros, escreveu um importante tratado sobre a escravidão no Brasil, publicado em 1866, em que discutiu, entre outras coisas, os direitos dos cativos. Segundo ele, baseando-se no Direito Romano, “O escravo nada adquiria, nem adquire, para si; tudo para o senhor [...]”. “Fosse, direitos reais, desmembrações da propriedade, créditos, legados, herança, posse ainda que sem ciência e consentimento do senhor [...].” (MALHEIROS, 1866, p. 50-51).

⁴ Sobre a influência de E. P. Thompson na historiografia brasileira, Cf.: Lara (1995); Neder et al. (1998); Lara; Mendonça (2006); Marquese (2013).

⁵ Outros autores que fazem parte de meu referencial teórico-metodológico são: Slenes (1997); Levi (1992); Revel (1998); Ginzburg (2006); Davis (1987); Ginzburg (1989).

“Por exceção”, continua o jurista, ao escravo era permitido o *pecúlio*, que se referia “a tudo aquilo que ao escravo era permitido, de consentimento expresso ou tácito do senhor, administrar, usufruir e ganhar, ainda que sobre parte do patrimônio do próprio senhor”. Mas, segundo Malheiros, nenhuma lei no Brasil garantia ao cativo o direito ao pecúlio (situação esta modificada pela lei de 1871).⁶ O mesmo poderia ser dito a respeito da livre disposição sobre qualquer bem, nem em “ato de última vontade, nem a sucessão”. Contudo, apesar de não amparados por lei, caso o senhor tolerasse tal pedido, “em vida ou causa mortis”, era um fato que deveria ser respeitado (MALHEIROS, 1866, p. 52-53).

A historiografia vem apontando as diversas faces por trás do costume da formação do pecúlio pelos escravos no Brasil, principalmente no que se refere ao acúmulo de certa quantia para se alcançar a liberdade. Vários estudos apontaram que a maioria dos cativos que se alforriaram teve que pagar por suas libertações. Para isso, era necessário que o próprio senhor deixasse abertos certos espaços de subsistência, que garantissem o acúmulo de bens por parte do escravo. O que a historiografia ainda não explorou foi o alcance desta abertura no que diz respeito ao acúmulo de posses que iam além do “simples” desejo de manumissão.

Alguns escravos pertencentes aos beneditinos conseguiram bens para si e para sua família, incluindo entre suas posses outros escravos. Trataremos, a seguir, de três elementos constituintes desta prática nas propriedades beneditinas: a troca de um escravo por outro como pagamento da alforria; a transmissão de herança de um cativo a outro; e os recursos que possibilitaram o acúmulo de certo patrimônio dentro do cativo.

Apesar do grande número de estudos que se dedicaram à prática da alforria, poucos evidenciaram uma categoria peculiar

⁶ A Lei de 28 de setembro de 1871, popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, reconheceu, segundo Chalhoub, “uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros” (CHALHOUB, 1990, p. 159-160).

de manumissão, onde um escravo utilizava como moeda de troca outro cativo que o substituísse. Isso se deve ou à ausência destes casos nas respectivas fontes pesquisadas ou ao número ínfimo encontrado na documentação, representando uma porcentagem muito diminuta, se comparada a outras formas de libertação.⁷

Devemos considerar ainda que, excluindo-se uns poucos trabalhos referentes à manumissão, há uma grande lacuna historiográfica acerca dos escravos como proprietários de outros escravos. Existem algumas menções, mas não encontramos nenhum estudo que tenha se aventurado nessa empreitada de forma mais aprofundada. O que tem crescido é o número de pesquisas que se dedicam aos libertos que conseguiram acumular certa riqueza quando fora do cativeiro e a alguns que chegaram a formar verdadeiras fortunas.

Muitos destes libertos possuíam escravos, mas, em sua grande maioria, não ultrapassaram a posse de mais de seis cativos. A exemplo, podemos citar o estudo de João José Reis, que seguiu a trajetória do liberto Manoel Ricardo. Reis (2016, p. 3) afirma que, de uma lista contendo 304 africanos libertos, apenas 67 possuíam escravos, em sua maioria detentores de um ou dois cativos. Já em seu estudo sobre Domingos Sodré, o autor observou que o africano liberto possuiu apenas quatro escravos ao mesmo tempo (REIS, 2008, p. 298).

Semelhantes resultados encontramos no estudo de Nelson Oliveira (2010, p. 55), que analisou 37 inventários (24 de homens livres e 13 de forros) do final do século XVIII. O pesquisador encontrou apenas um liberto que possuía mais de seis escravos e, entre os livres, somente quatro. Temos ainda a tese de doutoramento de Valéria Gomes Costa (2013, p. 196) sobre os africanos libertos do Recife no século XIX, constatando que, de sua amostra, 56,6% eram possuidores de cativos, mas a “maioria chegou a ter no máximo dois escravos, corroborando

⁷ Alguns exemplos de estudos clássicos e recentes que se dedicaram à questão da alforria, mas não evidenciaram a prática da substituição, foram: Paiva (1995); Mattoso (1976); Zero (2009); Lima (2010).

com a historiografia, que afirma o quanto era alto o custo dessa propriedade”.

É importante afirmarmos ainda que, mesmo considerando outros estudos sobre a Ordem de São Bento e demais associações religiosas, não encontramos referência a escravos possuidores de escravos, com exceção do estudo de Vanessa Ramos, que encontrou três casos entre suas fontes.⁸ Ao contrário das pesquisas citadas, nossa documentação traz importantes subsídios para investigarmos com profundidade os escravos-senhores, como poderá ser constatado ao longo deste texto.

Entre 1793 e 1865, os monges beneditinos concederam alforria para 85 escravos.⁹ O número maior de libertações ocorreu no contexto de acirramento dos debates emancipacionistas (1866-1870), quando alforriaram 119 cativos. Entre as alforrias *onerosas*¹⁰ da primeira fase (1793-1865), 18 escravos ofereceram em troca de sua liberdade outro escravo, caracterizando a prática conhecida como “substituição”. Ou como os beneditinos intitulavam: “um escravo por si”. Esta estratégia utilizada pelos cativos representou 23,4% (de 77 casos) do total de libertações onerosas. Se comparados a outros estudos, o número de casos que apresentam esta prática entre os cativos de São Bento é

⁸ Dois estudos sobre a Ordem de São Bento que tiveram como objeto de pesquisa os seus escravos não encontraram tal peculiaridade: Piratininga Júnior (1991); Pacheco (2010). Outros estudos que tocam na questão da posse de cativos pela Ordem Beneditina e Carmelita, mas sem evidenciar aquela prática: Tavares (2007); Souza (2007); Souza (2011); Molina (2006); Araújo (2007).

⁹ Os escravos precisavam seguir um procedimento minucioso para alcançar a liberdade. Com a permissão do Abade, faziam um pedido por escrito e encaminhavam ao Conselho Beneditino. Teoricamente, o pedido só poderia ser votado com a presença do Abade Geral, quando em visita ao mosteiro. Decidido através de “favas brancas ou pretas”, decidia-se pela alforria ou não. Encontramos apenas dois cativos que tiveram seus pedidos reprovados. Apesar do rigor do processo, a grande maioria dos escravos teve que pagar por sua liberdade.

¹⁰ Ou seja, aquelas em que o cativo dava algo em troca por sua liberdade (dinheiro, tempo de serviço ou substituição).

surpreendente, já que alcança uma porcentagem bastante elevada no cômputo das alforrias onerosas.

Stuart Schwartz (2001, p. 205-206), num montante de 1.650 cartas de alforria, encontrou apenas 18 casos, representando 3%. Peter Eisenberg (1989, p. 282-283), analisando 2.347 cartas de liberdade, encontrou apenas 2 casos. Márcio Soares (2006, p. 155) encontrou, nas mais de 600 alforrias analisadas, apenas 8 casos de substituição. Kátia Almeida (2006, p. 51-51), 33 destes casos, representando apenas 4,4% das alforrias pagas de sua amostra. Tatiana Lima (2004, p. 76), entre as 456 alforrias analisadas, apenas 2 escravos utilizaram a substituição como forma de pagamento. Vanessa Gomes Ramos (2007, p. 34) encontrou, no conjunto de 370 registros de liberdade, apenas três casos de troca.

O estudo que dedicou mais atenção a esta prática foi produzido por Mieko Nishida (1993, p. 256), referente às alforrias em Salvador, entre 1808 e 1888. Num universo de 3.516 cartas de liberdade, além de outras fontes (testamentos de forros e registros de compra e venda), a autora encontrou 35 casos de substituição. Dado o grande número de alforrias que analisou, esta categoria representou apenas 1% de todas as manumissões e 2,63% das autocompras (pagas).

Como visto, mesmo em estudos em que o número de substituições chegou a 33 (ALMEIDA, 2006) ou 35 casos (NISHIDA, 1993), estes tiveram uma representação diminuta no cômputo geral dos dados utilizados pelos respectivos autores. Chegaram a representar, respectivamente, 4,4% e 2,63% das manumissões pagas.

Logo, fica evidente que o modelo de gestão escravista beneditino previa este mecanismo de substituição com uma importante ferramenta para a manutenção da estabilidade de sua escravaria. Isso pode ser explicado pelo fato de que a aquisição de um novo escravo vindo do mercado (considerado “estrangeiro”, desconhecido e não aculturado), poderia trazer certos inconvenientes, como possíveis conflitos internos e a necessidade de prepará-los para o trabalho no campo ou em alguma especialidade, como destacou Mary Karasch (2000, p. 448).

Neste sentido, os beneditinos investiam em cativos que demonstrassem habilidades artesanais, como pedreiros, carpinteiros, oleiros etc., além de atividades mais artísticas, como música, o que demonstra a preocupação destes monges com o trabalho especializado. Considerando que a maioria dos escravos em posse de cativos já residia nas propriedades dos beneditinos há certo tempo, trabalhando ao lado de seus senhores, isso pode ter contribuído para que aprendessem o ofício de seus proprietários, além de passarem a compreender melhor as peculiaridades de ser um “escravo do Santo”.

Um dado interessante a ser destacado é que, após 1850, a prática da substituição se tornou rara entre os cativos de São Bento. Depois de 1849, só encontramos mais uma alforria utilizando a substituição como pagamento, e remonta a 1869, não contabilizado entre os 18 casos mencionados (referentes à primeira fase de nosso estudo: 1793-1865). Logo, a concentração das substituições até a data do fim do tráfico de escravos nos faz pensar em algumas questões.

Primeiramente, como apontou Maria Inês Oliveira Cortez (1988, p. 41), entre o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, o “incremento do tráfico de escravos” possibilitou aos proprietários a aquisição de cativos a um preço menor, devido ao aumento da oferta no mercado durante este período. Segundo a autora, isso explicaria o alto índice de posses de escravos por libertos neste contexto. O mesmo pode ser pensado para os escravos proprietários que perceberam a importância de possuir cativos a seu serviço. Mas, diferentemente dos libertos, muitos escravos utilizavam suas posses para juntarem a quantia necessária para libertar a si mesmos ou um parente, ou utilizá-los diretamente como moeda de troca.

Todavia, após o fim do tráfico negreiro, o acesso a mão-de-obra não possuía a mesma facilidade que em tempos anteriores. As áreas dominadas pelas grandes lavouras começavam a drenar para suas fazendas um número cada vez maior de cativos pertencentes aos pequenos proprietários, inclusive de outras regiões (MATTOS, 1998, p. 33-34). A posse de escravos começou

a se tornar um privilégio de poucos. E os escravos senhores de escravos perceberam as mudanças.

Isso não quer dizer que estes cativos deixaram de ser senhores, mas perceberam, possivelmente, que seria mais lucrativo permanecerem com suas posses do que realizarem uma troca pela liberdade. Com a diminuição do número de cativos decorrente do fim do tráfico, as possibilidades de juntar mais dinheiro com o aluguel ou na realização de outras atividades remuneradas se ampliaram (através de seu trabalho e/ou de seu escravo), levando os cativos beneditinos a dar preferência ao pagamento da alforria em dinheiro. Mas isso é apenas uma hipótese.

Outros autores também perceberam essa concentração de substituições no período anterior ao término do “infame comércio”. Kátia Almeida constatou que as 33 substituições que analisou se referiam ao período anterior a 1850, “período de tráfico aberto, quando os cativos tiveram mais oportunidades de adquirir outro cativo, sobretudo aqueles de origem africana recém-chegados, que custavam menos do que um escravo especializado ou já ladino”. Desse montante, 12 eram de origem africana, 7 nascidos no Brasil e 14 não identificados (ALMEIDA, 2006, p. 57).

Alguns autores também evidenciaram a predominância de africanos entre os cativos utilizados nas substituições. Segundo Márcio Soares (2006, p. 155, nota 40), as 8 trocas que analisou tinham origem africana. Já no estudo de Mieko Nishida (1993, p. 256), dos 35 forros nesta categoria, 24 haviam nascido na África, contra apenas 3 do Brasil. Outros 8 não tiveram sua origem revelada. No nosso estudo, dos 18 casos de substituições, apenas 2 revelam a origem de suas posses, ambos de “nação” angola. Os demais não revelam origem ou cor, com exceção de “um negro para todo serviço”, que pode indicar não necessariamente a cor, mas sim, a condição escrava.¹¹

Além das questões até aqui apontadas, uma nos intrigou

¹¹ Para uma discussão sobre as classificações raciais no Brasil, ver: Santos (2005, p. 115-137).

ainda mais, ao nos depararmos com esta prática como parte dos mecanismos de manumissão dos escravos de São Bento. A substituição seria uma contrapartida dos próprios escravos ou uma exigência dos beneditinos para evitar o esvaziamento de suas senzalas? Sem dúvida alguma esta prática representou um dos elementos constituintes do modelo de gestão escravista construído pela Ordem de São Bento de Pernambuco. Isso porque, apesar do número de casos ser inferior ao pagamento em dinheiro, os escravos tinham a opção, estimulada pelo Conselho, em trocar sua liberdade através da substituição.

Dos 18 pedidos analisados, 5 aparecem claramente como exigência dos monges para a respectiva permuta.¹² As expressões que demonstram tais iniciativas trazem a seguinte redação: “mediante o preço em que fosse avaliada ou em troca de outro escravo de igual valor”¹³; “500 mil reis ou um escravo a contendo”; “o Conselho determinou que fosse dado uma escrava a nosso contendo ou o seu valor”.¹⁴

Contudo, foram os escravos que na maioria das vezes propuseram a substituição: 13 casos. As expressões que simbolizam tais pedidos podem ser assim exemplificadas: “dando um escravo por si”; “oferecendo em seu lugar”; “oferecendo por si”. Outras duas expressões bem exemplificam a iniciativa dos escravos. Em 1798, André Ribeiro, pedindo a liberdade para sua filha, ofereceu uma escrava Angola como pagamento. O Conselho “deveria julgar a utilidade ou inutilidade desta troca, o que foi aprovado”.¹⁵ Feliciano do Espírito Santo, em 1816, oferecia ao

¹² A documentação referente às alforrias se encontra transcrita nos Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda, publicados na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. XLII, 1948-1949 (1952). São atas de reuniões do Conselho Beneditino, formado pelo Abade e demais monges do Mosteiro, entre 1793 e 1875. Para facilitar a referência a esta fonte, indicaremos na nota de rodapé a data e a página localizada na referida revista, precedida do termo “Manuscritos”.

¹³ Manuscritos (25 de setembro de 1845, p. 180-181).

¹⁴ Manuscritos (28 de setembro de 1798, p. 138).

¹⁵ Manuscritos (22 de agosto de 1798, p. 242).

Mosteiro (em troca de seu filho) “um moleque de nome João de nação Angola”. O Conselho “resolveu que desse o escravo que oferecia”.¹⁶

Não é possível responder quando e como se iniciou esta prática entre as manumissões beneditinas. O certo é que parecia ser um bom negócio para os dois lados. Para os monges, evitar os possíveis transtornos na compra de um escravo desconhecido no mercado escravista poderia ser uma opção alternativa. Além disso, muitos cativos conseguiam valores diminutos para sua liberdade, por motivos diversos (bons serviços, doença etc.), ao passo em que a troca nunca seria por um escravo que não estivesse apto ao trabalho, ou seja, que não fosse “útil” à Religião Beneditina. Mas um bom negócio também para os escravos, pois muitos conseguiram seus cativos através de heranças, deixadas por parentes que haviam conseguido acumular alguns bens dentro do próprio cativo beneditino, ou oferecidos por familiares desejosos por sua liberdade, como veremos mais adiante.

Poderíamos considerar ainda que em alguns casos os escravos tenham comprado um cativo só para aquele fim, ou seja, para satisfazer a exigência do Mosteiro, a exemplo do que afirma Schwartz (2001, p. 205-206): “O futuro liberto ou intercessor adquiria um escravo do mesmo valor, que era então apresentado ao senhor como substituto”. Mas não acreditamos que essa tenha sido a regra. Isso porque a posse e manutenção de escravos pelos cativos beneditinos parece ter sido, se não comum, pelo menos possível, como veremos ao longo deste artigo.

Acreditamos também que, quando um escravo realizava tal permuta, possivelmente não estava se desfazendo de todo o seu patrimônio, pois seria pouco prudente abrir mão de um cativo para viver precariamente na liberdade. É possível que os escravos que possuíssem apenas um cativo tenham optado em juntar o dinheiro para a manumissão, pois, uma vez libertos, poderiam utilizar o trabalho de seu cativo para sobreviver. Como a grande maioria dos alforriados continuava nas terras beneditinas (muitos, inclusive,

¹⁶ Manuscritos (14 de maio de 1816, p. 246).

sem pagar foro), ter um escravo à sua disposição significava um importante salto como homem “livre”.

Outro ponto a ser destacado é que o substituto do alforriando não precisava corresponder, necessariamente, aos mesmos atributos físicos ou etários dos requerentes. Mas, evidentemente, existia algum tipo de “cálculo” que os monges realizavam para não perder na hora da troca. Em alguns casos, existia alguma equivalência: Feliciano Camila, mãe de Francisco, de 12 anos, deveria entregar ao Conselho, como pagamento da liberdade de seu filho, “um moleque de 12 ou 14 anos”.¹⁷ Também aparecem expressões que buscam valorizar a capacidade dos cativos colocados em troca: “um negro [ou negra] para todo o serviço”; ou, como apelara Alexandre, que pretendia dar por si um “escravo que melhor que ele” pudesse “servir e ser útil à Religião no trabalho da enxada”.¹⁸

Devemos destacar ainda a predominância feminina entre os escravos senhores. Entre os 18 casos, 10 correspondem a mulheres pedindo sua liberdade (ou de seu filho) em troca de outro cativo, enquanto os homens somaram 8 dos pedidos. A diferença é bem pequena, mas aponta novamente para presença da mulher cativa como importante papel no processo de manumissão e como proprietária de escravos. Este é um dado que corrobora outros estudos que investigaram a vida dos escravos após a manumissão.

Carlos Eugênio Soares (2010, p. 89) também destacou a predominância das mulheres libertas sobre os homens como proprietárias de escravos. Sheila Faria (2000, p.86), em seu estudo sobre as mulheres forras em São João del Rei (Minas Gerais, 1774-1806), constatou que “homens ‘brancos’ e mulheres forras foram os que detiveram as condições mais favoráveis de serem possuidoras dos maiores conjuntos de bens do período escravista”.

Outro importante dado a se destacar refere-se ao papel

¹⁷ Manuscritos (28 de setembro de 1798, p. 147).

¹⁸ Manuscritos (30 de agosto de 1793, p. 237-238).

da família nos casos de substituição. Dos 18 casos, 12 estão relacionados a arranjos familiares. Dois pais ofereceram escravos em troca da liberdade de suas filhas, assim como duas mães. Podemos citar ainda Quirino, que intercedeu por sua esposa, e Joana, por seu marido.

Umbelina é um dos casos mais interessantes. É a única que, na mesma petição (1809), pede a liberdade para si e para sua filha, chamada Maria. Na primeira proposta, ofereceu como pagamento da sua libertação “um negro para todo o serviço”, e, para sua filha, “uma negrinha”. No final, preferiu pagar 50 mil reis pela alforria de sua filha.¹⁹ Ou a “negrinha” não satisfez as exigências do Conselho (o que não aparece na Resolução) ou Umbelina preferiu ficar com a escrava ao invés de pagar um valor relativamente baixo, se comparado aos possíveis ganhos com a posse de um cativo. Teria ela outros escravos? Infelizmente, não temos a resposta.

Considerando os dados até aqui apresentados e os números gerais sobre os pedidos de alforria, fica fácil concluir que o papel da família escrava no processo de libertação no interior das propriedades beneditinas foi crucial. E, como podemos perceber, a estratégia da substituição foi destacadamente um atributo quase familiar. Mieko Nishida (1993, p. 257) também percebeu a importância da família entre estes casos. A autora afirma que apenas duas cartas revelaram como os escravos haviam conseguido seus substitutos e, em ambos os casos, houve a intervenção de parentes, que ofereceram seus cativos em troca da liberdade de seus familiares. Este ponto fica ainda mais evidente quando observamos outros casos em que aparecem escravos senhores de escravos, como veremos a seguir. As famílias, nas propriedades beneditinas, tiveram um amplo leque de possibilidades de construir e manter um patrimônio próprio, incluindo cativos.

¹⁹ Manuscritos (18 de janeiro de 1809, p. 244).

Negócios de família

Dois casos, que não estão diretamente relacionados com processo de manumissão, nos dão uma boa dimensão do poder de posse que alguns escravos possuíam dentro das propriedades beneditinas e sua relação com a família. O primeiro caso refere-se à escrava Micaela, que morreu no início de junho de 1811. A cativa havia deixado alguns bens a serem divididos entre seus herdeiros. Entre seu patrimônio estavam *alguns escravos*. Um deles, João Vieira, de 50 anos de idade, havia prestado bons serviços à “Religião até o final daquele ano”, por isso decidiu o Conselho conceder-lhe a liberdade. Os beneditinos se comprometeram a dar o valor do dito João Vieira aos respectivos herdeiros, “filhos da defunta”, assim como “para eles se tirando de tudo a terça parte para o sufrágio” dela.²⁰

Um mês depois, a escrava Maria das Candeias, cativa pertencente à “defunta” Micaela, acabou incorporada ao patrimônio dos beneditinos, que decidiram ficar com ela mediante o pagamento de seu valor aos respectivos herdeiros.²¹ Percebemos, assim, que os monges também se utilizavam do trabalho desses cativos, possivelmente pagando a seus escravos-senhores os respectivos valores pelas atividades desempenhadas.

O segundo caso refere-se ao escravo José Vieira, que teria morrido em janeiro de 1817, deixando uma dívida de 33\$000 a diversas pessoas. Mas, como havia deixado “uma negra”, avaliada em 70 mil reis, “a qual de nada servia à Religião, por não ser de serviço”, ficou acertado que um irmão do defunto pagaria o dito valor pela escrava. O Conselho votou a favor da venda, firmando

²⁰ Manuscritos (Junho de 1811, p. 156). Segundo Sandra Graham (2005, p. 65): “O direito brasileiro, seguindo o português, especificava que dois terços dos bens de uma pessoa ou de um casal deveriam ser divididos em partes iguais entre filhos ou netos ou, caso não houvesse herdeiros descendentes, os bens reverteriam para os pais ou avós. A pessoa podia dispor do outro terço como bem quisesse [...]; e, se não houvesse herdeiros necessários, a pessoa podia deixar todo o espólio para um herdeiro de sua escolha”.

²¹ Manuscritos (05 de julho de 1811, 156-157).

que com o dinheiro se pagasse as ditas dívidas e o que sobrasse fosse distribuído aos filhos do defunto, obrigando-os a dizer-lhe “algumas missas” em nome do falecido.²²

Como vimos anteriormente, legalmente o escravo não possuía qualquer direito de posse (até 1871) sobre bens que por ventura tivesse conseguido acumular, muito menos deixá-los como legado para outras pessoas após a sua morte. Todavia, aos senhores era facultado permitirem tais práticas. Segundo Stuart Schwartz (2001, p. 101), “a posse de bens era amplamente reconhecida porque proporcionava tranquilidade à administração do sistema escravista”.

Foi o que aconteceu nas propriedades beneditinas. Os monges poderiam livremente dispor dos bens deixados pelos cativos que morriam, mas preferiram, possivelmente por princípios religiosos e até mesmo como parte de sua política de “paz nas senzalas”, conceder tais direitos aos escravos. Lembramos que o modelo beneditino era fortemente influenciado pelos preceitos religiosos, pautados principalmente nas *Regras do Glorioso Patriarca*. Por isso, amparar seus servos era um dever não apenas senhorial, mas também cristão. Mesmo quando havia algum interesse em respectivo escravo deixado pelo “defunto”, havia a preocupação em conceder aos herdeiros a parte que lhes cabia, como nos casos de Micaela e José Vieira. São casos como esses que nos ajudam a compreender (ou pelo menos refletir) a complexidade das relações escravistas.

E uma importante reflexão seria sobre as possíveis estratégias utilizadas pelos escravos para juntar dinheiro suficiente para sua subsistência (e de sua família) e ainda comprar um cativo (ou vários). Adentraremos esta questão para melhor compreender a dinâmica interna das propriedades escravistas de São Bento. Vários autores destacaram as possibilidades abertas dentro do próprio cativeiro para acumularem pecúlio, inclusive no meio rural, onde escravos juntavam dinheiro adquirido através de suas “agências” (GOLDSCHMIDT, 2010, p. 120-121).

²² Manuscritos (17 de janeiro de 1817, p. 164).

Os senhores reconheciam a importância de permitir certas práticas que conferissem aos cativos alguma renda. Até porque muitos proprietários se beneficiavam dos “negócios” abertos por seus escravos ou cativos da vizinhança. Como já havíamos afirmado, os beneditinos sempre preparavam escravos para a realização de trabalhos especializados, como pedreiro, carpinteiro, jangadeiro. Há indícios de que estes cativos realizavam trabalho extra e conseguiam juntar certas quantias. O escravo Thomé ladrilhou, em um domingo, a casa de uma liberta (ex-escrava da Ordem) moradora na propriedade de Jaguaribe e recebeu por seu serviço um “patacão²³ e uma garrafa de vinho”, pagos pelo Fr. Filipe, administrador da fazenda.²⁴ Outras práticas, como pequeno comércio de doces, produtos agrícolas etc., poderiam incrementar a renda dos cativos de São Bento. Mas havia ainda outras práticas, nem sempre lícitas.

O Fr. Galdino, em seu relatório trienal (1848), destacou a sua grande preocupação com a prostituição. Segundo este Abade, muitas escravas moças viviam deste meio, em busca de seu sustento e de se vestirem “mais comodamente”.²⁵ O Fr. Manoel da Conceição Monte, em 1863, destacou o importante trabalho realizado em seu governo, casando vários escravos das diversas propriedades, evitando assim o concubinato e a prostituição.²⁶

Apesar da preocupação dos monges, a prostituição garantia,

²³ Moeda de prata.

²⁴ Processo Crime: Autora: Rufina Maria Manoela. Réu: D. Abade do Mosteiro de Olinda Fr. Manoel d Conceição Monte. 1862. Arquivo do Museu de Igarassu, seção de Manuscritos, Série: Irmandades Religiosas, Cx.4: São Bento de Jaguaribe.

²⁵ Estados do Mosteiro de São Bento (1842-1845). Os *Estados* são relatórios trienais produzidos pelos Abades sobre o período em que administraram o respectivo Mosteiro. Consultamos tanto os Estados do século XVIII (fotocópias dos originais que estão sob a tutela do Arquivo Distrital de Braga, Portugal, e disponibilizados no Arquivo do Mosteiro de Olinda) e os do século XIX, transcritos nos Manuscritos publicados na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. XLII, 1948-1949 (1952).

²⁶ Estados do Mosteiro de São Bento (1860-1863). Manuscritos (1952).

a muitas cativas, oportunidades para a subsistência e, quem sabe, para acumular dinheiro para a alforria. Sheila Faria destaca que “as escravas dedicadas ao comércio e [...] à prostituição foram as que mais condições tiveram de pagar por sua liberdade”. Segundo a autora, “estavam elas, portanto, triplamente estigmatizadas na sociedade que as cercava: pela cor da pele, relacionada à escravidão, pelo ‘defeito mecânico’, condição vil, e pela prostituição, repúdio religioso” (FARIA, 2000, p. 81).

Porém, acreditamos que, por se tratarem de propriedades rurais, a principal fonte de recursos dos escravos beneditinos foi a roça própria. Esta era uma prática antiga, encontrada em várias regiões do Brasil escravista. Stuart Schwartz (2001, p. 99) destaca que muitos escravos utilizavam os dias livres que lhes eram concedidos (domingos, feriados religiosos e dias de descanso) para produzir em suas próprias roças, complementando sua dieta com produtos de suas hortas. Além disso, poderiam vender o excedente “nos mercados locais ou ao proprietário”, guardando “o dinheiro ganho para fazer compras ou poupar para acabar comprando a própria liberdade, ou de um ente querido”.

E novamente o papel da família se destaca. A constituição de laços familiares dentro do cativeiro poderia proporcionar ao escravo conseguir de seus senhores maiores privilégios em relação aos cativos solteiros. Entre os prêmios, estavam um espaço de moradia especial para os casados (mesmo que dentro da senzala) e, claro, as roças. Estas possibilitavam aos cativos realizarem negócios com a vizinhança, vendendo e comprando produtos necessários à subsistência da família. Segundo Slenes (1999, p. 196-197), “a renda monetária proveniente de todas estas fontes, além de ampliar as possibilidades de ‘consumo’ e, dessa forma, ajudar a viabilizar o projeto de vida e redes de solidariedade dentro da escravidão, também podia possibilitar poupança”.

Para o autor, poupar poderia significar duas possibilidades abertas através do acúmulo de recursos com a roça e a criação de animais. De um lado, a poupança poderia ser utilizada como uma “garantia da sobrevivência no futuro, em dias difíceis”. Ao mesmo tempo, juntar dinheiro fazia parte do projeto de muitos daqueles

que buscavam sobreviver dentro dos limites da escravidão, acumulando recursos suficientes que lhes permitissem “a compra da liberdade” (SLENES, 1999, p. 196-197).

Evidentemente que o acesso a lavoura própria fazia parte das estratégias senhoriais para manter os escravos sob controle. Para aqueles que percebiam alguma possibilidade de “sucesso” sem precisar enfrentar abertamente o senhor, poderia ser um bom negócio desfrutar de certos espaços abertos dentro do cativoiro. “Sucesso”, como nos dizem Florentino e Góes (1997, p. 173), “naquela sociedade incrivelmente injusta, não precisava ser tanta coisa. Comida, descanso, um pouco de sossego e, se possível, roçados, alguns dias livres, divertimentos e família”.

Nicolau foi um caso à parte. Ele havia se beneficiado do cargo de feitor, destinando para si grande parte das roças que deveriam ser distribuídas a outros cativos, empregando parte de seus escravos (num total de nove) no “serviço da enxada”, obtendo lucros em detrimento dos outros.²⁷ O escravo-feitor (e senhor) havia acumulado poder e bens, como gado, cavalo e terras fora das propriedades beneditinas.²⁸

Porém, nem sempre a estratégia senhorial trazia os resultados esperados. Segundo Fr. José Botelho, o escravo Júlio recebeu “uma terra maneira e boa” para seu sustento. Todavia, o cativo tinha dificuldades para formar alianças, e não conseguia um só parceiro para dividir a roça. Sem raízes fincadas, sem “amarras” familiares e, principalmente, sem a rede protetora necessária para uma subsistência satisfatória e, até mesmo, para a liberdade, Júlio utilizou a tática senhorial contra seus algozes, “ajuntou toda a sua roupa em um saco” de farinha e fugiu.²⁹ Mas esta não foi a regra. A grande maioria ficou mesmo no cativoiro, jogando de acordo com as regras beneditinas, jogando com as armas disponíveis.

²⁷ Manuscritos (Março de 1822, p. 169).

²⁸ Sobre esse escravo-senhor, cf.: Costa (2017).

²⁹ *Processos escravos, 1831-1871* (09 de setembro de 1863). Documentação de natureza diversa, reunindo fontes sobre a escravidão, organizada em dois volumes e localizado no Arquivo do Mosteiro de Olinda.

Neste sentido, a Ordem de São Bento parece ter dado uma atenção especial à questão do roçado. Mateus Ramalho Rocha (monge beneditino), em seu estudo sobre os beneditinos do Rio de Janeiro, confirma esta prática, afirmando que os escravos da Ordem “possuíam pequenos lotes de terras nos quais habitavam e retiravam sua subsistência e a de sua família” (ROCHA, 1991 apud RAMOS, 2007, p. 175). Esta prática ocorreu de forma mais evidente nas terras de Jaguaribe, por se tratar de uma fazenda destinada ao abastecimento do Mosteiro. Através da venda de excedentes para os próprios monges e possivelmente para os vizinhos, os escravos de São Bento conseguiram construir uma importante rede de negócios que incluía diversas atividades, inclusive a aquisição de escravos.

Considerações finais

Qual o significado, para um cativo, ser proprietário de escravos? A questão não é nada fácil de responder. Até porque a carência de estudos sobre o tema dificulta maiores interpretações. O que temos em mãos são os estudos sobre os egressos do cativo e os recursos que acumularam como libertos. Segundo Carlos E. Soares (2010, p. 89), “ter escravos na Bahia da primeira metade do século XVIII era algo absolutamente normal, e os egressos da escravidão ambicionavam – como todos na sociedade – a propriedade de pelo menos um cativo”.

Para Maria Inêz Cortez de Oliveira (1988, p. 41), “a vida de cativo ensinara ao liberto que ser livre era ser senhor e ser senhor era possuir escravos que trabalhassem para si. Tal era a verdade do escravismo”. E continua: “não havia para o liberto, fosse africano ou crioulo, nenhum constrangimento na assimilação desta verdade, especialmente quando as rivalidades étnicas eram tão profundas e tão cuidadosamente incentivadas [...]”. (OLIVEIRA, 1988, p. 41).

Márcio Soares (2006, p. 278) afirma que ter um escravo era um importante símbolo de mobilidade social, considerando que muitas pessoas “tidas como brancas” não tiveram acesso à posse

de cativos. Analisando testamentos em Campo dos Goitacases, o autor afirma ainda que “a posse de escravos assumia uma grande relevância no conjunto das fortunas inventariadas”, pelo fato de tal posse representar recurso econômico e pelo caráter político “que esse tipo de propriedade assumia nos processos de hierarquização social, entre os próprios descendentes de escravos”. Para o autor, este tipo de propriedade “singular” contribuía, inclusive, para acelerar “o processo de distanciamento do (ante) passado escravo, na medida em que transformava pessoas, direta ou indiretamente egressas do cativo, em senhoras de almas.” (SOARES, 2006, p. 278).

Sheila Faria destaca que, em vários estudos sobre a riqueza no período escravista, “a posse de escravos é um indicativo importante para inferir o grau de fortuna dos envolvidos”, além do prestígio social que poderia ser alcançado. Todavia, apesar do papel da posse nesta sociedade, “a aquisição de um escravo não era fácil”. Comprar pelo menos um cativo exigia, da grande parcela da população, um esforço econômico significativo. A autora levanta uma questão interessante em torno da afirmação de que a posse de um único escravo seria um indicativo da pobreza de um proprietário. Faria discorda, afirmando que este dado não pode ser considerado de forma absoluta, “principalmente porque a grande maioria da população economicamente ativa da sociedade escravista não tinha condições de ter nem mesmo um”. E diz ainda: “Mulheres proprietárias de escravos, qualquer que tenha sido sua condição social, não podem ser consideradas ‘pobres’, no sentido econômico do termo.” (FARIA, 2000, p. 83).

Estas questões apontadas pelos autores nos intrigam ainda mais, quando pensamos em escravos senhores de escravos. Se, para um liberto, não havia qualquer “constrangimento” em possuir escravos (até porque era algo legítimo na sociedade de então), percebemos que o mesmo se aplicava aos cativos-senhores, o que não deixa de ser algo no mínimo surpreendente. Pensar em um cativo dentro do cativo assombraria os antigos defensores da passividade dos escravos, e nos deixa mais perguntas do que respostas.

Um ponto importante está no fato de que grande parte da população livre e liberta não tinha condições materiais de comprar nem sequer um escravo, enquanto cativos beneditinos tinham dois, três ou até nove escravos em seu poder. Poder, eis uma questão que fazia parte do cotidiano destes sujeitos. Prestígio social? Possivelmente. Apenas dentro ou também fora das propriedades em que viviam? Como eram vistos estes senhores pela vizinhança pobre e não-proprietária? Como se dava o processo de hierarquização social? Ter a liberdade, mas ser pobre, significava um status superior a um escravo proprietário? Se ter um cativo, enquanto liberto, poderia significar um importante passo no processo de distanciamento do (ante) passado escravo, o que dizer daqueles que se mantiveram em cativo, mas como senhores escravistas?

Concordamos com Vanessa Ramos quando afirma que esses exemplos de transação pela liberdade entre senhores e cativos “reforçam ainda mais a participação direta dos escravos, caracterizando-os como agentes sociais que interagem de forma bem ativa na sociedade em que viviam.” (RAMOS, 2007, p. 34).

Referências

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas*. Bahia, século XIX. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ARAÚJO, Maria das Graças Aires de. *Decadência e restauração da Ordem Carmelita em Pernambuco (1759-1923)*. 2007. 198f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Robson Pedrosa. A Ordem de São Bento e os escravos do Santo, Pernambuco, séculos XVIII e XIX". 2013. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

COSTA, Robson Pedrosa. Um senhor de escravo em cativeiro: a trajetória de Nicolau de Souza, 1812-1835. *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 1, p. 47-66, jan./jul., 2017.

COSTA, Valéria Gomes. *Trajetórias negras: Os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)*. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riquezas e estigma social. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-92, 2000.

FLORENTINO, Manolo GOES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-178.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. A carta de alforria na conquista da liberdade. *IDE*, São Paulo, v. 33, n. 50, p. 114-125, jul. 2010.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. 'Blowin' in the wind. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. Projeto História, São Paulo, n. 12, 1995.

LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiça no Brasil*: ensaio sobre História Social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.133-162.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida*: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). 2010. 378 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LIMA, Tatiana Silva. *O nós que alforriam*: relações sociais na construção da liberdade, Recife, décadas de 1840 e 1850. 2004. 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*: ensaio histórico-jurídico-social. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MANUSCRITOS do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. XLII, 1948-1949 (1952).

MARQUESE, Rafael Bivar de. *Feitores do corpo, missionários da mente*: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 166-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar de. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 223-253, jul./dez. 2013.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888). In: PELÁES, Carlos Manoel; BUESCU, Mircea. *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976. p.149-168.

MIEKO, Nishida. As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888. *Estudos Econômicos*, v. 23, n. 2, p. 227-265, 1993.

MOLINA, Sandra Molina. *A morte da tradição: a Ordem do Carmo e os escravos da santa contra o Império do Brasil (1850-1889)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NEDER, Gizlene et al. Os estudos sobre a escravidão e as relações entre a História e o Direito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, dez. 1998.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtez de. *O liberto: seu mundo e os outros*, Salvador, 1790/1890. São Paulo: Corrupio, 1988.

OLIVEIRA, Nelson Henrique Moreira de. *Forros Senhores da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguazu*. Fins do Século XVIII. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

PACHECO, Paulo Henrique Silva. *Moral e disciplina: monges e escravos no espaço monástico beneditino na Corte Imperial*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PIRATININGA JÚNIOR, Luiz Gonzaga. *Dietário dos Escravos de São Bento: originários de São Caetano e São Bernardo*. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura, 1991.

RAMOS, Vanessa Gomes. “Os escravos da religião”. Alforriandos do clero católico no Rio de Janeiro Imperial (1840-1871). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Revista História*, São Paulo, n. 174, p. 15-68, jan./jul. 2016.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 32, p. 115-137, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. “Instruído na fé, batizado em pé”: batismo de africanos na Sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 39, p. 79-113, 2010.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SOUZA, Jorge Victor Araújo. *Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c. 1580-c.1690*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. *Monges negros: trajetórias, cotidiano e sociabilidade dos beneditinos no Rio de Janeiro – século XVIII*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TAVARES, Cristiane. *Ascetismo e colonização: o labor missionário dos beneditinos na América Portuguesa (1580-1656)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZERO, Arethusa Helena. *Escravidão e liberdade: as alforrias em Campinas no século XIX (1830-1888)*. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2009.

Recebido em agosto de 2016.

Aprovado em setembro de 2017.

ARTIGOS

HISTÓRIA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E UTOPIA EM J. RÜSEN E A. HELLER: REFLEXÕES PARA A DIDÁTICA DA HISTÓRIA

*Luis Fernando Cerri**
*Caroline Pacievitch***

RESUMO: O artigo discute as posições de Jörn Rüsen e de Agnes Heller sobre consciência histórica e suas implicações possíveis para a Didática da História. Consciência histórica é entendida como um conjunto de processos para atribuir sentidos e significados quanto ao tempo e que se expressam em diferentes cenários. A argumentação se desenvolve cotejando as obras em que Rüsen e Heller discutem especificamente suas noções sobre consciência histórica, confrontados pelos desafios para a orientação temporal na pós-modernidade. Conclui-se que tal reflexão é relevante para a formação de historiadores e professores de história que enfrentam as dificuldades em construir sentidos históricos na pluralidade sem recorrer a explicações redentoras, mas ainda defendendo valores como a razão, a verdade e a democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Didática da história. Teoria da história. Ensino de história.

ABSTRACT: This article discusses Jörn Rüsen and Agnes Heller statements about historical consciousness and their possible consequences to the History Didactics. Historical consciousness is taken as a ensemble of processes to assign senses and meanings

* Professor do Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em História. Doutor em Educação.

** Professora do Departamento de Ensino e Currículo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Educação.

about time, which expresses themselves in different scenarios. The argumentation is developed collating the works of Rüsen and Heller in which they discuss specifically their notions about historical consciousness, faced to the challenges to the temporal orientation at post-modernity. It is concluded that such reflection is relevant to the historians and history teachers training, who front difficulties on building historical meanings in a pluralistic way, without recurring to redeemer explanations, still considering values as reason, truth and democracy.

KEYWORDS: History didactics. Theory of history. History teaching.

Introdução

Criticar o relativismo niilista e apostar em mundos melhores, sem desbançar para soluções redentoras ou narrativas homogeneizantes, pode ser uma forma de caracterizar os pensamentos de professores e professoras de história sobre sua profissão, pois evitam resumir suas perspectivas políticas a um único parâmetro político ou ideológico, mas também se recusam a afirmar que são neutros. Além disso, estão cientes de que manter posicionamentos políticos que amparam suas decisões profissionais e políticas não configura proselitismo político. Os dilemas que afetam a formação e a atuação profissional de professores de história não se resumem às suas opções político-partidárias, mas sim nas formas como atribuem sentido à profissão (formação, condições de trabalho, compreensão sobre conhecimento histórico, etc.) e seus objetivos mais amplos, conectados com o papel da escola e da história para o futuro dos jovens. Picuinhas políticas reducionistas não dão conta da complexidade que envolve o ensinar história na contemporaneidade.

A pergunta que muitos professores se fazem pode ser sintetizada em “qual é minha responsabilidade docente, perante

minhas utopias político-educacionais e as demandas diversas expressas pelos jovens estudantes, por suas famílias, pela ciência histórica, pelo mundo do trabalho, pelos direitos humanos, pelas políticas públicas educacionais e por outras instâncias sociais?”. Tal pergunta pode ser respondida de diversas formas, cada vez que se tomam decisões ao longo do exercício profissional. Professores trabalham com jovens que ainda estão formando suas compreensões sobre o tempo, mas já se movem entre opiniões, conceitos, juízos e projetos de futuro, sobre os quais o conhecimento histórico pode interferir.

Por isso, julgamos relevante refletir, do ponto de vista da Didática da História, sobre possibilidades de sistematizar estas variáveis e lançar novas luzes sobre esta pergunta. Uma forma de fazer isso é dialogar com pensadores dedicados ao tema, comparando-os e submetendo suas ideias ao crivo dos questionamentos específicos do ensinar e aprender história. Neste artigo, escolhemos dialogar com Jörn Rüsen e Agnes Heller por três razões principais: a) seus escritos foram dedicados, em alguma medida, aos processos educativos, não diretamente por eles, mas por seus intérpretes; b) são autores que se posicionam pela democracia e apostam, de forma mais ou menos intensa, no papel do intelectual como cidadão que deve contribuir para o coletivo; c) suas ideias permitem aproximações e afastamentos a partir de suas concepções de história, consciência histórica e utopia, o que interessa diretamente à didática da história.

O conceito de consciência histórica ganhou destaque nos trabalhos que se dedicam às articulações entre a teoria da história e a didática da história, na última década no Brasil. Esse movimento é documentado, por exemplo, por Barom (2012). O principal autor referenciado nesse debate no Brasil é Jörn Rüsen, embora ele esteja longe de ser o único a abordar e discutir o conceito de consciência histórica (CERRI, 2001) e de ser acatado indisputadamente (p. ex., LAVILLE, 2005). Rüsen, como veremos adiante, filia-se a uma vertente de pensamento que o conduz a uma determinada concepção de consciência histórica que é distinta, por exemplo, daquela que Gadamer

(1998) sustenta, de consciência histórica como resultado de uma tomada de consciência da historicidade do mundo típica da modernidade ocidental. Rüsen pode ser contado entre os tributários do pensamento de J. Habermas, por sua vez é um dos debatedores de Gadamer. Em linhas gerais, para Jörn Rüsen, a consciência histórica é um atributo humano, um componente da sua consciência, que varia em termos de forma e de conteúdo de acordo com a cultura em que se insere, mas tem sempre a mesma função: atribuir sentido ao tempo, mapeando a realidade e estabelecendo referenciais identitários a partir dos quais se navega na dita realidade.

A característica humanista da perspectiva rüseniana sobre a consciência histórica, em sentido amplo, ou seja, como reconhecimento da horizontalidade nas diferenças entre as culturas, permite um cotejamento com a perspectiva de Agnes Heller sobre o mesmo conceito de consciência histórica e suas consequências utópicas. Pensamos que esta análise comparada permite tanto ampliar e aprofundar a compreensão sobre o conceito, extrapolando o que seria a compreensão dele em cada leitura feita isoladamente, quanto refletir sobre possíveis implicações – nem sempre diretas – para o pensamento sobre o ensino de história.

Pretendemos argumentar que Rüsen e Heller não só participam de um paradigma científico comum como também convergem no que se refere à atitude diante do processo de transformação dos paradigmas. O próprio conceito de paradigma científico, de T. Kuhn (1998), permite compreender as proximidades e as coincidências do pensamento de dois autores de formações, lugares e espaços epistemológicos distintos, e permite explicar as aproximações entre suas teses como tentativas separadas de dar respostas aos mesmos questionamentos postos pela realidade contemporânea. Em ambos, estão presentes intersecções entre filosofia e cultura.

Nesse texto, propomos um trajeto que parte de uma breve contextualização do pensamento de Rüsen e de Heller, segue para aproximações em torno do conceito de consciência histórica e uma

conclusão a partir dos desafios da consciência histórica diante da pós-modernidade. Trata-se do modo genético de produção de sentido, em Rüsén, e da responsabilidade planetária, em Heller. Em ambos os conceitos, se vislumbra uma projeção esperançosa diante do futuro, tema que consideramos essencial para o ensino de história e a constituição profissional de seus professores.

Contextos: dois humanistas em diálogo com a pós-modernidade

A obra de Heller transformou-se com o passar dos anos e dá lugar a interpretações diversas (SEVILLA, 1998; TORMEY, 1998; GRANJO, 2008). No Brasil, sua obra é conhecida, principalmente, pela mobilização do conceito de cotidiano para a compreensão de temas educacionais (GUIMARÃES, 2002; DUARTE, 2006).

Agnes Heller nasceu na Hungria e instruiu-se na tradição marxista. Foi discípula de G. Luckács e mudou-se, em 1978, para a Austrália e, depois, para os Estados Unidos, concomitantemente ao seu progressivo afastamento, primeiro de Marx e depois do próprio Luckács. Esse deslocamento, por outro lado, também se liga às suas indagações radicais sobre a liberdade e a autonomia diante da produção e reprodução das necessidades. Como sua obra é diversa e multifacetada, adotou-se como base para este artigo o livro “Uma teoria da história”, publicado originalmente em 1981 e traduzido para português brasileiro em 1993.

Nessa obra, a filósofa discute possibilidades de uma política emancipadora e socialista, a partir da crítica a filosofias redentoras. O objetivo do livro é a construção teórica de um projeto de ação para transformação do mundo que não seja totalitário. O primeiro passo – e uma das instâncias onde se expressa seu acolhimento às críticas pós-modernas – é negar as filosofias da história que se propõem redentoras e determinam o futuro como necessidade. Heller propõe a substituição das filosofias da história por uma teoria da história engajada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Ela propõe o engajamento individual para o bem coletivo,

a fim de trabalhar por uma sociedade melhor, na qual nenhuma vida humana sirva como meio para a satisfação de necessidades de outros indivíduos, tampouco de projetos coletivos (HELLER, 1993). Heller denomina “responsabilidade planetária” o estágio da consciência histórica em que é possível esse tipo de engajamento, baseado na ideia de progresso e a valores humanistas.¹

Agnes Heller pode ser compreendida como uma pensadora radical, em busca de compreender o tempo presente e de refletir sobre significados da existência humana. Ela debate os limites da historiografia europeia ocidental; reafirma a possibilidade (e não a necessidade) do socialismo; e valoriza liberdade, igualdade e fraternidade vividas em espírito democrático e plural. O compromisso individual com um projeto de futuro se reveste de sentidos coletivos, mas também individuais, ligados à angústia de viver num mundo injusto.

Embora seja frequente conectar utopia e educação (BACZKO, 1989), a escola não é tema considerado detidamente em sua obra, muito menos o ensino de história. Entretanto, a noção de que é preciso aprender com a história se mostra nas últimas páginas de “Uma teoria da história”: “[...] O aprendizado com a história, com o passado de nosso presente [...] significa aprender a selecionar determinados objetivos e decidir quais, dentre esses, podem ser compartilhados” (HELLER, 1993, p. 394-395).

Jörn Rüsen nasceu e desenvolveu sua carreira acadêmica

¹ Compreende-se Humanismo conforme Marilena Chauí: “o humanismo, [...] distanciando-se do teocentrismo medieval, [...] dá ao homem o lugar central. Desenvolve a ideia de que o homem é dotado de capacidade e força não só para conhecer a realidade, mas sobretudo para transformá-la, ideia que transparece num adágio que será celebrizado por Francis Bacon: ‘o homem é o arquiteto da Fortuna’, ou seja, o homem é senhor de sua sorte ou de seu destino. [...] Essa ideia da racionalidade e do poder da vontade conduz a duas outras ideias, essenciais para o surgimento das utopias: a de que os homens valem por si mesmos, independentemente de privilégios de nascimento e sangue, de maneira que a oposição entre ricos e pobres é injusta e fonte das revoltas que destroem os Estados; e a de que é possível organizar um Estado sereno, feliz, glorioso e perfeito, fundado na equidade e dirigido por um verdadeiro príncipe.” (CHAUÍ, 2008, p. 8-9).

na Alemanha, e testemunhou sua divisão e unificação. Liga-se às tradições do iluminismo e do historicismo alemão, sendo estudioso do historiador oitocentista J. Gustav Droysen (ASSIS, 2010, p. 8). Sua obra coloca-o como um nome de destaque dentro da tradição alemã de reflexão sobre as ciências humanas. Atualmente, dedica-se aos estudos sobre o humanismo no contexto da globalização.

A obra de Rüsen de maior conhecimento e difusão no Brasil é a trilogia em que sintetiza suas considerações sobre a teoria da história: “Razão História” (RÜSEN, 2001), “Reconstrução do passado” (RÜSEN, 2007a) e “História viva” (RÜSEN, 2007b). Os livros vieram a público originalmente na Alemanha dos anos 1980. O sentido geral das obras é de dar conta, numa compilação e síntese compreensiva da teoria da história, dos avanços teóricos e metodológicos vividos pela disciplina até o final do século XX.

No que tange à didática da história, Rüsen participa de um grupo de historiadores alemães que se preocuparam com as articulações entre reflexão didática e teoria da história, galvanizadas pelo conceito de consciência histórica. Schörken, Bergmann, Pandel e Jeismann, segundo Saddi (2014), formam, com Rüsen, os principais nomes dessa trajetória intelectual, que procurou responder à crise de continuidade da cultura história alemã, marcada pelo conflito geracional do final dos anos 1960.

A consciência histórica, nesse grupo de reflexão, é definida em sentido amplo como o conjunto dos procedimentos mentais pelos quais, individual e coletivamente, o passado é assimilado e avaliado como experiência pessoal e experiência transmitida, o presente é decifrado como campo das decisões e ações em vista das expectativas definidas para o futuro. Em suma, trata-se do modo pelo qual os grupos dão sentido ao tempo e agem de acordo com este sentido. O que explica a proficuidade desse conceito no enfrentamento das divergências intergeracionais, assim como as questões da cultura histórica alemã em função do enfrentamento do passado nacional referente ao holocausto judeu. Rüsen qualifica essa virada na didática da História como um elemento integrante da mudança de paradigma pela qual o estudo da disciplina passou na então Alemanha Ocidental,

articulada pelos historiadores preocupados com a educação (RÜSEN, 2006, p. 11).

Cardoso (2008) indica ainda que o conceito de consciência histórica é uma referência fundamental para o trabalho de reflexão que Rüsen desenvolve sobre a própria história, a historiografia e a teoria da história. Isso se dá uma vez que a consciência histórica é definida pelo autor alemão como o modo essencial da relação humana com o tempo. Essa relação se desenvolve de várias outras formas, sendo que a ciência da história nada mais é que uma forma metodizada e altamente racionalizada daquela relação essencial do homem com o tempo (CARDOSO, 2008, p. 161).

Rüsen enfrentará os dilemas postos pela pós-modernidade para o campo da história e sua relevância social com uma postura permeável à crítica, mas firmemente estabelecida em torno da razão como princípio. Essa postura fica bem expressa na epígrafe de um dos seus dois textos publicados no Brasil no calor das discussões sobre a pós-modernidade, ensejados pelos amplos efeitos da globalização e no exato contexto da queda do muro de Berlim: “O sonho da razão produz monstros”. Presente em uma das obras do pintor Goya, essa frase é epígrafe do texto “Conscientização histórica frente à pós-modernidade” (RÜSEN, 1989). Outro artigo do autor num contexto parecido é “A história entre a modernidade e a pós-modernidade” (RÜSEN, 1997). O debate do autor com o *linguistic turn*, principalmente com Hayden White, é sumarizado no volume “História viva” (RÜSEN, 2007b), da trilogia publicada pela editora da UnB. A reafirmação da possibilidade de razão por meio da ciência histórica, rediscutida e condicionada pela crítica pós-moderna, aparece novamente no conjunto de ensaios de Rüsen publicado recentemente no Brasil (RÜSEN, 2014).

Quanto à crítica pós-moderna mais geral sobre a possibilidade de razão na história, alinhavamos a seguir alguns pontos essenciais da argumentação do autor na intenção de sumariá-la, sem pretensões de completude ou grande precisão. Essencialmente, Rüsen rejeita as afirmações de uma pós-história, ao não aceitar a própria ideia de fim da história; refuta a impossibilidade de a

história produzir orientação histórica com base na racionalidade; reafirma a necessidade de uma representação mental da unidade da experiência histórica, embora aceite a negação de uma história única, universal, em favor da convivência de histórias diversas. Por fim, aceita a superação da ideia de que as formas de vida do passado evoluíram no sentido das formas de vida do presente, concordando com a perspectiva de múltiplas possibilidades de futuro que compõem as várias partes do passado e que não se realizaram no presente.

Quanto à crítica específica do *linguistic turn* sobre a impossibilidade de a história produzir discursos sobre o passado que se diferenciem da literatura de ficção, a argumentação de Rüsen, em resumo, devolve a crítica à própria concepção inadequada de história que, para ele, sustenta o questionamento de cariz pós-moderno. Aproximar historiografia de discurso literário ficcional porque as fontes através das quais o historiador reconstrói o passado não são o passado em si, mas representações dele, implica assumir que há uma instância, ainda que inacessível ou dificilmente acessível, de facticidade pura. Pelo contrário, a reflexão histórica predominante na atualidade reconhece que há uma dimensão interpretativa desde a própria seleção das fontes e presente na reconstrução do passado que se sustenta nelas. Ao assumir essa perspectiva, Rüsen reconhece que o componente poético e retórico da narrativa histórica científica, embora tenha sido desprestigiado na trajetória da disciplina ao longo do século XX, não é incompatível com a reivindicação de cientificidade da História. Pelo contrário, responder aos desafios atuais à história passa, para o autor, pela reintegração teórica e prática destas dimensões.

Em síntese, tanto Rüsen quanto Heller coincidem no acolhimento a aspectos relevantes da crítica pós-moderna sobre o conhecimento racional e sobre o projeto político-social da modernidade. Esse acolhimento, que faz aceitar e incorporar críticas aos postulados da modernidade nascidos, entre outras tradições, no humanismo, não significa um abandono das pretensões de racionalidade do conhecimento, tampouco das

promessas de liberdade, igualdade e fraternidade. Significa a atualização, o redimensionamento e o aprofundamento desse projeto científico e sociopolítico diante das profundas contradições e dos radicais desafios introduzidos pela história do século XX.

Consciência histórica, um conceito comum

A consciência histórica é um dos conceitos que pertencem à ordem de abstrações que procuram construir significado para o próprio exercício humano de abstrair e construir significado. Pertence ao grupo de conceitos que procura entender os fenômenos do pensamento humano coletivo, do qual participam também conceitos como imaginário, ideologia, mentalidade. Em todos os casos, a definição e a delimitação do campo da realidade ao qual os conceitos se referem são objeto de discussões e da formação de diferentes linhas teóricas. Com o conceito de consciência histórica não é diferente: há pelo menos dois grandes grupos de interpretação, um que estabelece a consciência histórica como recurso escasso ao qual se pode aceder mediante determinadas condições e esforços, e outro que considera que a consciência histórica é uma constante antropológica, uma condição da existência humana.²

Jörn Rüsen e Agnes Heller, em condições e contextos diferentes, pertencem ao grupo dos que definem a consciência histórica como elemento inerente ao pensamento humano. Cotejar as diferenças e semelhanças nas definições de ambos serve para verificar até onde vai a compatibilidade entre suas definições e descrições do conceito, bem como colaborar para compreendê-lo melhor. Avaliamos que assim será possível identificar quais as contribuições dos autores a uma reflexão teórica da História que se importa com a dimensão didática, entendida amplamente como a disciplina de compreensão de uma economia (produção, distribuição e consumo) ou uma antropologia/epistemologia (CHEVALLARD, 2009) do conhecimento histórico socialmente compartilhado.

² Sobre o histórico do conceito e suas variações, ver: Cerri, 2001; Laville, 2005; Cardoso, 2008.

A obra “Uma teoria da história”, em que se trabalha o conceito de consciência histórica em busca da formulação de uma teoria da história, é ponto de inflexão na obra de Heller. Apesar de considerar que, para o século XIX, Marx elaborou uma filosofia da História adequada, ela entende que a atualidade exige uma postura crítica, propondo uma teoria da história que não imponha o “dever ser”, mas o tome como escolha racional, possibilidade e projeto. São igualmente rejeitadas perspectivas irracionais e desesperançadas sobre o presente e filosofias da história que postulariam a produção como variável independente da história.

Assim, ela reflete num sentido próximo ao de Hannah Arendt, que também delineou sua crítica a Marx a partir do impedimento ao Novo que poderia se desdobrar de seu pensamento. Heller identifica que as ideias de progresso e de leis gerais da história são uma criação da civilização moderna no final do século XVIII, não uma lógica universal que se aplique a qualquer tempo (GRANJO, 2008, p. 18-20). Isso não significa que a noção de progresso seja descartada de sua teoria da história.³ A longa reflexão sobre os estágios da consciência histórica, na primeira parte de “Uma teoria da história”, não tem um fim em si mesma, pois é a base para seu próprio projeto de presente e de futuro. Na obra de Rüsen, o conceito de consciência histórica tem um caráter transversal, ocupando um espaço privilegiado entre outros conceitos-chave, embora vá sofrendo pequenas orientações e ajustes ao longo do processo de diálogo com outros autores e com diferentes contextos sociopolíticos e culturais.

Para Agnes Heller, consciência histórica é a “[...] resposta à pergunta - ‘De onde viemos, o que somos e para onde vamos’” (HELLER, 1993, p. 15). Para Jörn Rüsen, a consciência histórica pode ser definida como “[...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução

³ Heller define progresso como todo tipo de ação cujos resultados são sempre ganhos, sem perdas correspondentes, isto é, sem sofrimento humano. Entretanto, ele é tido como ideia reguladora e não como realidade factual (HELLER, 1993, p. 355 et seq.).

temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 57). Heller, interessada em construir propostas de ação para a humanidade e Rüsen, preocupado com os rumos da historiografia, tratam da mesma coisa: o fenômeno cultural pelo qual pessoas e grupos dão sentido ao tempo e a si mesmos no tempo. O conteúdo dessas respostas é construído por Heller e Rüsen com estratégias e com substâncias distintas. Rüsen busca, na caracterização da consciência histórica, uma estrutura de tipos ideais progressivamente mais complexos, enquanto a estratégia de Heller tem a ver com a conceitualização a partir de referências a cenários históricos que, embora presos a uma sequência canônica associada à grande narrativa da história ocidental, pretende ser significativa para além dos casos particulares:

Esta é a razão pela qual, ao recapitularem-se os estágios da consciência histórica, nenhuma tentativa foi feita para recapitular qualquer período histórico, qualquer história. Sequer tentei reconstruir períodos reais e a história real de cada um, ressaltar apenas seu auto-entendimento como historicidade. Dentro da estrutura dessa reconstrução, nenhum estágio de desenvolvimento da consciência histórica poderia ser compreendido como o resultado daquele que o antecedeu, posto que cada estágio de consciência foi abstraído do desenvolvimento (ou “desdobramento”) efetivo e das mudanças reais; de suas lógicas e motivações próprias. (HELLER, 1993, p. 391).

Para ambos os autores, trata-se de afirmar e procurar montar um quadro prévio de possibilidades para a diferenciação e a dinâmica do fenômeno, sendo que o foco é a necessidade de oferecer possibilidades de orientação em tempos de grandes incertezas e ameaças antidemocráticas.

Em Rüsen, a consciência histórica aparece primeiramente desagregada em quatro tipos: tradicional, exemplar, crítico e genético. Mesmo advertindo que se tratam de ideais e não de uma taxonomia de consciências encontráveis empiricamente, foi

comum que se pensasse em cada um dos tipos como essências da consciência histórica de indivíduos concretos, estabelecendo como objetivos educacionais a relativização dos tipos básicos para a instauração dos tipos mais complexos ou sofisticados (ver, p. ex., PARANÁ, 2008, p. 58-60). Posteriormente, Rüsen adotará a nomenclatura modos de geração de sentido histórico, referindo-se às narrativas (RÜSEN, 2007b) produzidas pelos sujeitos. Entendemos esse deslocamento como um refinamento da análise: da afirmação de essências do ser (inacessíveis à investigação empírica) à afirmação de produtos (narrativas) da ação dos sujeitos concretos, que tendem a ser mais complexos do que a tipologia.

Os modos de geração de sentido histórico rüsenianos denotam, a nosso ver, uma gramática pela qual as consciências históricas se expressam. Em vez de essências (ainda que móveis) dos seres, trata-se mais de prever/descrever logicamente os modos de geração de sentido como uma espécie de vocabulário, uma caixa de ferramentas linguística que fornece ao usuário capaz de manejá-las a habilidade de dizer – portanto, entender – a historicidade própria de seu mundo. Cada modo nasceu em uma situação histórica diferente, daí a sua progressão em termos de complexidade. O fato, entretanto, de que os contextos que ensejaram o surgimento e funcionamento de cada modo de geração de sentido não permite assumir que desapareceram quando desaparece o respectivo conceito. Pelo contrário: como as palavras, os modos de geração de sentido permanecem disponíveis para as sociedades, para a produção de todo tipo de narrativas, mesmo que seu uso seja limitado ou pouco frequente.

Num brevíssimo sumário, os modos de geração de sentido histórico em Rüsen são quatro: tradicional (a narrativa anula o tempo, com o que aumenta a força do passado no condicionamento do presente, às vezes indiferenciando qualitativamente o passado e o presente, ou “encapsulando-o” de modo que ele não seja notado como passado); exemplar (a narrativa acolhe a diversidade de passado e presente, torna o tempo abstrato ao eleger situações universais em que, em geral, se repetem princípios, nos quais o

passado é tomado como exemplo para significar o presente e o futuro); crítico (a narrativa nega os fundamentos e as condições de validade das narrativas anteriores); e genético (a narrativa “temporaliza” o tempo, ou seja, absorve a historicidade, a relatividade e a mudança como condições do significado atribuído ao tempo).

Os quatro modos variam, desde nossa perspectiva, a partir de três pares de fatores: coletividade/indivíduo; passividade/atividade do sujeito; passado/devir. Com isso, afirmamos que, nos primeiros modos, a produção de sentido repousa na coletividade, e tende a ser única ou monolítica, enquanto, nos últimos, a produção de sentido pende para os indivíduos ou pequenos grupos, e por isso fragmenta-se. Vai-se da maior passividade à maior atividade dos sujeitos isolados, quando se transita do modo tradicional rumo ao modo genético. Por fim, o centro de gravidade do sentido produzido desloca-se sucessivamente do passado para o futuro, conforme se transita do modo tradicional ao genético. Ao conviver no presente, os quatro modos dão conta da diversidade de situações nas quais os indivíduos e grupos significam-se e significam o mundo no tempo, mas é lícito pressupor que as pessoas e os grupos dominam (ou deixam de dominar) e usam (ou deixam de usar) de forma desigual os quatro modos de geração de sentido histórico.

Agnes Heller, por sua vez, trata de “estágios da consciência histórica”. Para descrevê-los, utiliza uma sequência canônica de contextos históricos que vai dos tempos primitivos à pós-modernidade, associando a cada um deles um estágio da consciência histórica. Vamos contra as aparências quando sustentamos a interpretação de que não se trata de um esquema evolucionista ou etapista, que de resto não seria consistente com a fase do pensamento de Heller em que esta obra vem a público. Ela reconhece que não escreveu sobre todas as representações possíveis sobre o tempo, mas que se concentrou naquelas que diziam respeito, em suas palavras, à “nossa história” (HELLER, 1993, p. 391), justamente para criticar seus limites e construir outras possibilidades. Como visto, essas possibilidades não abrem

mão do compromisso individual por um ideal, que deve, entretanto, se submeter aos valores de liberdade, igualdade, fraternidade, democracia e pluralidade (HELLER, 1993, p. 367 et seq.).

A sequência de estágios não tem um valor ascendente, mas termina em confusão e em possibilidade e não vai além do presente daquele momento. Por isso, entendemos “estágios” não como degraus, mas como contextos, cenários ou até mesmo “palcos”, que seria uma tradução possível do termo em inglês, *stages*, utilizado pela autora em seus originais. Nossa leitura é a de que Heller recorre ao esquema de contextos históricos típico da narrativa canônica da história ocidental em busca de conjunturas históricas que permitam associar as variações na consciência histórica às sucessivas respostas às perguntas “quem somos, de onde viemos e para onde vamos”, que, ao mesmo tempo, constituem a consciência histórica de um tempo e fazem/produzem sentido dentro dele. Por isso, a tipologia de Heller não tem a necessidade de ser exaustiva, já que sua função não é explicar toda a história, mas teorizar a relação entre a historicidade e as construções humanas e sociais do sentido do tempo.

A categorização de Heller para a consciência histórica é baseada na noção de generalidade, que significa a condição pela qual a origem do sistema de valores, modo de vida e instituições de um grupo é associada – pelo grupo – à própria origem do universo; é o oposto de universalidade, que é a condição pela qual o grupo entende que todos os seres humanos partilham da mesma origem, independentemente de seus valores, hábitos e instituições. A generalidade pode ser não refletida e refletida: no primeiro caso, a condição humana é entendida como restrita ao clã ou tribo, e, no caso da generalidade refletida, a condição humana é entendida como não-privativa da própria tribo ou clã.

Mais que explorar a terminologia criada por Heller para tipificar os diferentes estágios da consciência histórica, cumpre identificar as características de cada estágio com o contexto histórico ao qual é associado, com o fim de compreender como a autora descreve as características da consciência histórica em cada um deles. Cumpre afirmar ainda que o quadro geral dos

estágios da consciência histórica de Heller é estruturado pela ideia de identidade coletiva.

A ideia de generalidade não refletida pode ser pensada como estrutura básica para o modo tradicional de geração de sentido de Rūsen. Como tal, sobrevive na contemporaneidade sempre que algum fator da cultura histórica desaparece do horizonte de elementos históricos, isto é, passa despercebido, é tomado como fora da história, isento de historicidade, sem tempo. O tradicional está ligado a alguma forma de narrativa de origem que estrutura ordens e comportamentos, mesmo dentro das sociedades modernas e pós-modernas. *Grosso modo*, um exemplo poderia ser o “descobrimiento do Brasil pelos portugueses”, mito de origem que permite ordenar-nos pela condição europeia. A autora admite um estágio próximo a esse em que são reconhecidos outros grupos humanos; mas permanece a ideia de que a origem do universo está vinculada exclusivamente à origem do próprio grupo. Trata-se do estágio da generalidade refletida da consciência histórica. Neste estágio e no anterior, o tempo é praticamente imóvel, passado, presente e futuro são indistintos.

As raízes do modo exemplar de produção de sentido de Rūsen, a nosso ver, podem ser buscadas nas experiências gerais compiladas por Heller em torno dos conceitos de estágio da generalidade refletida em particularidade e universalidade não refletida. Nesses dois estágios, o tempo se move, quer dizer, o ontem deixa de ser igual ao hoje e ao amanhã. A partir do registro escrito e do estabelecimento do Estado e da sucessão de governantes e outros personagens que são recordados, estabelece-se o movimento que torna possível o tempo. O comportamento do indivíduo passa a ser bom se é bom para o grupo, e, para isso, depende do conhecimento dos registros históricos e das leis, para que os bons sejam imitados e os maus (os que prejudicam o grupo) repelidos. O acesso aos registros tem esse poder de produzir a imitação dos bons porque o texto fundante não é passível de interpretação, não é relativizável, ele encarna princípios universais. Apesar disso, ou exatamente por isso, a ação individual ou coletiva é discutível,

é possível argumentar quanto ao valor ou à legitimidade das ações, presentes ou passadas, a partir do referencial histórico estabelecido. Este é, a nosso ver, o mecanismo básico do modo exemplar de geração de sentido de Rüsen, ou seja, a seleção entre o positivo e o negativo a partir de referências anteriores que não estão em questão ou em discussão.

Ao invés de soterrados pelo tempo passado, esses estágios da consciência histórica sobrevivem na atualidade por meio de fenômenos antropológicos como o etnocentrismo (no sentido mínimo de condição para a formação de grupos estáveis, reconhecendo que o grupo ao qual pertencemos tem um algo mais que justifica nosso pertencimento a ele). Toda a pedagogia cívica das festas nacionais, nomes de ruas e panteões dos heróis da pátria sustenta-se como permanência de modos exemplares de geração de sentido. Podemos, por fim, lançar a hipótese de que os fundamentalismos religiosos e os conservadorismos comportamentais (a homofobia, por exemplo) são expressões extremas de modos exemplares de geração de sentido, reagindo a um contexto de mudanças constantes em que os referenciais estão em movimento e transformação.

As estruturas básicas de pensamento e narrativa crítica sobre a identidade no tempo estão presentes de formas distintas nos estágios da particularidade refletida em generalidade (cujos modelos são a renascença e o iluminismo) e da universalidade refletida (contextos da revolução francesa e da revolução russa). Para ambos os estágios, a narrativa histórica promove a negação das estruturas da produção de sentido dominante, propondo progressivamente outras bases de afirmação que buscam superar a versão anterior. No estágio da particularidade refletida em generalidade, estabelece-se que o grupo ao qual pertencemos constitui a cultura particular mais adequada à condição humana: o renascentista escolhe o passado clássico, o iluminista cerca-se da razão e do conhecimento científico para elevar-se em meio à superstição e ao tradicionalismo que combatem. No estágio da universalidade refletida, a história é reconhecida como o palco da ação de todos os grupos, que competem entre si a partir de

diferentes projetos de futuro. Em ambos os casos, deixa-se de conceber a história como fado em função da ideia de história como palco da ação de indivíduos e grandes coletividades que podem alterar e dirigir seu rumo. Trata-se, afinal de contas, das consciências históricas do homem moderno, finalmente separado da natureza e buscando governá-la com gênio inventivo e trabalho, movendo recursos e populações para moldar o progresso.

Diferentemente dos modos de geração de sentido histórico de Rüsen, que por definição produzem sentido e orientação, Heller concebe, na sua categorização de estágios da consciência histórica, estágios que não produzem sentido e orientação, mas sim confusão. Trata-se do contexto da modernidade tardia, em que as promessas de racionalidade e liberdade criam sociedades e economias que produzem o contrário desses princípios prévios. Nesse quadro, constata-se que a racionalidade gera a irracionalidade: guerras em nível industrial, extermínio, racismo, destruição da cultura, possibilidade concreta da autoaniquilação da humanidade. Diante da falência dos valores, as ideias de verdadeiro e correto perdem sentido, e estabelece-se a possibilidade de descrença com todos os ideais.

Após a arrogância da ideia de controle sobre a história, abate-se o sentimento de impotência do homem diante da história e o colapso simultâneo das filosofias da história. Por mais que se aprofunde a racionalização no pensamento, ela é concomitante com a irracionalidade das práticas. E o problema não está apenas nos negadores da ciência, que fundamentam seus raciocínios em conceitos fundamentalistas pré-modernos, mas nos próprios valores da modernidade, que geraram interesses econômicos e impulsos de consumo que não conseguimos, como coletividade, superar.

Heller nomeia três formas de filosofia da história que são típicas da confusão da consciência histórica: o “Instituto de Pesquisa da Facticidade”, o “Grande Hotel do Abismo” e o “Hospital Psiquiátrico/Radicalização do Mal”. O Instituto de Pesquisa da Facticidade representa o neopositivismo e a rejeição das questões de fundo em nome do pragmatismo. O Grande Hotel do Abismo representa o conformismo com o horror e a impossibilidade de redenção

humana. Por fim, o Hospital Psiquiátrico e a Radicalização do Mal representam a perspectiva de absorver como identidade os processos que sofreremos: entregar-se à violência, marginalização, patologização, fundamentalismos místico-religiosos.

Heller propõe que o estágio atual de consciência histórica seja pensado/construído como Responsabilidade Planetária, o que só é possível abandonando a ideia de que o futuro foi pré-estabelecido e, portanto, limita nossas ações (filosofia da história), e adotando o futuro como projeto com espaço para a pluralidade, a incerteza e o compromisso (teoria da história). Heller acredita que sua reflexão sobre consciência histórica prepara para a proposta maior: um projeto que é socialista porque baseado em liberdade, igualdade e fraternidade (e não na produção ou no capital). A partir daí, para ela, será possível atribuir sentido à história (por meio da historiografia) com base nos valores com os quais nos comprometemos.

Nessa interpretação, teoria da história e historiografia nunca são neutras, são parciais porque se colocarão sempre ao lado dos que mais sofrem. Isso permitirá encontrar regularidades entre as diferentes narrativas históricas, mas nunca leis deterministas. O progresso pode ser uma ideia reguladora que indica as decisões corretas a tomar, isto é, aquelas que não implicam em sofrimento humano.

Além disso, a manutenção do progresso como ideal mantém a noção de descontentamento, o qual conduz à reivindicação por liberdade e igualdade. Segundo a filósofa, perante o horror, todos sentem angústia – não por serem responsáveis diretos por ele, mas pelo sentimento de que poderiam ter feito algo para evitá-lo. Tal sentimento é mobilizador de ações individuais que podem motivar os demais e causar grandes impactos (HELLER, 1993, p. 366). A coragem cívica necessária para a mobilização não se constrói no vazio, mas no compromisso com valores e ideias que pareçam justos e racionais e, portanto, permitam a adesão dos outros, pois “a humanidade nunca produz valores que não possam ser observados e constantemente sustentados” (HELLER, 1993, p. 368).

Nesse ponto, Heller recorre à noção de utopia. Como a teoria da história não pode formular projetos de futuro obrigatórios, precisa recorrer a “[...] uma imagem da universalização factual e da concretização daqueles próprios valores enraizados na segunda lógica da sociedade civil”⁴ (HELLER, 1993, p. 370). Nota-se um esforço, por parte da autora, em conciliar ideais abstratos à construção de novos futuros concretos (mais justos e mais igualitários) com respeito à democracia e à liberdade de engajamento. A realização da utopia implica num compromisso com o princípio de que nenhum ser humano pode servir de instrumento para nada. Quem assume tal compromisso sabe que será combatido por aqueles que se beneficiam do uso das pessoas para satisfação de suas próprias necessidades.

Para sair desse impasse, Heller recorre à argumentação racional (citando Apel e Habermas) e à obrigação de propor caminhos alternativos, que convidem os outros a partilhar da utopia e obriga à aceitação da pluralidade de posturas. Esse tipo de teoria da história não garantirá o êxito dos ideais, mas sustentará a perseverança de agir por eles.

Tendo isso em mente, devemos estabelecer objetivos adequados à ideia de uma utopia, não esperando o “acontecimento” desta utopia, mas contribuindo para a construção de um mundo que possa sustentar uma maior **semelhança** com ela do que este no qual vivemos. Se fizermos tudo o que podemos para criar um mundo, de algum modo, mais parecido com esta utopia do que nosso, haveremos de ter cumprido nosso dever, quer obtenhamos sucesso integral ou não. E, havendo cumprido o dever, poderemos usufruir nossa vida, a única que temos. (HELLER, 1993, p. 370, grifos originais).

Heller, portanto, reflete sobre consciência histórica para construir um projeto de ação e de compromisso com o futuro que

⁴ Em Heller, a segunda lógica da sociedade civil é socialista e se fundamenta nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

não cai nas armadilhas da modernidade iluminista, mas tampouco abandona ideais que podem nos afastar do desespero e do relativismo irresponsável. Nossa interpretação sobre os processos de atribuição de sentido ao tempo sugeridos por Heller permite a aproximação com utopias político-educacionais enunciadas por professores de história em diversas pesquisas realizadas pelos autores entre 2009 e 2016. Nessas pesquisas, utopias político-educacionais ganham sentido concreto pela relação próxima com as vidas dos jovens estudantes e pelo sentimento de haver feito o certo e o possível para construir um mundo melhor, respeitando a pluralidade e o engajamento de cada um.

Minha utopia é que ninguém tenha que colocar o menino na escola particular para ter numa escola boa. Essa eu acho que é a maior de todas. Eu quero que todas as escolas sejam boas.

Quando eu comecei eu queria mudar o mundo. [...] E ao longo do tempo eu fui percebendo que [...] é meio que [...] semear [...] Eu luto para que todos eles cheguem numa determinada porta.

Améliorer l'égalité des chances de tous les élèves. Les préparer au mieux au monde de plus en plus complexe qui les entoure. Leur donner un sens critique réel.

É uma sementinha que eu me sinto na obrigação de plantar {risos}. Se isso vai influenciar ou não, como o espaço é curto, eu não consigo perceber, mas eu consigo perceber avanços, mesmo que seja sobre o conteúdo mesmo.

La relación que nos puede traer mejores consecuencias para todos es el pensar cómo vive cada uno y cómo podemos vivir conjuntamente, pero siendo mucho más empáticos, mucho más tolerantes.

[Melhorar] a relação deles com o ensino. Porque o aluno de EJA vem com uma autoestima muito baixa em relação à escola.

Dans l'idéal, apporter des enseignements supplémentaires qui permettent davantage l'émancipation des élèves, avec en tête l'éducation à l'écologie/ la nature et l'éducation à la politique (et pas seulement leur dire «il faut aller voter», qui n'est pas suffisant pour pouvoir se dire citoyen).

Eu sempre faço uma discussão inicial sobre: “por que a gente estuda história?” [...] Pra ver que história não é só coisa velha, que influencia no dia dele hoje. [...] É porque eu estou querendo prepará-los para pensar.

Yo creo que es un compromiso, como es ser profesor de historia y ciencias sociales, es un compromiso. Que adquieres con tu mundo, con tu sociedad, con tu entorno, con ... con tu presente, pues eso, con tu presente y con tu futuro y con el futuro de los demás.
(Testemunhos de professores de história brasileiros, espanhóis e franceses, recolhidos pelos autores entre 2011 e 2016).

Em Rösen, essa concepção de um futuro aberto, que considera que o devir, bom ou ruim, resulta basicamente do conjunto das atitudes humanas e, portanto, passível de compromissos com acordos construídos socialmente e de elaboração de utopias, expressa-se com clareza na atitude abrangida pelo conceito de modo genético de produção do sentido, como veremos a seguir. Para Rösen, ainda a utopia parece estar vinculada à própria operação da consciência histórica, no movimento de articulação entre a experiência interpretada do passado na ação do presente, articulada pela expectativa projetada de futuro. A projeção do futuro sempre traz um superávit de intencionalidade que é a estrutura básica da utopia. Quando se trata do movimento cotidiano da consciência histórica, a projeção de futuro é geralmente “conservadora” e calcada apenas nas possibilidades interpretadas como viáveis para a realidade entendida pelos sujeitos.

A utopia, por sua vez, vai além do que é visto como factível no momento, é o exagero da representação do que deveria ou poderia vir a ser (seja desejo, seja medo), para além do limite

da plausibilidade, no sentido do inédito. Embora inviável no presente, a utopia também pode orientar ações que se acredite que promovam progressivamente sua a viabilidade.

A consciência utópica baseia-se num superávit de carências com respeito aos meios dados de sua satisfação. Ela possui a função vital de orientar a existência humana por representações que vão, por princípio, além do que é, empiricamente, o caso. Utopias funcionam como sonhos da consciência histórica sempre que se trata de articular conscientemente (despertas), como orientadoras do agir, representações de circunstâncias de vida desejáveis. As utopias são, pois, os sonhos que os homens têm de sonhar com toda a força de seu espírito, para conviver consigo mesmos e com seu mundo, sob a condição da experiência radical da limitação da vida. (RÜSEN, 2007b, p. 138).

A historicidade do mundo e a consciência da história como responsabilidade planetária

Nos anos 1980, ainda em plena ameaça de uma guerra nuclear entre norte-americanos e soviéticos, a série de televisão Cosmos abriu as janelas do pensamento científico a meio bilhão de terráqueos que assistiram à série. A série foi concebida e realizada por Anne Druyan e Carl Sagan, este também o apresentador dos episódios. No último deles, Sagan afirmava: somos nós que respondemos pela terra, nós temos a responsabilidade, como resultantes de todo o movimento e evolução oriundos do Cosmos, de sobreviver e garantir que a nossa espécie continue a buscar suas origens, em uma convivência cada vez mais saudável e empática com os semelhantes, as demais formas de vida e com o próprio universo. Parece-nos que é esse o espírito daquilo que Heller chama de “responsabilidade planetária”, que só é possível de construir no modo empático e relativista de produção de sentido histórico que Rösen batizou como “genético” e que Heller soluciona com a utopia.

Quem ensina história, principalmente na escola, está envolvido em relações temporais complexas. Como cidadão, procura compreender seu mundo, posicionar-se, agir politicamente, tomar decisões de ordem pessoal. De outro lado, é educador: trabalha com jovens que são muito diversos. Elementos de futuro, de esperança, de tradição e de renovação envolvem suas escolhas profissionais. Por fim, é um educador que ensina história: a organização do trabalho pedagógico específico do ensino de história também passa pelas formas como cada professor combina seus referenciais teórico-metodológicos, suas experiências com os estudantes e suas utopias político-educacionais, entre outros elementos.

A falência do projeto moderno e a recusa da confusão da consciência histórica estabelecem, tanto para Heller quanto para Rüsen, uma tarefa dupla: a compreensão da pós-modernidade, por um lado, e a proposição de um modo de orientar-se nela. Superadas, todas as doutrinas que propõem de algum modo a suspensão do juízo a partir da adesão a qualquer código que se ofereça como válido por estar fora ou acima do tempo ou da historicidade, a esfinge se põe uma vez mais diante de nós e, em especial, diante de quem pretende ensinar história na escola, em que as demandas sociais de diversos grupos outrora excluídos das narrativas oficiais se fazem ouvir e para as quais, por vezes, a historiografia acadêmica não possui todas as respostas.

O estágio que surge na atualidade, segundo Heller, é a generalidade refletida enquanto tarefa, quer dizer, a condição humana, embora acessível a todos, tem sido restringida, pelas nossas próprias ações como espécie, a uma parte apenas da humanidade. Assim, a generalidade refletida só existe como projeto que se constrói e se reconstitui continuamente. Caracteriza este estágio de consciência de que a razão não é absoluta sem valores, e que os valores devem ser construídos no diálogo e sem imposição de pressupostos que não possam ser discutidos, bem como o desejo de construir condições de vida em comum respeitando as diferenças. A razão, assim como a verdade, não é absoluta, nem inacessível coletivamente, ao ficar encerrada

em mundos particulares, mas sim relacional, ou seja, construída sobre o alicerce dos consensos possíveis, ou segundo Rösen, “racional” no sentido do caráter argumentativo indissociável da cientificidade (RÜSEN, 1989, p. 323). Com a consciência de que a razão também produziu dominação, novas dependências e insensatez, e portanto longe de um culto acrítico à ciência, é possível identificar no modo genético de produção de sentido alguns elementos comuns com aspectos caros à cientificidade: a historicidade e a provisoriedade dos conhecimentos e enunciados, a força do melhor argumento e o diálogo ou intersubjetividade na definição dos consensos possíveis. O que Heller pode aportar, num tom mais político, é que todo esse aparato faz sentido na perspectiva de produzir consensos que evitem o sofrimento e maximizem a felicidade possível.

Trata-se de uma perspectiva ao mesmo tempo esperançosa e ciente/cética de sua frágil condição, dependente dos sucessos e consensos construídos, compreensão em que se nota, mais uma vez, a influência da concepção de política e de milagre de Arendt. Embora tal pensadora evite o uso da palavra “utopia”, entendemos que ela não recusa a necessária esperança de que futuros possíveis sempre podem ser construídos, ao mesmo tempo em que se preservam aqueles aspectos do mundo que ainda nos são caros. Esta necessidade de preservação se expressa, por exemplo, na recusa de Heller em excluir a democracia e a pluralidade de seu pensamento.

Diante dos desafios da pós-modernidade, também Rösen busca suas respostas. Em seus textos publicados no Brasil, respectivamente em 1989 e 1997, realiza um balanço parecido entre a persistência da possibilidade da razão na História e as encruzilhadas do pensamento pós-moderno. Além disso, postulamos que o conceito de modo genético de produção de sentido histórico seja equivalente, em grande parte, à ideia helleriana de consciência da generalidade refletida como tarefa, ou responsabilidade planetária. Percebe-se a incorporação da crítica pós-moderna ao papel político e social da história – deslocamento do paradigma sem abandonar a possibilidade de razão e verdade,

mas também sem negar o papel do não racional, afetivo e ficcional.

O modo genético de geração de sentido histórico reúne as condições para a orientação temporal do sujeito no contexto pós-moderno. Entende e aceita a mudança como o componente essencial do tempo, compreende e assimila a historicidade de todo discurso e de toda instituição como condições da leitura do mundo e de sua escritura. Reticente a qualquer sistema que estabeleça o monopólio da produção de verdades absolutas, resiste também à confusão e à desorientação que resultam tanto da negação da possibilidade de verdade quanto da fragmentação da mesma para cada microcosmo identitário, espaços isolados em que as verdades privadas encontram validade circunscrita. Entretanto, Rösen não estende suas considerações sobre o futuro ou a utopia de forma tão incisiva quanto Heller, que reitera, em sua teoria da história, que seu ponto de vista é ao lado dos que mais sofrem. Além disso, ela convida os leitores a se mobilizarem da mesma forma e expressa sua profissão de fé sobre um mundo melhor do que hoje: “nosso século não há de terminar do mesmo modo vergonhoso como começou e desenrolou-se” (HELLER, 1993, p. 366).

Referências

ARENDDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rösen: uma introdução*. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

BACZKO, Bronislaw. Utopia. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Anthropos Homem, 1989. v. 5, p. 67-101.

BAROM, William Carlos Cipriani. *Didática da história e consciência histórica: pesquisas na pós-graduação brasileira (2001-2009)*. 2012. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de didática da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 6, p. 93-112, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre utopia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, p. 7-12, jul. 2008. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60nspe1/a0360ns1.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

DUARTE, Newton. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em educação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10313>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

GADAMER, Hans-Georg. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: _____. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GRANJO, Maria Helena Bittencourt. *Agnes Heller*. Filosofia, moral e educação. Petrópolis: Vozes, 2008.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro (Org.). *Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

HELLER, Agnes; FÉHER, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAVILLE, Christian. Em educação histórica, a memória não vale a razão! *Educação em Revista*, Curitiba, v. 41, p. 12-39, 2005.

ORTEGA, Francisco. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. *Interface*, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 9-20, set.2003/fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832004000100002&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 11 dez. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes curriculares para o ensino de história nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio*. Curitiba: SEED, 2015. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_hist.pdf>. Acesso em 5 out. 2015.

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a História na era da “nova intransparência”. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 10, n. 18-19, p. 303-328, jan./dez. 1989.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*. Orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul./dez. 2006.

_____. História entre a modernidade a pós-modernidade. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 14, n. 26-27, p. 80-101, jan./dez. 1997.

_____. *História viva*. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007b.

_____. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência Histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. *Reconstrução do passado*. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora UnB, 2007a.

SADDI, Rafael. Didática da história na Alemanha e no Brasil: considerações sobre o ambiente de surgimento da Neu Geschichtsdidaktik na Alemanha e os desafios da nova didática da história no Brasil. *Opsis*, Catalão, v. 14, n. 2, p. 133-147, jul./dez. 2014.

SEVILLA, Sergio. Historia y postmodernidad: el diagnóstico de Ágnes Heller. *Daimon*, Murcia, n. 17, p. 85-99, 1998. Disponível em: <<http://revistas.um.es/daimon/article/viewFile/9511/9261>>. Acesso em: 17 out. 2010.

SILVA, Vandeí Pinto da. Cotidiano e filosofia no ensino médio: mediações. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 28., 2005, Caxambu. Anais... Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt17/gt171317int.rtf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

TORMEY, Simon. From “rational utopia” to “will-to-utopia”: on the “postmodern” turn in the recent work of Agnes Heller. *Daimon*, Murcia, n. 17, p. 133-149, 1998. Disponível em: <<http://eprints.nottingham.ac.uk/29/>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

Recebido em agosto de 2016.

Aprovado em junho de 2017.

O OFÍCIO DO HISTORIADOR: REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE PASSADO EM SUAS DIMENSÕES SOCIAIS E HISTÓRICAS

*João Paulo Pereira Coelho**
*José Joaquim Pereira Melo***

RESUMO: O uso do passado como uma experiência legitimadora de interesses e demandas do presente tem suscitado debates por parte dos historiadores. Diante de tal questão, analisam-se as diferentes formas de apropriação do passado pelos homens, considerando-se os enfrentamentos sociais ocorridos historicamente. Entende-se que essas lutas fazem com que o passado seja objeto ora de negação, ora de reiteração no presente. Tal antagonismo exprime a complexidade das relações humanas, que são constituídas por meio da totalidade social na qual o homem é formado. Cabe, portanto, ao historiador, problematizar o entendimento que a sociedade faz a respeito do passado e situá-lo para além das representações que os homens fazem de si mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da História. Formação Humana. Historiografia.

ABSTRACT: Use the past as a legitimizing experience of interests

* Professor de História da Educação e Políticas Educacionais do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná. Doutor em Educação: História e Historiografia da Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Contatos: joaoppc22@hotmail.com; joaoppc0@gmail.com

** Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pos-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Educação pela UNESP. Contatos: pereirameloneto@hotmail.com

and actual demands has evoked debates by the historians. Faced with this question, we analyze the different forms of past ownership by men, regarding the social clashes occurred historically. It is understood that these struggles make that the past be a denial object and in other case a reiteration object in the present. Such antagonism expresses the complexity of human relationships that are made through the social totality in which the human being is formed. So, it concerns to the historian to problematize the understanding that society has about the past and to place it beyond the representations that men make about themselves.

KEYWORDS: History Theory. Human Formation. Historiography.

Introdução

As reflexões sobre o sentido do passado para o ofício do historiador implicam, inicialmente, uma abordagem do conceito de tempo, o qual tem inquietado os historiadores indistintamente de suas orientações teórico-metodológicas.

Analisando-se o conceito de tempo como uma representação simbólica, e, portanto, distinta da expressão concreta da vida humana e dos ciclos da natureza, observa-se que esse expediente foi concebido tardiamente com o advento da indústria. O tempo regulado pelo relógio e pelo calendário, aplicado de maneira imperativa sobre a existência do homem, tinha como objetivo o controle e a exploração do homem dentro e fora do espaço da fábrica: “Assim, as máquinas do tempo (o relógio) abrem caminho para a sociedade das máquinas” (ATTALI, 1985, p. 67).

À medida que o tempo se colocou como o referencial para a mensuração da expropriação da força de trabalho, instaurou-se um processo de transformações na forma de vida dos trabalhadores. Estes foram submetidos a esse tempo relógio, que sincroniza suas existências com as requisições temporais do trabalho, suas vivências sociais com as obrigações decorrentes

dessa nova forma reguladora do tempo para a execução do seu ofício no espaço de produção (HOBSBAWM, 2004). Conforme o relato de um marceneiro britânico, que expõe em um bilhete a um amigo as novas relações de trabalho a que foi submetido, em 1848: “o tempo não mais nos pertence, por isso amanhã não poderei ir à sua casa, mas se você puder vir à praça da Bolsa, entre duas e duas e meia, nós nos encontraremos como sombras miseráveis nas bordas do inferno” (PIKE, 1974, p. 67).

As novas articulações entre tempo e trabalho devem ser consideradas nas vivências sociais do historiador do presente. Este deve ter consigo o entendimento de que o conhecimento ou a análise da História têm como base sua própria época, de forma que, ao dialogar com o passado, ele contemple os embates e as contradições que são próprias do seu presente.

Em outros termos, a pesquisa acadêmica não se desenvolve de forma alheia às práticas sociais cotidianas dos homens, uma vez que sua intencionalidade está, em parte, intimamente ligada ao exercício do historiador.

Guardadas as devidas proporções e considerando as identificações estabelecidas entre o historiador e sua época, entende-se que, para que se possa realizar uma reflexão a respeito do sentido do passado – referencial inerente a esse ofício –, é necessário ir ao encontro de sua historicidade. “O tempo, como categoria central da História”, ao ser analisado, “não se apresenta, porém, como uma unidade, uma síntese”, mas deve ser “entendido em seus momentos constitutivos” (CASTANHO, 2010, p. 63), como resultado e produto das relações humanas, das práticas sociais promovidas pelos homens em seus enfrentamentos e embates, em suas lutas. Ou seja, o homem fazendo sua história.

Todavia, buscar o entendimento da forma como a sociedade se apropria do passado é um exercício fundamental para o ofício do historiador. Assim, passado e memória são conceitos que: “apesar de oscilantes, são noções fundamentais para o trabalho histórico, porque operam exatamente no coração da mudança” (CASTANHO, 2010, p. 64).

Neste âmbito, os subsídios da memória à legitimação do

passado constituem-se uma discussão profícua. Por um lado, na contemporaneidade caracterizada pelo tempo urbano e industrial, o passado a ser conformado pela memória constituiu-se, por vezes, como um instrumento para a legitimação da história dos vencedores – pautada, por exemplo, por ideais nacionalistas e de progresso. Por outro, a valorização da memória promovida por grupos sociais minoritários, quando circunscrita à individualidade e à subjetividade do sujeito, perde complexidade, desconectando-se de experiências sociais em uma perspectiva cultural mais ampla.

Assim, não se pode desconsiderar que a definição de passado é sempre instável, volátil e, em muitos casos, até mesmo comprometida com interesses que se impõem pelo momento histórico em que o historiador vive: legitimar a ordem posta, em termos de produção e reprodução da vida, ou negar sua excelência como referencial para a nova ordem social que se pretende efetivar, visto que aquela já não atende às demandas que se colocam para seu tempo.

O conceito de passado: considerações históricas e sociais

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. (HOBSBAWM, 2010, p. 13).

Faz parte do processo de construção da história humana a compreensão de que o passado é expressão da vida dos homens ao longo dos tempos. Esta consciência a respeito do tempo passado pôde ser constituída com base nas vivências sociais, em espaços compostos pelas experiências humanas de sujeitos pertencentes a diferentes gerações.

A consciência do passado desenvolveu-se, portanto, por meio de trocas sociais e culturais em períodos históricos em que os mais velhos, como expressão maior das experiências da vida comunitária em épocas pretéritas, constituíam-se como

mediadores entre o passado e o presente. Assim, formavam as novas gerações para terem consciência de que eram membros de uma comunidade, cuja dimensão era coletiva e social (MARX, 1986).

A defesa da continuidade cultural e social que compõe a história humana, nesse sentido, não significa uma negação do processo de mudanças que a humanidade vivencia e, por extensão, transforma. Faz parte da busca pela preservação da existência o comprometimento do homem com a reiteração da cultura transmitida ao longo dos tempos (HOBSBAWM, 2004). Foi a partir dela que se estabeleceu um novo tempo, uma nova ordem social.

Em suma, [...] é possível concluir que o novo só se estabelece na luta contra as velhas formas de comportamento, na utilização de materiais, suportes e subsídios do passado para justificar ou sedimentar os comportamentos emergentes. Por outro lado, isso permite também identificar as marcas que o passado deixa nos homens de outras épocas e em que circunstâncias isso acontece. (PEREIRA MELO, 2010, p. 27-28).

Assim, as heranças do passado são as bases para a manutenção e a sobrevivência das gerações vindouras, ou seja, para a perpetuação de todo um legado social cultural produzido e acumulado por um povo.

O sujeito é, portanto, expressão dessa complexidade social, uma vez que, ao mesmo tempo em que vai ao encontro das novas demandas impostas pelo momento histórico vivido, vivencia – particularmente em sua cultura – experiências individuais que reiteram seus laços com o passado (HOBSBAWM, 2010) e garantem sua vigência e perenidade em outras gerações. Assim: “Esse ‘ir e vir’, presente-passado, exige um ‘exorcismo’ das influências e dos ‘preconceitos’ da dinâmica social do presente. Para se projetar em momentos históricos distanciados no tempo, [...] é necessário encontrar um modo peculiar de entender a realidade. (PEREIRA MELO, 2010, p.22-23).

Isso é expressão do reconhecimento de que a consciência de humanidade está revestida de singularidades, ainda que esse valor seja constituído com base em toda a produção humana do passado. O homem é um ser singular e, ao mesmo tempo, social e histórico, inserido em uma totalidade sem fronteiras:

A memória individual constitui o fundamento da noção do eu, daquilo a que chamamos identidade pessoal. Isso não significa que seja isenta de aspectos da memória social do grupo ou da classe social de que o indivíduo é originário. Pelo contrário; no indivíduo subsistem os fundamentos de sua identidade pessoal com traços da cultura em que ele foi formado, e em que continua sendo formado. (CASTANHO, 2010, p. 57).

Diante dessa complexidade humana, o desafio que se apresenta ao historiador de ofício é analisar o passado em sua transformação e com base no movimento que esse próprio passado apresenta (CASTANHO, 2009). Com isso, o retorno ao passado implica tanto a busca pela conservação de suas heranças culturais e sociais quanto a gênese de suas transformações.

A crença de que a “sociedade tradicional” seja estática e imutável é um mito da ciência social vulgar. Não obstante, até um certo ponto de mudança, ele pode permanecer tradicional: o molde do passado continua a modelar o presente, ou assim se imagina. (HOBSBAWM, 2004, p. 25).

A concepção de passado, portanto, não se reduz à ideia de “conservação”, mas abrange a de que ele é um valor que faz dos homens seres históricos, comprometidos com suas heranças culturais e sociais, mesmo em contextos em que já são identificadas rupturas em suas estruturas. É na busca pelo entendimento dessa dinâmica que se pode compreender o “coração da mudança” (CASTANHO, 2010, p. 64) que está em curso, as circunstâncias nas quais a sociedade não tinha precisado de maneira objetiva a si mesma e as transformações que suas vivências já comportavam:

Mas sempre terá interstícios, ou seja, matérias que não participam do sistema da história consciente na qual os homens incorporam, de um modo ou de outro, o que consideram importante sobre a sociedade. A inovação pode ocorrer nesses interstícios, desde que não afete automaticamente o sistema e, portanto, não se oponha automaticamente: “não é desse jeito que as coisas sempre foram feitas”. (HOBBSAWM, 2004, p. 23).

É necessário considerar que essas transformações sociais em curso, quando atingem um maior amadurecimento, um ponto culminante, são externadas pelos sujeitos de maneira consciente. Este estado de mudanças é resultado da maior complexidade que as relações sociais vão adquirindo, complexidade esta que acirra as contradições contidas no interior da sociedade (MARX, 1990).

Característica dessas novas demandas sociais e econômicas advindas desses processos de mudanças já efetivadas – as quais se desdobram em embates entre as classes sociais emergentes e as práticas sociais e políticas que garantiam a manutenção da ordem posta pelos setores sociais até então hegemônicos – foi a Revolução Francesa.

O legado histórico do medievo, como o renascimento do comércio e o desenvolvimento das cidades, havia criado necessidades que o Estado monárquico francês não conseguiu suprir (SAINT-JUST, 1996). Para a burguesia que se desenvolve nos tempos modernos, e que atingia um alto grau desenvolvimento econômico, tornava-se insustentável manter seus negócios subordinados aos interesses do Estado absolutista, alinhado aos privilégios da nobreza e do clero. Portanto, as contradições entre o Antigo Regime e as necessidades do homem burguês tornaram a estrutura social francesa vulnerável.

Apesar de ocupar um posto privilegiado, a situação da nobreza não era confortável. A manutenção de seus títulos de nobreza exigia altos investimentos. Ainda, como não tinham experiência administrativa, não possuíam grandes habilidades para gerenciar suas fortunas (SAINT-JUST, 1996). Diante destes problemas enfrentados, recorreriam aos privilégios oferecidos

pelo Estado, na tentativa de manter seu *status quo*. Assim, os cargos diplomáticos e administrativos que antes eram ocupados pela burguesia – mais diligentes nas questões administrativas – passaram a ser preenchidos pela nobreza.

Embora a burguesia não cessasse de crescer em número e em riqueza, desde o início do século, era cada vez mais despojada das grandes funções públicas. Ao passo que no século XVII a burguesia havia fornecido ao Estado, ministros, como Colbert, a maioria dos intendentos, vários magistrados aos parlamentos, oficiais à marinha e ao exército, prelados a igreja, no século XVIII, todos esses postos passaram a ser reservados a nobreza. (GODECHOT, 1976, p. 34).

A burguesia identificou na monarquia – com sua forma de administrar para os privilegiados – valores que fomentavam os entraves ao seu pleno desenvolvimento. Esta percepção a respeito do Estado monárquico, ainda que em dimensões diferenciadas, atingia tanto a burguesia como os trabalhadores. Neste sentido, Michelet diria que “houve um acordo completo sem reserva, uma situação simples, a nação de um lado, e o privilégio do outro” (MICHELET, 1989, p. 95).

Desenvolveu-se um estado de enfrentamento que fez com que os atores sociais promotores da mudança de então (a burguesia) deixassem de orientar sua existência pelas práticas sociais e culturais tidas como pretéritas (HOBSBAWM, 2010). Estas, por seu turno, já que envelhecidas, não atendiam mais às necessidades que se colocavam para os homens, o que levou a burguesia à concepção de que o passado não era uma vivência com articulações com o seu presente. Este antagonismo evidencia que as transformações sociais se inserem em uma dinâmica de demandas e preocupações, por vezes, contraditórias. Assim, com “o estudo dessas relações, é possível observar que, em seu bojo, emergem atores sociais que promovem a paulatina negação do modelo envelhecido e, ao mesmo tempo, desencadeiam um processo de elaboração do que seria o novo” (PEREIRA MELO, 2010, p. 27).

Nesse novo espaço de enfrentamentos, as transformações desencadeadas pela burguesia no âmbito econômico passaram a compor a estrutura, no caso, da sociedade francesa. A partir de então, as forças sociais emergentes começaram a se sobressair no último espaço de resistência da ordem social em declínio: a política. Neste âmbito, as conquistas da burguesia desencadearam, por fim, a defesa de uma ruptura sistemática com os valores políticos que representavam esse passado a ser superado.

Vale lembrar que os tempos que antecederam a Revolução Francesa compuseram a gênese dos princípios de troca capitalistas, os quais foram se efetivando ao longo da história humana até se tornarem suficientemente organizados para subsidiar um enfrentamento polarizado entre burguesia, representante de uma “nova ordem social”, a aristocracia e o alto clero, que capitaneavam a “velha ordem social” (MARX; ENGELS, 1990). Contudo, a revolução colaborou para que as experiências constituídas em épocas anteriores deixassem de compor a base na qual o homem burguês fundamentaria seu devir histórico.

Vimos, portanto, que os meios de produção e de troca, nos quais a burguesia erigiu-se, foram geradas na sociedade feudal. Em um certo estágio do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições sob as quais a sociedade feudal produziu e trocou, a organização feudal da agricultura e da indústria manufatureira, resumindo, as relações de propriedade feudais, tornaram-se não mais compatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas. Tornaram-se grilhões. (MARX; ENGELS, 1990, p. 18).

O entendimento de que o passado expressa diferenciações de sentido relacionadas a rupturas com as questões econômicas não significa inseri-lo em uma dinâmica de progresso (CASTANHO, 2009). A sociedade de cada época, em um dado momento, passa a comportar um grau de amadurecimento e são seus embates econômicos que oferecem ao historiador a possibilidade de compreender tal processo de forma mais objetiva.

Diante de transformações estruturais, é, portanto, infrutífera qualquer tentativa de restabelecer o passado tal qual ele ocorreu, ainda que seja recorrente, particularmente entre as classes sociais em declínio, o clamor pela restauração de valores de uma ordem pretérita jurídica e social.

No seio de uma nova ordem estabelecida, reiteram-se vozes dissonantes revestidas de saudosismo de um tempo agonizante ou já liquidado, muitas vezes romantizado, tendo em vista que “a hegemonia de uma forma (mudança histórica) não exclui a persistência, em diferentes meios e circunstâncias, de outras formas de sentido do passado” (HOBSBAWM, 2004, p. 35).

Constitui-se, desta maneira, a concepção de que o passado detém uma lição, arquivada no tempo e que não pode ser esquecida, à qual se recorreria no momento em que se fizesse necessária. A sociedade, ao não estabelecer este passado como uma diretriz para o presente, retiraria a autoridade da história para continuar operando em favor da “manutenção da ordem”.

Observa-se que o sentido do passado, defendido no seio das classes que buscam sua conservação, apresenta-se revestido de valores que pretensamente seriam essenciais à vida coletiva, quando, de fato, essas classes, em primeira instância, lutam pela manutenção de seu poder:

O passado é um elemento essencial, talvez o essencial nessas ideologias. Se não há um passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo [...]. O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar. (HOBSBAWM, 2004, p. 17).

Como expressão de uma verdade essencial, o passado é tido como detentor de uma grandiosidade ideal, sem contradições, pois a contrariedade está em concordância com o presente – esse sim, marcado pelas incertezas, inseguranças e medos que caracterizam a nova ordem social, em processo de estabelecimento ou até mesmo já estabelecida.

Diante da impossibilidade da recriação de relações sociais

e culturais que o passado comportou, observam-se, conforme já referido, tentativas de reescrevê-lo, sempre tendo em vista buscar, intencionalmente ou não, um referencial de excelência para cumprir as necessidades sociais do presente. Essas tentativas de reafirmar momentos do passado ocorrem especialmente quando sua pretensa grandiosidade começa a se dissipar ou já não apresenta caráter homogêneo.

Por vezes, o processo de ressignificação da história se desenvolve com base na defesa de princípios nacionalistas, como ocorreu, a exemplo, nos movimentos nacionalistas do século XX, em particular na Alemanha. A composição da identidade alemã, que passou por um período de amadurecimento ao longo do século XIX, foi resultado, em grande medida, de seu vigor econômico, político e cultural. Contudo, a Primeira Grande Guerra (1914-1918) anunciou para a Alemanha um período de derrotas que acabariam por abalar a autoconfiança que, construída ao longo do passado (HOBSEAWM, 2010), dera ao povo alemão a ideia de grandeza e superioridade diante dos demais povos.

Em 1918, com o fim da guerra, diante da derrota sofrida, a prosperidade sem fronteiras culturais e políticas parecia sucumbir e isso desconstruiu uma identidade cultural tecida historicamente pela nação alemã ao longo do tempo. Acrescentam-se as significativas perdas territoriais e a fragilização de uma identidade nacional fundada em conquistas que fizeram dos alemães um povo reconhecido e temido por seus feitos expansionistas.

O triunfo de Hitler, a partir de 1933, não teria tomado contornos de um movimento mais amplo se o nacionalismo não tivesse se constituído como um elemento basilar dos pretensos princípios renovadores do estado alemão. Da mesma forma, o exercício de “reescrever” a própria história alemã não se sustentaria internacionalmente se o nacionalismo não fosse ao encontro dos anseios de líderes de países europeus, que viam no protagonismo internacional do nascente nazismo um caminho para também trilharem (HOBSEAWM, 2010).

Sem essa busca comum por reinstaurar no ocidente um protagonismo histórico a partir de “revanches” de caráter

nacionalista, não seria razoável que líderes conservadores não fascistas achassem que serem identificados como ligados à Alemanha “pela mesma ideologia” – como afirmou Salazar, em Portugal, em 1940 – fosse de fato algo agregador.

Assim, o estado nazista foi buscar na Idade Média uma narrativa que legitimasse o III Reich, vigente entre 1933 a 1945, bem como o império constituído por nações conquistadas. Esse exercício tinha por fim passar à população alemã que o seu governo representava a continuidade do Sacro Império Romano Germânico, o I Reich. Dessa forma, punha-se em tela a superioridade e a nobreza dos alemães frente aos povos europeus. Ao elaborar essa narrativa, Hitler objetivava dar vigor à identidade e ao nacionalismo da população e, assim, dar credibilidade ao III Reich,¹ ao apresentá-lo como o governo que estava recuperando um passado glorioso, marcado por conquistas, que havia feito da nação alemã superior e temida.

Mas que relação mantém então o presente, e, sobretudo, a moderna cultura alemã, com o antigo mundo helênico? Após Winckelmann, Lessing e o Homero de Voss, formou-se a ideia de que entre o espírito helênico e o espírito alemão existia um “sagrado vínculo nupcial”, uma relação e uma compreensão toda especial, como nenhum outro povo europeu do ocidente moderno. (BURCKHARDT, 2010, p. 176).

Considerando esse processo de “recuperação” dos eventos históricos, é de particular significado que, durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945), Hitler tivesse exigido que a França assinasse sua carta de capitulação no reconhecido vagão de trem em que a Alemanha havia assinado sua rendição em 1918 (HOBSBAWM, 2010). Ainda que esse fato possa ser concebido, simbolicamente, como uma marca da retomada do sentimento de orgulho nacional alemão, ele expressa também uma tentativa de (re)instituir um passado glorioso para os alemães à altura de sua tradição “helênica”.

¹ Importa considerar que a unificação alemã, em 1870, marca o surgimento do II Reich, que se estendeu até o final da primeira guerra mundial.

O que se evidencia nesses eventos, muito mais do que qualquer sucesso na recriação do passado, é uma sobreposição de eventos históricos, considerados capazes de atender à necessidade de regeneração do orgulho nacional perdido. Um novo fato, carregado de representações emocionais, é utilizado para ressignificar, à luz do presente, um momento histórico do passado que, todavia, não pode ser apagado nem refeito, pois qualquer tentativa de restaurar a História só pode ser concebida como farsa (MARX, 1997).

Cabe, então, considerar que a história como expressão das transformações sociais, como resultado de um processo de lutas, não se submete passivamente a manipulações, contudo estão sujeitas a serem “manejadas” ao encontro de um ideário em ascensão em determinados momentos históricos. A história, neste contexto, pode ser esvaziada de complexidade, perdendo, assim, vivacidade; uma vez que a pertença do sujeito aos “novos tempos”, a saber, o tempo em prol da ressignificação do sentido de cidadania e estado, passa a ser circunscrita ao que deve ser reiterado ou suplantado de seu passado.

O retorno ao passado em suas diferentes finalidades

As tentativas de se fazer uso do passado para legitimar valores sociais do presente são recorrentes, já que aparecem em diferentes épocas históricas. Por mais que seus objetivos, a princípio, pareçam paradoxais, elas transitam entre suplantar o passado e se apropriar de suas tradições para atender às demandas do presente.

Os novos burgueses buscam pedigrees, as novas nações ou movimentos anexam a sua história exemplos de grandeza passadas na razão direta do que sentem estar faltando dessas coisas em seu passado real – quer esse sentimento seja ou não justificado. A pergunta mais interessante relativa a tais exercícios genealógicos é se ou quando tonam-se dispensáveis. (HOBSBAWM, 2004, p. 23).

Ainda que esse retorno tenha como motivação as articulações existentes entre passado e presente, desconsidera-se, nesse percurso, a historicidade dessas tradições (CASTANHO, 2010) – mais do que sua história, busca-se uma identidade:

O que os marxistas modernos ganharam ou ganham com o conhecimento de que havia rebeliões de escravos na Roma Antiga – que, mesmo supondo-se que tivessem metas comunistas, estavam, segundo a própria análise desses marxistas, fadadas ao fracasso ou a produzir resultados que trariam escasso suporte às aspirações dos comunistas modernos? É evidente que a sensação de pertencer a uma tradição antiquíssima de rebelião fornece satisfação emocional. (HOBSBAWM, 2004, p. 33).

A configuração da identidade de um grupo deriva da formação de sua autoconsciência, da capacidade de seus integrantes expressarem um conjunto de características tidas como próprias, particulares, e, da mesma forma, de se sentirem pertencentes a uma esfera social e histórica mais ampla. Nessa esfera, a tradição, cujos valores são compostos pela memória coletiva, é convocada a dar coesão ao tecido social que compõe a identidade dos homens, principalmente nos momentos em que suas convicções sobre os laços de pertencimento a determinada classe ou grupo parecem incertas (HOBSBAWM, 2010).

Em um momento em que a constituição da identidade se encontra em um estágio inicial, ou frágil, a tradição, por estar essencialmente articulada à experiência e à sabedoria moral, é utilizada para reforçar os laços de pertencimento dos homens a um determinado grupo (CASTANHO, 2010).

Da mesma forma, a evocação das tradições por parte de muitas nações não se caracteriza simplesmente pela busca do passado, pela tentativa de apresentar as origens de seu povo. O passado, ao se constituir como uma memória comum, é particularmente fecundo quando expressa uma descendência genealógica tida como nobre, que seja revestida de uma pretensa pureza, linearidade e coesão, o que, se considerado da perspectiva da lógica dos enfrentamentos sociais, não se sustentaria.

Aquilo que se chama de identidade nacional – ou, de modo genérico, identidade social – assenta na memória de um passado comum, ou pelo menos tido como comum. Por certo, o que é considerado comum, localizável ou não – e nesse último caso temos o mito fundador. (CASTANHO, 2010, p. 59).

Se, por um lado, considera-se que o passado conformado pelas tradições é buscado como um padrão para o presente, por outro, é necessário refletir sobre o caminho inverso: quando o presente se estabelece como um padrão “coercivo” para o entendimento do passado.

A busca por consolidar mudanças na sociedade faz com que, por vezes, as classes sociais emergentes defendam o presente como a expressão de toda mudança, porque o que se busca é o afastamento sistemático do passado. Esses homens passam a projetar no presente a transformação que as épocas anteriores não teriam sido capazes de gerir e aplicar em sua realidade:

O problema de se rejeitar sistematicamente o passado apenas surge quando a inovação é identificada tanto como inevitável quanto como socialmente desejável: quando isso representa o “progresso”. Isso levanta duas questões distintas: como a inovação em si é identificada e legitimada, e como a situação que dela deriva será explicada. (HOBSBAWM, 2004, p. 29).

Ainda que a ideia de progresso seja um valor que a sociedade tende a adotar de forma muitas vezes desordenada, é necessário considerar que esse conceito é primeiramente relacionado ao âmbito das inovações tecnológicas que podem repercutir em uma melhoria na vida prática das pessoas. Nesse sentido, a ideia de mudança pode ser difundida no meio social primeiramente como uma facilitação na vida prática e funcional das pessoas.

Essa concepção de progresso fortalece o discurso de que toda mudança é sinônimo do tempo presente, o que, muitas vezes, simplifica as imbricações entre passado e presente, reduzindo-as a uma relação dicotômica: atraso/inovação (HOBSBAWM, 2004).

Contudo, quando se busca analisar o sentido de mudança e transformação para além das questões que envolvem o uso da tecnologia, a exemplo dos valores culturais e sociais, tal simplificação (atraso/inação) não se sustenta. Os valores culturais de sociedades anteriores passam a ser incorporados em meio aos embates que ocorrem no espaço social, na “arena na qual se digladiam interesses opostos gerados na contínua luta pela vida” (CASTANHO, 2010, p. 55).

Nesse âmbito, os conflitos sociais tornam-se mais intrincados, pois estão em jogo forças antagônicas. Esse embate pode se estender por períodos indeterminados, pois a legitimação das transformações na cultura e na sociedade é resultante de enfrentamentos que amadureceram historicamente (MARX, 1990).

Diante de tais manifestações, o discurso em favor do progresso que reveste o presente fica fragilizado e, em muitos dos casos, esvaziado de conteúdos. Quando se tratam de transformações sociais e culturais, para além de uma acomodação prática, exige-se um posicionamento mais contundente diante de mudanças tecnológicas, pois o que está em debate são transformações na própria subjetividade, naquilo que historicamente faz do homem um ser consciente de sua humanidade.

Temos conhecimento de resistência violenta a qualquer mudança nos textos sagrados antigos, mas parece não ter havido nenhuma resistência equivalente, digamos, ao barateamento de imagens e ícones sagrados por meio de processos tecnológicos modernos, tais como impressões tipográficas e oleográficas. (HOBBSAWM, 2004, p. 30).

Diante da impossibilidade de as mudanças tecnológicas serem agentes de ruptura entre passado e presente, volta-se então para uma defesa do presente como expressão de uma “justa medida” que orientaria a crítica ao passado. Na defesa do tempo presente, desconsideram-se as bases nas quais se funda o historiador em sua análise, quais sejam as da historicidade do objeto estudado (CASTANHO, 2010), desconsidera-se a

passagem do tempo como um processo que interfere na forma de a sociedade se organizar, que transforma suas estruturas.

Ignorando-se os diferentes estágios de negociação que caracterizam cada época em relação às suas heranças culturais, desmembra-se a relação entre o acontecimento e o momento histórico e considera-se cabível um julgamento moral a respeito desse tempo pretérito:

O declínio da historicidade, ou da consciência da diacronia, leva à centralidade do sincrônico, que, para Ragazzini, é o imediato, o evento. E aí se coloca um problema epistemológico rigorosamente sem solução: como estudar o acontecimento fora de suas relações com outros eventos, como estudar uma posição ou estado de um fenômeno fora de sua processualidade, de suas determinações? (CASTANHO, 2010, p. 58).

Isolando o passado das dinâmicas sociais, políticas e econômicas, faz-se dele uma análise sentenciosa (CASTANHO, 2009), delibera-se eticamente sobre a maneira de visitá-lo. Em última instância, esse julgamento sentencioso pode dar origem a regulamentações que tiram da sociedade o direito de ter acesso a determinada memória do seu passado, especialmente quando este está revestido de um pretenso “preconceito” ou “desumanidade”.

Observa-se que, em sociedades com acirrados encontros sociais, as memórias a respeito do passado são objeto de disputa, já que devem ser conformadas aos interesses do presente.

Desse modo, o exercício da memória, tendo em vista a interdependência entre o indivíduo e a coletividade, traduz-se como uma experiência particular, que é própria do ser humano. Neste caso, entende-se que a memória, historicamente constituída, foi condição fundamental para a humanização do homem, não se reduzindo, portanto, à tarefa de se amoldar aos interesses do presente.

Passado e memória

Ao longo da história humana, a utilização da memória colaborou em grande medida para a manutenção da sociedade ocidental: foi um recurso fundamental para as trocas culturais em tempos anteriores ao do pleno desenvolvimento da escrita. A memória, portanto, constituiu-se como uma prática indispensável para a preservação da cultura.

Historicamente, o valor essencial da memória foi a sua colaboração com a organização dos afazeres cotidianos, provenientes da necessidade de manutenção da própria vida; mediando a ação do sujeito sobre a realidade que o circunda.

Ela situa-se no campo das:

[...] necessidades mais autênticas da humanidade. Seja estreito ou amplo o círculo que abarcam, elas jamais deixam o homem; Não há comunidade humana possível sem memória; toda comunidade tem, em seu devir e em sua história, uma imagem de seu ser – um bem comum de todos os que nela participaram, e que só torna sua comunhão mais sólida e íntima. (DROYSEN, 2010, p. 37).

Tal dimensão prática e coletiva da memória – insuperável à condição humana – fez dela um recurso de excelência. Seu uso para o entendimento do ritmo da natureza e dos diferentes compassos que a ação humana pode tomar, historicamente, foi uma formação necessária a todo sujeito (CASTANHO, 2010).

Acrescenta-se, assim, a complexidade conceitual que permeia a memória, que perpassa a história humana de forma distinta não só no âmbito da época a qual determinado sujeito pertence, mas dos valores da cultura ou mesmo do espaço geográfico em que está inserido – o que contribui para a permanência ou para a ruptura com determinadas concepções de temporalidade comportadas pela memória.

A exemplo, a importância da memória já era reconhecida pelos gregos, que transformaram esse atributo em uma divindade – *Mnemosine* –, a ela recorrendo diante da falha de suas

lembranças a respeito dos feitos de seus grandes heróis.

Dessa maneira:

É compreensível que povos extremamente bem dotados embelezem suas recordações em sagas convertidas e tipos transmissores de ideias para os quais se direciona o espírito do povo. É também compreensível que sua crença se lhes transpareça e justifique na forma de histórias sagradas nas quais o objetivo da crença é apresentado como conteúdo real, e, assim, que o mito e a saga se desenvolvam conjuntamente. (DROYSEN, 2010, p. 37).

É necessário considerar, portanto, que a memória foi um recurso de preservação do passado épico grego, cujas narrativas sobre deuses e heróis foram se constituindo como uma memória coletiva, uma vez que passaram a ser socializadas e “embelezadas” por diferentes gerações. À memória coletiva Homero (VIII a. C.) recorreu para compilar em suas “Ilíada” e “Odisseia” os valores heroicos do homem grego (MOSSÉ, 1994), tendo em conta dignificar as virtudes cardeais do cidadão grego.²

Muitas vezes, observa-se a concepção de que a memória, por também estar situada no âmbito da subjetividade humana, seria de tal maneira fragmentada e parcial que se constitui como um “retalho” e não como um “fio” que compõe o complexo “tecido” social. As reflexões a respeito das delimitações objetivas e subjetivas da memória devem ser orientadas com base em suas dimensões culturais sem, contudo, reduzi-la a polarizações.

Ao se problematizar o passado a partir da memória, é

² Não se quer com tal exemplificação entrar em discussão sobre os limites do uso da literatura para a escrita da História, tão pouco se pretende situar Homero como historiador de seu tempo – mesmo porque essa é uma discussão direcionada pelos padrões metodológicos da historiografia contemporânea. O que se pretendeu apontar é que, com o processo de aperfeiçoamento do uso da memória ao longo dos tempos, ela pôde se constituir como um campo em que se sustentam lembranças do passado de maneira “mais objetiva e confiável do que se poderia supor” (CASTANHO, 2010).

necessário considerar que a mesma é seletiva e que, assim, pode expressar anacronismos quando aplicada a uma determinada realidade. É necessário considerar também as relações de poder com base nas quais a memória se constitui, o que traz implicações para o exercício de rememorar o passado, uma vez que isso pode se constituir unicamente como um exercício romântico alheio à realidade (CASTANHO, 2010).

Estas questões de ordem conceitual e teórica também se apresentam no caso da escrita da História, pois, assim como se pode diferenciar História e memória, podem-se identificar certas aproximações: ambas partem de uma seleção.

Os fatos históricos não se constituem como tais de maneira cândida como o positivismo quer inculcar. Ao revés, eles tornam-se “fatos históricos” referendados pela memória cultural na medida em que são conformados pela construção conflitiva da existência social, essa arena na qual se digladiam interesses opostos gerados na contínua luta pela vida. (CASTANHO, 2010, p. 55).

A memória é requisitada não apenas por aqueles que narram o passado sem um comprometimento teórico metodológico. Em sua análise a respeito da realidade, o historiador também parte de um conhecimento que, em última instância, estabelece diálogo com a memória:

E na medida em que compilam e constituem a memória coletiva do passado, as pessoas na sociedade contemporânea têm de confiar neles (historiadores). O problema não é se elas confiam. É o que exatamente esperam obter do passado, e, nesse caso, se é isso que os historiadores deveriam lhes dar. (HOBSBAWM, 2004, p. 37).

É necessário considerar, portanto, que a escrita da História passou por transformações de cunho teórico metodológico que tornam possível problematizar tais questões que se apresentam ao historiador. Este pode refletir para além dos valores que a memória expressa por si mesma, superando suas intencionalidades

explícitas com base na confrontação com as demandas sociais e políticas que sustentam essa lembrança. Isso não implica desconsiderar os subsídios históricos com base nos quais essa memória pode se constituir:

Da mesma forma que não se pode julgar um indivíduo pela idéia que ele faz de si mesmo, não se poderia julgar uma época de transtornos pela consciência que ela tem em si mesma; é necessário, ao contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 1977, p. 168).

Considerando o exposto, entende-se que a memória é uma representação não científica do passado, o que não significa negar que, por meio dela, o homem desse tempo tenha transmitido para as gerações vindouras suas representações do mundo. Desse modo, a memória não pode se entendida como se fosse constituída pela simples individualidade, já que expressa os valores sociais e culturais vivenciados pelo sujeito e com base nos quais (CASTANHO, 2010) se faz homem.

Por ser coletiva e social, a memória também é uma vivência do historiador, embora como estudioso. Nesse caso, seu papel não é compatível com o livre exercício da memória praticado por qualquer outro cidadão (HOBSBAWM, 2004), dados o seu compromisso social e o comprometimento ao máximo com a verdade histórica, mesmo quando se põe em dúvida sua imparcialidade. O historiador deve se revestir da consciência de que o fazer histórico se constrói pela constante vigilância teórica: tais memórias podem estabelecer identificações com o estudioso, que, por isso, é levado a se comprometer de tal forma com elas que deixa de ser imparcial, acabando por assumir o discurso de sua fonte.

A memória coletiva ou individual pode, por fim, constituir-se como uma referência por meio da qual o historiador problematiza determinada realidade social e histórica. No entanto, ele deve compreender a tensão existente entre a afirmação da memória

como um monumento à verdade e a desconstrução dessas verdades por meio de sua análise, já que são as condições concretas que dão subsídios a essas representações.

Considerações finais

O homem, com base na vida coletiva, adquire a consciência de que sua origem faz parte de um processo que não se desenvolve de maneira harmoniosa. Tem-se em vista que o sujeito faz parte de um contexto de constantes enfrentamentos sociais, participando de embates que transitam desde a sistemática negação de seu passado até as negociações com suas tradições, que teimam em ser perenes e efetivas. Dessa maneira, a forma como o passado é concebido no seio da sociedade é constantemente afetada pelo presente. Uma vez que, em cada época histórica, o homem encontra novas exigências para a manutenção de sua existência social e política, ele opera transformações nas formas de se inserir no continuum da existência humana.

Essa dinâmica expressa a complexidade das relações humanas e se constitui como um processo legítimo, embora possam ocorrer tentativas de se “reconstruir” o passado em momentos em que os enfrentamentos sociais se tornam mais acirrados.

Resta, por fim, um alerta ao historiador: ao se voltar para o estudo de períodos históricos marcados por profundos embates, ele pode assumir as polaridades expressas pelos sujeitos em questão: conservação/transformação. Por isso, primeiramente, ele precisa compreender tais discursos com base em suas condicionantes sociais e históricas.

Referências

ATTALI, Jacques. *Historias del tempo*. México: FCE, 1985.

BURCKHARDT, Jacob. História da cultura grega. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *História pensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 159-178.

CASTANHO, Sérgio. Reação ao declínio da consciência histórica: comentários sobre o texto “Diacrônico/sincrônico e os paradoxos educativos da historiografia”. In: LOMBRADI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *Navegando pela história da educação brasileira: 20 anos de Histedbr*. São Paulo: Autores Associados, 2009.

_____. *Teoria da história da educação: por uma história cultural não culturalista*. Campinas: Autores Associados, 2010.

DROYSEN, Johann Gustav. Arte e método. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *História pensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 31-46.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo Companhia das Letras, 2010.

_____. *Sobre história*. São Paulo Companhia das Letras, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. Observações sobre o Programa do Partido Operário Alemão. In: RICARDO, Antunes (Org.). *A dialética do trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo. Expressão Popular, 2004.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5. ed. São Paulo. Paz e Terra, 1986.

_____. *O 18 brumário e carta a Kugelmann*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MOSSÉ, Claude. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa: Edições 70, 1994.

PEREIRA MELO, José Joaquim. A educação paleo-cristã. *Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 4, n. 9, p. 94-107, 2002.

PEREIRA MELO, José Joaquim.. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, Célio Juvenal; PEREIRA MELO, José Joaquim; FABIANO, Luiz Hermenegildo (Orgs.). *Fontes e métodos em história da educação*. Dourados: UFGD, 2010. p. 13-34.

PIKE, E. R. *Human documents of the Industrial Revolution in Britain*. London: George Allen & Unwin, 1974.

SAINT-JUST, L. A. L. *O espírito da revolução*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

Recebido em agosto de 2016.

Aprovado em junho de 2017.

DAS RAÍZES À FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: OS SUBSÍDIOS DE PRIMITIVO MOACYR

*Rosana Areal de Carvalho**

RESUMO: Primitivo Moacyr publicou seu primeiro livro em 1916, já trazendo a marca dos demais volumes que viriam vinte anos depois: a instrução como responsabilidade do Estado. Apresento elementos visando compreender a publicação dessa obra, entre os anos de 1936 e 1942, em meio a um complexo cenário político e cultural. Dentre as interpretações existentes para esse período, acato a de modernização do Estado brasileiro, com destaque para a criação do Ministério da Educação e Saúde (1931) e do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (1937). Tomo de empréstimo os ensaios de Sérgio Buarque de Holanda (1936), *Raízes do Brasil*, e de Caio Prado Jr. (1942), *Formação do Brasil Contemporâneo*, como contraponto para a obra de Moacyr: das raízes da educação brasileira nos tempos imperiais à formação da escola nova nos anos 1930, discutindo o ofício desse historiador.

PALAVRAS-CHAVE: Instrução pública. Primitivo Moacyr. História da educação.

ABSTRACT: Primitivo Moacyr published his first book in 1916 already bringing the brand of other volumes that would come twenty years later: education as a state responsibility. In this paper I introduce elements aimed at understanding the publication of this work, between 1936 and 1942, amid a complex political and

* Doutorado em Ciências Humanas pela USP, professora associada na Universidade Federal de Ouro Preto, atuando na graduação e na pós-graduação, com História e Historiografia da Educação Brasileira.

cultural scene. Among the existing interpretations of this period, I choose the modernization of the Brazilian state, highlighting the creation of the Ministry of Education and Health (1931) and the National Institute for Pedagogical Research (1937). I borrow the Sérgio Buarque de Holanda tests (1936), *Raízes do Brasil*, and Caio Prado Jr. (1942), *Formação Contemporânea do Brasil*, as a counterpoint to the work of Moacyr: the roots of Brazilian education in imperial times to formation of the new school in the 30s, discussing the craft of this historian.

KEYWORDS: Public education. Primitivo Moacyr. The history of education.

Norteia este trabalho o objetivo de compreender a publicação da obra de Primitivo Moacyr, entre os anos de 1936 e 1942, no interior de um cenário de elevada complexidade política e cultural, como foram as décadas de 1930 e 1940 no Brasil. Em conformidade com tal complexidade, as leituras e os vieses explicativos sobre o período são variados, quando não, divergentes. Dentre as leituras possíveis, acato a que toma os anos 30 do século passado como um tempo no qual foram dados passos largos em prol da modernização do Estado brasileiro. Em razão do campo no qual se insere este trabalho, destaco a criação do Ministério da Educação e Saúde (1931) e do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas – INEP (1937).

Possivelmente como eco dessa mesma complexidade e o natural desejo de compreender a realidade, entre os anos 1920 e 1950 foram publicadas obras basilares sobre o Brasil, sob o estilo de ensaios, começando por Oliveira Viana e desaguando em Raymundo Faoro. Estes e outros brilhantes ensaístas foram reunidos sob o rótulo de “intérpretes do Brasil” por Santiago (2002): “Ao planejar esta antologia, julgamos que seria importante centrar a atenção dos leitores nos melhores ensaios escritos por brasileiros sobre o Brasil, depois da independência do país”.

Construí o título deste texto tomando de empréstimo os títulos dos ensaios de Sérgio Buarque de Holanda (1936), *Raízes do Brasil*, e de Caio Prado Jr. (1942), *Formação do Brasil Contemporâneo*, pois abarcam, em boa medida, o período cronológico das publicações de Moacyr – pois tratam da educação brasileira desde os tempos imperiais até as primeiras décadas republicanas –, da temática das raízes da educação nacional lançadas no período imperial e da sua formação, vislumbrada durante a primeira metade do século XX.

Para esse mesmo período, os interesses educacionais estavam voltados para os postulados escolanovistas¹ que, ao contrário do que vinha ocorrendo na Europa, encontrou no Brasil educadores que buscaram aplicá-los nas escolas públicas. Não por acaso, dentre aqueles que assinaram o Manifesto dos Educadores da Escola Nova (1932), a maioria se alinhara às fileiras do Estado Novo (1937-1945). O próprio Manifesto foi escrito a partir de um convite do presidente Getúlio Vargas para que os educadores presentes à IV Conferência da Associação Brasileira de Educação apresentassem uma proposta para a educação nacional consoante ao governo “revolucionário instalado”.

Neste exercício de análise e reflexão que ora compartilho, insere-se o propósito de explicitar alguns elementos passíveis de delinear a trama que configura o processo de modernização estatal, que passa pela reconfiguração das agências do Estado, tanto quanto pelos seus agentes e, por que não, pelo entendimento de que a missão dada ao sistema educacional era a de formar cidadãos para esse novo país. Ciente de que tal entendimento extrapola os marcos possíveis para este trabalho, porém movida pela instigante questão e pela possibilidade de aporte de algumas reflexões, inscrevo este debate também no campo da historiografia brasileira.

¹ Refere-se aos educadores que assinaram o Manifesto dos Educadores da Escola Nova, em 1932. Dentre estes, se destacam Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho.

1. As raízes

Primitivo Moacyr desembarcou no Rio de Janeiro ainda jovem, provavelmente nos primeiros anos republicanos. Não mais a corte, agora a capital republicana continuava exercendo uma forte atração sobre os jovens das províncias do Norte. Baiano de Salvador, Moacyr teve seus primeiros contatos com a instrução pública como professor de primeiras letras em Lençóis, no interior da Província da Bahia. Em seguida, transferindo-se para Recife, a convite do presidente da Província, trabalhou no Liceu de Recife. Para coroar esse percurso evolutivo, provavelmente instigado pelas experiências e pelo ambiente vivenciado no Liceu, seguiu para o Rio de Janeiro, onde alcançou a condição de bacharel em Direito. Os estudos desenvolvidos por Gondra e Marques (2011) identificaram sua atuação como advogado, por meio de anúncios publicados no Jornal do Comércio.

O início do século XX já o encontrou funcionário da Câmara de Deputados. Inteiramente dedicado aos registros dos debates parlamentares, dedicou-se com afinco ao trabalho que realizou durante trinta e três anos. Não tendo sido objeto de maiores trabalhos biográficos, são poucas as informações encontradas sobre a trajetória de Primitivo Moacyr. Se poucas na quantidade, são compensadas com os elogias, como o artigo de Francisco Venâncio Filho, publicado numa edição da Revista Cultura Política (1943), que reputa a Moacyr a iniciativa de publicação dos volumosos Documentos Parlamentares, cujo objetivo era dar publicidade aos debates dos mais variados temas ocorridos no plenário da casa legislativa.

Tal mérito pode ser confirmado por uma segunda iniciativa: a publicação, em 1916, do livro *O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia*. Para Carvalho e Mesquita,

ao expor tal documentação, Primitivo Moacyr produziu elementos para uma crítica contundente à produção legislativa brasileira, cuja inoperância aparece em cada projeto, independente da qualidade e acerto deste. Assim, é possível justificar e cultivar uma descrença quanto ao futuro educacional se este dependesse, apenas, das ações legislativas. (CARVALHO; MESQUITA, 2013, p. 52).

Esse livro inaugura uma trajetória de dimensão inigualável que terá lugar entre os anos de 1936 e 1942 quando, já desfrutando da aposentadoria, Moacyr dedicou-se inteiramente à escrita educacional. Nesse curto espaço de seis anos, publicou quinze livros, tratando da educação brasileira no período imperial e republicano até os anos 1930, e mais dois trabalhos apresentados em congressos organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Sobre o período imperial, Moacyr publicou seis volumes, todos na série Brasileira, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, sob a direção de Fernando de Azevedo, editados pela Companhia Editora Nacional. Nestes seis volumes, consta o enigmático subtítulo: subsídios para a história da educação brasileira. Enigmático, porque inspira muitas perguntas para as quais as hipóteses são fartas.

Fernando de Azevedo respondeu pelas bases sociológicas do movimento dos renovadores educacionais e esteve à frente de algumas reformas do ensino. Reputa-se a ele, também, a autoria do texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Exímio observador da realidade brasileira, escreveu a introdução ao Censo de 1940 – *A cultura brasileira*, publicado em três volumes: no volume 1, *Os fatores da cultura*; no volume 2, *A cultura*; e, no volume 3, *A transmissão da cultura*. Este volume teve repercussão nacional e já alcançou inúmeras edições. Em estilo ensaístico, curiosamente não aparece em nenhuma das listas dos intérpretes do Brasil. Fixou sua base editorial na Companhia Editora Nacional, criando a Biblioteca Pedagógica Brasileira, em 1931. Nesta “Biblioteca” constavam cinco coleções, dentre as quais a Coleção Brasileira, que ganhou maior destaque. Após a Revolução de 1930, fixou residência em São Paulo. Segundo Saviani, para Azevedo, “o ideal da Escola Nova envolvia três aspectos: escola única, escola do trabalho, escola-comunidade.” (SAVIANI, 2007, p. 211).

O prefácio de Afrânio Peixoto, amigo e natural de Lençóis, Bahia, no primeiro volume de *A instrução e o Império (1823-1853)*, vindo a público em 1936, dá algumas pistas e destaca uma virtude

em Moacyr, referenciada também por Francisco Venâncio no artigo *Primitivo Moacyr e a história da educação* (1943). Afirma Peixoto que o autor, “modestamente”, pensa que os seus livros contribuirão para “a futura história da educação brasileira”, no que retruca o prefaciador, dizendo:

A futura história da educação brasileira, pensa o autor, modestamente, poderá agora ser feita... Ela já está aqui, neste livro, novo, original, prestante, e, às vezes, melancólico, sobre iniciativas, a sequência de nossas ideias, a descontinuidade de nossas ações... O Brasil é principalmente Brasil, em educação [...]. (PEIXOTO, 1936, p. 7).

Sobre a operação historiográfica, Afrânio afirma que “no Brasil não se pesquisa. (...) A história nessas condições é repetição, é comentado, é fantasia interpretativa.” (PEIXOTO, 1936, p. 7). Diferentemente, fez Moacyr que,

sobre educação nacional, investigou, nos arquivos, nas bibliotecas, nos livros, nos relatórios de governo e, de tudo, fez um livro objetivo, sem comentários, nem conclusões. Portanto, obra rara que vai produzir gerações de historiadores, que não o citarão... Que lhe importará? Que lhe importará mesmo o maldigam, depois de copiá-lo? (PEIXOTO, 1936, p. 7).

Uma carta de Anísio Teixeira abre o terceiro volume (1854-1889), abordando os diversos níveis de ensino. Nesta missiva ele acusa recebimento do segundo volume, que trata especialmente das reformas educacionais (1854-1888), tece algumas considerações e também elogia o trabalho de Primitivo Moacyr. Teixeira faz uma leitura dos esforços inócuos no campo da educação brasileira, caracterizado por “grandes planos gerais, com grandes debates de princípios, chocando ideais educativos”, ao invés de “estudar os problemas concretos”, de “analisar as necessidades reais e típicas”, de forma a “examinar as dificuldades e facilidades características de execução, de realização” (TEIXEIRA, 1938, p. 11).

Afirma que o trabalho de Moacyr “é um primeiro passo para o estudo intelectual da educação nacional. Com os seus volumes, estamos a sentir ao vivo como nunca faltaram ideias...” (TEIXEIRA, 1938, p. 11) Muito ao contrário, à abundância de ideias contrapunha a inoperância generalizada. Conclui, dizendo:

Se ao lado dos seus quatro volumes de história das ideias educacionais do Brasil, se fizer a história das realidades educativas do Brasil, talvez não se consiga senão um volumezinho mofino e franzino. Somos, assim esgalhados e frondosos em ideias, e pecos e estéreis, em frutos. O seu grande serviço está sendo o de nos mostrar isso e não apenas nos dizer isto. (TEIXEIRA, 1938, p. 11-12).

Anísio Teixeira, natural da Bahia, já havia se afastado da vida política, desgostoso com os rumos tomados desde 1935 e que vieram a desembocar no Estado Novo, quando escreveu a carta a Primitivo Moacyr. Foi um dos poucos pioneiros da Educação Nova que não se alinhou com o governo ditatorial de Vargas. Esteve à frente da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal até o final de 1935, quando se demitiu e passou a se dedicar a assuntos comerciais. Somente retornou ao Rio de Janeiro em 1951. Sua contribuição para a arquitetura do escolanovismo se deu nas bases filosóficas e políticas da renovação escolar.

Sobre o período republicano, dois volumes ainda foram publicados na mesma Coleção Brasileira – *A instrução pública no Estado de São Paulo*, abrangendo a primeira década republicana. Os sete volumes de *A instrução e a República* foram editados pela Imprensa Nacional, sob os auspícios do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas – INEP, à época dirigido por Lourenço Filho.

Deve-se a Lourenço Filho as bases psicológicas da Escola Nova. Em 1931, assumiu a chefia de gabinete do Ministério da Educação e Saúde e se instalou no Rio de Janeiro. Costume comum à época entre os intelectuais, tinha também sua base editorial, na Editora Melhoramentos. Dirigiu o INEP entre 1938 e 1946.

Aqui se completa a rede que colocou Moacyr próximo da “trindade cardinalícia” (SAVIANI, 2007, p. 217), porta-voz do movimento escolanovista no Brasil: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Cumpre destacar que Afrânio Peixoto, amigo e conterrâneo, prefaciador do primeiro volume de 1936, também foi um dos signatários do Manifesto dos Educadores da Educação Nova (1932).

Segundo Venâncio Filho (1943), a publicação pela Imprensa Nacional respondia à compreensão de Moacyr de que, afinal, seus livros não representavam tanto interesse econômico. Há outras hipóteses, como a que indica terem sido, esses volumes, resultados da época em que colaborou como pesquisador no INEP. Nesse trabalho, o autor dá especial atenção para as reformas educacionais, tema central de cinco dos sete volumes. As fontes que permitiram tamanha produtividade foram os documentos do Estado, tanto da esfera legislativa quanto executiva. Para Saviani (2004, p. 4), o termo fonte, em português, aponta para dois significados.

Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender. (SAVIANI, 2004, p. 4).

Não escapa, portanto, nesse conceito, a ideia de nascente, de manancial. Entretanto, as fontes históricas são produções humanas e, enquanto tal, apontam para a inesgotabilidade. Porém, elas não são a origem do fenômeno histórico: “As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado.” (SAVIANI, 2004, p. 5). O autor observa ainda que os documentos, os vestígios, indícios e toda a miríade de objetos produzidos pelo homem não são fontes em si mesmos, mas se constituem enquanto tal pela operação historiográfica, movida por uma questão, um problema.

Sendo assim, os documentos selecionados por Moacyr tornam-se fontes, subsídios para a história da educação. Então, as perguntas que não calam: qual teria sido o *leit motiv* de Primitivo Moacyr? Por que escolheu a educação? O motivo era dar visibilidade às ações parlamentares? Era um republicano? Apoiou o movimento da Escola Nova?

À primeira vista, a concepção de história de Primitivo Moacyr se aproxima muito de um historicismo atrelado a uma concepção de verdade, ou a uma história oficial, perfilada nos artigos que compõem a legislação educacional e nos resultados, justificativas e propósitos componentes dos relatórios produzidos pela esfera executiva. Desta forma, afasta-se do modelo preconizado pelos grandes ensaístas contemporâneos. Porém, não raro encontramos a presença do autor, seja no estilo levemente irônico, seja lançando mão de recursos gráficos como o itálico e, não raro, as reticências, reservando ao leitor a conclusão. Mas sempre de forma discreta. Isso para não dizer que está presente na própria escolha dos temas, nos recortes, naquilo que explicita e também no que não dá voz.

No seu primeiro livro – *O ensino público no Congresso Nacional. Breve Notícia*, publicado em 1916, por exemplo, inicia e finaliza com o tema da “desoficialização” do ensino, tomando a posição de homem de estado, bem como daquele que compreende o ensino como responsabilidade governamental. São traços assim que permitem a autores como Cardoso afirmarem a preferência que Moacyr dá ao ensino primário em detrimento do ensino superior.

Em relação ao ensino primário, a educação fundamental, Primitivo Moacyr deixa claro ao longo de toda a sua obra, que o considerava o mais importante nível de ensino e aquele ao qual o poder público deveria dedicar maior atenção. Muitas vezes lamentou a pouca atenção que os diferentes governos, tanto do Império quanto da República, dispensaram ao ensino primário. (CARDOSO, 2002, p. 918).

Para construir sua obra, Primitivo Moacyr lançou mão de copiosa documentação oficial, dentre documentos parlamentares, legislações, relatórios de presidentes de províncias, de diretores da instrução pública e outros sujeitos envolvidos no cenário educacional, particularmente no campo da administração escolar em seus diversos níveis. Como homem de estado, Primitivo Moacyr, em *O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia* (1916), exaltou as ações do regime republicano para “as cousas do ensino publico”, afirmando que “a sua operosidade tem sido copiosa” (MOACYR, 1916, p. 5). Porém, isso não o impediu de expor os acalorados e, por vezes, inúteis debates sobre o arquivamento ou a inexequibilidade de inúmeras legislações. Assim, buscou dar visibilidade às iniciativas do Estado em prol da instrução pública e procurou evidenciar as tensões presentes no campo, usando-as como subsídio para compreender o estágio educacional em que se encontrava a nação brasileira: pré-requisito fundamental para o avanço cultural, ou seja, o movimento de renovação educacional.

Não desconsidero o discurso valorativo implícito na denominação “Estado Novo”, período no qual se insere o recorte da análise aqui proposta. Tal denominação encerra um jogo de forças, “um ato de poder, como os historiadores sabem por dever de ofício”, como afirmam Gomes e Abreu (2009, p. 1). Porém, tenho como hipótese que a publicação dos quinze volumes de Primitivo Moacyr se inscreve nesse “ambicioso projeto político-cultural”, conforme as mesmas autoras anunciam, que cercou as ações governamentais (GOMES; ABREU, 2009, p. 2).

O Estado Novo e seus ideólogos conseguiram trazer para si todos os méritos da criação de um país de todos, unificado política e culturalmente, através da construção de um povo mestiço, em termos festivos e musicais, tanto no samba e no carnaval, como em diversas manifestações folclóricas de todas as partes do país. O governo Vargas e a década de 1930 passaram a representar, na memória nacional, um momento de ruptura do passado cultural brasileiro. A valorização da música popular, do carnaval e até mesmo da capoeira – tudo nos faz crer – precisava esperar esses novos tempos. (GOMES; ABREU, 2009, p. 9).

Consoante a esse projeto, é notório o movimento de âmbito nacional em defesa da escola pública a partir dos anos de 1930. E não se trata de mera coincidência a concomitância com o desenvolvimento capitalista, articulando urbanização e industrialização. A ampliação da estrutura produtiva implicava em exigências no nível da superestrutura, dentre elas a correspondência no campo educacional. Enfim, de quem era a responsabilidade pela educação? Para Moacyr, esta responsabilidade compete ao Estado, e o governo Vargas não se negou a exercer essa função. Sanfelice observa “[...] um Estado cada vez mais educador do povo” (SANFELICE, 2007, p. 544), a começar pela Reforma Francisco Campos, passando pelas Leis Orgânicas dos anos 1940, a Constituição de 1946, até desaguar na LDB de 1961.

Por outro lado, que sujeitos estariam indicados para receber essa educação? Quem, em nome do Estado, determinaria o tipo e o grau de educação indicado para esta ou aquela população?

Para Sanfelice,

Os interlocutores essenciais da discussão, no âmbito das elites econômicas ou culturais, representavam basicamente o velho e o novo. O velho Brasil pré-1930 tinha como sua expressão maior, em questões educacionais, a Igreja Católica. O novo, emergente a duras penas no interior do velho, se fazia representar, grosso modo, por intelectuais identificados genericamente como liberais e outros homens da administração pública. (SANFELICE, 2007, p. 543).

2. A formação

A partir dos anos 1930, é possível verificar um intenso movimento em prol da educação pública no Brasil, decorrente de inúmeras ações que tiveram lugar na década anterior, como as reformas educacionais promovidas por educadores vinculados ao movimento escolanovista, a criação da Associação Brasileira de Educação – ABE, em 1924, e as conferências por ela promovidas.

O processo de urbanização e industrialização em voga, respondendo pelo desenvolvimento capitalista, também contribuiu para a atividade educacional, duplamente. Por um lado, ao estabelecer novos interesses a serem alcançados pela escola no campo da formação; por outro lado, ao acelerar o processo migratório, trazendo para as cidades uma população que, visando o ingresso no mercado de trabalho em expansão, aumentava a demanda pela escola pública.

Visto por esse ângulo, é perfeitamente compreensível a criação do Ministério da Educação e Saúde (Decreto n. 19.444, 1930), dirigido por Francisco Campos, até 1932, e por Gustavo Capanema, de 1934 a 1945, quando finda o Estado Novo. O conjunto de reformas encabeçado por Francisco Campos demonstra a disposição do governo Vargas em tratar a educação como questão nacional. Também nessas reformas, um inusitado: o ensino religioso retorna, por meio de decreto, à escola pública, desencadeando uma tensão, que se avoluma nos anos seguintes, entre os católicos, tido como conservadores, e os escolanovistas, ou renovadores. Até então, compondo a Associação Brasileira da Educação – ABE, os primeiros se afastam e constituem a Confederação Católica Brasileira de Educação, em 1933.

Tratar a educação como uma questão nacional implicava em medidas comuns a todo o território nacional. Otaíza Romanelli afirma que

Efetivamente, credita-se-lhe, entre outros méritos, o de haver dado uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. Era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, era pela primeira vez imposta a todo o território nacional. Era, pois, o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação. (ROMANELLI, 2007, p. 131).

No entanto, como a própria autora destaca, as necessidades do desenvolvimento capitalista não foram atendidas pela escola, mesmo considerando uma excepcional expansão desta. Talvez,

um dos motivos esteja, justamente, no conjunto de reformas de Francisco Campos, que priorizou o ensino secundário e o ensino superior, ficando o ensino primário às expensas dos governos estaduais.

A Constituição de 1934 deu continuidade ao federalismo delineado pela Constituição de 1891, somado a alguns aspectos inovadores, como “reflexo das mudanças ocorridas no país” (FAUSTO, 1996, p. 351). Sobre a ordem econômica e social, sobre a família e sobre a educação e a cultura versaram títulos inexistentes nas constituições anteriores, no rol da ampliação dos direitos civis e sociais. Estabelecia o princípio do ensino primário gratuito e da frequência obrigatória, sendo facultativo o ensino religioso, aberto a todos os credos.

Para Cury (2005), somente na Constituição de 1988 teremos “um capítulo tão completo” sobre a educação, vista então como “um direito social próprio da cidadania.”

Foram muitos os compromissos assumidos constitucionalmente e, se nem todos foram efetivados, não estavam desprovidos de valor:

E esses compromissos serão bandeiras de lutas em prol de uma educação pública de qualidade mesmo quando o autoritarismo ditatorial impôs sua marca explícita na sociedade brasileira. É o caso de 1937 com o golpe do Estado implantando a ditadura do Estado Novo. (CURY, 2005, p. 23).

A luta por uma educação pública de qualidade foi interrompida durante o Estado Novo diante da censura política recorrente. A Constituição de 1937, nas suas “Disposições finais e transitórias”, concedia ao presidente o poder de governar por meio de decretos-leis, suspendia as liberdades civis e autorizava o governo a aposentar funcionários civis e militares por interesse do serviço público ou mera conveniência do regime.

Para Cury, ocorre um retrocesso quanto ao papel do Estado, colocando este como “subsidiário da família e do segmento privado na oferta da educação escolar” (CURY, 2005, p. 23).

Venceram os conservadores católicos!? A exclamação e a interrogação emparelham-se com a complexidade do cenário político do Estado Novo. Complexidade porque a convivência entre posições políticas diversas permanece; forças antagônicas continuam presentes em postos-chaves do governo.

Segundo Velloso, a contradição e o antagonismo estavam na raiz do projeto educativo do Estado Novo, presentes, em especial, no Ministério da Educação, dirigido por Gustavo Capanema, e no Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, sob a batuta de Lourival Fontes.

Entre estas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho: o ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto que o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular. (VELLOSO, 1987, p. 4).

Em torno do ministro Capanema reunia-se um grupo de intelectuais ligados à vanguarda do movimento modernista, como Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Mário de Andrade, Portinari. Na composição do DIP, outro grupo, composto por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho, intelectuais caracterizados por um pensamento centralista e autoritário, contribuindo para o rígido controle dos meios de comunicação. Em comum, estabeleciam uma íntima relação entre propaganda política e educação: “Apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade, os intelectuais buscam ‘educar’ a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime.” (VELLOSO, 1987, p. 4).

Desde 1834, convivia-se com a descentralização da oferta dos serviços educacionais no Brasil nos níveis elementar e secundário, tornando supérflua a existência de um órgão nacional que tratasse das questões gerais do ensino. Entretanto, nos primeiros anos da República, não foram poucas as vozes que se manifestaram contrárias a essa situação, clamando por uma solução de continuidade que só seria possível com a presença

mais firme do Estado brasileiro. Moacyr apresenta muitas dessas vozes no trabalho de 1916.

Antes mesmo de 1889, Rui Barbosa já apresentava tal propositura. Segundo Lourenço Filho: “Não desejava ele apenas um órgão colegiado, mas outro também que servisse à documentação e à difusão de novas ideias sobre o ensino, com investigação de seus problemas na vida nacional.” (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 180). Respondia a essas mesmas necessidades, ou seja, ampliar o conhecimento e a compreensão do percurso educacional brasileiro, a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE), cuja tarefa, “quase impossível”, era produzir os censos decenais e as estatísticas da instrução (GIL, 2009).

Podemos observar, entretanto, que a ideia de um órgão central, ou, numa outra dimensão, um centro de estudos, esteve implícita em muitos eventos, como a Exposição Pedagógica, de 1883; a formação de organismos, como a Sociedade Promotora de Instrução ou mesmo a Associação Brasileira de Educação, de 1923, que promoveu várias conferências nacionais nas primeiras décadas do século XX. Assim foi a criação do *Pedagogium*: “um órgão propulsor de reformas e melhoramentos de que carecesse a educação nacional.” (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 181).

Em meados dos anos 1930, em sintonia com a criação do Ministério de Educação e Saúde, o então ministro Gustavo Capanema preparou um projeto que deu origem à Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, criando o Instituto Nacional de Pedagogia, com a missão de “realizar pesquisas sobre os problemas do ensino nos seus diferentes aspectos”. Em 1938, o Decreto Lei n. 580, de 30 de julho, alterou o nome do órgão para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. No mesmo período, comemorava-se o centenário do IHGB.

Lourenço Filho rememora o projeto de Capanema com o excerto da exposição de motivos:

Não possui, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inquéritos, estudos, pesquisas e demonstrações, sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. É evidente a

falta de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos vários setores do problema educacional, e, ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagógicas, públicas e particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercâmbio no terreno das investigações relativas à educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado de parte dos poderes públicos ou das entidades privadas. (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 181).

Uma das funções do instituto era “organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas”. Entretanto, não havendo técnicos suficientes para cuidar dos assuntos propriamente pedagógicos, foi necessário “ocupar pesquisadores externos”. A documentação que o INEP começou a recolher abrangia dados estatísticos e um “ementário geral da legislação sobre o ensino e educação, a partir dos primeiros atos do Reino Unido”. E acrescenta:

O aspecto propriamente histórico encontrou um colaborador espontâneo na figura do inesquecível pesquisador Primitivo Moacyr, auxiliado, com rara dedicação, pelo Dr. Rui Guimarães de Almeida, também infelizmente já desaparecido. A ambos se deve a publicação da obra *A Instrução e a República*, em sete volumes, que o Inep editou nos anos de 1941 e 1942. (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 183).

Portanto, de acordo com Lourenço Filho, Moacyr foi um prestimoso colaborador do INEP, o que lhe teria valido, então, a publicação dos sete volumes de *A instrução e a República* pela Imprensa Oficial. Quanto à coautoria, não disponho de outra fonte que confirme esta informação. Por outro lado, é importante mencionar que, simultaneamente à publicação pela Imprensa Oficial, outros livros de Moacyr continuavam sendo publicados pela Companhia Editora Nacional.

3. Os subsídios

Andréa Dantas, em sua tese de doutorado, ao tratar do projeto editorial do INEP, discorre sobre o formato e o conteúdo do boletim mensal, publicado com o título de *Subsídios para a história da educação brasileira*, cujo objetivo era divulgar a legislação federal da educação e informações gerais sobre o desenvolvimento da educação no país e no estrangeiro, ampliada com a inclusão das legislações estaduais (DANTAS, 2001, p. 128). Esse boletim foi publicado de 1940 a 1944, sendo substituído pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

Até 1940, Moacyr havia publicado seis volumes pela Companhia Editora Nacional e neles constava exatamente como subtítulo *subsídios para a história da educação no Brasil*. A que se deve tal coincidência? Pelos relatos de Lourenço Filho, por essa época, Moacyr já era um pesquisador colaborador do INEP. Teria sido dele a sugestão? Pelas descrições que Dantas faz sobre o boletim, outras semelhanças e coincidências com os livros de Moacyr podem ser identificados. Para a autora, a justificativa para a criação dos “Subsídios”, ou seja, dos boletins, apoiava-se

na intenção de criar uma memória educacional do país centrada no arrolamento de atos legais. A organização da memória legislativa informa o leitor muito mais sobre as providências administrativas tomadas pelo poder público, no âmbito federal e estadual, do que o registro de ocorrências restritas ao campo pedagógico. (DANTAS, 2001, p. 131).

Ou seja, a forma de entender e apresentar a educação brasileira numa linha evolutiva é semelhante aos livros organizados por Primitivo Moacyr, tanto aqueles publicados pela Imprensa Oficial, sob a tutela do INEP, como os volumes publicados na Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional. No Boletim n. 17, de 1942, Lourenço Filho relata “o esforço para coligir toda a documentação referente à educação nos períodos anteriores à República, além do preparo para a utilização destas informações”. E continua dizendo da participação de Moacyr no INEP:

com a desinteressada colaboração do Dr. Primitivo Moacyr, a quem já se deviam excelentes estudos sobre o ensino no império, vêm este Instituto ultimamente publicando a obra “a Instrução e a República”, de que já se tiraram quatro volumes, e que se tirarão mais três (LOURENÇO FILHO, 1942 apud DANTAS, 2001, p. 131).

Para Dantas, Moacyr “não foi chamado para publicar uma obra que já estava finalizada e que era de interesse do Instituto divulgar”. O convite adveio de sua excelência na sistematização de dados, pois o INEP possuía esses dados e era necessária sua organização e ordenação. Reconhece que “a forma como os registros presentes no boletim mensal ‘Subsídios para a História da Educação Brasileira’ do Inep guardam muito do modo como Primitivo Moacyr organiza os dados referentes às províncias” (DANTAS, 2001); além da concomitância de nomenclatura, focada nos subsídios.

Acrescenta, então, que tais “ocorrências educacionais” a remete à hipótese de que, “ao dispor no boletim mensal do Instituto as informações oriundas dos estados do mesmo modo como estas são apontadas nas publicações organizadas por Primitivo Moacyr, Lourenço Filho está referendando o formato com que o primeiro produz história da educação”. (DANTAS, 2001, p. 133).

Francisco Venâncio Filho, em 1943, após a morte de Moacyr, publicou na revista *Cultura Política* um pequeno, mas elogioso artigo sobre o pesquisador. Sobre a publicação de seus livros, no que tange à coleção *A instrução e a República*, comenta:

Escrupuloso, Primitivo Moacyr não quis continuar aí [Companhia Editora Nacional] sua obra, por certo de reduzido interesse econômico. Encontra na clarividência de educador do professor Lourenço Filho o oferecimento oficial do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que logo inicia a publicação do período republicano. (VENÂNCIO FILHO, 1943, p. 96).

Os três primeiros volumes de *A instrução e a República* foram publicados em 1941, tratando, respectivamente, da Reforma

Benjamin Constant, dos códigos Fernando Lobo e Epitácio Pessoa, nos primeiros anos republicanos, cobrindo o período de 1890 a 1916. Considerando o interregno normal entre a entrega de originais e a impressão, e que o período coberto pelos três volumes coincide com o livro de 1916, parece-me que a tese de Dantas não procede. Ou seja, Moacyr teria sido convidado pela trajetória editorial que perseguia.

Porém, não resta dúvida que sua colaboração no INEP veio contribuir, em sumo grau, para as posteriores publicações, muito especialmente aos dois volumes sobre a instrução pública em São Paulo, na primeira década da República. Segundo Venâncio Filho:

Graças à alta compreensão que tiveram, desde logo, o secretário de Educação de Minas Gerais, Cristiano Machado, e seu digno auxiliar João Gomes Teixeira, pôde Primitivo Moacyr deixar concluídos os originais relativos a esse Estado. Preso sempre ao documento, só desejava reunir o que fosse projeto, leis, regulamentos e programas, base para as análises posteriores. (VENÂNCIO FILHO, 1943, p. 97).

Como pesquisador do INEP, Moacyr teve as portas abertas aos acervos documentais estaduais e, provavelmente, os originais sobre Minas Gerais ficaram nos arquivos do INEP. Como assinala Venâncio Filho, o interesse do pesquisador era reunir as fontes documentais para análise futura: eram os subsídios para a história da educação no Brasil.

Inscrita numa historiografia bem próxima da corrente valorizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e apadrinhada por instituições como a Companhia Editora Nacional e o INEP, entendemos a produção de Primitivo Moacyr inserida numa chave que estimula o conhecimento como requisito para o desenvolvimento, ou seja, a ciência a serviço do progresso.

Nesse sentido, considerando os contatos de diferentes intensidades com os componentes da “trindade cardinalícia” da Escola Nova no Brasil, não é demais entender Moacyr como portavoza dos escolanovistas, signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), os quais, dentre outros pleitos,

defenderam no manifesto o “preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa” como “fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade”. Criticavam o “empirismo grosseiro” característico das ações educativas do estado brasileiro até então, enaltecendo “o tratamento científico dos problemas da administração escolar”. Empirismo este que Moacyr não se cansou de exemplificar em suas obras, que Anísio Teixeira tão bem resumiu – fartos em ideias e pecos em realização – e a respeito do qual o próprio Afrânio Peixoto também se expressou: “O Brasil é principalmente Brasil, em educação” (PEIXOTO, 1936, p. 7-8).

Assim, compreendo que a produção bibliográfica de Primitivo Moacyr não foi fortuita, ao contrário, acusa intencionalidade. Para tanto, contribuíram, e muito, as sociabilidades possibilitadas pelo trabalho desenvolvido na Câmara dos Deputados e a familiarização com a documentação parlamentar e do Estado, bem como o interesse pelos assuntos educacionais posto a público com o livro de 1916 – *O ensino público no Congresso Nacional: Breve notícia* –, que o aproximou, dentre outros motivos, de intelectuais e educadores do calibre de Afrânio Peixoto, Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

Respondeu a um propósito, a um convite – mesmo que não formulado oficialmente –, estimulado por aqueles com os quais convivia, pelo ambiente que frequentava, pela percepção do interesse que poderia suscitar a divulgação de uma coletânea de documentos organizados, sistematizados, sobre o que já se havia produzido sobre a história da educação. Daí, a confiança expressa no subtítulo dos livros – “subsídios para a história da educação no Brasil” – ou mesmo pela saudação de Afrânio Peixoto no primeiro volume publicado. Não por acaso, o modelo criado por Primitivo Moacyr, de apresentar a legislação brasileira como subsídio para a história da educação no Brasil, foi tomada por Lourenço Filho como exemplo para a memória educacional. Primitivo Moacyr não pretendeu fazer uma “interpretação” do Brasil. Não foi um ensaísta. Porém, não só estava atualizado com a concepção historiográfica predominante em sua época – a

história documental –, como também foi um precursor no campo da história da educação brasileira, ao dar visibilidade à profusa e inoperante legislação educacional.

Fontes consultadas

Documentos

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova, 1932.

Obras de Primitivo Moacyr

MOACYR, Primitivo. O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia. Rio de Janeiro: s/ed, 1916

_____. *A instrução e o Império*: subsídios para a história da educação no Brasil. 1823-1853. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. v. I. Série 5., Brasiliana, v. 66, Biblioteca Pedagógica Brasileira.

_____. *A instrução e o Império*: reforma do ensino: 1854-1888. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. v. II. (Série 5., Brasiliana, v. 87, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

_____. *A instrução e o Império*: 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. v. III. (Série 5., Brasiliana, v. 121, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

_____. *A instrução e as províncias*: subsídios para a história da educação no Brasil: 1834-1889: das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. v. I. (Série 5., Brasiliana, v. 147, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

_____. *A instrução e as províncias*: subsídios para a história da educação no Brasil: Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. v. II. (Série 5., Brasiliana, v. 147A, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*: subsídios para a história da educação no Brasil: Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. v. III. (Série 5., Brasileira, v. 147B, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

_____. *A instrução pública no estado de São Paulo*: a primeira década republicana: 1889-1893. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. v. I. (Série 5., Brasileira, v. 213, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

_____. *A instrução pública no estado de São Paulo*: 1889-1900. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. v. II. (Série 5., Brasileira, v. 213A, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

_____. *A instrução e a República*, I: Reforma Benjamin Constant: 1890-1892. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.

_____. *A instrução e a República*, II: Código Fernando Lobo: 1892-1899. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.

_____. *A instrução e a República*, III: Código Epitácio Pessoa: 1900-1916. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.

_____. *A instrução e a República*, IV: Reformas Rivadávia e C. Maximiliano. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.

_____. *A instrução e a República*, V: Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1944.

_____. *A instrução e a República*, VI: Ensino Técnico Industrial: 1892-1928. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.

_____. *A instrução e a República*, VII: Ensino Agrônômico: 1892-1929. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.

Referências bibliográficas

BOTELHO, André. Passado e futuro nas interpretações do país. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 47-66, 2010.

CARDOSO, Tereza Molo R. F. Levy. Primitivo Moacyr. In: FÁVERO, M. de Lourdes de A.; BRITTO, Jader de M. (Orgs.). *Dicionário dos educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: INEP, 2002. p. 916-920.

CARVALHO, Rosana Areal; MESQUITA, Ilka Miglio. O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia de Primitivo Moacyr. In: _____. *Clássicos da educação brasileira*. Belo Horizonte: Mazza, 2013. v. III.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. III, p.17-28.

DANTAS, Andréa Maria Lopes. *A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: a gestão Lourenço Filho (1938-1946)*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

GIL, Natália de Lacerda. A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 341-358, 2009.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 1-14, 2009.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstron. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 212, p.179-185, jan./abr, 2005. Publicado originalmente na RBEP v. 42, n. 95, p. 8-17, jul./set. 1964.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fename, 1974.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições: 1889-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978. p. 259-291. Col. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 2. volume.

PEIXOTO, Afrânio. Prefácio. In: MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil: 1823-1853*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. v. I.

RICUPERO, Bernardo (Org.). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANFELICE, José Luís. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007.

SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. 3 v.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Izabel Moura. *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa: UEPG, 2004. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. Prefácio. In: MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império: 1854-1889*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. v. III, p.11-12.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil, 1987.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Primitivo Moacyr e a história da educação. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 24, p.94-97, 1943.

Recebido em maio de 2015.

Aprovado em fevereiro de 2017.

LETRADOS E ESCRITA DA HISTÓRIA ESCOLAR: SEBASTIÃO PARANÁ E O MANUAL *O BRASIL E O PARANÁ PARA USO NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS*

*Maria Aparecida Leopoldino**

RESUMO: O artigo apresenta resultados de pesquisa desenvolvida no campo da História da Disciplina Escolar. Nele, o texto do livro didático se apresenta como um elemento central para se compreender as estratégias de conformação de uma disciplina escolar que historicamente se articula com a organização curricular, com o lugar social de seu autor e as práticas pedagógicas instituídas na *cultura escolar* da sociedade brasileira. Toma como objeto de estudo e fonte de pesquisa o manual *O Brasil e o Paraná para uso nas escolas primárias*, publicado ineditamente em 1903, pelo seu autor Sebastião Paraná (1864-1938), por meio da instituição paranaense Ginásio Paranaense e Escola Normal. O objetivo é perceber como o *professor-autor* dialoga com um campo de saber em construção que agrega sentido a uma “história regional” constituinte de um debate que, no calor dos ideais republicanos, associa a representação de nação com suas partes constituintes – os estados.

PALAVRAS-CHAVE: História da Disciplina. Ensino de História Escolar. Sebastião Paraná. Manuais Escolares.

ABSTRACT: The article presents research results from the History of School Discipline. In it, the texto the textbook is

* Professora de Didática e Metodologia do Ensino de História, Departamento de Teoria e Prática da Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Educação pelo Programa História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

presented as a central element for understand in the forming strategies of school discipline that historical y articulated with the curricular organization with the social position of its author and the pedagogical practices instituted in the school culture Brazilian society. It takes as object of study and research source the manual “Brazil and Paraná for use in primary schools”, a precedentedly published in 1903 by its author Sebastião Paraná (1864-1938), through the Paraná institution Gym Paranaense and Normal School. The understand how the teacher-author converses with in construction that a “regional history” constituent of a debate that in the heat of republican ideals, associates the nation of representation with its constituent parts – the United.

KEYWORDS: History of her Discipline. School History Teaching. Sebastião Paraná. Librostext.

Introdução

Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações.
(NORA, 1993, p. 14).

Editado em 1903 pela Empresa Graphica Paranaense, o manual intitulado *O Brasil e o Paraná para uso nas escolas primárias*¹, de autoria do intelectual Sebastião Paraná de Sá Sottomar (1864-1938), foi considerado pela comissão que o aprovou, naquele mesmo ano, como capaz de cumprir “a missão cívica” de apresentar o “Estado do Paraná aos futuros professores do ensino primário”. Muito elogiado pelos catedráticos do então Ginásio Paranaense e Escola Normal de Curitiba, o livro contribuiu para a criação de uma memória sobre o passado paranaense. Por

¹ A edição utilizada neste trabalho é a 19ª edição: PARANÁ, Sebastião. *O Brasil e o Paraná: para uso das escolas primárias*. 19. ed. melhorada. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1929.

seu intermédio, elaborou-se uma tradição discursiva da Geografia e da História do Paraná nas décadas iniciais da República que, pelas inúmeras reimpressões que recebeu – 22ª edição em 1941 –, sugere o quanto suas ideias estavam em sintonia com os conhecimentos considerados socialmente necessários à época.

Professor catedrático de *Geografia e Corografia do Brasil*, desde 18 de abril de 1900, Sebastião Paraná regeu também, a partir de 1906, a cadeira de *História Universal* na mesma instituição. Nascido em Curitiba, realizou seus estudos preparatórios na Província e, em 1883, seguiu para o Rio de Janeiro, onde se diplomou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito. Homem público, de volta à terra natal, traçou sua vida vinculando-se ao universo dos letrados, atuando como político e, mais especificamente, no meio educacional. Além de catedrático da principal instituição de ensino secundário do Paraná à época, foi também diretor do Museu Paranaense e Biblioteca Pública do Paraná; em 1916, exerceu a Superintendência Geral do Ensino do estado; chegou a ser diretor do *Ginásio Paranaense* em 1920; e professor da Universidade Federal do Paraná.

Quando da aprovação de seu manual pela Congregação do Ginásio Paranaense e Escola Normal, Sebastião Paraná ocupava uma cadeira no Congresso Legislativo como deputado e outra como membro do Conselho Superior do Ensino Público do estado. Além de estar envolvido com a escola primária e o ensino secundário, ele se encontrava atuante como membro de diversos Institutos Históricos e Geográficos do país, além do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Situação que o posicionou em meio aos debates que envolviam a escrita da história e o papel da geografia para explicar a nacionalidade brasileira.

Com os conhecimentos da História Universal recebidos na formação humanística que caracterizou os seus estudos, preocupou-se com a Geografia e a História do estado, tendo por terreno teórico os saberes históricos comprometidos com os destinos da nação e a formação de cidadãos fiéis à Pátria. A “causa educacional” o ocupou ao longo de sua vida, foi o lugar social de onde tomou suas decisões profissionais e chegou à

compreensão do seu papel frente à ruptura política com o passado nacional e os problemas a serem enfrentados no tempo presente.

Pertencente ao diminuto mundo letrado, Sebastião Paraná gozava de prestígio junto às instituições culturais, o que possibilitou sua atuação na pesquisa e no ensino para definir o discurso histórico do espaço regional, temática que mobilizou não apenas o universo econômico e político, mas também o simbólico-cultural, diante da meta dos republicanos de expansão da urbanização e, nela, de escolarização da sociedade paranaense.

Ao tratar do seu manual, este trabalho considera que o livro escolar não é algo abstrato e com sentido em si mesmo, mas consiste em um objeto cultural próprio da sociedade escolarizada, vinculado à cultura escolar que lhe dá sentido e legitimidade. A escrita de Sebastião Paraná tem, portanto, a marca de sua historicidade e suas condições socioculturais de produção, circulação e usos sociais. Situado desse modo, o livro e seu autor são compreendidos em meio às atividades da instituição educativa a que se vinculava, mas também relacionados com as demais instituições culturais que lhes deram sustentação e existência².

Entende-se, por essas razões, que o manual escolar sinaliza para a problemática do processo de constituição de um saber disciplinar regional no qual estariam envolvidos sujeitos, instituições, políticas governamentais, práticas e lugares sociais nos quais os conteúdos disciplinares foram discutidos, aceitos ou rejeitados, produzidos e publicados para o ensino. Os livros escolares, quando interrogados, permitem abordar as tramas relacionais de uma época, uma vez que se ligam à maneira de determinado grupo social significar o difuso passado ao qual se referem, por meio de sua narrativa e organização textual.

² As condições socioculturais estão pensadas conforme indica Chartier (1990). Ou seja, identificadas no “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Nesse sentido, debruça-se sobre os esquemas intelectuais, a narrativa, que orientam a apreensão do universo pelo autor e sobre “as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Tomar o livro de Sebastião Paraná como fonte possibilita visualizar tais dimensões e, ao mesmo tempo, reconhecer que o texto didático está envolvido num movimento complexo das relações internas e externas ao espaço educacional que se liga, entre outros, ao processo de urbanização do estado no início da República. Em sua elaboração, observa-se a estreita relação estabelecida entre a política republicana para o ensino, a ampliação de editoração de impressos, das estruturas escolares, bibliotecas, livrarias e a organização de espaços de sociabilidades entre os letrados que estavam imersos nas discussões sobre a nação republicana.

Nesse contexto é que a produção didática recebeu um lugar específico no amplo processo histórico e cultural da sociedade paranaense. Tal manifestação oficial de produção de saberes sobre o passado nacional e regional precisa ser estudada, detalhando os sentidos de seu discurso, o significado de progresso e de modernização destinado para a sociedade no período.

Entre os atores que estão envolvidos com a produção do manual, neste artigo, ressalta-se o autor e sua obra no contexto de sua elaboração. Sobre o período em análise, Circe Bitencourt (2004), ao tratar da produção didática brasileira no período que vai de 1810 a 1910, indica, nessa longa temporalidade, que, por volta de 1827, é possível identificar autores preocupados com o ensino primário e “esboçando algumas contribuições para o ensino de primeiras letras”. Foi apenas a partir dos anos de 1880 que se tornou possível criar uma “literatura que, sem abandonar o secundário, dedicaram-se à constituição do saber da escola elementar” (BITTENCOURT, 2004, p. 480). De maneira que só no final do século XIX e no século XX é que se verifica a ampliação de letrados dispostos a publicar livros para as escolas primárias.

No caso deste trabalho, o objetivo é perceber como o *professor-autor* dialoga com um campo de saber escolar em construção, que agrega sentido a uma “história regional” constituída de um debate que, no calor dos ideais republicanos, associa a representação de nação com suas partes constituintes – os estados. Afirma-se, portanto, o caráter criativo dos sujeitos ao

produzirem fundamentos políticos e pedagógicos para a disciplina escolar no processo de seleção, organização e didatização de saberes figurados como socialmente necessários (CHERVEL, 1990).

Para tratar desses aspectos do manual, o texto foi dividido em três momentos. Inicialmente, entendeu-se importante dar visibilidade ao lugar institucional a que Sebastião Paraná estava vinculado, quando da produção e da aceitação do seu escrito. Na sequência, apresentou-se a narrativa construída sobre o Paraná em sua relação com a produção de um conceito de *região* tal como foi pensada na época, como partícipe de *progresso* e de *modernidade*. Nas considerações finais, observou-se como o projeto político, em que o manual exerceu um importante papel na construção de saberes escolares, possibilitou que o autor representasse o espaço e configurasse um campo disciplinar para ensinar História e Geografia no ensino primário, ou seja, para os anos iniciais do ensino fundamental tal como conhecemos atualmente.

Letrados e ensino: Sebastião Paraná e o lugar institucional

Em 1903, na sede do Gymnasio Paranaense, a comissão³ designada para avaliar o livro de Sebastião Paraná – Emiliano Pernetá, Chichorro Junior, Dario Vellozo – publica o seguinte parecer:

Cidadão Dr. Victor Ferreira do Amaral, D.D. Director da Instrucção Publica do Paraná. A comissão abaixo assignada, por vós nomeada para dar parecer sobre o livro do Dr. Sebastião Paraná – *O Brasil e o Paraná* – escripto PARA USO DAS ESCOLAS PRIMARIAS, - tendo

³ Por intermédio da Congregação do Ginásio, os catedráticos tomavam decisões sobre a organização pedagógica e o desenvolvimento das ações administrativas da instituição. Era o conselho deliberativo sobre a adoção de livros didáticos e sobre a emissão de pareceres a respeito de obras didáticas encaminhadas para avaliação por meio de uma comissão de professores.

estudado convenientemente o trabalho do ilustre collega, entende que o referido livro preenche com brilho os fins a que se propoz o autor, devendo ser adoptado nas escolas publicas do Estado.

Escripto com amor pela terra natal – **O Brasil e o Paraná** – põe em bello relevo, não só a Patria Brasileira, senão tambem, e principalmente, este radioso Estado, digno de ser conhecido, para que realize desde logo o bello destino para que o fadou a Natureza. É conhecendo o berço que o homem aprende a amal-o. **O Brasil e o Paraná** ensina-o sufficientemente, offerecendo rutilante exemplo, communicativo, de veneração e civismo.

Coritiba, 1 de Outubro de 1903. (PARANÁ, 1929, p. 3).

Ao se eleger o livro de Sebastião Paraná como capaz de cumprir a missão cívica de apresentar o estado para a comunidade escolar, parte dos letrados – naquele momento representada por Emiliano Pernetá, Chichorro Junior e Dario Vellozo – encontrava-se na direção de um projeto político e cultural de empreendimento patriótico que incorporou no debate, presente desde a década de 1870, a instituição educacional.

A percepção do lugar social de produção do manual de Sebastião Paraná permite visualizar a vinculação entre os letrados próximos ao poder político e os autores das obras destinadas à divulgação de saberes para instituições escolares. Do conjunto de membros que compunham a Congregação, sobressaia um núcleo de intelectuais constituído de indivíduos, em geral de origens e laços sociais privilegiados, que participavam ativamente da produção de conhecimentos literários e científicos e que, em fins do século XIX e início do XX, buscavam também uma representação discursiva e simbólica de região, diante dos desafios de caracterizar o território nacional.

Tratava-se de empreender um conhecimento sobre a nação que pudesse ser qualificado como uma “grande obra nacional” que, na sua divulgação, propagasse as “glórias” regionais fazendo-as disponíveis não apenas para o círculo de letrados, mas a um maior número de pessoas possível, de modo a ser capaz de produzir um discurso sobre *identidades* – nacional e

regional. Para alcançar tal intento, foram mobilizados esforços e competências dos intelectuais envolvidos com o objetivo de produzir tais conhecimentos sobre a realidade social. O esforço passava também pela elaboração e publicação dos escritos para uso nas instituições educacionais na forma de livros escolares.

Envolvido com tais questões estava Sebastião Paraná, que, filho e neto de militar⁴, diplomado em Direito no município da Corte, foi influente na produção de ideais que reforçavam a grandiosidade nacional e a situação do estado diante da esperança, que a elite sustentava, de um futuro promissor em direção à “civilização”. Atuante nas questões educacionais, Sebastião escreveu vários livros que pudessem expressar seus anseios patrióticos: *Espaço geográfico do Paraná* (1889); *Chorografia do Paraná* (1899); *O Brasil e o Paraná* para escolas primárias (1903); *Os estados da República* (1911); *Países da América* (1922); *Galeria Paranaense* (1922); *Países da Europa* (1926); *Efemérides da Revolução de Outubro de 1930 no estado do Paraná* (1931).

Envolvido com as atividades das instituições governamentais, o bacharel estava enredado nos debates que tratavam de pensar sobre a escrita da história e o papel da geografia para compreender a região, seja na fixação do objeto da Geografia, seja na produção de uma narrativa histórica sobre o Paraná. De maneira que, além de catedrático do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal, Sebastião Paraná também estava vinculado como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁵, de vários institutos regionais (Instituto Histórico e Geográfico Parahybano; Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Instituto Histórico e Geográfico Catarinense) e, ainda, ao Instituto Geográfico Argentino e à Sociedade Geográfica de Lisboa⁶.

⁴ Filho do Capitão Inácio de Sá Sottomaior e neto do Coronel de milícias do mesmo nome.

⁵ Sobre o IHGB, ver Guimarães (1988).

⁶ E mais: da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; sócio efetivo do Centro

Suas referências institucionais indicam que em seus contatos estavam, além dos diversos institutos históricos e geográficos do país, grandes centros internacionais do universo científico, como a Sociedade Geográfica de Lisboa. Em um momento no qual as fronteiras dos conhecimentos científicos ainda não estavam plenamente definidas, seus vínculos sugerem, ainda, o campo que estava inclinado a seguir e o interesse que tinha na tarefa do IHGP, de “coligir, estudar, publicar e arquivar os documentos que sirvam à historiografia do Paraná, promovendo a difusão de seu conhecimento pela imprensa e pela tribuna” (BIHGP, 1917, p. 22).

A inserção de Sebastião Paraná nas questões de seu tempo se realizou, portanto, por meio de seu desempenho, amplamente reconhecido, nas funções públicas realizadas em prol das causas educacionais. É significativo, nesse aspecto, o registro de que seu manual foi premiado com medalha de prata pelo Jury Superior da Exposição Nacional em 1908.

Considerando a temporalidade da sua escrita, as informações por ele utilizadas na construção de sua narrativa foram oriundas de trabalhos de cronistas, narrativas de viajantes e de textos divulgados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que circulavam entre os letrados à época⁷. A apropriação que fez dessas fontes ganhou corpo e força num cenário em que a instituição de ensino paranaense alimentava discussões acerca da construção da ideia de *progresso*, de *modernidade*, e ainda, de *identidade regional*, para inaugurar uma ideia de *nação*, de *povo* e de *liberdade* no cenário republicano.

Em um contexto de maior circulação de ideias, a criação da imprensa paranaense⁸ ampliou o universo de leitores e as

de Letras do Paraná e da Academia de Letras do Paraná (PARANÁ, 1929, p. 2).

⁷ É importante dizer que a obra de Romário Martins, *História do Paraná*, publicada em 1899, circulava entre os intelectuais. Nela, Martins propunha uma descrição dos seguintes aspectos: “meio físico”; “distribuição geográfica das tribos indígenas”; “fatores étnicos fundamentais”. Ver: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 3, 4.

⁸ Com a criação da “Impressora Paranaense”, em 1888, sob a gerência de

atividades dos intelectuais que estavam envolvidos com a tarefa de escrever para os jornais e revistas locais, de participar de clubes literários e exercer o magistério. Tais círculos sociais eram importantes locais para divulgar suas ideias, discutir, opinar, criticar e sugerir projetos de futuro para a sociedade. Nesses espaços, discutiam com adversários e enalteciam seus colaboradores, bem como reivindicavam apoio aos seus projetos.

Imeroso nesses espaços de sociabilidade, Sebastião Paraná convivia com grupos letrados em um cenário político no qual a escola primária tornava-se o centro irradiador dos saberes necessários a todos os cidadãos de uma república livre. O aumento da produção didática para a escola primária se inseria nessa conjuntura em que os conhecimentos de História, Geografia e Língua Portuguesa passavam a exercer um papel importante na consolidação do projeto educativo de difusão do patriotismo. Na mesma medida em que o discurso institucional enfatizava a elaboração de manuais e cartilhas escolares como uma missão patriótica.

Boguszewski (2007) observa que o número de estabelecimentos gráficos se multiplicou em Curitiba nas duas primeiras décadas do século XX. O resultado dessas estratégias editoriais foi a ampliação das possibilidades de divulgar textos impressos e sua disponibilização para um maior número de leitores urbanos. Uma realidade editorial que atingiu também a editoração dos livros escolares e possibilitou a expansão do ensino primário para a população até então sem acesso à escola elementar.

Denominada de Ginásio Paranaense e Escola Normal, no tempo republicano, a instituição tornou-se, no contexto paranaense, um lugar social de produção dos conhecimentos necessários não apenas para a formação das elites locais que se preparavam para ingressar nos cursos superiores, mas igualmente para a formação de professores das escolas primárias. Criada

Jesuíno Lopes, a qualidade técnica de que ela dispunha possibilitou a profissionalização da arte gráfica no Paraná e a ampliação ao acesso da população letrada ao impresso em geral e ao livro em especial.

no século XIX como Liceu, foi por muito tempo apenas uma instituição de ensino secundário, por vezes funcionando com poucas aulas destinadas aos cursos preparatórios. Na década de 1870, tornou-se Instituto de Preparatórios e recebeu a tarefa de incorporar uma Escola Normal para formar professores do ensino elementar (TOLEDO, 2005).

A existência da Escola Normal foi decisiva na formação de um conjunto de práticas e possibilidades teóricas⁹ (CERTEAU, 2006, p. 65) para que a ideia de um nacionalismo republicano estabelecesse sua tradição no cenário regional. Isso porque, efetivamente, para que pudessem circular nas escolas, os manuais, os compêndios e as cartilhas eram textos que precisavam ser aprovados pelos membros institucionais. As editoras nacionais se aproximavam dos letrados que a ela estavam vinculados, confirmando o prestígio da instituição e de seus professores.

O final do século XIX e os anos iniciais do século XX foram marcados, portanto, por um período em que os autores de livros escolares para a escola primária eram letrados que, por sua formação intelectual, produziam saberes escolares sem as características, ainda, de um campo disciplinar formado, mas em formação. As disputas e as divergências sobre a importância dos conteúdos a serem ensinados estavam presentes, mas, ao mesmo tempo, os letrados produziam para um público cada vez mais heterogêneo, não limitado mais aos filhos dos grandes proprietários rurais ou comerciantes. Tratava-se, isso sim, de um público escolar diferenciado, composto por alunos de ensino elementar com idades variáveis, o que impulsionava parte da elite intelectual¹⁰ pensar o “ser paranaense” dentro de um contexto maior, que era o “ser brasileiro”. Por intermédio da imprensa, dos escritos dos letrados locais e da instituição escolar, a memória e a identidade paranaense foram sendo criadas por meio de

⁹ No texto *A escrita da história*, Certeau considera que o fazer teórico e prático está determinado pelo lugar “de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação”, sendo o lugar sua marca é indelével (CERTEAU, 2006, p. 65).

¹⁰ Sobre a formação da elite paranaense, ver Oliveira (2001).

diversos mecanismos para propagar a identidade regional por eles construída.

Sebastião Paraná compreendia que, ao se servir dos saberes históricos, não só localizaria as raízes de uma identidade nacional, mas, também, encontraria as tradições de uma região que deveria seguir na “vanguarda modernista”. Para tanto, pareceu-lhe imprescindível buscar amparo na geografia e na etnografia para traçar as fronteiras do território regional e inventá-lo historicamente, na conjuntura de um tempo em que se buscava definir *progresso* e *modernização* para o país.

Progresso e modernização na narrativa de Sebastião Paraná: as figurações da história regional

Representante de um diminuto grupo, os homens de letras, Sebastião empenhou-se em elaborar conhecimentos sobre o Brasil e sobre o Paraná, animado por um desejo de anunciar a grandiosidade de uma nação que, depois de um longo período monárquico, tornava-se republicana. A descrição do espaço paranaense por meio de sua formação geográfica e conteúdo territorial manifestava a vontade coletiva das elites locais em celebrar a possibilidade de difundir uma “identidade” grandiosa do território paranaense.

A reorganização do espaço estava associada, frente às transformações na vida econômica e política do país nos anos iniciais da República brasileira, a modos específicos de ver e de construir a realidade social. Como já apontou Gilberto Velho (1995), ao se realizar por intermédio de novas visões do tempo, espaço e indivíduos, a reorganização do espaço promove a luta teórica por definir tais conceitos. Nesse aspecto, como já é conhecida pela historiografia, a invenção histórica do Paraná, que inaugura um discurso de região no cenário republicano, inicia-se com a separação política de São Paulo, em 29 de agosto de 1853, para tornar-se província.

Na série de acontecimentos que conduziu à emancipação

política do Paraná, Sebastião valorizou o dia 19 de dezembro de 1853, como ato fundador. Para ele, com a posse do presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, é que se “[...] assignala a nossa entrada triumphal nos parametros do progresso e da civilização”. (PARANÁ, 1929, p. 96). No escrito, foi a partir de 1853 que “começou o progresso da terra paranaense, a que estão reservados grandes destinos. Plaga predestinada, escolhida para centro da actividade de uma população numerosa e trabalhadora”. (PARANÁ, 1929, p. 96).

Em seu texto, a *força simbólica*¹¹ do *marco de origem*¹² define as fronteiras e demarca o território na representação de região construída para o estado. Qualificar o espaço e oferecer um quadro geral descritivo do território conhecido e a conhecer e, ao mesmo tempo, difundir os conhecimentos “civilizadores” da ciência moderna, tornou-se o esforço empreendido por Sebastião Paraná ao conceituar a *região* no manual.

Limites e linhas divisórias, superfície, potamographia, colpographia, nesographia, riqueza natural, industria agricula, industria pastoril, industria fabril, industria extrativa, governo do Estado, divisão administrativa, representação federal, força publica, instrução popular, população, vias de comunicação, vias férreas, cidades, vilas são os temas que compõem a representação espacial e histórica do estado, no livro. Nele, a urbanização tornou-se o objetivo dessas mudanças e o palco de desenvolvimento do Paraná, resultando no progresso científico e social movido por meio da ação política dos “ilustres homens” paranaenses.

¹¹ Esse conceito se relaciona com o que Bourdieu denominou de “poder simbólico”, que é “o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo.” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

¹² O conceito se aproxima da ideia de “mito de origem”. Marilena Chauí (2000) trata deste conceito e esclarece que o *mito*, neste caso, não é só no sentido etimológico, de narração de acontecimentos lendários, “mas também no sentido antropológico, de solução imaginária para tensões; fundador por trazer um vínculo com um passado de origem, do qual não há nunca desvinculação”. (CHAUÍ, 2000). No caso deste trabalho, utiliza-se “marco” para reafirmar a importância historiográfica da questão.

Uma vez criado o espaço político, caberia aos homens ilustrados dar voz ao estado, de modo a fazê-lo presente nos debates da época entre as grandes capitais, como convinha a uma nação civilizada. Por esse discurso, a figura do *paranaense* é representada, fundamentalmente, pelo homem culto e laborioso, fruto dos colonos audazes, capazes de vencer a natureza bruta, adentrar as matas “virgens”, os rios encachoeirados, apropriar-se dos espaços “vazios” tomando posse do território para produzir riquezas.

No manual, a determinação geográfica possibilitaria conhecer o Paraná e sua história. Os rios receberam, nesse enredo, importância na identificação dos limites, margens e fronteiras, além de indicar o papel desempenhado pelos portos para o desenvolvimento comercial da região. Os rios foram vistos como as vias naturais fixas que levavam aos limites territoriais, permitiam o conhecimento do espaço e, ao mesmo tempo, o avanço do comércio. As referências aos roteiros navegáveis estão sempre ligadas com o possível trânsito de mercadorias locais.

A barra de Guatauba acha-se balisada, podendo entrar nella navios sem que haja receio dos perigos a que estavam sujeitos antes de se effectuar esse importante melhoramento. É assignalada por um pharol, assim como a de Paranaguá, indicada pelo pharol do morro das Conchas, na extremidade oriental da ilha do Mel. (PARANÁ, 1929, p. 104).

Tornar as águas navegáveis, ampliar os contatos regionais e nacionais fazia parte das melhorias que o governo, portanto, deveria realizar para compor o cenário nacional de grandiosidade na tarefa de civilizar o território.

Na sua narrativa, o espaço é território natural, a ser ocupado e explorado cientificamente, de forma que a presença dos nativos não está relacionada à utilização que faziam desses lugares, mas à sua existência como componentes da paisagem natural. No item “Nesographia”, encontra-se a seguinte menção aos índios:

Nesses sambaquis [colinas, formadas de grande quantidade de cascas de crustáceos e molluscos], também vulgarmente chamados ostreiras, tem se encontrado ossos humanos, cinzas, carvão vegetal, fragmentos de louça de barro, espinhas de peixes, machados de pedra e outros utensílios de que se utilizavam os primeiros habitantes daquelles logares. (PARANÁ, 1929, p. 105).

Somente poucos comentários aparecem para fazer referência à presença de índios na região, normalmente caracterizada como um acontecimento que se realizou no passado. Os espaços retratados como se estivessem vazios induzem à interpretação de que a história desses rios, com sua utilização e sua transformação humana, principia com a chegada do colono. Por isso, os índios são vistos como componentes da natureza, sem protagonizar suas histórias, na medida em que o ato fundador da História Regional foi a transformação do espaço pelo agente civilizador. Com um discurso voltado para a ocupação territorial, como se vê ao destacar o que se considerava riqueza natural, o autor afirma:

O Paraná, Estado novo, de terras fertilíssimas e clima delicioso; Estado onde não existem preconceitos de raças e de seitas; Estado que dá generoso acolhimento aos estrangeiros, de cujo concurso precisa para a sua prosperidade material, possui grandes e admiráveis riquezas naturaes. É uma enorme officina aberta ao trabalho, a todas as especulações industriaes. (PARANÁ, 1929, p. 106).

O núcleo da intenção de Sebastião com estes temas (terras férteis, clima propício, povo sem preconceito), para explicar as características da região, vinculou-se à preocupação em recuperar aspectos “promissores” do território e da política local, no que se refere ao seu desenvolvimento comercial, às relações de trabalho e à vivência social. Pressupunha o interesse em uma nova forma de representar o território, vinculada à ideia de *progresso* e de *modernização*. O que se mostraria na capacidade do estado de instaurar novas regras e normas sociais fundamentadas

nos signos da modernidade científica como, por exemplo, na capacidade dos colonos e imigrantes para alterar o ambiente natural e as estruturas sociais com inovações tecnológicas na produção industrial.

Sebastião Paraná, ao tratar com os sentidos de *região* e *história*, construídos nos lugares institucionais aos quais se vinculava, produziu conhecimentos que, em geral, contrastam o espaço urbano com o campo ou o meio rural, objetivando caracterizar o que significava a “modernização” da sociedade. No esforço em apresentar como a situação geográfica paranaense estava adequada ao desenvolvimento da indústria e do comércio no estado, o autor destacou os produtos vegetais que se encontravam nas suas terras. No excerto abaixo, o pinheiro aparece como uma das madeiras que abundavam na região:

O reino vegetal é riquíssimo de madeiras excellentes para construcção civil e naval e para fabricação de objectos de marcenaria. Entre as madeiras mais estimadas que o Estado possui em grande cópia, destacam-se a imbuia, o angico, o taruman, o jacarandá, o Angelim, o carvalho, a cajarãna, a cabreuva, o ipê, o jequitibá, o guaraperê, o balsamo, o jatahy, o cedro, o pinheiro, uma das mais abundantes. (PARANÁ, 1929, p. 106).

Sobre esse cenário, Sebastião afirma, ainda, que o café também era promissor:

[...] está se desenvolvendo animadoramente no Paraná. Já existe notável plantação de café nos municípios do norte do Estado; canna de assucar, algodão, fumo, mandioca, arroz, milho, feijão, centeio, batata. Cebola, banana, uva, laranja e outras fructas. A exportação de banana para o Estado do Prata augmenta dia a dia e é feita pelos municípios do litoral, com excepção do de Guaratupa, que não dispõe de meios fáceis de transporte. (PARANÁ, 1929, p. 107-108).

Entre a madeira e o café, o mate é marcado como o impulsionador da vida econômica no estado, por tornar-se principal produto ali desenvolvido na indústria extrativa:

A árvore do matte constitui o principal ramo da indústria extractiva paranaense. Milhares de arrobas de hervamate são anualmente exportadas, principalmente para Buenos Aires, Montevidéo e Valparaíso. Pode-se, pois, dizer que o Paraná assenta a sua riqueza em três grandes pedestais: **o matte, o pinheiro e o café**. (PARANÁ, 1929, p. 107, grifo meu).

Esses três elementos constituíram-se no símbolo da riqueza natural paranaense presente no livro escolar. Enquanto, no contexto nacional, o principal produto era o café, no Paraná, o mate tratava-se de um “nicho econômico alternativo, que lhes proporcionou uma atividade comercial intensa principalmente com o mercado platino [...]” (CORRÊA, 2006, p. 33). Para Sebastião Paraná, o progresso do comércio do mate seria determinante na tão sonhada “modernização” do estado e numa série de investimentos que, como se pensava, dariam origem ao desenvolvimento urbano e a uma ampla produção cultural nas suas principais cidades.

O mate, o pinheiro e o café tornaram-se os símbolos representativos da história do Paraná¹³, formando um discurso representativo na luta pela construção da identidade regional. De modo que, na construção de um discurso que definiu essa identidade, a abordagem econômica das elites tornou-se dominante, como nas outras regionalidades que também se construíam nesse contexto no cenário brasileiro:

É importante e consiste principalmente na extracção de pinho e de herva-matte, o mais valoroso producto da industria extractiva paranaense. Região nenhuma da America foi melhor aquinhoada de *hervaes* do que o Paraná. Na zona de Serra-Acima existem

¹³ Saint-Hilaire, naturalista francês que viajou pelo país no século XIX, 1822, já apontava em seus escritos que a natureza da região tinha sua síntese no Pinheiro do Paraná. Para ele, “o pinheiro era a planta que caracterizava a região, não apenas por seu aspecto e intensidade de incidência da paisagem, mas pela importância de sua madeira e do fruto, o pinhão, para os habitantes dos Campos Gerais”. (PEREIRA; IEGELSKI, 2002, p. 52).

florestas nativas desta árvore preciosa do Brasil meridional, como o são no norte a carnaubeira, a seringueira e a mangabeira, que fornecem a cera e borracha. (PARANÁ, 1929, p. 110-111).

A ideia presente na narrativa é a de que o meio havia sido o principal elemento impulsionador da conquista paranaense do progresso, visando demonstrar a erva mate como o núcleo irradiador de tal conquista. Os elementos simbólicos se definiram, portanto, entre os produtos comerciais que eram dominantes nas terras paranaenses, dentre os quais, “é, pois, o mate o ramo preponderante da nossa indústria, aquela que até hoje tem atraído maior soma de braços e capitães” (PARANÁ, 1929, p.111).

Na busca por figurar um discurso de construção identitária, elegeu-se os elementos da produção agrícola, numa trama discursiva capaz de incorporar o imigrante ao tratar do trabalho, do cultivo da terra, nessa construção simbólica da identidade regional. Por isso, Sebastião, ao tratar das relações de trabalho, elaborou uma escrita que exaltava a “soma de braços” e a existência de um possível interesse da população pela atividade industrial e manufatureira:

Nesses pequenos centros de vida industrial, vê-se salutar a agitação agrícola que impressiona agradavelmente o espírito. Ahi se aprecia o esforço constante e sincero, o anelo de progredir, a aplicação ao trabalho quotidiano e a confiança no meio onde estrangeiros e seus descendentes labutam confiantes nos dias do porvir. (PARANÁ, 1929, p. 108).

A propensão da índole do homem paranaense ao trabalho é uma construção que acontece, no manual, quando o autor enaltece o imigrante e seus descendentes no desenvolvimento da vida industrial das cidades paranaenses. A visão republicana de progresso revestiu-se, pois, no Paraná, da defesa do trabalho livre e da urbanização, cuja noção precisava ser recuperada em decorrência de um passado rural e escravista. Nesse pressuposto, era fundamental para as elites identificar o trabalho livre com

riqueza, uma vez que se explicariam os progressos alcançados também na atuação dos cidadãos laboriosos.

Nesse quesito, Sebastião Paraná esperava que os poderes políticos fossem as forças propulsoras dos recursos financeiros e mantenedores da ordem e do progresso social. Por isso, na continuidade de seu texto, o autor passa a tratar dos aspectos político-administrativos do estado. Descreve como o governo era exercido, como se dividia a administração e os municípios e sua representatividade junto ao governo da República. Na parte final do livro, trata especificamente dos temas: “força pública”, “instrução popular”, “população”, “vias de comunicação”; “vias férreas”, “cidades”, encerrando com “vilas”.

O conceito de *região*, pensado como uma unidade de análise territorial e da organização administrativa do espaço físico, possibilitou localizar o “ponto zero” (HOBBSAWN; RANGER, 1984) que pudesse fazer com que os leitores do manual se identificassem num passado comum. Nesse sentido, no livro de Sebastião Paraná, geografia e história se relacionaram para inventar o território e as tradições paranaenses. Pensada como saber escolar, a geografia explicaria a identidade regional por intermédio dos seus atributos naturais e dos produtos agrícolas centrais, assim como a historiografia se tornaria um dos instrumentos legitimadores de tal construção, identificando a formação das vilas, a força do trabalho e o desenvolvimento dos núcleos urbanos por meio das primeiras famílias colonizadoras ali situadas.

Considerações finais

Apresenta-se neste artigo, um estudo sobre o livro didático na perspectiva da História das Disciplinas, a partir da qual se apresenta o manual escolar do intelectual paranaense Sebastião Paraná. Na análise, observou-se que o autor, ao tratar do Brasil e do Paraná, tornou o território um emblema da nação. Através das suas linhas e do traçado das suas fronteiras, fez surgir a

região como um espaço pertencente ao território nacional. Aqui reside um aspecto central trazido pelo artigo: reconhecer como o conceito de *região* figurou nos livros escolares para a escola primária nos anos iniciais da República paranaense.

Nesse aspecto, o livro de Sebastião Paraná divulga um conceito de região tendo o território nacional e sua natureza como paradigma para se conhecer o que era o Brasil e estabelecer diagnósticos sobre os seus problemas para adentrar o conjunto das nações civilizadas. No horizonte da construção desse conceito estava o desejo das elites assentadas no poder de civilizar, ou seja, de ocupar o território, de explorar a natureza, de urbanizar o espaço conhecido e a conhecer.

Com o propósito de legitimar as fronteiras conquistadas pelo estado, o manual é representativo – pelos elogios que recebeu, pela premiação conquistada e pelas reimpressões recebidas – de um projeto educativo que destaca as especificidades de uma região e suas respectivas contribuições para a grandeza da nação, como vistas à construção de um passado de tradições comuns. Da história, se esperava entender a unidade nacional e, da geografia, o desenvolvimento da região, numa mesma temporalidade e progressão criada para explicar a história nacional.

A divisão hierárquica de Brasil e Paraná, ou nação e região, presente no livro, implicou a definição de uma “História Regional” e sua relação com a história nacional no decorrer do século passado. Tal definição – região como subsistema do nacional – ainda está presente nos livros didáticos atuais, cuja narrativa tem por base o recorte político-administrativo e econômico. Narrativa que se torna hegemônica no ensino escolar e excludente de outras memórias, de outros grupos sociais.

O principal intento do artigo foi enfatizar, portanto, a construção que Sebastião Paraná fez sobre o universo simbólico da identidade regional baseada nos três elementos que formaram as atividades econômicas da elite regional: o mate, o pinheiro e o café. A geografia da região foi simbolicamente representada, enfim, através do “espírito empreendedor” existente entre o grupo ervateiro, representante das elites dominantes paranaenses

no início do século XX. A visão de modernidade e progresso, construída e presente no manual escolar, incorporou, desse modo, uma representação específica das elites políticas e econômicas dominantes do final do século XIX e anos iniciais do século XX.

Em outras palavras, nos recantos privilegiados das elites paranaenses, o peso da formação econômica na narrativa sobre a memória e a identidade regional representa o esforço exercido por essas elites na tarefa de criar o estado, discursiva e simbolicamente, à sua semelhança. Por seu intermédio, construiu-se a ideia de região, de identidade e se posicionou a história regional como anexa à história nacional nas décadas iniciais do século XX. E, ao mesmo tempo, marcou-se a definição do campo disciplinar da História e da Geografia como disciplina escolar, no contexto de uma vontade de atores históricos específicos – os letrados – em celebrar a possibilidade de difundir uma “identidade grandiosa” do território paranaense. Sebastião Paraná, por meio de seu manual, contribuiu decisivamente para a construção dessa memória do estado que é ensinada nas escolas de ensino fundamental do Paraná até hoje.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BOLETIM. Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1917.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989. p. 7-16.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações*. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. n. 2, p. 177-229, 1990.

CORRÊA, Amélia. S. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 5-27, 1988.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, Brasília, n. 69, p. 3-9, jan./mar. 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10., p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PARANÁ, Sebastião. *O Brasil e o Paraná: para uso das escolas primárias*. 19. ed. melhorada. Curitiba: Empreza Graphica Paranaense, 1929.

PEREIRA, Marco A.M; IEGELSKI, Francine. *O paraíso terrestre no Brasil*:

os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hilaire. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 47-72, 2002.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino T. *A disciplina de História no Paraná: os compêndios de História e a história ensinada (1876-1905)*. 2005. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995.

Recebido em junho de 2016.

Aprovado em junho de 2017.

INTELECTUAIS E EDUCAÇÃO: O DEBATE BRASILEIRO EM TORNO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI Nº 4.024 DE 1961)

*Maria Cristina Gomes Machado**

*Mário Borges Netto***

RESUMO: A partir do projeto de lei acerca das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61), problematizaremos o modo como os intelectuais se utilizaram da imprensa para divulgar projetos educacionais diversos e se inserir na disputa pela hegemonia. O referido debate constitui o objeto de nosso estudo, que investiga as lutas sociais travadas no Estado e na sociedade civil brasileira sobre o processo de constituição e consolidação da escola pública estatal. Nesse processo, diferentes intelectuais polarizaram-se em dois grupos fundamentais, a saber, os defensores da escola pública, denominados liberais, e os privatistas, os quais passaram a disputar espaços no Congresso Nacional, nas comissões parlamentares, nos círculos de intelectuais e na imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Hegemonia. Intelectuais.

ABSTRACT: From the law project concerning the Directories and

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Departamento de Fundamentos da Educação da mesma universidade.

** Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus universitário de Tocantinópolis.

Basis of the National Education (LDB 4.024/61), we will question the way how the intellectuals used the press to divulge different educational projects and insert themselves into the debate for the hegemony. The referred debate constitutes the object of our study, which investigates the social conflicts engaged in the State and in the Brazilian civil society with regard to the constitution and consolidation of the public state school. In this process, different intellectuals separated into two fundamental groups, to wit, the defenders of the public school, named liberals, and the supporters of the private school, who came to dispute in the National Congress, in the Parliamentary commissions, in the intellectual circles and in the press.

KEYWORDS: History of Education. Hegemony. Intellectuals. Press.

Considerações iniciais

Neste texto, problematizaremos o modo como os intelectuais se utilizaram da imprensa para divulgar projetos educacionais diversos e se inserir na disputa pela hegemonia. Para tanto, tomamos como base material o debate educacional brasileiro em torno do projeto de lei sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61). O referido debate constitui o objeto de nosso estudo, que trata das lutas sociais travadas no Estado e na sociedade civil brasileira sobre o processo de constituição e consolidação da escola pública estatal. Ganham centralidade nesse debate as discussões referentes: 1) à natureza que as escolas brasileiras deveriam assumir (caráter público ou privado); 2) ao ensino religioso; e 3) à subvenção do Estado às escolas privadas (BARROS, 1960). Nesse processo, intelectuais, representantes de diferentes grupos sociais, polarizaram-se em dois grupos fundamentais, a saber, os liberais, defensores da escola pública (grupo composto principalmente por intelectuais

de tendências liberais e socialistas) e os privatistas (formados pelos intelectuais da Igreja Católica e os proprietários das escolas privadas), os quais disputaram espaços no Congresso Nacional, nas comissões parlamentares, nos círculos de intelectuais e na imprensa (BUFFA, 1979).

Para melhor compreendermos o debate educacional supracitado, faremos uso das categorias *intelectuais*, *imprensa* (enquanto aparelho privado de hegemonia) e *hegemonia*, formuladas por Antonio Gramsci. Elencamos essas categorias por entendermos que, na vida social, elas se imbricam e contribuem para a compreensão das ações políticas de intelectuais envolvidos com projetos educacionais de seu tempo e que se utilizaram da imprensa como meio de divulgação e disputa.

O objeto de estudo aqui destacado, qual seja, o debate educacional brasileiro em torno do projeto de LDB que tramitou no Congresso Nacional entre os anos 1948 a 1961, patenteados por intelectuais por meio da imprensa e analisado a partir dessas três categorias por nós elencadas, demonstra que a relação intelectual, imprensa e educação pode ser mediada pela categoria da hegemonia. Isso implica considerar que o debate educacional em tela extrapola o âmbito pedagógico e assume conotações político-ideológicas, podendo ser entendido como uma expressão da luta de classes. Nesse processo de disputa pela hegemonia, as diferentes classes sociais recorreram aos intelectuais que estavam ao seu serviço, os quais utilizaram a imprensa para divulgar e defender projetos e propostas educacionais próprias das classes a que estavam vinculados.

Por fim, defendemos que essas categorias são importantes para a construção da história da educação porque nos permitem apreender a ação política dos intelectuais enquanto resposta às lutas reais travadas pelos homens de seu tempo na produção da sua existência. Por conseguinte, possibilitam a apreciação do intelectual e de suas ideias na relação com as suas ações políticas no interior da luta de classes.

O cenário político-econômico brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960

As transformações sociais que ocorreram no Brasil na passagem do final do século XIX para o início do século XX influenciaram as discussões sobre a modernização da sociedade e a ampliação da oferta da educação nacional. Essas transformações suscitaram debates sobre os rumos que o país trilharia em termos econômicos e políticos, ao qual o debate sobre a configuração do sistema de ensino era essencial. Neste texto, tomaremos como referência os desdobramentos deste processo até os anos de 1960.

A necessidade de reorganizar e regulamentar a educação nacional pode ser entendida como uma das diversas demandas das transformações sociais postas pelo processo acelerado de industrialização brasileira, iniciado a partir de 1930. Em unidade à industrialização, pretendia-se criar uma ordem social democrática, por isso, tornou-se imperiosa a democratização das relações políticas e sociais e as conquistas de direitos políticos e benefícios sociais por parte da classe média e operária, dentre elas, a expansão da oferta do ensino. Essas e outras transformações institucionais foram importantes componentes da ruptura político-econômica engendrada pelo país para ingressar na era da civilização industrial, no seletivo rol de economias desenvolvidas (IANNI, 1968). Para José Luis Sanfelice,

Pode-se dizer que aquela emergente modernização trouxe consigo a necessidade objetiva, pelo menos por parte de determinados grupos e/ou classes sociais, de discutir e definir questões supraestruturais para que essas pudessem, uma vez reformadas, corresponder de forma mais adequada às novas características estruturais. (SANFELICE, 2007, p. 543).

Para Octávio Ianni, o desenvolvimento econômico, político e social vivido pelo Brasil, simbolizado pela industrialização acelerada, foi o resultado da busca pela autonomia econômica

nacional. Para alcançar tal resultado, o país então vivenciou uma série de rupturas políticas e econômicas internas e externas, mesmo que parciais, que ocorreram entre as duas grandes guerras mundiais e o golpe militar. Na perspectiva do autor,

Um país subdesenvolvido somente ingressa na era da civilização industrial quando alcança a autonomia política e econômica. E a autonomia somente ocorre mediante a ruptura político-econômica com a sociedade tradicional e com o sistema internacional dominante. (IANNI, 1968, p. 7).

De acordo com Ianni, essas rupturas podem se configurar de dois modos: 1) revolucionária, quando ocorre a ruptura total, quando altera a estrutura, os fundamentos da sociedade. Há o rompimento drástico dos vínculos externos e com as formas societárias tradicionais. Geralmente, é caracterizada pela ascensão política e econômica de um grupo ou uma classe social; 2) reformista, ou parcial. Ocorre quando há mudanças sociais sem alterações nos fundamentos, na estrutura da sociedade. Não implica a substituição, mas a ascensão de outras frações de classes ao poder, do que se pode verificar a recomposição das forças políticas e econômicas de um país diante das mudanças sociais.

No Brasil, as tentativas de rupturas estiveram presentes na história republicana. Desde a sua origem, houve tentativas de modernizar o país e romper com a sua estrutura social senhorial escravocrata e com a economia internacional dominante. Contudo, as forças sociais lideradas pela elite agrária conseguiram frear e diminuir os avanços rumo à autonomia econômica e política do país, caracterizando a ruptura vivida no Brasil como reformista, ou parcial.

O ritmo lento e heterogêneo das mudanças sociais no Brasil expressa a intensidade da correlação de forças vivenciadas no país e caracteriza a sociedade brasileira da primeira metade do século XX. Os grupos sociais vinculados aos valores e à ordem social agrária e escravocrata não foram substituídos do poder por

aqueles que compartilhavam da concepção urbana e industrial, senão fizeram uma recomposição das forças sociais dominantes. O padrão societário “tradicional” não foi neutralizado pela nascente ordem social competitiva, mas compatibilizou a coexistência dos valores e interesses agrário-coloniais com os urbano-industriais, do arcaico com o moderno. Daí as dificuldades e a morosidade de consolidar a ordem social competitiva e democrática, pois, no seu interior, coexistiam as formas de viver e trabalhar de várias idades históricas distintas, e, no mesmo sistema econômico, os modos de produção pré-capitalista e capitalista (FERNANDES, 2008).

Em um momento de transição, isso se torna possível, pois as mudanças não são mecânicas e automáticas. De acordo com Florestan Fernandes, isso era possível, pois dois movimentos de mudanças sociais que operavam “espontaneamente”,¹ se superpunham e, a partir de certo momento, se confundiam e se fundiam. De um lado, ao mesmo tempo em que se saturavam as potencialidades dinâmicas de *status*, relações e funções sociais das instituições-chave, houve um processo de diferenciação da ordem social escravocrata e senhorial que a manteve.

O modo de produção escravista, a estrutura estamental e de casta das relações sociais, e a dominação patrimonialista concorriam para preservar, [...] as estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do período colonial, mantendo-se quase intacta. (FERNANDES, 2008, p. 46-47).

Por outro lado, motivados pela eclosão de um mercado capitalista moderno, expansão urbano-comercial e reorganização político-administrativa do Estado, novos valores, novas técnicas e instituições sociais foram implantados e difundidos. Buscava-se, com isso, a desagregação da antiga ordem social, senhorial e

¹ O significado conferido por Fernandes (2008) não é algo realizado pelo acaso, por uma força sobre-humana ou por um “espírito absoluto”, mas são os movimentos de mudanças sociais impulsionados pelas próprias relações sociais e de produção cotidianas, porém, não provocadas por um planejamento sistemático.

escravocrata, e a afirmação de uma ordem social que incorporasse a economia interna ao mercado mundial, tornando os núcleos urbanos o fulcro do crescimento de um mercado capitalista moderno. No conjunto, os dois movimentos de mudanças exprimiam todas as transformações correntes no país.

Esses movimentos de mudanças fizeram com que a transição da ordem social senhorial escravocrata para a ordem social democrática ocorresse de forma lenta e gradual. Diante disso, setores sociais alinhados com o projeto societário urbano e industrial centraram suas ações no confronto aberto contra as heranças da ordem social senhorial escravocrata. De acordo com Ianni, até o ano de 1945, os acontecimentos políticos no Brasil estavam vinculados à necessidade de reduzir o poder político e econômico dos grupos sociais vinculados aos setores agrário-exportadores.

Assim, por um lado, estabelece-se o conflito entre as oligarquias tradicionais e os setores urbanos nascentes, tais como a classe média, a burocracia civil e militar, os incipientes grupos de empresários industriais e o proletariado nascente. Por outro lado, as lutas políticas estão relacionadas com o confronto entre os diferentes projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico. (IANNI, 1968, p. 16).

Para Ianni, foi um período de avanços para o processo de industrialização brasileiro, os quais foram possíveis pelos esforços de alguns grupos sociais progressistas e pelo contexto internacional favorável. As crises internacionais do capitalismo, seus desdobramentos nas duas guerras mundiais e a crise de 1929 abriram espaço para as economias subdesenvolvidas crescerem, pois modificaram as formas pelas quais as nações hegemônicas se relacionavam com as colônias e os países de economias dependentes. Os conflitos entre as nações hegemônicas e o enfraquecimento de umas em face das outras permitiram à sociedade brasileira realizar tímidas operações de rupturas com a dependência externa e com a ordem social arcaica,

por meio do fomento ao processo de industrialização nacional, abrindo novas perspectivas de desenvolvimento econômico e social ao país.

A tabela abaixo retrata de forma resumida o crescimento da produção industrial a partir das variações das participações da agricultura e da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 1900 e 1960:

**TABELA 1 –
Participação da agricultura e da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a preços de 1949.** (ABREU, 2006, p. 347).

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA
1900	44,6%	11,6%
1920	38,1%	15,7%
1940	29,4%	18,7%
1960	16,9%	29,9%

Dos dados, notamos que as ações políticas de desagregação do setor agrário exportador obtiveram êxitos e que o desenvolvimento econômico brasileiro lançava suas bases no crescimento do setor industrial. A tabela demonstra as variações de valores inversamente proporcionais. À medida que a agricultura diminuía sua participação no PIB brasileiro, a indústria ampliava a sua influência na economia nacional. Em seis décadas, a produção industrial ampliou em 18,3% a sua participação no PIB do país, ao passo que a participação da produção agrícola caiu 24,5%.

Com o fim da segunda grande guerra, nos anos de 1950, manteve-se o crescimento industrial e o desenvolvimento econômico e social brasileiros, porém em um contexto histórico marcado por conflitos sociais internos influenciados pela reorganização político-econômica externa. No governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. As altas taxas de crescimento se deveram à combinação de circunstâncias econômicas favoráveis – grande mercado interno e potencial de produção em áreas-chave, como ferro e aço, maior do que

qualquer outro país latino americano – e o investimento do capital internacional na economia brasileira, tudo isso mediado pela habilidade política do governo brasileiro. O governo Kubitschek se orientou por uma política nacional-desenvolvimentista, dirigida para o mais rápido crescimento possível, encorajando a expansão dos setores privado e público, em especial na área das indústrias básicas.

Os estudos de Ianni permitem verificar a criação e crescimento do setor industrial brasileiro, entre os anos de 1930 e 1964, cuja figura central das políticas econômicas foi o Estado Nacional. De acordo com o autor, a centralidade do Estado não estava somente na formulação e na orientação da política econômica, mas na execução de alguns pontos dos programas de desenvolvimento estatal, materializados pelas empresas estatais.

A criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRÁS), em 1953, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, simbolizam as direções em que se lança o poder público, na dinamização da economia nacional. (IANNI, 1968, p. 27-28).

Além da importância, em si, de um setor industrial, ele foi importante por ter se tornado o motor do desenvolvimento econômico e social, pelos seus efeitos dinâmicos sobre os outros setores da economia e devido ao tipo de complementariedade que se estabeleceu entre os componentes do sistema como um todo. Com o desenvolvimento social promovido pelo crescimento industrial, entraram em cena no processo político brasileiro, em escala cada vez maior, as massas assalariadas em geral. Isto significa que um proletariado cada vez mais numeroso, ao lado de uma classe média numericamente crescente, passou a colocar em jogo as aspirações de bem-estar social e de participação nas decisões políticas da nação. “É ainda nesse período que se multiplicam os grupos políticos de esquerda; e a juventude universitária impõe-se ainda mais, como força política ativa e organizada” (IANNI, 1968, p. 17).

Ianni nos revela que, apesar dos avanços no setor industrial, a década de 1950 foi marcada por diversos conflitos sociais. Como vimos, as forças sociais digladiavam para decidir os rumos das mudanças sociais. Apoiado numa política populista, nos trabalhadores e na classe média, os chefes de Estado conduziram as transformações rumo a uma sociedade urbano-industrial, contudo não sem resistências. O populismo entrava em colapso e passou de base de sustentação do projeto societário a alvo das críticas, reivindicações e ações políticas. Nas palavras de Jacob Gorender,

O populismo foi a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou – e obteve em elevado grau – o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequadas a massas de baixo nível de consciência de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo. [...] Na outra face, a industrialização pela via do populismo adquiriu feição nacionalista. O populismo foi a variedade dominante do nacionalismo durante trinta anos. Porque o espectro ideológico do nacionalismo é mais abrangente, desdobrando-se em um continuum que vai das tendências autoritárias e da inclinação à conciliação com o imperialismo, características da ideologia burguesa, até o extremo oposto das posições antiimperialismo e do democratismo da ideologia pequeno-burguesa. Conforme as conjunturas, o populismo se deslocou por este continuum, à direita ou à esquerda. Por isso mesmo, sua trajetória foi acidentada, com altos e baixos espetaculares. (GORENDER, 2003, p. 18-19).

Disso notamos que cada grupo social lidou de um modo com o apogeu e crise do populismo. Para a burguesia industrial nacional, a política populista que servira de lenitivo nas décadas de 1930 e 1940, já nos primeiros anos da década de 1950 perdia eficácia diante da luta de classes. Os setores sociais ligados à ordem social senhorial escravocrata sempre ofereceram resistências e tentavam eliminar o ponto de apoio das políticas de Estado, a política de massas. Os trabalhadores, apesar de apoiarem os

rumos trilhados pela industrialização, passaram a reivindicar mais espaços na política e mais direitos sociais; aos trabalhadores interessava ultrapassar o populismo.

Após o fim da segunda grande guerra, com a reconfiguração geopolítica e a influência estadunidense na América Latina, aumentaram as resistências internas ao projeto de industrialização independente e economia autônoma sustentado pelas políticas populistas. De acordo com Ianni, na década de 1950, sob forte influência externa, as políticas populistas entram em crise. Após o suicídio de Getúlio Vargas (considerado por muitos a expressão dessas pressões externas e internas e da falência de sua política), Kubitschek assumiu o governo com a proposta desenvolver a economia e a indústria nacional por meio de capital misto, possibilitando a entrada maciça de capital estrangeiro na economia nacional (IANNI, 1968).

Mesmo diante desse cenário, “[...] para parte da sociedade, era preciso insistir na consolidação destes novos tempos e administrar o atendimento das suas necessidades objetivas” (SANFELICE, 2007, p. 548). Em decorrência disso, as correlações de forças nesse período ficaram bem estabelecidas. Havia um grupo cuja proposta era dar continuidade ao projeto de industrialização independente e economia autônoma e outro grupo que reivindicava o desenvolvimento econômico e industrial sustentado pela associação de capitais, nacionais e estrangeiros. E a crescente massa assalariada que, cada vez maior, reivindicava melhor distribuição de recursos, expressos em políticas públicas de cunho social e democratização do acesso aos diversos setores e direitos, dentre eles, a educação.

É esse o cenário em que o debate educacional lança suas raízes. O projeto de elaboração de uma LDB é a expressão da correlação de forças das décadas de 1940 e 1950. O que estava em jogo eram os questionamentos: que tipo de formação humana? Para qual projeto societário? Pensar em um projeto educacional para a nação era responder esses questionamentos. Os rumos da sociedade brasileira eram alvo de uma acirrada disputa e o debate educacional a acompanhou, arrastando-se desde 1948, quando da elaboração do projeto original da LDB, até 1961, quando da sua aprovação.

O debate educacional em torno da LDB: a hegemonia em disputa

A proposta de elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) advém da necessidade de consolidar e dar unidade à regulamentação e estruturação da educação no país. Esse empreendimento é o desdobramento de iniciativas parciais e fragmentadas iniciadas em 1931-1932 com os decretos do Ministro da Educação, Francisco Campos², que se estende à década de 1940, com a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino, formuladas por Gustavo Capanema.³

Em vistas de dar respostas às transformações sociais correntes no Brasil e atender o último dispositivo constitucional, de 1946, Clemente Mariani, Ministro da Educação do Governo de Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), constituiu uma comissão para elaborar o anteprojeto da LDB. Sob a presidência de Lourenço Filho, a comissão foi composta por eminentes educadores brasileiros, cujos trabalhos foram iniciados em 29 de abril de 1947 (SAVIANI, 2006). Essa comissão contou com os principais nomes que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, com o movimento renovador da educação e com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932: Lourenço Filho, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. De todos os membros da comissão, a maioria comungava com a tendência pedagógica escolanovista, exceto dois que eram representantes declarados dos educadores católicos, a saber: Alceu Amoroso Lima e padre Leonel Franca.

A hegemonia dos escolanovistas na comissão refletiu-se nas propostas resultantes dos trabalhos, dos quais resultou um anteprojeto de inspiração liberal-democrata que deu origem ao projeto de LDB, encaminhado à Câmara Federal em outubro de

² Ministro de Estado do Governo Getúlio Vargas, do então criado Ministério da Educação e Saúde Pública, no período de 1931 a 1932.

³ Ministro da Educação no período de 1934 a 1945, no governo de Getúlio Vargas.

1948. O anteprojeto encontrou resistências que foram expressas no parecer do relator Gustavo Capanema, em 1949. O impasse se arrastou até o ano de 1951, quando o mesmo foi arquivado. O debate sobre o anteprojeto tomou vulto novamente a partir de 1956⁴ e voltou a ser discutido na Câmara em 1957.⁵ A partir de então, o conflito escola pública *versus* escola privada reapareceu e entrou na pauta do dia de intelectuais e políticos.

O debate iniciado em âmbito parlamentar saiu do Congresso e alastrou-se pela sociedade civil organizada por meio da imprensa. Os intelectuais passaram a se utilizar de revistas e jornais para divulgar seus posicionamentos diante do debate. Os principais veículos de comunicação utilizados foram, de um lado, a revista *Vozes*, que se colocava na defesa dos interesses das escolas privadas e confessionais, e, de outro, a revista *Anhembi*, na defesa da escola pública.

Os privatistas acusavam os defensores da escola pública de atentar contra a família no que se refere ao seu direito de “liberdade de ensino”, ou seja, ao direito dos pais escolherem a educação que julgassem mais adequada aos seus filhos. Por sua vez, os defensores da escola pública, denominados genericamente pela historiografia da educação brasileira por liberais, entendiam que os privatistas buscavam a continuidade dos privilégios da Igreja e daqueles que exploravam comercialmente a educação escolar, ação essa que manteria a educação como um privilégio social.

O debate ilustrou também as páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. No referido periódico, foram publicados dois manifestos que expressaram as ideias de ambos os grupos, que não eram homogêneos, pois congregavam intelectuais de diferentes

⁴ Em novembro de 1956, o deputado padre Fonseca e Silva pronuncia um discurso acusando Anísio Teixeira e Almeida Júnior de se insurgirem contra os interesses das escolas confessionais. Esse episódio irá promover um grande debate entre aqueles que defendem a escola pública e os fautores da escola privada, não pelo episódio em si, mas pelo que ele representou, o confronto de ideias acerca dos rumos da educação nacional. Ver Buffa (1979).

⁵ Para maiores detalhes sobre o trâmite do anteprojeto e os debates em torno do mesmo, conferir Saviani (2006).

vertentes teóricas e políticas, mas apresentavam unidade nos respectivos discursos. Publicado em 1º de julho de 1959, o *Manifesto dos educadores, Mais uma vez convocados* saiu em defesa da escola pública; em 26 de julho de 1959, foi publicado o *Manifesto sobre as bases da educação*, em resposta ao primeiro, em que os educadores de tendência privatista defendiam as famílias e a Igreja e suas instituições de ensino: as escolas privadas e confessionais.

Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vários signatários do Manifesto de 1932⁶ e vários professores de universidades públicas, o *Manifesto dos educadores, Mais uma vez convocados* centrava-se na defesa da escola pública. Entendia-se que a escola pública era a única capaz de subtrair as imposições de qualquer pensamento sectário, político ou religioso e promover uma educação de base liberal e democrática. Defendia-se uma formação para o trabalho, para o desenvolvimento econômico e para o progresso da ciência e da tecnologia, bases da civilização industrial (MANIFESTO DOS EDUCADORES ..., 1959).

Uma visão de mundo orientava as análises e os encaminhamentos contidos no documento em questão, afinada com a concepção da modernização capitalista que o Brasil vivenciava desde os anos de 1930. De acordo com Sanfelice, essa visão modernizadora já se expressara na organização da educação nas reformas Francisco Campos e as Leis Orgânicas de Gustavo Capanema. Essas reformas refletiam as mudanças almejadas para a educação no modelo de sociedade que nascia na tentativa de distanciá-la daquela sociedade rural que a precedera. Nessa perspectiva, a LDB consolidaria a ampliação do controle do Estado sobre a educação, tornando-o provedor da educação do povo. Diante disso, a liberdade de ensino se configuraria um risco ao avanço conquistado no âmbito educacional, qual seja, a expansão quantitativa da oferta de ensino.

⁶ Conhecido na historiografia por “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

O documento indica que, no Brasil, a liberdade de ensino já foi experimentada, mas em um Brasil muito diferente do contexto em que se colocavam os signatários do Manifesto de 1959 e segundo eles mesmos expressavam: antes, um Brasil de economia rural, organização patrimonialista, pouco diferenciado e com um aparelhamento escolar simples, medíocre, constituído de dois sistemas desarticulados. De um lado o ensino primário, normal e de ofícios, incipientes, para os populares. De outro lado, para as elites, as poucas escolas secundárias e superiores. Hoje, uma sociedade baseada na economia industrial, de estrutura complexa, cada vez mais diversificada sob a dinâmica da industrialização e urbanização, com um conjunto educacional de estrutura complicada, mais rica em escolas, graus e tipos, em fase crítica de crescimento e reorganização. (SANFELICE, 2007, p. 549-550).

Por seu turno, os signatários do *Manifesto sobre as bases da educação* defendiam o princípio da liberdade de ensino e a família, enquanto grupo social fundamental e modelar dos demais grupos e dos processos educacionais. De acordo com o Manifesto,

[...] seus representantes [das famílias], tais como as associações de pais e seus delegados, [...] têm prioridade na escolha do processo educacional. Portanto, a escola tem de ser instituição com características assemelhadas à família e não à repartição pública. (MANIFESTO SOBRE AS BASES DA EDUCAÇÃO, 1959, p. 21).

Atacava os liberais, acusando-os de “[...] através de uma escola neutra e uniformizante, esvaziar de significado espiritual a educação” (MANIFESTO SOBRE AS BASES DA EDUCAÇÃO, 1959, p. 21). De acordo com o documento em destaque, a defesa da laicidade conduziu a civilização ao totalitarismo e ao desamparo espiritual.

Conforme o *Manifesto sobre as bases da educação*, a liberdade de ensino seria a possibilidade de se exprimirem, em experiências pedagógicas, tipos de educação que atenderiam, na sua flexibilidade e variedade, a diversidade dos grupos humanos. Por isso, caberia ao Estado, não o monopólio da educação, mas

[...] o dever de estender a educação a todos. Cumpre-lhe, por isto, facilitar e estimular a iniciativa dos indivíduos e dos grupos sociais, sobretudo pela justa redistribuição dos recursos destinados à educação pelos contribuintes. Quando necessário, deve abrir escolas que, sem deixar de atender as minorias, sejam expressão das aspirações da maioria. Só assim se satisfaz ao verdadeiro conceito de escola pública. Não a que se identifica como escola única para todos independentemente dos recursos financeiros de cada um, a possibilidade de se realizar nas suas aptidões, nas suas vocações e nos seus ideais. (MANIFESTO SOBRE AS BASES DA EDUCAÇÃO, 1959, p. 21).

Nota-se o aspecto econômico da proposta privatista: recursos públicos para as escolas de iniciativa privada. De acordo com os educadores liberais, tratava-se de uma “[...] inversão radical e pela qual o ensino público seria supletivo às instituições escolares privadas, ficando essas com a garantia dos recursos dos cofres públicos” (SANFELICE, 2007, p. 549).

Do exposto, notamos que o debate que se manifestava na imprensa em torno do projeto de educação nacional era muito mais profundo e extrapolava o âmbito educacional e pedagógico. O conflito, na sua essência, se dava entre projetos societários distintos que, por sua vez, possuíam suas manifestações educacionais e pedagógicas.

De um lado, o grupo que defendia a necessidade de insistir na consolidação do projeto modernizador vivenciado pelo país desde 1930, que não se materializara totalmente nos anos de 1950. Suas bases se edificavam sobre a proposta de industrialização independente e economia autônoma, fundadas nos princípios liberais-burgueses e nos modos de viver e trabalhar capitalista. A educação escolar não podia ficar à margem deste futuro. Confluyente a essa proposta, defendia-se a escola pública como expressão de uma “[...] educação democrática, escola democrática e progressista, liberdade de pensamento e igualdade de oportunidades para todos” (SANFELICE, 2007, p. 546-547).

De outro lado, havia aqueles que se opunham, que faziam “[...] uma resistência à modernização, pelo menos de alguns

elementos e instituições da sociedade brasileira, aos favoráveis e partícipes dela” (SANFELICE, 2007, p. 544). Projeto societário cujas bases se lançavam sobre o capitalismo associado e/ou independente (IANNI, 1968), sob a tutela norte-americana. A proposta educacional desse projeto se manifestava nas reivindicações dos privatistas, na defesa da liberdade de ensino e das escolas privadas e confessionais.

Desse processo, notamos que a intencionalidade do debate educacional era garantir que o Estado, por força de lei, fizesse cumprir em todas as escolas do país a reprodução dos princípios, ideias e valores que se fizessem hegemônicos. Temos como referência o suposto que o Estado não é neutro, senão um aparelho utilizado pelos grupos sociais hegemônicos para garantir a hegemonia. A partir da teoria gramsciana, entendemos que, para garantir o consenso das massas e a manutenção da sociedade, os grupos hegemônicos fazem uso do aparato estatal e de todos os aparelhos privados de hegemonia que estiverem à sua disposição. Dessa forma, difundem valores, costumes e atitudes coerentes com as necessidades do desenvolvimento econômico, criando, portanto, um novo grau de civilização e um novo tipo de cidadão.

Se cada Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e cidadão [...], tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esse fim (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado a fim de que seja conforme à finalidade, seja maximamente eficaz e produtivo, de resultados positivos. [...] Na realidade, o Estado deve ser concebido como “educador” enquanto tende exatamente a criar um novo tipo ou nível de civilização.⁷ (GRAMSCI, 2007, p. 1570, tradução nossa).

⁷ “Se ogni Stato tende a creare e a mantenere un certo tipo di civiltà e di cittadino [...], tende a far sparire certi costumi e attitudini e a diffonderne altri, il diritto sarà lo strumento per questo fine (accanto alla scuola ed altre istituzioni ed attività) e deve essere elaborato affinché sia conforme al fine, sia massimamente efficace e produttivo di risultati positivi. [...] In realtà lo Stato deve essere concepito come <<educatore>> in quanto tende appunto a creare un nuovo tipo o livello di civiltà”.

Do debate educacional em destaque neste texto, manifesto pelo dualismo escola pública *versus* escola privada, destacamos a relação entre as categorias intelectuais, educação e imprensa, mediadas pela hegemonia. Do referido debate, nota-se que intelectuais de diferentes montas, conservadores e/ou intelectuais engajados em organizações políticas de esquerda, se debruçaram sobre a análise dos problemas econômicos, políticos e educacionais da sociedade brasileira. Interesses de diferentes grupos e as disputas entre as diferentes classes sociais foram catalisados por esses intelectuais que passaram a expressar e defender na imprensa os projetos educacionais dos grupos que eles representavam.

A partir da acepção gramsciana, por intelectuais entendemos os sujeitos sociais que assumem papéis de mediadores entre o mundo da produção e o complexo superestrutural (esferas ideológica, cultural, política e jurídica) (GRAMSCI, 2007). São os profissionais especializados capazes de desempenhar atividades de direção cultural-ideológica que garantam o consentimento ativo das massas. A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediato, como acontece para os grupos sociais fundamentais, mas é mediato, por todo o tecido social em diversos níveis, pelo complexo superestrutural no qual os intelectuais exercem suas funções.

Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os funcionários especializados do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população ao encaminhamento empreendido à vida social pelo grupo fundamental dominante, consenso que nasce “historicamente” pelo prestígio (e conseqüentemente, pela confiança) decorrente do grupo dominante pela sua posição e pela sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina daqueles grupos que não “consentem” nem ativamente nem passivamente, mas é constituído por toda a sociedade em prevenção dos momentos de crises no comando e

na direção no qual o consenso espontâneo é menor.⁸ (GRAMSCI, 2007, p. 1518-1519, tradução nossa).

Historicamente, as camadas intelectuais assumiram importante papel político-ideológico no processo de disputa pela hegemonia.⁹ De acordo com Gramsci, todas as classes sociais que pretendem se fazer hegemônicas necessitam de uma camada de intelectuais¹⁰. O referido pensador considera que a hegemonia de um grupo social sobre outro se manifesta de duas maneiras: como dominação e como direção intelectual e moral. Nesse sentido, o que uma hegemonia estabelece é um complexo sistema de relações e de mediações, cujo objetivo seja a direção dos grupos subalternos pelos grupos hegemônicos. De acordo com as palavras do autor,

⁸ “Queste funzioni sono precisamente organizzative e connettive. Gli intellettuali sono i <<commissi>> del gruppo dominante per l’esercizio delle funzioni subalterne dell’egemonia sociale e del governo politico, cioè: 1) del consenso <<spontaneo>> dato dalle grandi masse della popolazione all’indirizzo impresso alla vita sociale dal gruppo fondamentale dominante, consenso che nasce <<storicamente>> dal prestigio (e quindi dalla fiducia) derivante al gruppo dominante dalla sua posizione e dalla sua funzione nel mondo della produzione; 2) dell’apparato di coercizione statale che assicura <<legalmente>> la disciplina di quei gruppi che non <<consentono>> né attivamente né passivamente, ma è costituito per tutta la società in previsione dei momenti di crisi nel comando e nella direzione in cui il consenso spontaneo vien meno”.

⁹ Por hegemonia entendemos a liderança cultural-ideológica de uma classe social sobre as outras. Hegemonia é uma categoria muito cara para a teoria gramsciana e os limites deste artigo não nos permite tratá-la de maneira adequada. Por isso, indicamos a leitura dos cadernos 1, 4 e 10, compilados em *Quaderni del Carcere*.

¹⁰ Os intelectuais não constituem uma classe autônoma, mas são sujeitos vinculados a uma das duas classes sociais fundamentais, os detentores dos meios de produção ou o proletariado. Gramsci nos alerta que a origem de classe não garante o exercício e a luta política a favor da mesma, pois uma classe pode recrutar dentre os integrantes de outros grupos sociais, a quem confiar a atividade de direção e organização da cultura.

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como “dominação” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos adversários, que tende a ‘liquidar’ ou a submeter, também, com a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados.¹¹ (GRAMSCI, 2007, p. 2010, tradução nossa).

Dessa forma, considera-se que, no capitalismo, não haveria organização do poder somente pelo uso da força, pois o processo envolve, além disso, um conjunto de atividades econômico-produtivas, culturais e ideológicas que organiza o consenso e permite o desenvolvimento da dominação e direção. Gramsci confere à hegemonia um sentido de consenso ativo e direto, de participação efetiva dos indivíduos nos projetos propostos pela classe hegemônica.

A existência da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se devem levar em conta os interesses e tendências dos outros grupos sobre os quais a hegemonia deve se exercer, e que certo compromisso de equilíbrio deve ser estabelecido, quer dizer, que o grupo dirigente deve fazer sacrifícios de natureza econômico-corporativa. Mas, não há dúvida alguma, que, apesar da hegemonia ser ético-política, ela deve ser também econômica, deve necessariamente estar baseada na função decisiva exercida pelo grupo dirigente nos setores decisivos da atividade econômica.¹² (GRAMSCI, 2007, p. 1591, tradução nossa).

¹¹ “[...] la supremazia di un gruppo sociale si manifesta in due modi, come <<dominio>> e come <<direzione intellettuale e morale>>. Un gruppo sociale è dominante dei gruppi avversari che tende a <<liquidare>> o a sottomettere anche con la forza armata ed è dirigente dei gruppi affini e alleati”.

¹² “Il fatto dell’egemonia presuppone indubbiamente che sia tenuto conto degli interessi e delle tendenze dei gruppi sui quali l’egemonia verrà esercitata, che si formi un certo equilibrio di compromesso, che cioè il gruppo dirigente faccia dei sacrifici di ordine economico-corporativo, ma è anche indubbio che tali sacrifici e tale compromesso non possono riguardare l’essenziale, poiché se l’egemonia è etico-politica, non può non essere anche economica, non può non avere il suo fondamento nella funzione decisiva che il gruppo dirigente esercita nel nucleo decisivo dell’attività economica”.

Como é possível perceber, nesse processo de direção intelectual e moral, são utilizadas, para produção e divulgação das visões de mundo, as instituições da sociedade civil (escola, imprensa, igreja, sindicato, partido político), também denominadas de “aparelhos privados de hegemonia” (GRAMSCI, 2007). No pensamento de Gramsci, a sociedade civil se caracteriza como o lugar onde se decide a hegemonia, o palco de disputa, onde se confrontam diversos projetos de sociedade, até prevalecer aquele que estabeleça o domínio e a direção geral na economia, na política e na cultura.

Disso, notamos que, na materialidade, na disputa pela hegemonia, as categorias intelectuais e a imprensa imbricam-se. Por meio da imprensa, os intelectuais disputam a hegemonia, difundem uma consciência coletiva elaborada no interior da classe social que representam. A elaboração de uma consciência coletiva homogênea demanda condições e iniciativas diversas. Para Gramsci, a difusão de uma visão de mundo por um centro homogêneo cultural é a condição principal, mas não deve e não pode ser a única. É um erro pensar que uma ideia clara, oportunamente difundida, se insira nas diversas consciências singulares de forma mecânica e espontânea.

Daí a necessidade dos intelectuais no processo, já que são eles que catalisam os discursos, os projetos de sociedade, e os divulgam. Eles são centrais, pois são os profissionais especializados da organização da cultura. Para se conquistar o consenso não basta somente difundir de modo claro um conceito, um modo homogêneo de pensar e agir, mas um trabalho intelectual específico de adaptação das ideias às condições materiais dos diferentes contextos sociais e culturais. Gramsci destaca a necessidade da “repetição metódica” das ideias no processo. A repetição paciente e sistemática é um princípio metódico fundamental. Contudo, não se trata de uma repetição mecânica, senão a contínua adaptação das concepções e conceitos às diversas peculiaridades e tradições culturais presentes na sociedade, apresentando-as em todos os seus aspectos positivos e negativos. Para o autor,

O trabalho educativo-formativo que um centro homogêneo de cultura desenvolve, a elaboração de uma consciência crítica que ele promove e favorece sobre uma determinada base histórica que contenha as premissas concretas para tais elaborações, não pode se limitar à simples enunciação teórica de princípios “claros” de método: esta seria pura ação dos “filósofos” dos Setecentos [século XVIII]. O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve ser a dedução e a indução combinadas, a lógica formal e a dialética, a identificação e a distinção, a demonstração positiva e a destruição do velho. Mas, não em abstrato, mas em concreto, sobre a base do real e da experiência efetiva.¹³ (GRAMSCI, 2007, p. 2268, tradução nossa).

Para nós, fica claro que, na correlação de forças expressa na sociedade capitalista, os dominados dão consentimento ativo à dominação, que é construída e alimentada pelas classes hegemônicas pelas ações dos intelectuais e por meio dos aparelhos privados de hegemonia, dentre eles, a escola e a imprensa. Tendo em vista o domínio dos grupos sociais adversários e a direção geral da sociedade, por meio desses aparelhos, os intelectuais transmitem um ponto de vista classista como se fosse universal, de todos, de modo que todos os grupos sociais venham a aderir a essa visão de mundo, que não lhe é própria, e passem a agir de acordo com ela.

Vale dizer que a dominação não ocorre somente pelas vias ideológicas e culturais, pelo contrário, ela possui bases materiais. Em outras palavras, a hegemonia tem origem nas relações de

¹³ “Il lavoro educativo-formativo che un centro omogeneo di cultura svolge, l’elaborazione di una coscienza critica che esso promuove e favorisce su una determinata base storica che contenga le premesse concrete per tale elaborazione, non può limitarsi alla semplice enunciazione teorica di principii <<chiari>> di metodo: questa sarebbe pura azione da <<filosofi>> del Settecento. Il lavoro necessario è complesso e deve essere articolato e graduato: ci deve essere la deduzione e l’induzione combinate, la logica formale e la dialettica, l’identificazione e la distinzione, la dimostrazione positiva e la distruzione del vecchio. Ma non in astratto, ma in concreto, sulla base del reale e dell’esperienza effettiva”.

produção fundadas na cisão classista da sociedade e na divisão social do trabalho, mas se manifesta nos campos político, cultural e ideológico. Relembrando as palavras de Karl Marx, em *Crítica da Economia Política*, Gramsci afirma que “[...] os homens tornam-se conscientes dos conflitos que se verificam no mundo econômico sobre o terreno das ideologias”.¹⁴ (GRAMSCI, 2007, p. 1592, tradução nossa). Isso significa que, histórica e politicamente, a elaboração da autoconsciência crítica de determinada classe social passa pela camada de intelectuais.

Em síntese ...

Neste texto, buscamos evidenciar que os projetos educacionais em debate (defensores da escola pública *versus* privatistas) foram a manifestação ideológica e cultural de projetos societários que disputavam a hegemonia na sociedade brasileira. Dois grupos sociais ligados à classe hegemônica debatiam os rumos da economia e da industrialização nacional, dos quais a educação não poderia ficar ausente. Um grupo insistia no caminho trilhado entre os anos de 1930 e 1945, sustentado na ruptura parcial conquistada pelo país diante das economias mundiais dominantes, cujas bases seriam uma economia autônoma centrada na industrialização independente. Para esse grupo, a universalização da educação por meio da escola pública, estatal, gratuita e laica fazia-se necessária. Outro grupo defendia um desenvolvimento econômico e um projeto de industrialização apoiados no capitalismo associado, ou seja, na parceria entre o capital nacional e o investimento e financiamento internacionais. Nessa perspectiva, a educação seria importante, porém o mais importante seria garantir o principal baluarte da teoria liberal, a liberdade, expressa na liberdade de ensino. Por isso, suas

¹⁴ “È da ricordare insieme l’affermazione di Engels che l’economia solo in <<ultima analisi>> è la molla della storia [...] da collegarsi direttamente al passo della prefazione della *Crítica dell’Economia politica*, dove si dice che gli uomini diventano consapevoli dei conflitti che si verificano nel mondo economico sul terreno delle ideologie”.

propostas se materializariam nas escolas privadas e confessionais, permitindo a escola estatal somente em nível complementar.

Disso, notamos que compreender um debate educacional de uma época requer a sua análise à luz dos acontecimentos históricos que movimentaram as bases materiais da sociedade. Os estudos sobre a história da educação não podem perder de vista as relações sociais e de produção que engendraram as propostas educacionais de um contexto. Nesse sentido, o debate educacional brasileiro em torno da LDB se revelou como a manifestação superestrutural da luta de classe, a disputa dos diferentes grupos sociais pela hegemonia. A partir da análise do nosso objeto, cotejado com os escritos de Gramsci (2007), elucidaram-se os esforços empreendidos pelos intelectuais na imprensa e no Congresso Nacional. A finalidade do debate era a conquista do consentimento ativo das massas, estabelecer como hegemônico o projeto educacional de seu grupo e/ou classe social, e, conseqüentemente, sedimentar o caminho para a consolidação de um projeto societário pré-estabelecido pela classe social dominante.

Outro ponto a destacar é que a conquista desse consentimento ativo não é mecânica, senão contraditória, dialética, conforme podemos verificar no debate educacional em torno da LDB de 1961. Na ocasião, houve uma disputa de projetos educacionais, da qual a conciliação foi a saída mais adequada. Ou seja, por se tratar de dois projetos de formação humana cujas raízes se lançavam na mesma classe social, na ocasião representada por grupos sociais diferentes, a LDB aprovada no Congresso materializou propostas de ambos os grupos, liberais e privatistas.

Por isso, julgamos necessário ter cautela na análise dos embates sociais, pois, apesar de classistas, as ideias que os compõem não são monolíticas, mas um agregado de visões de mundo, princípios e valores que variam de acordo com a classe e os grupos sociais que as originaram. Não podemos tomar a luta de classes de modo maniqueísta, pois ela se manifesta de diferentes formas entre as frações de classes (grupos sociais). Basta notar que, no debate educacional em torno da LDB, no grupo

denominado de liberais, pela historiografia, havia intelectuais de tendências socialistas que não se orientavam pela visão de mundo liberal-burguesa, entretanto compunham o grupo para defender o que havia de mais avançado naquele momento para o campo educacional, a proposta de educação pública, estatal, gratuita e laica.

A nosso ver, isso não invalida o uso das categorias que aqui expusemos, mas revela o quão contraditória e complexa é a realidade objetiva. O real é contraditório, provisório e, por meio da investigação científica, pode ser apreendido para além de suas manifestações empíricas. Para que possamos conhecê-lo para além da aparência, podemos fazer uso das categorias analíticas aqui destacadas, pois elas nos permitem compreender as regularidades e as tendências gerais das relações sociais e de produção que engendram a sociedade e se manifestam na educação.

Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil no século XX: a economia. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BARROS, Roque Spencer Maciel de (Org.). *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Pioneira, 1960.

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 2007.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MANIFESTO DOS EDUCADORES, MAIS UMA VEZ CONVOCADOS. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1959.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 23 mar.2016.

MANIFESTO SOBRE AS BASES DA EDUCAÇÃO. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1959.

SANFELICE, José Luís. O manifesto dos educadores (1959) à luz da história. *Educação & Sociedade*, v. 28, p. 542-557, maio/ago., 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. Campinas: Autores Associados, 2006.

Recebido em julho de 2016.

Aprovado em julho de 2017.

LENDO MANUSCRITOS COLONIAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE TRÊS DOCUMENTOS SETECENTISTAS SOBRE FESTAS PÚBLICAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

*Kalina Vanderlei Silva**

RESUMO: Este artigo se propõe a observar um tema caro à historiografia colonialista, a festa, a partir da análise crítica e paleográfica de três manuscritos. Partindo de sua transcrição, discutimos a produção desses documentos, sua inserção em um gênero textual específico – a correspondência administrativa – e seu conteúdo: os meandros das festas públicas na Capitania de Pernambuco entre o Seiscentos e o Setecentos. Considerando-se tais festas como espaços privilegiados de demarcação de status e prestígio para a elite açucareira colonial, o artigo discute algumas possibilidades de estudo desse tema oferecidas pelos documentos camarários coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Documentação. Capitania de Pernambuco. Festas Coloniais.

ABSTRACT: This paper observes a prestigious thematic in Brazilian colonial historiography, the festivity, through the reading of three manuscripts. It analyses the paleographic elements of these documents, considering their textual gender – the administrative correspondence in the Portuguese Empire –, and the information

* Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada da Universidade de Pernambuco (UPE), Professora do Mestrado Multidisciplinar em Hebiatria (UPE); e do Mestrado em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pesquisa financiada pelo CNPq.

they provide in regard of the public celebrations in Seventeenth and Eighteenth centuries Pernambuco. The paper observes those celebrations as privileged spaces for status quo definition as well as the analytical possibilities offered by manuscript documentation.

KEYWORDS: Colonial Documentation. Pernambuco's Captaincy. Colonial Celebrations.

Introdução – Para entender a produção dos manuscritos

Durante os séculos XVII e XVIII, a Capitania de Pernambuco ocupou uma posição de prestígio dentro da América portuguesa, dominada por senhores de engenho e, a partir do XVIII, também por grandes comerciantes, assentados em câmaras municipais, dentre as quais se sobressaia a de Olinda. Tal situação privilegiada garantiu a essa elite uma atenção redobrada por parte da Coroa, materializada em uma intensa troca de correspondência administrativa entre o Conselho Ultramarino, governadores, ouvidores e outros funcionários régios, além dos próprios oficiais do Senado da Câmara de Olinda e de suas congêneres em Igarassu e, após 1711, em Recife. E é justamente essa correspondência administrativa que hoje possibilita aos historiadores acesso aos mecanismos políticos e socioculturais que nos Seiscentos e Setecentos interligavam essa capitania ao Império Português, na medida em que os agentes administrativos em diferentes lugares discutiam assuntos os mais diversos. Tal relevância historiográfica expõe a pertinência de uma análise crítica e paleográfica dessa prolífica documentação; uma análise, entretanto, que atualmente tem sido relegada a segundo plano por muitos historiadores sociais devido principalmente à constante utilização de acervos, como o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), cuja documentação já foi analisada a partir de diversos pontos de vista, inclusive o diplomático.

Contudo, muitos acervos coloniais brasileiros carecem de

análises tão minuciosas. Apesar do imprescindível trabalho de preservação e divulgação que vem sendo realizado por grandes e pequenos arquivos brasileiros, na medida em que cresce a prospecção em “novos” acervos, os historiadores se veem constantemente confrontados com manuscritos que, diferentemente daqueles do AHU, não são acompanhados de ementas que explicam sua autoria, detalhes de produção e elementos diplomáticos básicos. E esse confronto traz à luz o importante papel que a crítica documental pode desempenhar no trabalho historiográfico.

No caso específico da Capitania de Pernambuco, um acervo em particular ainda resguarda manuscritos que exigem detalhadas análises críticas antes de qualquer leitura conteudística. Esse acervo é o Fundo de Registros de Provisões, Portarias e Editais (1688 a 1905) do Arquivo Público Jordão Emerenciano, o APEJE, no Recife. Um fundo cuja recorrente leitura ao longo de anos nos despertou uma série de interrogações relativas ao processo de produção de seus manuscritos. E é para tentar responder a algumas dessas questões que nos propomos aqui a realizar uma leitura crítica, com considerações filológicas e paleográficas (QUEIROZ, 2011, p. 473-484), em três manuscritos pertencentes ao fundo em questão: três registros camarários que discutem um tema privilegiado pela historiografia especializada na América portuguesa – as festas públicas.

Em trabalhos anteriores, tivemos a oportunidade de visitar essa temática no cenário específico da Capitania de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII (SILVA, 2011a, p. 63-85; SILVA, 2011b, p. 76-93; SILVA, 2009), o que gerou uma preocupação com a monumentalidade desses documentos, uma vez que, ausente qualquer análise diplomática ou crítica paleográfica, tais manuscritos estavam sendo aceitos como retratos indiscutíveis dos fatos e estruturas coloniais. Isso nos traz à leitura atual, através da qual procuramos não apenas inquirir sobre as intenções por trás da escrita dos três manuscritos selecionados, mas também contextualizar seu “lugar de produção”, sendo esse lugar uma das mais importantes questões a serem discutidas aqui, visto que

tais manuscritos possuem uma dupla datação, pois são cópias setecentistas de manuscritos seiscentistas. Nossos documentos se inserem naquela situação apontada por José D'Assunção Barros, na qual a cronologia da produção de um documento nem sempre se limita a um único "lugar": ou seja, uma situação presente quando o documento foi elaborado ou interferido ao longo de um dado intervalo de tempo (BARROS, 2012, p. 407-429). Tal interferência é percebida na produção desses nossos manuscritos, o que levanta uma série de dúvidas acerca de seu valor enquanto monumento às estruturas e fatos coloniais.

Quem escreve, quem copia – Sobre a autoria dos manuscritos coloniais do APEJE

Hoje encadernados em um único volume, nossos três manuscritos são cópias de uma correspondência mais antiga, remetida pela Coroa portuguesa à Câmara de Olinda e procedente do Conselho Ultramarino que, desde sua fundação, em 1642, geria a maior parte dos negócios coloniais do Império português (SALGADO, 1985, p. 42-43). Eles pertencem a um gênero textual bem característico do mundo atlântico moderno e um dos mais prolíficos nos séculos XVII e XVIII: a correspondência administrativa imperial. O livro que os reúne, o *Livro de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696*, congrega, em suas 568 páginas manuscritas, as cópias, elaboradas na segunda metade do século XVIII, de ordens régias e de provisões enviadas à Câmara de Olinda, cujos originais datam do final do século XVII. Isso sugere que o escrivão em atividade nesse órgão na década de 1750 produziu uma "segunda via" de um livro de registro mais antigo, hoje perdido, que compilava a correspondência que a Câmara recebera da Coroa no século anterior. Por isso, na maioria de suas páginas vemos, abaixo dos dados relativos ao documento original seiscentista, também os dados do escrivão que o copiou nos anos 1750. Essa informação nos dá, na verdade, um autor autodeclarado para nossos três manuscritos: Manuel Pinheiro da Fontoura, escrivão da Câmara de Olinda em 1755.

O *Livro de registros*... reúne provisões, ordens e cartas régias copiadas em sequência cronológica e em sucessão imediata, com o primeiro registro transcrevendo um documento cujo cabeçalho se perdeu, mas que ainda traz a data do original, 1663, e o último registrando uma provisão de 1709; apesar de que, em seu interior, ele também apresenta alguns registros datados da década de 1720. De forma geral, em bom estado de conservação, o livro está completo, a não ser por duas folhas que foram substituídas por cópias digitadas (LIVRO de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696, p. 71, 73), e traz manuscritos relativamente legíveis, apesar do óxido de ferro da tinta original estar corroendo letras em diversos lugares e começando a manchar muitas das páginas. As cópias ocupam as duas faces da folha, e os documentos têm tamanhos bastante desiguais, variando entre aqueles com menos de 20 linhas que ocupam meia página, dividindo-a com o documento seguinte, e aqueles que se espalham por várias páginas, caso do *Registro do Regimento de Ordenanças expedido para esse governo*, com 35 páginas (LIVRO de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696, p. 263-280). Por fim, ao final do tomo há um índice que ocupa as oito últimas páginas, intitulado *Index das principaes ordens, e Cartas régias q[ue] contem este Livro*; índice, entretanto, incompleto.

A análise paleográfica inicial desses manuscritos nos oferece elementos para uma descrição geral do contexto de sua produção. Em primeiro lugar, é perceptível que os registros não foram escritos por um único escriba, visto que o estilo de escrita muda consideravelmente ao longo das folhas. Por outro lado, apesar dos diferentes escrivães, os elementos paleográficos extrínsecos e intrínsecos (DURANTI, 2015, p. 196) mantêm todos os documentos dentro dos limites temporais estabelecidos por seu conteúdo, inserindo-os nos séculos XVII e XVIII: não apenas o material de suporte da escrita – por exemplo, a tinta manufaturada com óxido de ferro – mas também a escrita em si (que pode ser definida, de acordo com as regras paleográficas, como humanista com letras cursivas e encadeadas) são elementos

bem característicos do período colonial (ANDRADE, 2008/2009, p 152). Todas essas considerações, é claro, excluem as duas páginas digitadas que foram visivelmente acrescentadas no final o século XX, mas que não trazem informações sobre sua data de produção ou de inclusão no livro.

Outros elementos significativos inserem o livro no contexto de produção dos documentos oficiais coloniais: o uso excessivo de abreviaturas (ACIOLI, 1994, p. 45-48); a ausência de clareza e padronização nos traços cursivos das letras em muitas das folhas (ANDRADE, 2008/2009, p. 158); a elaboração de vários de seus textos no formato de um parágrafo único; a elaboração dos textos segundo as convenções das cartas administrativas imperiais portuguesas, cuja formatação incluía cabeçalho, saudação, fecho, cargo do autor, local e data de produção, e assinatura do autor (FONSECA, 2006, p. 571). Da observação da conjunção desses elementos em manuscritos coloniais variados (principalmente o excesso de abreviaturas e as letras fora de padrão), autores como Andrade e Acioli deduzem um domínio irregular das técnicas de escrita por parte dos escrivães responsáveis (ACIOLI, 1994, p. 45-48; ANDRADE, 2008/2009, p. 158). No entanto, não podemos precisar se esse era o caso de Manuel Pinheiro da Fontoura, o escrivão-autor dos três documentos aqui analisados, uma vez que muito ainda há a ser estudado no que diz respeito à cultura escrita no contexto específico da Capitania de Pernambuco e pouca ou nenhuma informação biográfica foi até agora encontrada sobre esse personagem.

Seja como for, a partir dessas considerações gerais, procedemos à transcrição paleográfica e leitura crítica de nossos três manuscritos, baseando-nos principalmente nas regras ditadas por Acioli (1994), mas considerando também as reflexões filológicas acerca da edição semidiplomática de documentos manuscritos, como propostas por Vasconcelos (2005) e Barreto e Queiróz (2011). Como consideração inicial, ressaltamos que a autoria desses três registros selecionados vem declarada nos mesmos: o escrivão Manuel Pinheiro da Fontoura. Além disso, os três documentos compartilham a maioria dos elementos

paleográficos extrínsecos e intrínsecos com a notável exceção da clareza na grafia, já que o segundo e o terceiro documentos apresentam uma escrita muito mais homogênea, com letras mais regulares do que o primeiro, e mesmo com um menor número de abreviaturas. Também é significativo que apenas o registro da provisão de 1726 faça referência clara ao Conselho Ultramarino.

Sobre o que se escreve – O conteúdo dos manuscritos do *Livro de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara Municipal da Cidade de Olinda de 1696*

No que se refere ao conteúdo, os documentos do *Livro de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696* tratam de assuntos os mais diversos, principalmente discutindo o cotidiano da Câmara de Olinda e sua relação com a Coroa em um momento em que a dita câmara comandava a Capitania de Pernambuco. Razão pela qual o livro compila resoluções sobre despesas diversas, sobre abastecimento local, sobre nomeações para cargos públicos e militares, além de discutir outras funções regulares da câmara, como a organização das festas públicas.¹ E foi a relevância política e social dessas festas no contexto das disputas entre diferentes grupos sociais em Pernambuco, entre o XVII e o XVIII, que nos levou a explorar os conteúdos e os discursos dos manuscritos desse livro em primeiro lugar, despertando diversas questões sobre a autoria e o lugar de produção de documentos, como os três que analisamos aqui: duas provisões e uma carta régia que versam sobre as festas públicas sob responsabilidade da Câmara de Olinda nas décadas de 1690 e 1720, cujos registros foram copiados no *Livro de registros...* por Pinheiro da Fontoura em 1755.

O primeiro dos nossos três manuscritos é o *Registro da carta de Sua Majestade, escrita à Câmara, sobre o Governador não consentir que diante dele se assentarem cadeiras de espaldas.*

¹ Para as funções administrativas da Câmara de Olinda, cf. Lisboa, 2013.

Escrita a 13 de novembro de 1691. As datas de cópia e original estão estabelecidas no próprio documento, respectivamente 1755 e 1691. Quanto à tipologia, é uma carta régia que responde a uma correspondência anterior da Câmara de Olinda, cuja data não é mencionada. E, quanto ao assunto, responde a uma queixa dos oficiais dessa câmara relativa a determinada atitude do governador de Pernambuco durante uma celebração pública. O manuscrito está na página 63 verso do *Livro de registros...*, dividindo-a com um segundo documento copiado na mesma data, intitulado *Registro da carta de sua majestade, escrita aos oficiais da câmara na q[a] lhe dis mandar ordenar ao governador senão intrometer nas eleições e os deixe servir q[to] le os tocar. Escrita a 6 de dezembro de 1691*, e os títulos de ambos já esclarecem sua função enquanto cópias de uma documentação mais antiga. Segue abaixo sua transcrição, com a grafia atualizada para o português atual:

Registro da carta de Sua Majestade, escrita à Câmara, sobre o Governador não consentir que diante dele se assentarem cadeiras de espaldas. Escrita a 13 de novembro de 1691.

Oficiais da Câmara da Cidade de Olinda Eu El Rey vos envio muito saudar, vendo o que me escreveste em carta de 10 de julho do ano passado, sobre o governador Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, vos não querer no tempo de seu governo consentir que nos atos públicos em sua presença vos assentásseis em cadeiras de espaldas senão em bancos os tendo [naposse] de vos assentardes em cadeiras de espaldas em todas as ocasiões, que em atos públicos e em festas reais, assistires em corpo de câmara, em presença dos governadores, e só estando o Santíssimo exposto, em bancos; e vendo também o que sobre esta matéria informou (como lhe mandei ordenar), o Governador Antônio Felix Machado, em carta de 12 de julho deste ano: me pareceu ordenar vos, que ao mesmo governador se os observe que vos consinta naposa [sic] de vos sentardes nos atos públicos, em cadeiras de espaldas, de que vos aviso, para o terdes assim entendido: Escrita em Lisboa a

13 de novembro de 1691 = Rei = o Conde de Valadares = para os oficiais da câmara de Pernambuco: era o que se continha na dita carta, que eu Manuel Pinheiro da Fontoura, escrivão da câmara, a fiz registrar, subscrevi, e assinei aos 32[sic] de janeiro de 1755 Manuel Pinheiro da Fontoura. (LIVRO de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696. fl. 63v).

Nesse texto, o Conselho Ultramarino basicamente informa à Câmara de Olinda qual a decisão régia tomada com referência a uma reclamação anteriormente feita por aquele órgão. Apesar de ser um texto curto e sucinto, deixa transparecer, entre outras coisas, o processo administrativo por trás da recepção da queixa e da subsequente tomada de decisão sobre a mesma. Indica, por exemplo, a investigação feita junto aos representantes da Coroa em Pernambuco, motivada pela recepção da correspondência que primeiro relatou o episódio em discussão. Uma investigação que implicava o envio de missivas consultivas para representantes como o governador da capitania, Antônio Felix Machado. Recebendo o parecer deste, o Conselho Ultramarino, através do Conde de Valadares, decidiria sobre o problema e informaria a decisão ao rei que, por fim, mandaria passar a ordem explícita nessa carta régia.

Também a duração da investigação aparece na mensagem, que fixa o tempo decorrido entre o recebimento da primeira queixa e o envio da decisão régia sobre a mesma: a primeira correspondência sobre o assunto, tendo sido recebida na Corte em julho de 1690, e a ordem passada pelo rei, escrita em novembro de 1691. Por fim, o documento é concluído com o registro da assinatura do rei e do membro do Conselho Ultramarino originalmente responsável por encaminhar a carta, nesse caso o Conde de Valadares, e pelos dados do copista de 1755, o escrivão Manuel Pinheiro da Fontoura.

Com relação ao assunto tratado pela carta régia de 1691, a mesma aborda um tema caro à cultura cortesã ibérica, e, por extensão, à sociedade colonial americana: a geografia de poder

nas cerimônias públicas.² Nesse caso específico, a problemática discutida girava em torno da disputa entre os oficiais do Senado da Câmara de Olinda e o governador da capitania, então Câmara Coutinho, acerca do tipo de assento que os oficiais poderiam ocupar nas cerimônias públicas realizadas nas vilas da capitania: enquanto os oficiais queriam sentar em cadeiras de espaldas nas cerimônias mais importantes, aquelas com o Santíssimo Sacramento exposto, o governador os obrigava a permanecer em bancos simples.

A simplicidade, ou superficialidade, dessa discussão disfarça profundas disputas políticas entre os senhores de engenho e os representantes da Coroa portuguesa em Pernambuco, ecoando uma queixa nada original, e mesmo bastante repetida ao longo dos séculos XVII e XVIII. Isso porque na medida em que os festejos públicos se configuravam como momentos privilegiados para que os senhores, enquanto membros das câmaras, demarcassem seu prestígio, as disputas pelos melhores posicionamentos nas cerimônias se tornavam cada vez mais comuns (SILVA, 2009). Essas celebrações, que incluíam festas religiosas anuais pertencentes ao calendário da Coroa e posses de autoridades e festas extraordinárias de cunho político – casamentos, nascimentos, exéquias – ordenadas pela Corte, apresentavam-se como os momentos principais de exposição dos senhores de engenho nas ruas das vilas da capitania. Logo, todas as festividades processionais eram rigorosamente planejadas e implicavam uma hierárquica distribuição de espaços que tornava a geografia das cerimônias um assunto dos mais importantes para esses senhores.

² Trabalhamos com a noção de cultura cortesã como aquele sistema de valores, em vigor entre a nobreza residente e atuante nas cortes da Europa seiscentista, cujas complexas regras de conduta, segundo José António Maravall, atingiram seu ápice na Espanha Habsburga, e que de lá se espalharam para reinos e colônias conectados ou pertencentes ao domínio Habsburgo. Para a cultura cortesã, cf. Maravall, 1997; Bennassar, 2006; Oliveira, 2006. Em trabalhos anteriores, aprofundamos a relação dos senhores de engenho da América portuguesa com essa cultura. Cf. Silva, 2013.

Como na hierarquia espacial dessas procissões, determinados símbolos ocupavam posições mais destacadas, caso principalmente do Santíssimo Sacramento, que era apresentado apenas nas mais importantes celebrações. A presença eventual desses símbolos acendia as disputas por espaços privilegiados entre oficiais das câmaras, governadores, bispos e todas as outras autoridades da capitania (SILVA, 2011b, p. 76-93).

E, de fato, a carta régia de 1691 implicava que a presença do Santíssimo Sacramento na cerimônia em questão fora o estopim do problema entre Câmara e governador acerca do lugar onde os oficiais da primeira deveriam se sentar na festa. O fato de o governador os ter obrigado a sentar em bancos simples, em uma ocasião tão importante que exigia a exposição do Santíssimo, levou esses indignados senhores de engenho, enquanto oficiais camarários, a repassarem seu desgosto para o rei.

Essa não foi a primeira e tampouco a última vez em que problemas políticos foram gerados na Capitania de Pernambuco em torno da realização de festas públicas. Em primeiro lugar, é preciso considerar a função básica dessas cerimônias: reafirmar o poder do rei sobre os distantes súditos coloniais. Uma função jamais esquecida e sempre enfatizada: em diferentes ocasiões vemos governadores e câmara disputando o privilégio de representarem o rei.³ Por outro lado, para além dessa função, a própria condição colonial de existência criou uma outra igualmente importante para os oficiais da câmara: aquela que dava às festas o poder de definir publicamente hierarquias estamentais, confirmando o prestígio de autoridades perante a capitania e mesmo a Coroa.

Assim, cada festa pública tinha sua geografia estabelecida minuciosamente, e os espaços nas procissões, nos sermões e cerimônias, nas igrejas e nas danças das corporações eram

³ Cf. REGISTRO da carta de S. majestade escrita aos oficiais da câmara, sobre ir, ou não o pendão da câmara nas procissões. Escrita a 18 de julho de 1677. APEJE. LIVRO de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696. Fl. 48, 48v.

cuidadosamente arranjados de forma a que indicassem aos espectadores o status de seu ocupante.⁴ Nesse contexto, os símbolos dessas cerimônias eram vitais, pois o prestígio poderia ser estabelecido pelo lugar ocupado por um personagem em relação a um desses símbolos: o pátio e o Santíssimo Sacramento são os melhores exemplos (SILVA, 2009). Não que essa tão bem arranjada distribuição espacial impedisse o surgimento de problemas. Pelo contrário: as disputas surgiam e se tornavam mais acaloradas quanto mais importante era a cerimônia em questão.

No caso específico da disputa apresentada pela carta de 1691, a Coroa terminou por dar razão à Câmara de Olinda em detrimento do governador, resguardando assim o prestígio dos senhores de engenho. Isso também não era raro, e, em outras querelas suntuárias entre câmaras e governadores, a Coroa afirmaria que também os oficiais dos senados eram seus representantes, e por isso deveriam ser tratados com o devido respeito e associados aos símbolos de poder público.⁵ Por outro

⁴ Para a análise das festas públicas na Capitania de Pernambuco, enquanto eventos privilegiados para a observação da cultura política dos senhores de engenho, trabalhamos com a sociologia weberiana e seus conceitos elaborados para análise de grupos de status: conceitos tais como prestígio, honra e status, esse último compreendido como o lugar simbólico ocupado pelos senhores de engenho na estrutura hierárquica da capitania. O que essa concepção teórica traz para a análise histórica da cultura política desses senhores é a constatação do quanto, para aqueles indivíduos que compunham o grupo de status dos senhores de engenho da capitania, a manutenção da honra e o cultivo de prestígio eram fundamentais ferramentas de aquisição de poder (WEBER, 2002, p. 687-688; QUINTANEIRO, 2002, p.114-119).

⁵ Um exemplo é a disputa entre o Vigário Geral da Sé de Olinda e a Câmara desta cidade, em 1677, em torno do lugar que o pendão da Câmara deveria ocupar nas procissões, em relação à posição do pátio. Nessa disputa, interveio o então governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida, posicionando-se contra o Senado. O que levou a Câmara a escrever ao rei uma reclamação contra vigário e governador. O rei, por sua vez, nessa ocasião como em outras, posicionou-se a favor da Câmara, afirmando: "que o governador não representa mais minha pessoa do que a representa o senado: e assim não havia de resolver que nas procissões que não fosse o pendão porque só quando eu vou nelas deixa de ir, o pendão e nas mais começa do pendão

lado, no que diz respeito à distância temporal entre a carta original e a cópia setecentista, é preciso ainda observar que tal distância, com relação a esse tema específico, talvez não existisse. De fato, as disputas por prestígio na Capitania de Pernambuco ainda eram bastante comuns na segunda metade do século XVIII, tendo até mesmo sofrido uma intensificação com a concorrência oferecida pela fundação da Vila do Recife, em 1711. Isso fazia com que os assuntos tratados na carta original fossem bastante atuais no momento de sua cópia, fazendo sentido, assim, que, em 1755, a Câmara se interessasse por registrar um documento antigo que resguardasse seus direitos em querelas futuras.

Visto que as festas públicas ocupavam um papel dos mais importantes nas vilas coloniais, funcionando como vitrines para o rei distante e para as elites locais⁶, não é de se espantar que ocupassem também as preocupações das câmaras, que gastavam muito tempo discutido cotidianamente diversas questões

o corpo do senado da câmara, e nesta forma se deve observar daqui em diante". (REGISTRO da carta de S. majestade escrita aos oficiais da câmara, sobre ir, ou não o pendão da câmara nas procissões. Escrita a 18 de julho de 1677. APEJE. LIVRO de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696. 48, 48v).

⁶ Atualmente, são numerosos os estudos que se debruçam sobre as elites coloniais e sua relação com as câmaras municipais da América portuguesa. Essa historiografia tem se esforçado para definir a noção de elite colonial – que normalmente abarca os grupos que controlavam tanto os meios econômicos quanto os poderes políticos locais em suas regiões específicas –, assim como para entender a balança de poder entre esses poderes locais e aqueles das autoridades coloniais e do próprio Estado português (NOGUEIRA, 2010.). Essa historiografia é numerosa e abarca diferentes recantos da América portuguesa, mas, em geral, segue consideravelmente influenciada pelas teses primeiramente expostas no hoje clássico *O Antigo Regime nos trópicos* (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001). Para Pernambuco, especificamente, a definição das elites camarárias foi feita por historiadores como George Cabral, para quem as câmaras eram instituições híbridas de poder (SOUZA, 2007). Seguindo a mesma linha, Welber Carlos Andrade a Silva discute a maleabilidade das elites coloniais, mas enfatizando a importância da posse fundiária na definição dessas na Capitania de Pernambuco, pelo menos até o XVIII, quando o comércio se tornou um fator também definidor da composição dessas elites na capitania (SILVA, 2012, p. 26).

relacionadas a esses eventos, como as despesas envolvidas em sua organização. Essas despesas eram sempre vultosas e incluíam pagamentos de pintores e músicos, de sermões especialmente encomendados, de cera para a iluminação pública, além das propinas para os próprios oficiais do senado.⁷ Esse tópico do financiamento das festas foi uma constante também em Pernambuco, e é o tema de nosso segundo manuscrito: o registro de uma provisão régia, originalmente datada de 1692.

Registro de uma provisão por que Sua Majestade manda se tirem os 6⁴⁰, que a cada um dos juizes, vereadores da câmara de Pernambuco se dá para varas, porém, que estas tenha o Senado obrigação de lhas dar por sua conta passada a 19 de setembro de 1692.

Eu El Rei, faço saber aos que esta minha provisão virem, que mandando ver e examinar as dúvidas que o ouvidor geral da Capitania de Pernambuco, José de Sá Mendonça, teve para não levar em conta nas que viu e reenviou, por ordem do governador D Antonio Felix Machado do tesoureiro do Senado da Câmara Feliciano da Silva, algumas despesas, que os oficiais da dita câmara costumam fazer sem provisão minha, e o que sobre esta matéria me responderam os mesmos oficiais da câmara, governador, e syndicante da dita capitania de Pernambuco, tendo a tudo consideração e ao que respondeu o procurador da minha fazenda ao que se deu vista: haja bem que se tirem os seis contos,

⁷ Camila Santiago compôs uma ótima reconstituição de todo o processo de organização das festas públicas pelas câmaras, “desde a decisão por fazê-las, acordada em reunião do conselho, passando pela contratação de oficiais e sacerdotes – músicos, carpinteiros, padres, armadores – o gerenciamento das contas públicas destinadas às celebrações, a convocação dos segmentos sociais para tomarem seus lugares nas solenidades, a compra de materiais necessários como cera e incenso etc.”. Seu objeto de estudo foram as festas organizadas pela Câmara de Vila Rica, no XVIII, mas seu trabalho nos oferece um bom parâmetro do funcionamento das mesmas nos núcleos urbanos ultramarinos. Cf. Santiago, 2001, p. 13.

e quarenta réis, que a cada um dos juizes e vereadores da dita câmara se dá em cada uma das festas para varas, porem que estas terá o dito senado da câmara a obrigação de lhas dar por sua conta, e despesa; e nesta conformidade mando se cumpra, e guarde esta provisão inteiramente, como nela se contem, sem dúvida alguma, a qual se lerá como carta, e não passará pela chancelaria, sem embargo da ordenação do [Artigo] [2º] [11º] 39 em contrário, e se passou por [] Manuel Felipe da S[a], a fez em Lisboa, a 19 de junho de 1692, o secretário.

O secretário André Lopes de Serra a fez escrever, Provisão por que V. Majestade manda que se tirem os seiscentos e quarenta réis que cada um dos juizes e vereadores da Câmara de Pernambuco se dá em cada uma das festas por varas, porem que estas tenha o dito Senado da Câmara a obrigação de lhas dar por sua conta e despesas, como nesta se declara e não passa pela chancelaria, haveis por dever para V. Maj. ver = é o que se conta na dita Carta que eu Manuel Pinheiro da Fontoura, escrivão da Câmara o fiz registrar, subscrevi e assinei em 8 de fevereiro de 1755. Manuel Pinheiro da Fontoura. (LIVRO de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696. fl. 66).

Diferentemente de uma carta régia, dirigida pela Coroa a um interlocutor específico sobre um tema em particular, uma provisão era uma ordem de caráter mais geral; uma diferença que pode ser percebida na comparação dos dois documentos anteriores, pois enquanto a carta régia de 1691 foi dirigida especificamente aos oficiais da Câmara de Olinda, resguardando um certo tom de consulta, a provisão de 1692, por sua vez, não apenas foi dirigida a todos os representantes régios da capitania, como também apresentava um tom claro de ordem. Nela, a diretriz real impunha uma mudança nas práticas da Câmara de Olinda, em resposta a um problema anteriormente identificado nas contas da mesma.

A situação que motivou essa ordem aparece na provisão de forma sintética: aparentemente seguindo ordens do governador

da capitania, então Felix Machado, o ouvidor geral da capitania – funcionário encarregado da manutenção da Justiça Régia – levantou dúvidas sobre a idoneidade das contas prestadas pelo Tesoureiro da Câmara de Olinda, especificamente aquelas relativas às despesas que, sem permissão régia, os oficiais faziam nas festas. Uma vez tendo recebido essas dúvidas, a Coroa ordenou uma sindicância, que foi realizada pelo procurador da fazenda, que, por sua vez, apresentou seus resultados ao Conselho Ultramarino; a partir desses resultados, foi elaborada a provisão em questão.

Os gastos disputados nessa ocasião em particular eram relativos ao pagamento de *varas* aos oficiais do Senado. Mais especificamente ainda, ao pagamento de seis contos e quarenta reis, um valor bem alto para a década de 1690, em varas para cada uma das festas organizadas por aquela câmara no ano em questão. E essas festas foram muitas...

Como prática costumeira no Império português, cabia às câmaras das vilas mais influentes a organização das festas anuais do calendário régio, ditado na Corte. Tais festas, das quais Corpus Christi era a mais importante, eram celebrações religiosas com um forte caráter de reafirmação do poder da monarquia e que tomavam a forma de atos processionais, seguidos ou precedidos de cerimônias nas igrejas, muitas vezes acompanhados pelos terços do exército regular, e sempre guiados pelas autoridades locais.

Essas festas custavam caro, pois exigiam, entre outras coisas, a iluminação das ruas e igrejas, a contratação de músicos e de padres pregadores, tudo devendo ser financiado pelas câmaras, que também deveriam pagar as *propinas* e *varas* devidas aos oficiais do senado por sua participação. Enquanto as *propinas* eram pagamentos comuns a funcionários do império, as *varas*, por sua vez, eram importantes símbolos associados às celebrações públicas, no mesmo patamar do pendão da câmara. Eram insígnias associadas às irmandades leigas, que deveriam ser carregadas por seus mais importantes irmãos nas procissões

de seus santos padroeiros.⁸ E, a julgar pela provisão de 1692, eram associadas também ao pagamento de um valor determinado que deveria ser feito pela câmara a seus portadores.

Na década de 1690, as principais festas do calendário régio organizadas pela Câmara de Olinda eram as anuais Corpus Christi, São Sebastião, Anjo Custódio do Reino e a festa de Ação de Graças pela Restauração da Capitania contra os Holandeses, às quais se somavam as eventuais festas extraordinárias, tais como a realizada em honra do nascimento da infanta em 1699 e as celebrações da “paz com Castela”, que renderia festas ainda em 1713, 1715 e 1719. Interessante notar que, apesar do calendário festivo ser o mesmo para reino e ultramar, a Câmara de Olinda conseguiu que o rei transformasse uma celebração local em festa anual, realizada apenas na vila: a festa de ação de graças pela Restauração (SILVA, 2009). Além dela, o governador de Pernambuco, então Aires de Souza, fez celebrar, nessa mesma década, também festas extraordinárias de caráter local, em honra à pretensa conquista do Quilombo de Palmares.⁹

Seja como for, a operação dessas festividades seguia sempre um padrão pré-determinado, com procissões guiadas por ruas selecionadas e devidamente enfeitadas para a ocasião, com luminárias, repiques de sinos, salvas de artilharia, pregões públicos e às vezes danças das corporações de ofício, e cuja conclusão deveria se dar na Igreja Matriz, com missa solene na qual era cantado o *Te Deum* e onde se expunha o Santíssimo Sacramento naquelas festas mais prestigiosas, que eram acompanhadas por tropas e assistidas pela plebe. Em tudo isso, a participação das autoridades era devidamente organizada segundo a rígida hierarquia espacial das festas coloniais (SILVA, 2011a, p. 63-85).

No caso que motivou a escrita dessa nossa provisão de 1692,

⁸ Para o pagamento de *propinas* e os significados das *varas* nas procissões (SANTIAGO, 2001, p. 11; 19; 70; 96).

⁹ Dados acerca dessas festas estão nos documentos transcritos por Ennes (1938, p. 31-32; 105-106).

as despesas que o ouvidor deixou sob suspeita contabilizavam um gasto considerável que tinha saído dos cofres da Fazenda Real. Aparentemente, o problema não era o pagamento das varas em si, uma prática costumeira, mas o fato de que o mesmo estava sendo realizado pelos fundos da Fazenda Real e não pela câmara, como deveria ser o procedimento correto. Não que isso fosse um fenômeno raro, sendo, na verdade, bastante comum que as câmaras municipais luso-americanas abusassem de seu papel de organizadoras das festas públicas e de seu direito legal de receber pagamento pela participação nas mesmas, estipulando altas somas para suas propinas.

Mas, além desse problema financeiro, esse curto manuscrito é esclarecedor também de uma outra questão corriqueira naquele cenário: a constante disputa de poder entre a Câmara de Olinda e as autoridades régias na Capitania de Pernambuco. Assentados nessa câmara estavam os senhores de engenho: um grupo que, pelo menos desde a restauração em 1654, se arrogava privilégios de mando sobre a capitania e mesmo além dela, e que não poucas vezes se enfrentava aos altos representantes do rei, especialmente os governadores que deveriam ser responsáveis pela imposição da ordem imperial na região.

Há o caso, por exemplo, de uma disputa entre essa câmara e o governador D. Manoel Rolim de Moura, em 1725, acerca da obrigatoriedade, não cumprida, de o governador atender às festas em Olinda (CARTA do governador da Capitania de Pernambuco ao Rei sobre a ordem para que todos os ministros, oficiais de justiça e fazenda, governador, Senado e todos os terços de Recife e Olinda participem dos festejos da Restauração... Pernambuco, 18 de julho de 1725). Nessa ocasião, reclamaram os oficiais de Olinda que o governador não apenas não comparecera à festa de ação de graças pela Restauração naquele ano, mas ainda impedira que as tropas e outras autoridades da Coroa então assentadas no Recife participassem da festa em Olinda, o que, segundo os oficiais, diminuía consideravelmente a pompa da ocasião. Ou seja, tratava-se de uma disputa por pompa e por autoridade. Uma disputa que também transparece na investigação das contas da

câmara instigada pelo governador Felix Machado no episódio retratado pela provisão de 1692 copiada em nosso manuscrito. E uma disputa, além disso, que ainda se fazia sentir na década de 1750, quando esse registro foi elaborado. Em 1740, por exemplo, a disputa pelas festas públicas em Pernambuco se estendera a ponto de incluir também a Câmara de Igarassu (CARTA dos oficiais da câmara de Igarassú ao rei, d. João V, pedindo ordem para fazer ação de graças pela Restauração da capitania de Pernambuco do poder dos holandeses, como se faz anualmente em Olinda, no dia 27 de janeiro...).

Todas essas querelas eram disputas por prestígio e, logo, por poder. Mas é preciso ainda enfatizar que, como sugere a provisão de 1692 ao discutir o problema do pagamento das varas, a questão monetária era também um fator relevante.

Por fim, nosso terceiro documento, que copia um original de 1724, fala de um cenário político bem diferenciado daquele da Capitania de Pernambuco na década de 1690. Apesar de que, em termos da produção do manuscrito, o padrão já discutido se mantenha: o tom de ordem condizente com o de uma provisão se faz sentir e sua autoria é declarada, atribuída a Pinheiro da Fontoura em 1755.

Registro da provisão em que Vossa Majestade não foi servido deferir o requerimento feito por este Senado sobre a procissão que queriam fazer dia da visão de Nossa Senhora.

Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, senhor da Guiné etc. Faço saber aos oficiais da Câmara da Cidade de Olinda, que se viu o que me representastes em carta de 9 de março do ano de 1724 de que entre as mais obrigações, que vos incumbia, é a de fazerdem [sic] uma solene procissão no dia da visão de Nossa Senhora, e outra no dia do Anjo Custódio, o que não haveis praticado por vossos antecessores, e porque não havia ordem em contrário, vos constava que nas vilas de Igarassú e Itamaracá se faziam estas solenidades ficáveis deliberados a pô-las em praxe, e por me ser presente por

informação que neste particular mandei tomar que nestas vilas, que referis, se não fazem as tais procissões, e as festas constam de um sermão, e missa cantada. Me pareceu dizer-vos, observeis neste particular o estilo: El Rey Nosso Senhor o mandou por Antonio Roiz [Rodrigues] da Costa, e o Doutor José Gomes de Azevedo, conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por 2 vias: Dionísio Cardoso Pereira as fez em Lisboa Ocidental, a 21 de maio, de 1726 = o secretário Andre Lopes da Lavra a fez escrever = Antonio Roiz da Costa = José Gomes de Azevedo = Era o que se continha na dita Provisão que eu Manuel Pinheiro da Fontoura, escrivão da câmara, fiz registrar, subscrevi e assinei aos 7 de agosto de 1755. Manuel Pinheiro da Fontoura. (LIVRO de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696. Fl, 153).

A mudança está no contexto social e político do documento original, principalmente porque Olinda deixara de ser vila, passando a cidade em 1696, e, mais importante, deixara também de abrigar a única câmara com poder de mando na região, desde que o Recife se transformara em vila em 1711. Além disso, naquele momento, a cidade precisava lidar também com o peso de outras vilas, como Igarassu e Itamaracá.

Essa mudança política se faz sentir no conteúdo do documento, que apresenta basicamente uma reprimenda do rei relativa à realização de duas festas públicas, a procissão de Nossa Senhora e a festa do Anjo Custódio, pela Câmara de Olinda. A Coroa reprime os oficiais da câmara não apenas pela realização dessas procissões, mas pela informação incorreta que haviam dado como justificativa para as festas em Olinda: a de que as mesmas estavam sendo realizadas pelas câmaras de Igarassu e Itamaracá. O rei não apenas desmente essa informação, como ressalta o fato de que era obrigação de Olinda seguir a tradição e se ater a seus deveres específicos.

Dois questões se tornam imediatamente notáveis nessa discussão, principalmente quando comparadas a dos documentos anteriores: em primeiro lugar, o esforço da Câmara de Olinda por

realizar festas que não eram mais reconhecidas como de sua alçada; e, em segundo, a posição da Coroa contrária à câmara.

No caso da primeira questão, a insistência dos oficiais do senado olindense em organizarem duas festas que em períodos anteriores eram exclusividade de sua cidade é um forte indício da mudança de status de sua câmara. Os oficiais queriam realizar procissões, com todas as pompas inclusas – como as que eram realizadas na década de 1690 –, e a Coroa insistia que eles se restringissem à fórmula simples de sermão e missa cantada para comemorar as ocasiões em questão. Interessante também que os oficiais do Conselho Ultramarino tenham enfatizado a necessidade de que aqueles da Câmara de Olinda preservassem o “estilo”, ou seja, a tradição do modelo de realização das festas, ignorando totalmente o fato de que menos de cinquenta anos antes o modelo era o de festas estendidas com procissões. E a segunda questão de nota é o fato de que, diferentemente de várias situações anteriores, relativas às querelas provocadas por Olinda em torno das festas, nessa ocasião específica, a Coroa se posicionou contra a câmara. Tudo isso sugerindo a decadência política de Olinda no período.

Por outro lado, é importante também ressaltar que, nesse mesmo momento, a Câmara de Olinda estava envolvida em uma disputa com a Câmara do Recife pela realização da festa de Corpus Christi. Provocada pela intenção da nova Câmara do Recife organizar sua própria festa de Corpus Christi, a mais importante do império, essa disputa se estendeu por décadas (SILVA, 2011b), uma vez que Olinda tudo fez para impedir que tal intenção se concretizasse. Esse esforço do Senado de Olinda por manter o monopólio sobre Corpus Christi e a relutância da Coroa em lhe apoiar apenas reforçam a dificuldade que essa câmara estava encontrando, na década de 1720, para conseguir permissão para realizar outras festas que classicamente sempre estiveram em sua esfera de jurisdição, como a do Anjo Custódio do reino, descrita na correspondência da década de 1690 como uma das quatro mais importantes do calendário festivo régio. E as autoridades do Conselho Ultramarino se posicionavam

favoráveis ao Recife na disputa por Corpus Christi. Uma situação que reforçava tanto a decadência política da Câmara de Olinda quanto a ascensão da do Recife.

Para além da mudança de cenário político dos senhores de engenho de Olinda, essa provisão de 1726 também oferece pistas para outras questões relativas à organização das festas públicas, como, por exemplo, os próprios elementos que compunham uma celebração régia. Nesse texto, vemos menção a missas cantadas com sermão nas festas realizadas em Igarassu e Itamaracá e ao fato de que a Câmara de Olinda não considerava que essas missas fossem suficientes para uma festa importante, reclamando da ausência de procissões. A queixa da Coroa era sobre o fato de que Olinda fizera a festa com procissão, um tipo de evento reservado para as mais importantes celebrações cortesãs (FURTADO, 1997). E o fato de que a Coroa negava tal ferramenta de prestígio à Câmara de Olinda é bastante indicativo da queda dessa câmara das graças da Corte.

Já em consideração ao processo de produção do registro dessa provisão pelo escrivão Manuel Pinheiro da Fontoura, diferentemente de nossos dois primeiros documentos, a distância temporal entre a elaboração da cópia e a provisão original é muito menor. E não apenas a distância temporal, mas o próprio contexto político era muito semelhante entre a década de 1720 e a de 1750, com a crescente decadência das câmaras que antes haviam sido bastiões dos senhores de engenho, como Olinda e Igarassu, e a gradual ascensão da Câmara do Recife. Contudo, se esses contextos sociopolíticos dessa cópia/original em particular são análogos, o que dizer dos diferentes lugares de produção dos dois documentos anteriores?

De forma geral, as cópias setecentistas observadas aqui são representações de uma ponte entre o contexto político de 1690 e o de 1750, visto que registram documentos seiscentistas que discutiam questões ainda relevantes para o órgão que as elaborou na segunda metade do século XVIII. Esses manuscritos são, assim, fontes para os dois contextos, o da produção do original e o da produção da cópia? Ou apenas para um ou outro desses momentos?

Seja como for, de certo temos apenas o fato de que o duplo lugar de produção desses manuscritos não deve ser ignorado pelos historiadores que se debruçam sobre eles em busca de informações sobre as câmaras pernambucanas coloniais, sobre festas, sobre abastecimento, sobre elites, sobre querelas governamentais ou outro qualquer assunto. Acreditamos que, ao reconhecermos o duplo lugar de produção dos manuscritos do *Livro de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696* do APEJE, estamos facilitando o processo de leitura e análise dessas fontes. E, de forma geral, cremos que a análise particularizada dessa coleção de documentos aqui selecionada pode ser entendida como um exemplo dos benefícios da revisão, revitalização e reutilização das ferramentas filológicas e paleográficas no manejo de fontes manuscritas coloniais.

Isto é, a crítica documental básica, que observa e analisa tanto os elementos diplomáticos extrínsecos quanto os intrínsecos, ainda pode ser uma ferramenta válida para o estudo da correspondência administrativa colonial arquivada em acervos tais como o APEJE, principalmente por enfatizar a percepção de que, em tais acervos, o historiador está tratando com cópias elaboradas por câmaras locais, e não com a correspondência régia original. Ela também enfatiza o fato de que não temos o outro lado da conversa, as cartas escritas pelos órgãos coloniais e que motivaram tais respostas régias; assim como o fato de que estamos lidando com cópias produzidas por um escrívão e agregadas em um único livro, ou seja, com uma seleção feita por um burocrata setecentista e não com a coleção completa de cartas originais; e, por fim, com elementos, esses e outros, que podem dizer respeito mais ao lugar de produção da cópia do que do original.

Todos esses elementos trazidos pela crítica documental sugerem que a reflexão sobre a produção de fontes como esses registros manuscritos de documentos coloniais pode ser uma ação tão importante no trabalho com fontes oficiais coloniais quanto as análises de conteúdo e de discursos. Assim, os historiadores que

optarem pelo emprego de ferramentas filológicas e paleográficas na abordagem de suas fontes podem começar por acrescentar àquelas perguntas iniciais feitas ao documento (quem escreve, para quem escreve, de onde escreve), outras definidas pelo formato desses manuscritos específicos: quem copia, quando copia, para que copia. Dessa forma, a leitura que oferecemos dos três manuscritos aqui destrinchados, e do fundo documental ao qual pertencem, procura funcionar como um estudo de caso do tipo de abordagem crítica que acreditamos ser bastante útil na leitura de documentos coloniais cuja autoria e lugar de produção sejam dúbios, mas que continuam a ser frequentados por historiadores em busca de pistas sobre a sociedade colonial.

Fontes manuscritas

CARTA do governador da capitania de Pernambuco ao Rei sobre a ordem para que todos os ministros, oficiais de justiça e fazenda, governador, Senado e todos os terços de Recife e Olinda participem dos festejos da Restauração. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_015, cx, 31, D. 2849. Pernambuco, 18 de julho de 1725.

CARTA dos oficiais da câmara de Igarassú ao rei, d. João V, pedindo ordem para fazer ação de graças pela Restauração da capitania de Pernambuco do poder dos holandeses, como se faz anualmente em Olinda, no dia 27 de janeiro. AHU_ACL_CU_015, cx, 59, D 5054.

LIVRO de registros, cartas, provisões e ordens régias da Câmara municipal da Cidade de Olinda de 1696. Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE. D-III 1, fl. 48, 48v; 63v; 66; 71,73; 153; 263-280.

Referências bibliográficas

ACIOLI, Vera Lúcia. *A escrita no Brasil Colônia*. Recife: Massangana, 1994.

ANDRADE, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 10-11, p. 149-172, 2008/2009.

BARRETO, Josenilce Rodrigues de Oliveira; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Edição Semidiplomática e Estudo Lexicológico de dois Autos de Partilha dos Séculos XIX e XX. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 15., 2011, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro, v. XV, n. 5, t. 1, p. 514-515, 2011.

BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. *Cadernos de Pesquisa*, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 407-429, jul./dez. 2012.

BENNASSAR, Bartolomé. *La monarquía española de los Austrias: conceptos, poderes y expresiones sociales*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 2006.

DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (Parte V). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, jan./jun. 2015.

ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. v. 1, Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra: 1687-1709.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. A escrita oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX. In: PG LETRAS 30 ANOS, 2006. *Anais...*, v. I, n. 1, p. 570-582, 2006.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. Desfilas: a procissão barroca. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 251-279, 1997.

LISBOA, Breno Vaz. Cuidando do patrimônio da Coroa: as contas da Câmara Municipal de Olinda na segunda metade do século XVII e na primeira metade do século XVIII. *Saeculum*, João Pessoa, n. 29, p. 421-436, jul./dez. 2013.

MARAVALL, J. A. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 1997.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Fazer-se nobre nas fimbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo de. Amor, amizade e valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime. *Tempo*, Niterói, v.11, n. 21, p. 97-120, jun. 2006.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX: história e fonte de pesquisa. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 15., 2011, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro, v. XV, n. 5, t. 1, p. 473-484, 2011.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Edição semidiplomática e estudo lexicológico de dois autos de partilha dos séculos XIX e XX. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 15., 2011, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro, v. XV, n. 5, t. 1, p. 514-515, 2011.

QUINTANEIRO, Tania. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *As festas promovidas pelo senado da Câmara de Vila Rica (1711-1744)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. De ganhadores, bandidos, soldados e festas: o cotidiano nas ruas das cidades açucareiras de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. In: GANDRA, Edgar; POSSAMAI, Paulo (Orgs.). *Estudos de história do cotidiano*. Pelotas-RS: Ed. da UFPel, 2011a. v. 1, p. 63-85.

SILVA, Kalina Vanderlei. Festa e memória da elite açucareira no século XVII: a Ação de Graças pela Restauração da Capitania de Pernambuco contra os holandeses. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia (Orgs.). *Ensaio sobre a América Portuguesa*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei. O herói virtuoso, prudente e dissimulado: o cortesão como ideal masculino nas cortes ibéricas dos séculos XVI E XVII. *História*, São Paulo, v. 32, p. 231-250, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei. O Recife em festa e a disputa pela representação do Império: o conflito de jurisdição entre Recife e Olinda pela festa de Corpus Christi no Século XVIII. In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito (Orgs.). *Histórias do Recife, narrativas do passado e interpretações do presente*. Rio de Janeiro: Luminária Acadêmica, 2011b. v. 1, p. 76-93.

SILVA, Welber Carlos Andrade da. *As elites de Santo Antônio: poder, representações e sociabilidade - o caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1791-1822)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

SOUZA, George Felix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2007.

VASCONCELOS, Suani de Almeida. Carta de Sesmaria: século XIX: edição semidiplomática e estudo histórico. *Scripta Philológica*, Feira de Santana, n. 1, 2005.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

Recebido em setembro de 2015.

Aprovado em junho de 2017.

**DOENÇAS, MEDICINA POPULAR E SOCIEDADE
PROVINCIAL: ASPECTOS DO TRATAMENTO DE
DOENÇAS NA FAMÍLIA VIEIRA DOS SANTOS
(MUNICÍPIO DE MORRETES, PROVÍNCIA DE SÃO
PAULO, 1848-1851)**

*André Luiz Moscaleski Cavazzani**
*Sandro Aramis Richter Gomes***

RESUMO: Neste artigo, é desenvolvido um estudo acerca da natureza do tratamento das doenças do negociante português Antônio Vieira dos Santos (1784-1854) e de seu filho José Vieira dos Santos (1813-1850), de 1848 a 1851. Eles habitavam a vila de Morretes, que na época pertencia à jurisdição da província de São Paulo. O objetivo fundamental deste artigo é investigar a natureza da terapêutica de uma família que pertencia à elite social do aludido município. Nesse quadro, demonstra-se a coexistência, na formulação dessa terapêutica, de recomendações da medicina erudita, de sugestões de curandeiros e dos manuais de medicina popular.

PALAVRAS-CHAVE: Doenças. Sociedades provinciais. Terapêutica caseira.

ABSTRACT: In this paper we developed a study on the nature of the treatment of diseases of the merchant Antônio Vieira dos Santos (1784-1854) and his son José Vieira dos Santos (1813-

* Coordenador do Curso de História do Centro Universitário Internacional de Curitiba (UNINTER). Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2013). Realizou estágio de pós-doutorado junto ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná nos anos de 2014 e 2015.

** Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (2017).

1850), between the years 1848 and 1851. They lived in the municipality of Morretes, under the jurisdiction of the Province of São Paulo. The objective of this article is to investigate the nature of therapeutic of a family that belonged to the social elite of Morretes. It is demonstrated the coexistence, in the formulation of this therapy, of recommendations of erudite medicine, suggestions of halers and manuals of popular medicine.

KEYWORDS: Diseases. Home therapy. Provincial societies.

Introdução

Neste artigo, é empreendida uma investigação acerca do tratamento das enfermidades do português Antônio Vieira dos Santos (1784-1854) e de seu filho José Vieira dos Santos (1813-1850), entre os anos de 1848 e 1851. Eles residiam na vila Morretes. Trata-se de um município litorâneo que naquela época pertencia à jurisdição da província de São Paulo e presentemente integra o território do estado do Paraná, cuja criação ocorreu no ano de 1853.

Antônio Vieira dos Santos e seu filho, José Vieira dos Santos, atuaram como negociantes de erva-mate. Pertenceram à geração dos negociantes que vivenciaram o processo de crescimento da produção do mate no litoral e no primeiro planalto do atual estado do Paraná (PEREIRA, 1996), e integravam a elite social de Morretes. Os ascendentes maternos de José Vieira dos Santos estavam envolvidos na vida social e econômica desse município desde o fim do século XVIII (CAVAZZANI, 2013).

Nascido na cidade portuguesa do Porto, Antônio Vieira dos Santos transferiu-se para o Brasil em 1797. Após breve estada na cidade do Rio de Janeiro, fixou residência na vila de Paranaguá, no litoral sul da Capitania de São Paulo, em 1798, onde atuou como comerciante varejista. Em 1814, enraizou-se na então vila de Morretes, onde faleceu. Era casado com Maria Ferreira de

Oliveira (1787-1840), filha do imigrante açoriano João Ferreira de Oliveira (GOMES, 2012).

A presente abordagem consiste em uma análise acerca da natureza dos tratamentos de saúde executados na pequena sociedade provincial no contexto do Brasil monárquico.¹ Compete evidenciar a natureza e as implicações de um modelo de tratamento de enfermidades marcado pela convergência do acatamento de sugestões advindas da medicina oficial, de curandeiros e de manuais de medicina popular. Recorrer aos préstimos de indivíduos que dominavam artes populares da cura era crucial para os aludidos moradores. Nesse contexto, é sustentado o argumento segundo o qual, no âmbito de uma sociedade do litoral sul da Província de São Paulo, o saber dos médicos e o saber dos curandeiros estavam relacionados de maneira estrita na formulação da terapêutica de doenças de membros da elite local.

Este artigo enquadra-se, assim, na linhagem de estudos que obteve especial desenvolvimento a partir dos anos 2000 e é respeitante às formas de terapêutica aplicadas no Brasil do século XIX.² Demonstra o desenvolvimento de abordagens respeitantes à natureza dos préstimos de indivíduos que dominavam as artes populares de cura, salientando, ao mesmo tempo, que o estudo

¹ Em 1853, foi criada província do Paraná. No ano seguinte, o presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, produziu um relatório no qual é informado o contingente populacional dos municípios da nova província. A análise dessas informações permite evidenciar que, em meados do século XIX, a vila de Morretes, que fora elevada à condição de vila em 1841, possuía uma população inferior à população dos municípios de Antonina e Paranaguá. De acordo com o mencionado relatório, o contingente populacional do litoral paranaense, em 1854, estava distribuído do seguinte modo: Paranaguá – 6.533 habitantes; Antonina – 4.160 habitantes; Morretes – 3.709 habitantes; Guaratuba – 3.564 habitantes; Guaraqueçaba – 3.475 habitantes (VASCONCELOS, 1854, p. 14).

² A esse respeito, compete menção aos seguintes estudos: Armus; Hochman (2004); Chalhoub (2003); Farias (2012); Ferretti (2004); Figueiredo (2002); Pimenta (1998); Ribeiro (1997); Sampaio (2003); Viotti (2012); Witter (2001); Witter (2007).

sobre as políticas públicas na área da saúde desenvolvidas no Brasil monárquico tem contribuído para o entendimento acerca da intervenção das elites políticas em fenômenos como a eclosão de surtos epidêmicos.

Compete destacar o contemporâneo desenvolvimento, pela historiografia, de uma compreensão sobre a rotina do tratamento de doenças dos habitantes das províncias, tratando-se de uma vertente de estudo que salienta a convergência de formas terapêuticas vigentes naquele contexto. Assim, argumenta-se que os textos memorialísticos de Antônio Vieira dos Santos contribuem para a formulação dessa compreensão. Mais precisamente, o estudo desses textos possibilita uma compreensão sobre o ecletismo dos métodos terapêuticos de membros de elite social de área interiorana, bem como permite reconhecer os efeitos da adoção desses métodos.

No segundo estágio do artigo, elabora-se a análise acerca do tratamento de enfermidades de José Vieira dos Santos, que se estendeu entre os anos de 1848 e 1850. O estudo a respeito desse tratamento possibilita demonstrar a natureza e os impactos, no âmbito de uma vila do extremo sul da Província de São Paulo, da terapêutica caseira empregada por membros de elite local, ressaltando as formas de aglutinação, por tais membros, dos saberes oriundos da medicina oficial e das artes populares de cura.

O saber médico era requisitado pelos habitantes dessas sociedades. Porém, tal inclinação para o contato com os profissionais formados na medicina oficial não impedia membros da elite da vila de Morretes de recorrer aos conhecimentos fornecidos por curandeiros. Dessa maneira, será destacado que os familiares dos enfermos da família Vieira dos Santos passavam a demandar, de forma rotineira, os serviços de indivíduos que não possuíam a formação da medicina erudita, que, em sua maior parte, se enquadravam na condição de curandeiros. Na vila de Morretes, em meados do século XIX, um tratamento de saúde era marcado pela combinação entre orientações médicas e recomendações dos cultores das artes populares de curar.

Nesse quadro, o caso do tratamento de enfermidades de membros da família Vieira dos Santos permite salientar a aceitação, por integrantes de elite local do Brasil Meridional, de recomendações terapêuticas emanadas de distintas fontes – da medicina erudita e das artes populares de cura. Por outro lado, demonstra-se que as dificuldades para o acesso rotineiro aos médicos e aos curandeiros instaurava uma situação na qual os membros da família Vieira dos Santos buscavam os conhecimentos de leigos que pertenciam ao seu círculo de relações sociais. Desse modo, para atestar o caráter multifacetado de uma terapêutica de membros de família de elite local do Sul do Brasil no século XIX, compete evidenciar a diversidade do perfil dos indivíduos demandados a participar da elaboração e rearranjos dessa terapêutica.

Ao longo desse estágio do artigo, salienta-se que, em virtude das aludidas dificuldades, os próprios familiares ministravam um tratamento aos enfermos, um tratamento paliativo destinado apenas a abrandar padecimentos crônicos. O estudo sobre a formulação desse tratamento caseiro permite reconhecer, para o caso de uma área litorânea do Brasil Meridional de meados do século XIX, a disseminação de manuais de medicina popular. Mais precisamente, trata-se de salientar um caso da aceitação, por membros de elite local, das recomendações inerentes a tais manuais.

Este artigo ainda comporta a investigação acerca do tratamento das doenças do comerciante Antônio Vieira dos Santos. Nesse quadro, destacam-se dois elementos de tal tratamento. Primeiro, demonstra-se que essa terapêutica fora elaborada por meio da consulta a manuais de medicina popular, os quais eram amplamente utilizados no Brasil monárquico. De outra parte, será ressaltado que as características do tratamento da doença de Antônio Vieira dos Santos evidenciam um caso do interesse das elites locais pelos préstimos de curandeiros.

Por meio da leitura dos textos memorialísticos de Antônio Vieira dos Santos, evidencia-se a completa ausência de auxílio de médicos na formulação do tratamento das doenças desse

negociante. Ao mesmo tempo, eram episódicas as suas interações com curandeiros. Cabe destacar, ainda, os efeitos da iniciativa de um membro de elite local, em face dos obstáculos para o contato frequente com médicos e curandeiros, arrogar para si a tarefa de elaborar uma terapêutica de suas enfermidades.

A fonte empregada para o desenvolvimento deste artigo foi o manuscrito memorialístico *Memórias dos sucessos mais notáveis acontecidos desde o ano de 1838*, cuja redação foi encerrada pelo citado Antônio Vieira dos Santos em 1851. Essa obra comporta informações acerca do percurso do autor e de seus filhos na sociedade de Morretes.³

Médicos, curandeiros e tratamento caseiro: a enfermidade de José Vieira dos Santos

A narração elaborada por Antônio Vieira dos Santos a respeito da enfermidade e tratamento de seu filho, José Vieira dos Santos, não apresenta um preciso diagnóstico da doença. Há, apenas, a menção de que seu filho sofria de espasmo, que, naquela época, era encarado como a causa de ataques convulsivos. De fato, um dos eventos descritos pelo memorialista Vieira dos Santos sobre o tratamento de seu filho foi um ataque convulsivo ou apoplético. No século XIX, um dos mais disseminados manuais de medicina do Brasil, o Dicionário de Medicina Popular, empregava os vocábulos apoplexia e espasmo como sinônimos de ataque convulsivo.⁴

³ Esse volume está sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes (Curitiba, Rua XV de Novembro, 1050).

⁴ No século XIX, espasmo era um termo empregado comumente na literatura médica da Europa em referência a convulsões. Em sua edição de 1890, *Diccionario de medicina popular e das sciencias acessórias para uso das familias*, de Pedro Chernoviz, definiu espasmo do seguinte modo: “contração involuntária dos músculos, principalmente dos que não obedecem à vontade, taes como são os do estômago dos intestinos, da uretra, etc. Precede frequentemente a convulsão, mas pode existir sem ella. Além d’isto o sentido da palavra espasmo é mui vago: às vezes emprega-se como synonymo de convulsão; frequentemente toma-se por ataque de nervos. Aplica-se também o nome de *ar de espasmo* à moléstia chamada *tétano*; e com o mesmo nome se designa às vezes a *apoplexia*”. (CHERNOVIZ, 1890, p. 1028).

Nesse quadro, o estudo acerca do tratamento de saúde de José Vieira dos Santos, ocorrido entre os anos de 1848 e 1850, evidencia a autoridade conferida aos curandeiros por integrantes da elite mercantil de uma vila do Brasil Meridional, em meados do século XIX. Compete destacar que os membros dessa elite despendiam recursos para viajar ao encontro de médicos de vilas adjacentes. Entretanto, esses membros não tinham condições de manter rotineira comunicação com os médicos. Ao mesmo tempo, verifica-se que também era circunstancial o contato com curandeiros. No curso do tratamento de membros dessa família, notadamente de Antônio Vieira dos Santos, nota-se a influência dos manuais de medicina popular para o fornecimento de diretrizes para o próprio enfermo formular seu tratamento.

Ao longo deste estudo é também evidenciado que os membros dessa parentela realizavam procedimentos terapêuticos sugeridos por leigos que pertenciam ao rol de amigos dos aludidos enfermos. Ou seja, os integrantes do círculo de relações sociais dos Vieira dos Santos interferiram, em distintos momentos, na elaboração da terapêutica de enfermidades.

Segundo Antônio Vieira dos Santos, a enfermidade de José Vieira dos Santos principiou em novembro de 1848. Nessa oportunidade, esse indivíduo estava a realizar o beneficiamento de erva-mate na região dos campos de Curitiba, no primeiro planalto do atual estado do Paraná. José Vieira dos Santos era casado com Joana Hilária Morocine Borba, filha de Vicente Antônio Rodrigues Borba, que detinha a patente de Capitão de Milícias de Curitiba (COSTA, 1988). Desse modo, José Vieira dos Santos possuía conexões familiares com membros da elite social do planalto curitibano.

Por consequência, esse negociante enquadrava-se na condição de integrante de elite mercantil que em tese poderia despendar recursos para a consulta com médicos e a aquisição de medicamentos. Entretanto, as dificuldades existentes na região da vila de Morretes para a execução de um tratamento prescrito por médicos tornava necessário buscar o auxílio de indivíduos que não possuíam formação na medicina erudita.

Em novembro de 1848, José Vieira dos Santos sofreu o primeiro ataque convulsivo. Nessa ocasião, foi socorrido por seu sogro. Conforme o relato de Antônio Vieira dos Santos, “Em 21 Terça a meia noite teve meu fº Joze hum ataque repentino apopletico estando dormindo com sua Esposa e filhas e se não fosse o Borba estar acordado certamtº morreria” (SANTOS, 1851, p. 113).

Nesse contexto, a ocorrência de um ataque apoplético impeliu José Vieira dos Santos a regressar para Morretes. Em seguida, ele procurou ajuda médica na cidade de Paranaguá, distante cerca de trinta quilômetros daquela vila. Contudo, os seus familiares também demandaram as orientações de indivíduos que não possuíam formação em medicina, tais como curandeiros e boticários.

As informações transcritas a seguir são referentes a acontecimentos do mês de dezembro de 1848. Elas evidenciam que, desde o seu início, o tratamento da enfermidade de José Vieira dos Santos revestiu-se de um caráter multifacetado. Esse caráter era decorrente do fato de que diversas pessoas foram consultadas para a formulação de um tratamento para a moléstia desse negociante ervateiro. Nesse âmbito, atente-se ao seguinte excerto respeitante a episódios da terapêutica de José Vieira dos Santos:

Em 2 Sabado depois do meio dia chegou meu filho Joze vindo das Campinas. De noite se representou no Theatro o Drama o Valido Sanguinario e o Entemez do Sovina. Em 3 Domº de tarde foi meu genro Agostinho com meu filho Joze a Paranaqua consultar ao Medico Allemão o Dr. Killer e na canoa lhe deu alguns ataques passageiros de tal molestia dizendo o dito Medico ser Espasmo e voltarão de Paranª no dia 6. Em 19 Terça depois do meio dia deu em meu filho Joze hum ataque repentino da molestia com repuxamtº de todos os membros e boca pª o lado direito q' lhe aturou talvez 15 minutos tornando depois ao seu natural. No dia 20 se lhe deu um purgante de rum; e no dia 21 se tornou a escrever pª Paranaqua a consultar novamte o medico Allemão Dr. Killer e ao Boticario

Carlos Augusto de Mello Franco. Em 25 Segunda consultei com Joze Pedro Stanisláo da S^a sobre a molestia de meu filho Joze, q' mandou-lhe fazer fricções e banhos de pediluvios nas pernas. (SANTOS, 1851, p. 114-115).

O excerto supracitado demonstra que, no princípio do tratamento de José Vieira dos Santos, os seus familiares reivindicaram o auxílio de três indivíduos, a saber, um médico, um boticário e um membro da elite social de Morretes (José Estanislau). Este integrante da elite local era o marido de Ana Gonçalves Cordeiro, pertencente a uma família cujos membros se dedicavam ao comércio de erva-mate naquela vila (REVISTA GENEALÓGICA LATINA, 1956). Portanto, as informações acerca de José Estanislau evidenciam a existência de um compartilhamento de informações, entre indivíduos pertencentes ao mesmo estrato social, acerca de formas caseiras de tratamento de enfermidades.

Verifica-se, assim, que a formulação de uma terapêutica de doenças, em uma vila do litoral sul paulista, era marcada pelo acatamento das recomendações de médicos e boticários. Ao lado dessas recomendações, as famílias dos enfermos também conferiam legitimidade às sugestões de indivíduos que não possuíam a formação na medicina erudita, mas também não se enquadravam na qualidade de curandeiros e boticários. Antes, eram leigos que possuíam informações úteis à execução de uma terapêutica caseira. Este era o caso de José Estanislau.

A análise da narrativa de Antônio Vieira dos Santos demonstra a presença de médicos de origem europeia nos municípios litorâneos de Antonina e Paranaguá, na primeira metade do século XIX. Duas décadas após os episódios estudados neste artigo sobre o tratamento de enfermidades na família Vieira dos Santos, os municípios do litoral paranaense ainda permaneciam carentes de médicos.

Para corroborar esta afirmação, compete analisar o *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Nessa ocasião, o litoral da Província do Paraná era composto por seis municípios. De

acordo com a fonte, no mencionado ano, três médicos habitavam a cidade de Paranaguá. Na época, residiam nesse município dois farmacêuticos. Em Guaraqueçaba, não havia médicos, cirurgiões e farmacêuticos. Em Guaratuba, também não existiam médicos, cirurgiões e farmacêuticos. No município de Antonina, por sua vez, havia um médico e um farmacêutico. Em Morretes, residia somente um médico. Nessa localidade, em 1872, não existiam cirurgiões e farmacêuticos. No município de Porto de Cima, por fim, havia apenas um médico. Contudo, ali não residiam cirurgiões e farmacêuticos (RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872, 1874, p. 33-48).

Em síntese, o excerto abaixo reproduzido permite salientar a natureza eclética de um tratamento de saúde executado por membros de parentela pertencente à sociedade interiorana do Brasil Meridional. Tal tratamento era marcado pelo contínuo acatamento e abandono de sugestões provenientes de distintas fontes.

As informações transcritas na sequência permitem salientar que, na vila de Morretes de meados do século XIX, o emprego de recomendações de curandeiros era realizado de modo concomitante à utilização de prescrições de indivíduos que praticavam a medicina oficial. Ao mesmo tempo, os conhecimentos de um cultor da homeopatia foram demandados para a execução do tratamento de um integrante da referida parentela. Desde época anterior ao início do tratamento de Antônio e José Vieira dos Santos, membros dessa parentela eram propensos a buscar os conhecimentos dos cultores das artes populares de cura. A busca por esses cultores ocorria simultaneamente à demanda pelas prescrições médicas.⁵

⁵ Na vila de Paranaguá, a citada Maria Ferreira de Oliveira, esposa de Antônio Vieira dos Santos, procurou pelo auxílio de uma curandeira em 1849. Nessa ocasião, Maria Ferreira também consultara com um médico, Guilherme Wyllie. Segundo Vieira dos Santos, a curandeira ministrou a Maria Ferreira conhecimentos sobre a preparação de remédios: “[Em 16 de abril de 1840] Quinta fra Santa de noite Ma [Ferreira de Oliveira] foi a lgr^a Matriz ver o sermão da Paixão e depois pazear plas ruas te foi a caza de hua mer curandeira p^a lhe ensinar alguns remédios.” (SANTOS, 1851, p. 366).

Na vila de Morretes, Julião era o curandeiro que prestou serviços tanto para José Vieira dos Santos quanto para Antônio Vieira dos Santos. Leia-se, pois, as informações referentes ao tratamento de José Vieira dos Santos ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 1849:

Em 1 [de janeiro de 1849] Segunda escrevi ao medico de Paran^a o Dr. Killer, esclarecendo as perguntas que elle exigia saber relativas a molestia de meu filho Joze. Desde o dia 1^o té 6 não teve nenhum ataque. Em 7 Dom^o de m. teve meu f^o Joze hum forte ataque e foi chamado o homeopatha Francez Nicoláo Moye, e principiou dando-lhe doses de diversos remedios como Cachomilla – Lachecis – China – Sulfanor vomica – Belladona. E com este curativo levou ate 4 de Fev^o sem que meu f^o experimetase melhoram^{tos} pois q’ os ataques lhe repetição diarios, e varias vezes no dia e tambem de noite. Em 27 de Janeiro Sabado se chamou um Medico Suisso q’ mora na V^a Antonina chamado Carlos Tobias Reichesteiner que veio a Morres para o consultar. Em 2 [de fevereiro de 1849] Sesta tomou meu fo Joze a lombrigueira preparada pello Medico Suisso e nenhum effeito teve. Os ataques continuarão diarios: de manhã a tarde e outras vezes de noite. Tratou-se então de consultar ao Julião a fazer-lhe remedios contra lombrigas e asim em 8, 9 e 10 tomou banhos de clysteis de hua erva chamada Pacobá. (SANTOS, 1851, p. 116-117).

A referência à participação de Nicolau Moye no curso do tratamento de José Vieira dos Santos consiste em uma evidência, no âmbito do litoral sul da província de São Paulo, que os conhecimentos da medicina oficial coexistiam com os conhecimentos oferecidos pelas artes populares de cura e também pela homeopatia. A atuação de Moye ocorreu no período que a historiografia situa como a época inicial da difusão da homeopatia no Brasil. O período de inserção do saber homeopático no Brasil abrangeu as décadas de 1840 e 1850 (LUZ, 1996). Nessa época, em distintas províncias do Império, houve indivíduos que se ocuparam de desenvolver métodos terapêuticos a partir da homeopatia (CHACON, 1983).

Diante das dificuldades para o contato com o médico alemão Killer, radicado em Paranaguá, Antônio Vieira dos Santos solicitou os préstimos de outro médico, de origem suíça, Carlos Tobias Reichstener, que residia no município de Antonina. O pai de José Vieira dos Santos optou por demandar a orientação de um profissional que atuava em uma vila mais próxima a Morretes, Antonina⁶.

Em um cenário social marcado pela ausência de médicos brasileiros, profissionais oriundos de outros países tinham os seus serviços requisitados pela população de municípios do litoral do atual estado do Paraná. Durante o século XIX, apenas um membro da sociedade de Paranaguá obteve graduação em Medicina. Formado no Rio de Janeiro, em 1873, Leocádio José Correia (1848-1886) retornou no ano seguinte ao município natal para clinicar (HOERNER JÚNIOR, 1979).⁷ Nessa época, persistia no Brasil a carência de médicos tanto nas mais populosas cidades do Império quanto em áreas do interior das províncias. O contingente de graduados pelas faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador era insuficiente para suprir essa carência (SANTOS FILHO, 1991).

Nesse quadro, o tratamento de José Vieira dos Santos era marcado pela ingestão de chás, resultado da aplicação de sugestões da homeopatia e de procedimentos como o clister. Esse procedimento consiste na injeção de água no ânus para realizar a limpeza intestinal. De outra parte, o emprego da técnica do clister, por José Vieira dos Santos, é uma evidência da ampla utilização desse método no Brasil. No princípio do século XX, tal emprego mantinha-se comum nas orientações médicas sobre lavagem intestinal (REZENDE, 2009).

No decorrer dos anos de 1849 e 1850, os textos memorialísticos de Antônio Vieira dos Santos não registram novas consultas de

⁶ A distância entre o município de Morretes e o município de Antonina é de cerca de quinze quilômetros.

⁷ Acerca da formação educacional e da atuação profissional desse médico, ver Hoerner Júnior (1979).

seu filho com médicos que habitavam as sociedades de Antonina e Paranaguá. Desse modo, o tratamento de José Vieira dos Santos passou a ser orientado pelo curandeiro Julião.

Ao mesmo tempo, havia a solicitação ocasional para que um *sangrador* participasse desse tratamento. Na vila de Morretes de meados do século XIX, a prática da sangria era ainda encarada como uma técnica eficaz para a purificação do organismo. Esse procedimento era combinado com a ingestão de substâncias que promoviam evacuações regulares. Assim, a tentativa de purificação do organismo era o aspecto rotineiro da terapêutica caseira de José Vieira dos Santos. Leia-se, pois, a referência à contratação do serviço de um sangrador no curso do tratamento desse comerciante, contratação que ocorreu no mês de fevereiro de 1849:

Em 13 [de fevereiro de 1849] Terça tomou o remedio preparado pello Julião contra as lombrigas e não teve nenhum ataque nos dias 14 e 15, mas dia Sesta 16 teve um fortissimo ataque que ate ficou com a cor de rosto denegrido e continuou dando-lhe no dia 17 e 18. Em 19 Segunda se lhe deu hum purgante de Jalapa Ruibarbo Manna Senne por receita do Julião contra a m^a opinião e p^r effeito da irritação do m^{mo} lhe deu 9 ataques fortissimos desde manhã ate as 3 horas da madrugada. Ficou fraco abatido dezanimado e com fortissima dor de cabeça. Em 20 Terça fr^a estive meu f^o Joze mto dezanimado e sem querer comer nada. Consultei a Joze Pedro pa que se sangrasse o que se fes no pé mas pouco sangue botou. Em 21 Quarta se sangrou no pé bastante sangue m^{to} negro e a m^{ma} se repetio no dia 22 Quinta e levou deitado com dores de cabeça e rins. Em 23 Sesta dor de cabeça e rins vista turva e teve de tarde hum forte ataque e hua indigestão. Em 24 Sabado dor de cabeça e rins sem poder obrar nem ourinar tomou huns laxantes por bebida. De noite se lhe botarão 6 bichas sobre os rins e 1 na testa que extrairão m^{to} sangue. (SANTOS, 1851, p. 117).

A utilização da técnica da sangria no tratamento de José Vieira dos Santos evidencia que componentes da elite social de uma vila

paulista também faziam uso de métodos terapêuticos comumente identificados com a população que ocupava uma posição inferior na hierarquia social.⁸ De outra parte, havia ocasiões nas quais os próprios familiares incumbiam-se da tarefa de prescrever um tratamento para o enfermo. Uma dessas prescrições era o retorno de José Vieira dos Santos para a região do planalto curitibano, pois a mudança de ares era encarada como proveitosa para que ele recuperasse sua saúde.

Em março de 1849, Antônio Vieira dos Santos recomendou tal mudança como uma iniciativa derradeira para o tratamento da moléstia de seu filho. O insucesso da terapêutica recomendada por médicos, boticários e curandeiros exigia que os parentes do enfermo realizassem mudanças no método curativo. A esse respeito, cumpre transcrever as seguintes informações apresentadas por Antônio Vieira dos Santos referentes a episódios ocorridos em março de 1849:

Em 16 [de março de 1849] Sesta falei dezenganadamente a meu fº [José Vieira dos Santos] pª subir a Coritiba e mudar de ares e escrevi ao Borba duas cartas hua com dacta de 15 e outra de 16. Em 19 Segunda foi a carta pª o Borba a qual chegou no dia Terça 20 a tarde. Em 21 Quarta das 9 pª as 10 horas da manhã se foi embora meu fº Joze pª Cora indo a cavallo e acompanhado por varias pessoas chegando as Campinas plas 4 horas da tarde infelism^{te} tendo no Campo hum peq^{no} ataque cuja noticia recebi a 23. (SANTOS FILHO, 1851, p. 119).

⁸ Concernente à utilização dos serviços dos sangradores por membros das camadas sociais populares no Brasil colonial, Maria Cristina Wissenbach afirmou: “Assim, diante das profundas desigualdades sociais, acentuadas ao limite pela escravidão, os produtos de botica, muitos deles provenientes do reino, e profissionais e médicos eram quase que prerrogativas dos mais ricos; remédios caseiros, fórmulas feitas com ervas e outros produtos de valor medicinal, curandeiros e mezinheiros, barbeiros, sangradores e cirurgões era quilo com que podiam contar os setores remediados, pobres e escravos da colônia.” (WISSENBACH, 2002, p. 118).

O tratamento de José Vieira dos Santos, até o momento de seu falecimento, foi realizado por meio da aplicação das recomendações de curandeiros. Em abril de 1850, por exemplo, Antônio Vieira dos Santos apresentou a seguinte informação sobre o tratamento de seu filho: “[Em 20 de abril de 1850] Principiou o curador Antônio Fran^{co} da Trindade a curar meu filho Joze” (SANTOS, 1851, p. 219).

Ao se verificar que o tratamento era também formulado a partir de sugestões fornecidas por indivíduos que pertenciam ao círculo de relações sociais da família dos Santos, mas não atuavam como médicos, cirurgiões ou curandeiros, identificou-se sugestão apresentada pelo sogro de José Vieira e anotada por Antônio Vieira dos Santos: “Em 28 [de abril de 1850] Terça chegou de Curitiba o [Vicente] Borba e ensinoume como era de se fazer o remedio do queixo da cobra cascavel p^a Joze tomar” (SANTOS, 1851, p. 222).

Pertencente à elite local curitibana, Vicente Borba, em agosto de 1850, providenciou a ida de um médico até a vila de Morretes, com a finalidade de atender a José Vieira dos Santos. Tratava-se da derradeira tentativa de ministrar a esse indivíduo uma terapêutica para mitigar os efeitos do *espasmo*. Nessa ocasião, o médico cujos préstimos foram demandados foi acolhido na residência de um membro do grupo de negociantes de Morretes, Modesto Gonçalves Cordeiro, que era uma liderança local do Partido Conservador (ALVES, 2014). Acerca da participação do médico de Curitiba no tratamento de José Vieira dos Santos, leia-se o seguinte extrato memorialístico elaborado pelo pai do enfermo:

Em 5 Seg^{da}, 6 Terça e 7 [de agosto de 1850] Quinta padecendo os m^{mos} ataques repetidos e iguaes martyrios. Neste ultimo dia de manhã foi vezitallo hum Medico que veio de Curitiba a pedido do Borba chamado Joze Joaq^m Marques S^{za} o qual examinando me dice achara o pulso abatido mas que inda bem lhe respondera a pergunta que lhe fes com a palavra desgraça. Na tarde do mesmo dia fui em caza do Ten^e Core^l Modesto Gls Cordeiro vezitar ao mesmo

Medico, e ate lhe dei por escripto hua circunstanciada exposiçõ do tratamento que se lhe tinha seguido em seus curativos desde o principio ate ao presente. Depois das 8 horas da noite o mesmo medico me mandou hum receituario para no outro dia se entrar em principio de hum curativo regular. (SANTOS, 1851, p. 224).

Entretanto, a terapêutica recomendada pelo aludido médico não foi executada, visto que José Vieira dos Santos faleceu no dia seguinte à visita desse profissional. Por meio das informações do memorialista Antônio Vieira dos Santos, verifica-se que:

Neste dia [9 de agosto de 1850] de tarde e ate as 9 ou 10 horas da noite soltou a voz, mais claramente comeu, cigarrou, só dizia que não havia de amanhecer e lastimandose a cada momento no maior dezespero de sua ineficidade e desgraça. Finalmente ficou em socego sem haver maiores gemidos de suas dores e pensandose que elle dormia socegradamente quando foi m^a filha de manhã p^a o acordar e lhe dar de comer o achou morto e n'outra vida. Certamente teve algum ataque repentino depois da meia noite e com elle acabou seus soffrimentos e seu penar na madrugada da Quinta feira 7 de Agosto. Em 8 Sesta de manhã pelas 7 p^a as 8 horas me foi dada esta triste noticia e imediatamente fui para caza de meu genro a dar providencias e a dirigir o seu funeral. Despachandose hua canoa a Paran^a a chamar ao P^e Agostinho Machado Lima pa se lhe fazerem as ultimas exéquias. (SANTOS, 1851, p. 225).

O tratamento da enfermidade de José Vieira dos Santos comporta evidências de que membros da elite social da vila de Morretes, no fim dos anos 1840 e no início dos anos 1850, não ansiavam somente pelos serviços de médicos. Eles também demandavam os préstimos de boticários e acatavam as sugestões de leigos que possuíam conhecimentos sobre técnicas caseiras de tratamento de moléstias.

O excerto supracitado evidencia que Antônio Vieira dos Santos formulou uma terapêutica caseira destinada à cura da enfermidade de seu filho José. O tratamento de saúde, nessas

circunstâncias, assumia um aspecto multifacetado, visto que era marcado pela aglutinação de recomendações oriundas de distintas fontes. A medicina oficial e as sugestões de leigos que formavam o círculo de relações sociais dos Vieira dos Santos foram decisivas na condução do tratamento de José.

Trata-se de salientar que, em meados do século XIX, componentes da elite social de Morretes também buscavam os préstimos dos curandeiros. Eram esses indivíduos que mantinham uma relação mais próxima com os enfermos em pequenas sociedades do Brasil oitocentista, independentemente do grupo social dos doentes. Concernente ao caso do litoral do atual estado do Paraná, no contexto dos anos 1840, cabe destacar que havia curandeiros em atividade nos municípios como Morretes e Paranaguá. As referências aos casos de Maria Ferreira de Oliveira e de Antônio e José Vieira dos Santos permitem corroborar esta assertiva.

No estágio seguinte deste artigo, compete demonstrar o argumento de que o pai de José Vieira dos Santos também era inclinado a solicitar os serviços dos curandeiros. Em verdade, o tratamento das moléstias do patriarca da família Vieira dos Santos foi realizado sem a orientação médica: a consulta a curandeiros e a manuais de medicina embasaram a construção da terapêutica das doenças de Antônio Vieira dos Santos.

Curandeiros, medicina popular e as implicações de uma terapêutica caseira: o tratamento de saúde de Antônio Vieira dos Santos

A análise do tratamento das moléstias de Antônio Vieira dos Santos demanda ser realizada em dois estágios. Primeiro, é evidenciado que esse tratamento foi executado sem o auxílio de médicos ou curandeiros. Antes, o enfermo desenvolveu um método curativo marcado pela ingestão de purgantes. A forma de utilizar esses purgantes foi aprendida em manuais de medicina popular, notadamente o manual escrito pelo médico francês Alphonse-Louis-Vicent Leroy (1742-1816). Compete salientar,

pois, a ampla circulação de manuais de medicina caseira nas províncias do Brasil monárquico.

Segundo, demonstra-se que, na sociedade onde aquele negociante residia, vigorava uma prática na qual os enfermos tinham de improvisar um tratamento de saúde por meio da elaboração de uma dieta alimentar. Em última análise, tal situação levava os enfermos e seus familiares a elaborarem paliativas formas de tratar as moléstias. Em geral, esse tratamento consistia na execução de técnicas para amainar dores crônicas por meio da aplicação de sugestões provenientes de manuais de medicina popular.

O estudo dos textos memorialísticos de Antônio Vieira dos Santos permite asseverar que ele sofria de uma moléstia denominada de *impigem*, isto é, uma dermatose, moléstia que atingiu as pernas do negociante português. O primeiro sintoma dos padecimentos físicos desse comerciante é datado de março de 1849. Nessa oportunidade, ele fora acometido por erisipela: “Em 9 [de março] Sesta de tarde me deu hum principio de Erysipela na perna direita com o q’ levei a dormir neste dia e no Sabado seguinte 10” (SANTOS, 1851, p. 119).

A partir de janeiro de 1850, começou a se agravar a dermatose nas pernas de Antônio Vieira dos Santos. Ao longo de sua narrativa memorialística, esse negociante mencionou que a dermatose estava presente nas duas pernas. Nesse quadro, ele formulou as primeiras medidas para aplacar o desenvolvimento da moléstia.

O princípio do seu tratamento consistiu em pôr emplastos de mandioca sobre a dermatose. O enfermo conjugava a ingestão de remédios com o uso de medicamentos de uso externo, tais como os emplastos. A respeito de episódios concernentes a janeiro de 1850, encontram-se as seguintes informações sobre o início do tratamento: “Em 8 Terça de tarde, achandome com a m^a perna bastantemente inflammada com a impigem me retirei para caza pondo nella emplastos de mandioca de S^m Pedrinho” (SANTOS, 1851, p. 216-217).

De outra parte, cabe ressaltar que Antônio Vieira dos Santos aplicava em seu tratamento as recomendações presentes em

manuais de medicina, sobretudo o *Manual prático de medicina curativa de Leroy*, do qual aquele negociante possuía um exemplar (SANTOS, 1827, p. 252). Mais precisamente, o comerciante português era assíduo consumidor do *Purgante de Leroy*. Tratava-se de um medicamento aplicado, por exemplo, para aplacar a pneumonia, a desinteira e a hidropisia, e também utilizado como antídoto contra o envenenamento (COSTA, 1998).

No Brasil, os manuais de medicina caseira eram amplamente comercializados e sua popularidade no país perdurou até o fim do século XIX (GUIMARÃES, 2003).

Ao mesmo tempo, a terapêutica da dermatose de Antônio Vieira dos Santos era marcada pelo emprego de recomendações de um curandeiro, o citado Julião.

Durante os anos de 1850 e 1851, essa terapêutica não conheceu substanciais modificações. Ao contrário, ela permaneceu influenciada tanto por recomendações encontradas em manuais de medicina quanto pelas sugestões e remédios produzidos pelo aludido curandeiro, evidenciando o modo como Antônio Vieira dos Santos aglutinava as recomendações extraídas dos manuais às sugestões de um indivíduo que dominava as artes populares da cura. Para tanto, atente-se ao seguinte excerto memorialístico, referente aos meses de março e abril de 1850:

Em 21 [de março] Quinta feira voltei p^a caza por estar com o pé m^{io} inflamado com a impigem onde estive recluzo té o dia 22 tomando hum ou dois purgantes de Manna e Jalapa.

Em 23 Segunda fr^a principiei a tomar purgantes de la Roy, em 25 botei póz dejounnes com o que se augmentou a inflamação. De noite se botou outro unguento ensinado por Julião té o dia 30.

Em Dom^o 24, Segunda 25 e Terça 26 tomei o la Roy.

Em 27 Quarta purgante de Sal amargo.

Em 28, 29 e 30 outros de la Roy principiouse com novo unguento de semente de algodão.

Em 31 Dom^o dia de descanso.

Abril

Em 1 Segunda tomei outro purgante. Em 2 e 3 descanso, a impigem

declinou a melhora. Em 4 Quinta purgante Sal amargo. Em 5 e 6 purgantes de la Roy. Dom^o 7 descanso de n. fui a Igr^a ao terço de S^m Sebastião – nos dias 8, e 10 purgantes de la Roy – senti a impigem com mais ardor talvez p^r ajuntar inxofre no unguento. (SANTOS, 1851, p. 219).

Diante da ausência de resultados positivos no tratamento, Antônio Vieira dos Santos empreendeu pequenas modificações nos seus métodos curativos. Nos meses de abril e maio de 1850, a dermatose agravou-se. Incontinenti, o referido negociante abdicou do uso de unguentos em seu tratamento. Contudo, ele manteve a ingestão de purgantes. Segundo o memorialista, essas medidas não tiveram êxito. Ao contrário, houve o aumento da inflamação e das dores.

Desse modo, o excerto transcrito a seguir consiste em um indício a respeito do caráter improvisado da terapêutica efetuada em sociedades do interior do Império. Nesse âmbito, restava ao enfermo empreender pequenas e paliativas alterações nos seus métodos curativos. As informações transcritas abaixo dizem respeito a episódios ocorridos nos meses de maio e junho de 1850:

Em 19 p^a 20 de Maio mostrou a impigem a querer secar, mas na noite de 21 a 22 me veio extrenozam^{te} com grande ardor e resequidão da pelle e com grande resequidão da pelle e purgando bastante.

Em 24 Sesta tomei hum purgaante de la Roy e me doeo bastante a m^a perna tanto de dia como de noite; e me deo a lembrança de só usar pannos molhados com agoa fria sem mais unguento nem folhas com este uzo apareceo melhora na inchação da pelle principalmente.

Desde Sesta 24 de Maio té 31 pasei todas as noites em claro sem poder dormir porque mal apenas me deitava hum ardor picante e insuportavel acudia a pelle que só agoa fria a poderia abrandar té sahindo vapor a maneira de fumaça.

Junho

Sabado 1^o de tarde e noite inflamouse outra ves a perna com

bastantes dores mas no dia 3 em diante mostrou a declinação. Nos dias 3 – 4 – 6 – 8 – 10 e 12 – 16 em todos estes dias tomei purgantes de La Roy sem que houvesse melhoras nas dores, vermelhidão e inflamação. Desde 18 té 26 pasei as noites bastantemente emcommodado sem dormir. (SANTOS, 1851, p. 220-221).

Nos meses seguintes, Antônio Vieira dos Santos agregou outras substâncias na produção de um método curativo. Em fins de 1850, ele passou a utilizar, por exemplo, mercúrio e cal, posicionando essas substâncias sobre a área da dermatose. Ao mesmo tempo, o negociante permaneceu inclinado a buscar os préstimos de indivíduos que dominavam as artes populares de cura.

Em síntese, o tratamento desse indivíduo era marcado por breves períodos de arrefecimento da dor. Entretanto, o recrudescimento da inflamação e das dores impelia o enfermo a promover pequenas mudanças no modo de tratamento. E, nessas circunstâncias, ele arbitrava solitariamente sobre os rumos do seu processo curativo.

No presente estágio do artigo, compete destacar que Antônio Vieira dos Santos formulava isoladamente o destino de seu método curativo. De forma ocasional, ele obtinha o auxílio de curandeiros e amigos. Nesse contexto, cabe demonstrar que restava ao enfermo realizar o emprego de sugestões que ele captava em manuais de medicina caseira, bem como entre pessoas que pertenciam ao seu círculo de amizades, conferindo autoridade às sugestões de indivíduos que dispunham de conhecimento sobre métodos populares de curar, mas não atuavam rotineiramente como curandeiros.

O excerto reproduzido a seguir comporta informações referentes aos meses de novembro e dezembro de 1850, que demonstram a disposição de Antônio Vieira dos Santos para contatar-se com indivíduos que possuíam informações sobre técnicas populares de feitura de remédios:

Desde 17 ou 18 [de novembro de 1850] principioume a inchar o pé esquerdo bastantemente e o direito m^{to} dolorido e inflamado com grandes dores sem poder nem andar de xinellos e só em a pé no chão e assim continuou ate 7 ou 8 de Dezembro e que declinou a melhorar depois de ter uzado quotidianamente de mercurio e cal lançado sobre a impigem. Havendo principiado em 14 Quinta fr^a a tomar diariam^{te} purgantes de Sippo como p^r espaço de 6 ou 8 dias. [...] Em 14 [de dezembro] Sabado de noite fui em caza da Pucica m^{er} do Manoel de Siqueira consultar com ella sobre ensinarme remedios e curativo p^a a m^a perna. Em 15 Dom^o pasei m^{to} encommodado com dores fortes na perna por lhe botar pedra hume queimada e o emplasto que a Pucica ensinou da massa da farinha e vinagre. Em 16 Segunda de tarde em diante foi minorando a inflamação algum tanto [...] Em 28 Sabado com os excessos dos [meus] paceutos dos dias antecedentes alternouse outra ves a inffamação da Da perna, arrebetando diversas borbulhas e doendome bastante desde manhã ate ao meio dia principalmente. (SANTOS, 1851, p. 229-230).

O relato supracitado evidencia que Antônio Vieira dos Santos era um enfermo que produzia os seus próprios remédios, a partir da orientação de conhecedores de procedimentos curativos populares. As informações apresentadas nos textos memorialísticos desse imigrante português evidenciam que um tratamento de saúde, em uma área interiorana do Brasil oitocentista, era marcado pela contínua adoção e abandono de métodos curativos. Eram tentativas sucessivas para encontrar o remédio, geralmente um fitoterápico, que promovesse uma diminuição dos padecimentos do enfermo. Porém, os resultados desse remédio tinham apenas efeito paliativo, pois a sua principal função era aplacar dores de forma momentânea.

Compete enfatizar, pois, que os amigos do enfermo realizavam sugestões sobre métodos curativos. Dentre os amigos de Antônio Vieira dos Santos, cabe mencionar o professor primário Francisco da Silva Neves, que conhecia a técnica de preparo de um unguento que o memorialista intentou empregar para combater a sua dermatose:

Em 1 [de janeiro de 1851] Quarta fr^a foi o 3^o dia da tomada do cozimento. A perna declinou a secar e a descascar a pelle das ulceras, principiei a uzar de novo o unguento que o [Francisco da Silva] Neves ensinou. Em 2 Quinta foi o 4^o dia da tomada do cozimento com a mesma declinação a quererse decascar apesar da grande vermelhidão e dores. Em 3 Sesta foi o 5^o dia da tomada do cozim^{to} como de tarde houve m^{to} calor a coberta do unguento na perna inflamou bastante mas tirando-o fora e banhando abateo a inflamação e não botei mais unguento deixando as partes a ver livre com o que m^{to} moderou a vermelhidão e inflamação. Em 4 Sabado foi o 6^o dia da tomada de cozimento neste obrei bastante e mta sahiação; fiquei com a perna mto aliviada com hum aspecto de grande melhora. De n. botei o unguento e não tirei. Em 5 Dom^o foi o 7^o dia da tomada do cozimento, obrei. Declinaçõens a melhoras. Em 6 Segunda o 8^o dia foi de manhã a ultima bebida do frasco, mas de tarde continuei com cozim^{to} da infuzão de Salia Senne que tinha preparado p^a isso. (SANTOS, 1851, p. 232).

Por meio do estudo do caso do tratamento de Antônio Vieira dos Santos, nota-se que um dos objetivos centrais dos tratamentos médicos, na vila de Morretes de meados do século XIX, era propiciar a purificação do organismo. Nesse sentido, os enfermos ingeriam substâncias que evitavam o problema da retenção de fezes. Antônio Vieira dos Santos também adotava procedimentos para a desintoxicação do fígado por meio da utilização de pós antibiliosos.

No íterim do tratamento de sua dermatose, Antônio Vieira dos Santos realizou procedimentos de purificação do organismo. Concernente a acontecimentos do mês de maio de 1851, o memorialista apresentou as anotações transcritas a seguir. Elas demonstram que a utilização de purgativos era o procedimento mais usual em uma terapêutica caseira, no contexto de uma sociedade interiorana do Brasil oitocentista:

Em 2 Sesta ou 3 Sabado principiou uma coceira pela mãos e corpo.
Em 4 Domingo engrossamento do rosto m^{to} avermelhado e principio

de uma irrupção geral por todo o corpo. De n. m^{to} encommoado com a irrupção. Em 5 Segunda de manhã principiou a inchar o rosto com m^{to} comichão e grossura, orelhas coceira na cabeça, e barba e em todo o corpo. De noite m^{to} encommoado sem dormir. Em 6 Terça a irrupção chegou a seu maior auge as faces m^{to} inchadas; as palpebras sem poder a abrir os olhos, fontes e testa. De noite encommoado sem poder dormir. Em 7 Quarta de tarde mostrei ao Joze Pedro receitou a infusão de linhaça, agoa de roza e da Colonia p^a lavar o rosto, e purgante de Sal amargo. De noite m^{to} encommoado sem dormir. Em 8 Quinta de manhã tomei o purgante do Sal amargo que obrei e lavagem a miudo do rosto. De noite m^{to} encommoado sem poder dormir. [...] Em 12 Segunda tomei hum purgante de Sal amargo sempre obrei. De n. tive hum sonno. mas m^{to} encommoado com a inflamação do pé esquerdo subindo o calor a 16 grãos. Em 13 Terça de tarde principiei a tomar os pós Antibilozos. De n. m^{to} encommoado sem poder dormir com picadas lancinantes no pé esquerdo a cada instante e grande inflamação. O rosto e as orelhas mais abatida da irrupção. Em 14 Quarta começouse a banhar os pés com agoa de linhaça moderação das dores nada de obrar. Depois do almoço dormi hum pouco. (SANTOS, 1851, p. 242-243).

Outro método curativo utilizado por Antônio Vieira dos Santos consistia na aplicação de emplastos sobre as pernas, que constava entre as técnicas cuja utilização possibilitava uma circunstancial melhora, de forma a evitar que o sono do enfermo fosse perturbado pelas dores. Embora o resultado desse procedimento fosse também paliativo, pois esse negociante voltava a sofrer de modo intermitente com as dores e a inflamação causadas pela dermatite, em um cenário social carente de assistência médica, a conquista de sono regular era o principal êxito da terapêutica caseira empregada por Antônio Vieira dos Santos. A respeito de episódios ocorridos em junho de 1851, o memorialista destacou:

Em 7 [de junho] Sabado de manhã tirei os emplastos e continuei

todo o dia a por pannos seccos sobre as partes affectadas estes inflamarão as partes a um ponto excessivo com extraordinario corrimto com m^{tas} dores e picadas insuportáveis em ambos os pés. De n. se botou os emplastos mas a inflamação não abrandou no pé esquerdo pasando muito encommodado té as 10 horas da n. e botandose o segundo sempre se abrandou algua coisa e pude dormir o resto da noite (SANTOS, 1851, p. 248).

Nesse âmbito, as passagens derradeiras do texto memorialístico de Antônio Vieira dos Santos evidenciam que a rotina do tratamento das enfermidades desse negociante tinha como objetivo central mitigar as dores e reduzir a inflamação das pernas. Em última instância, a terapêutica caseira desse indivíduo consistia em um conjunto de medidas para abrandar circunstancialmente os sintomas da dermatose. Nos momentos em que esse método paliativo malograva, o enfermo tinha o sono afetado pelas dores. Assim, conter o avanço da inflamação e impedir que ela causasse maiores distúrbios em sua fisiologia era o objetivo crucial da terapêutica caseira executada pelo mencionado negociante.

A informação transcrita a seguir evidencia que a falha do método curativo causava malefícios tais como a insônia. Essa falha criava uma situação na qual os incômodos físicos estavam presentes em todos os momentos da rotina de Antônio Vieira dos Santos. Leia-se, pois, a passagem do texto memorialístico concernente a episódios que datam do mês de junho de 1851:

Em 13 [de junho de 1851] Sesta, desde m. ate ao ponto que a Lua foi cheia as 3 da tarde estiverão bem doloridas as pernas mas depois disso moderarão e dormi bem de noite. Neste dia não tomei o cozimento da batata e sim limonadas de laranja por cauza do defluxo. Em 14 Sabado, neste dia inda continuou alguns corrimtos e latejamentos e como botase unguento no peito do pé dirto este inflamouse e ate depois da meia noite não dormi com dores e incommodado, e só hum bocado ao romper do dia. Em 15 Domingo inda continuarão os escorrimentos com os emplastos, e

banhos d'ágoa salgada, mas de noite pasei sofrivelmente quazi sem dores e pouco corrimento Na noite deste dia pasei encommodado ate depois da meia noite com inflamação do pé direito sem poder dormir; e só soceguei um bocado ao amanhecer. (SANTOS, 1851, p. 249-250).

Tais reminiscências consistem em indícios de que um tratamento de enfermidade, na vila paulista de Morretes de meados do século XIX, consistia na ingestão de remédios preparados à base de plantas e na adoção de uma dieta alimentar, a qual era modificada em virtude do não desaparecimento dos sintomas da moléstia. Nesse quadro, verifica-se que a terapêutica empregada por esse indivíduo era marcada por procedimentos caseiros, tais como a feitura de emplastos e a ingestão de remédios recomendados por médicos ou produzidos por curandeiros. Porém, o consumo desses remédios era interrompido pelo próprio enfermo diante do agravamento de seus padecimentos.

Assim, os métodos curativos empregados nessa sociedade eram essencialmente paliativos, pois permitiam aos enfermos um circunstancial abrandamento dos sintomas das suas doenças. Em última análise, esses métodos curativos eram direcionados a minorar dores crônicas. Ao mesmo tempo, outro objetivo dos tratamentos caseiros era evitar que a enfermidade causasse prejuízos à fisiologia. Por consequência, era amplamente realizada a adoção de remédios purgativos.

Considerações finais

A historiografia tem dedicado atenção aos impactos das epidemias nas províncias e às políticas formuladas em razão dessas epidemias. Ao mesmo tempo, tem-se avançado na produção de um conhecimento sobre as circunstâncias que engendraram a criação de cursos de cirurgia e de medicina no Brasil, do fim do período colonial ao princípio da época imperial. Ainda, os estudos históricos reconhecem a disseminação das artes populares de cura na formulação de métodos terapêuticos no Brasil oitocentista.

Contudo, a historiografia pouco avançou no estudo sobre as implicações das terapêuticas caseiras empregadas do Brasil no mencionado período. Assim, a investigação desenvolvida no presente artigo teve a finalidade precípua de evidenciar, a partir do caso de uma família de origem portuguesa radicada no litoral do atual estado do Paraná, o aspecto difuso de uma terapêutica caseira, os distintos agentes envolvidos na elaboração dessa terapêutica e os impactos nas mudanças na condução de um tratamento.

Em resumo, os textos memorialísticos de Antônio Vieira dos Santos comportam evidências sobre as características e os reveses dos métodos terapêuticos desenvolvidos pelos habitantes das pequenas sociedades provinciais. Mais especificamente, esses textos contêm evidências atinentes à terapêutica das moléstias de membros de elites locais, que possuíam maiores condições econômicas para obter o acesso regular aos serviços dos médicos.

O estudo dos aludidos textos permite a sustentação de dois argumentos. Primeiro, verifica-se que a busca pelos préstimos dos médicos era realizada por membros de elites locais de área litorânea do Brasil Meridional. Para tanto, eles empregavam os seus recursos econômicos para consultar esses profissionais, bem como para se deslocar até os municípios nos quais os médicos atendiam.

Entretanto, essas elites não concediam primazia aos conhecimentos desses profissionais em relação aos conhecimentos oriundos das artes populares de curar. Antes, o método terapêutico adotado de forma mais frequente pelos Vieira dos Santos era marcado pela junção de saberes da medicina erudita e os saberes de indivíduos que dominavam as formas populares de cura. Nesse quadro, eram distintos os perfis sociais e econômicos dos indivíduos que auxiliaram Antônio e José Vieira dos Santos na elaboração de uma terapêutica caseira. Mais precisamente, ambos os enfermos acataram sugestões fornecidas, por exemplo, por indivíduos que atuavam como curandeiros, produtor de ervamate e alfaiate.

Segundo, compete salientar que havia ocasiões em que o próprio enfermo era o árbitro principal do tratamento de sua doença. Tal situação foi peculiar ao caso de Antônio Vieira dos Santos. Ele detinha a prerrogativa de adotar ou abandonar métodos terapêuticos, os quais eram aprendidos por meio da leitura de manuais de medicina e contato com curandeiros e amigos. O tratamento de saúde empreendido por aquele português era marcado por contínuas tentativas de aplacar as dores decorrentes de uma dermatose. Porém, o principal resultado desse tratamento consistia em abrandar momentaneamente os incômodos provocados pela moléstia.

Dessa maneira, uma característica da terapêutica caseira adotada em sociedades provinciais era o ecletismo. A adoção de remédios sugeridos por diferentes fontes e a irregularidade da execução dos métodos curativos eram evidências desse ecletismo. Os alívios episódicos dos padecimentos físicos consistiram nos principais efeitos do tratamento ao qual Antônio e José Vieira dos Santos foram submetidos. Contudo, a dificuldade para atingir esses alívios implicava novas mudanças no método terapêutico. Essas mudanças, portanto, consistem em uma evidência do aspecto acidentado do desenvolvimento de uma terapêutica caseira no contexto da sociedade litorânea do Brasil oitocentista.

Fontes

REVISTA GENEALÓGICA LATINA. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, v. 9/10, 1956.

SANTOS, Antônio Vieira dos. *Breve resumo das memórias mais notáveis acontecidas de 1797 até 1827*. Manuscrito sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes, 1827, 354 fls.

SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memórias dos Sucessos mais notáveis acontecidos desde o ano de 1838*. 1838. Manuscrito sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes, 1851, 297 fls.

Referências bibliográficas

ALVES, Alessandro Cavassin. *A província do Paraná (1853-1889): a classe política, parentela no governo*. 2014. 505 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ARMUS, Diego; HOCHMAN, Gilberto. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

BRASIL. Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1874. v. 9.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. 2013. 352 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHALHOUB, Sidney (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias acessórias para uso das famílias*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. v. 1.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

COSTA, Samuel Guimarães da. *O último capitão-mor (1782-1857)*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1988.

FARIAS, Rosilene Gomes. Pai Manoel, o curandeiro africano, e a medicina no Pernambuco imperial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19 (supl.), p. 215-231, dez. 2012.

FERRETTI, Mundicarmo. *Pajelança do Maranhão no século XIX: o caso de Amélia Rosa*. São Luís: CMF/FAPEMA, 2004.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Cirurgiões, médicos boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

GOMES, Sandro Aramis Richter. *Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antônio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850)*. 2012. 323 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GUIMARÃES, Márcia Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. 2003. 104 p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

HOERNER JÚNIOR, Valério. *A vida do Dr. Leocádio José Correia*. Curitiba: Vicentina, 1979.

LUZ, Madel Therezinha. *A arte de curar versus ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil*. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996.

PEREIRA, Magnus. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996.

PIMENTA, Tânia. *Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, 1998.

REZENDE, Joffre Marcondes de. *À sombra do Plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da Medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1991. v. 1.

VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. *Relatório do presidente da província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1854.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Campus de Franca, 2012.

WISSENBACH, Maria Cristina. Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil-Colônia. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Erário Mineral [1735]*. Luís Gomes Ferreira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p.107-149.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (século XIX)*. 2007. 297 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Recebido em julho de 2016.

Aprovado em outubro de 2017.

SEBASTIÃO: O SANTO DARDEJADO EM TERRAS DE GOIÁS

*Anderson Aparecido Gonçalves de Oliveira**
*Maria Clara Tomaz Machado***

RESUMO: O presente trabalho busca a compreensão das experiências dos sujeitos do interior goiano, em especial das áreas rurais afetadas pela UHE Serra do Facão a partir das práticas festivas religiosas tendo como santo homenageado São Sebastião. O foco da análise serão as práticas e saberes rurais perpassando pela religiosidade desses atores como expressão de seus modos de vida para que possamos analisar como esses fatores fazem emergir as relações de cooperação, vínculos identitários, além de suas variadas formas de sociabilidades, aquelas que são marcas culturais bastante significativas e difundidas durante as comemorações, sejam elas devocionais ou não.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas festivas. Sociabilidade. Religiosidade.

* Graduação em História pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU). Mestre e doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Supervisor do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto História (*Campus* Santa Mônica), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

** Graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestrado e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular do Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia, integra a linha História e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em História da UFU. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Cultura Popular e Vídeo Documentário (DOCPOP).

ABSTRACT: This study seeks to understand the experiences of subjects goiano interior, especially in rural areas affected by the UHE Serra do Facão from religious festive practices having as honored saint San Sebastian. The analysis of the focus will be rural practices and knowledge permeating the religiosity of these actors as an expression of their way of life so that we can analyze how these factors make emerging cooperative relations, identity links, and its various forms of sociability , those cultural brands very significant and widespread during the celebrations , whether or not devotional.

KEYWORDS: Holiday Practices. Sociability. Religiousness.

[...] ao viver em comunidade ou sociedade, os saberes e culturas que permeiam essas relações são repassadas às gerações seguintes mantendo, de certa maneira, a reprodução da vida em sociedade, garantindo assim o sentido de viver em comunidade. Sentidos os quais são culturais e são compartilhados entre famílias e vizinhanças. (VENÂNCIO, 2008, p. 110).

Muitas das vezes nos levamos por uma interpretação limitada da palavra compartilhar. Na vida rural, esse compartilhar se confunde literalmente com a vida e o vivido de cada sujeito, de cada família, de cada prática festiva ou momentos de dor e sofrimento. Podemos dizer que os sentimentos de vazio e de incerteza foram os mais compartilhados entre os moradores de uma pequena região do sudeste goiano.

Naquele “pedaço de terra”, inúmeros trabalhadores viram o suor de seu labor diário se perder em uma imensidão de água em nome do progresso. Assistiram suas memórias e vidas afundarem em águas profundas, até que de repente tudo aquilo não passasse de meras lembranças que, quando acessadas, levavam a momentos de lágrimas e emoções indescritíveis.

Durante um período aproximado de vinte e quatro meses de

realização do “Programa de preservação do patrimônio histórico-cultural”, intitulado *Caminhos da memória, caminhos de muitas histórias*¹, uma iniciativa interdisciplinar envolvendo docentes da Universidade Federal de Uberlândia (*Campus* Pontal – Ituiutaba-MG e *Campus* Santa Mônica – Uberlândia-MG), percorremos vielas e estradas à procura de respostas. No entanto, a cada porteira aberta, éramos bombardeados por inquietações e inconformismo. Nesse lugar, encontramos comunidades repletas de uma riqueza cultural que permeia o mundo rural e com sujeitos que construíam seus vínculos com o lugar, tendo justamente em suas práticas culturais e religiosas o elo revigorante de múltiplos sentimentos, entre eles o de pertencimento.

À medida que caminhávamos pelas “estradas vicinais” que ligavam não só uma propriedade a outra, víamos entrelaçar vidas e histórias, o sertão goiano foi se revelando familiar, instigante e envolvente. Às margens do São Marcos, seja ao som do vento balançando as folhas da vegetação, dos pássaros ouvidos à distância ou ao embalo das águas que iam inundando de incertezas a vida dos moradores, fomos reconstituindo, por meio das vozes daqueles que se faziam presentes, as histórias do lugar, as expectativas, os medos e as angústias de um futuro já presente. E, no agora, os sentimentos fluíam, trazendo do fundo do passado as histórias vividas e ressentidas.

Sentimentos presentes e evidentes que se tornaram marcas na construção do livro e de um filme que revelaram as memórias e as histórias dos sujeitos sociais da região (KATTRIB, 2010), ao

¹ O estudo se deu entre os anos de 2008 e 2010, nos municípios afetados pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, em Goiás e Minas Gerais, a saber: Catalão, Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Davinópolis e Ipameri, em Goiás; e Paracatu, em Minas Gerais. Das várias ações compensatórias, participamos, dentro do Grupo de Pesquisa, daquela que trata da preservação do patrimônio histórico-cultural da área atingida pelo consórcio dessa usina, cujos produtos acadêmicos foram a produção de um livro, de um filme, dos museus abertos, dos relatórios e da organização documental inventariada com banco de dados de imagens, bibliografia, história oral, assim como levantamento de espécies da flora e da fauna.

passo em que aqueles que até então estavam esquecidos ou marginalizados por uma sociedade que privilegia o progresso desmedido se tornam agentes de sua própria história, rememorando, revivendo e muitas das vezes desabafando como se gritassem por socorro. Desta forma, tanto o livro quanto o filme se tornaram mais do que resultados de uma pesquisa histórica e cultural, mas também um espaço de reflexão para entendermos as imposições que se aplicam a sujeitos sociais sem o mínimo de sua participação no projeto que se quer progressista, mas de fato é a expulsão premeditada de suas terras. A negociação possível é dada pelo preço de mercado plausível pelos interesses em questão. As transformações sempre irão existir – e devem –, mas a questão é respeitar o seu tempo, levando-se em consideração os sentidos e as relações humanas que nelas se encontram imbricadas.

Para este texto, como interlocutoras do viver em comunidade, elegemos as práticas festivas, devocionais ou não. As práticas festivas nos revelam as transformações e caminhos percorridos por cada família e sujeito durante o período de construção da Usina Hidrelétrica, porque, assim como a cultura, possuem um sentido muito fluido. Elas se fazem bem mais que uma mera comemoração dentro das várias representações culturais, pois falamos de uma prática que entrelaça vivências, experiências, entre muitos outros fatores que se englobam no que chamamos de “festa”. Segundo Carlos Rodrigues Brandão, as festas vão além do cotidiano, interpenetram-se na vida humana, tornando-se parte dela, pois “cada vez mais a festa não quer tanto se opor à rotina, ao trabalho produtivo, mas sim invadir a política, o lado sério, as relações que entre si os homens trocam.” (BRANDÃO, 2010, p. 21).

No interior goiano, esse fator se torna claro na ótica desta análise, principalmente nas áreas rurais, pois uma boa parte dos moradores ainda sobrevive a partir de uma prática agropastoril familiar. Sendo assim, essas práticas festivas se tornam cada vez mais importantes para os sujeitos, para agradecer a boa colheita, pedir chuva em um tempo de seca ou pedir que a produção do ano seguinte seja melhor.

É neste sentido que a vida compartilhada ganha destaque onde o compartilhar significa viver coletivamente os importantes momentos e as comemorações pessoais. É por isso que as práticas festivas constituem o laço que interliga os moradores de um determinado lugar, estreitam as relações entre as famílias e interrompem as labutas diárias e o “corre-corre” da lida cotidiana. Durante as festas, os sujeitos participam ativamente da organização do evento, das rezas, dos bailes, dos leilões; e, ao frequentar esses espaços, reforçam com a comunidade os laços de amizade, de solidariedade, de sociabilidades e de compromisso com o sagrado, pois a fé, neste caso, compõe uma religiosidade popular que se inova a cada instante sem perder sua matriz “residual”. “Residual” porque

certas experiências, significados e valores que não se podem expressar ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior. (WILLIAMS, 1989, p. 125).

Dentre as relações presentes nas práticas festivas, é válido ressaltar ainda a busca incessante pela visibilidade e pela promoção social que se fazem presentes nos eventos, configurando tais práticas ao mesmo tempo como um campo de disputas, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. É um “jogo jogado” pelos atores sociais, em que geralmente o discurso distancia-se da prática no mesmo momento em que o papel real se confunde com o construído. São relações que ultrapassam os limites da prática festiva e tornam-se parte do íntimo e pessoal, surgem dentro da festa e passam a ser perceptíveis também fora dela, durante as relações de convivência e trabalho. Na versão de Bataille, “a festa é a fusão da vida humana. Ela é para a coisa e o indivíduo o cadinho onde as distensões se fundem ao calor intenso da vida íntima” (BATAILLE, 1992, p. 74).

Sendo a festa parte intrínseca da vida humana, as relações e emoções constituídas e/ou vividas pelos sujeitos fazem parte de

um “jogo de sentidos”, no qual sentimentos são colocados à prova e os seus diversos participantes no mesmo patamar de igualdade, pois as festas revigoram energias, vidas. Elas proporcionam momentos revigorantes para aqueles que labutam o ano todo pelo seu sustento. As festas são a vida, ou melhor, a alegria de viver! (KATRIB, 2009).

Marta Abreu nos lembra que há um grande risco de trabalharmos com o conceito “religiosidade popular”, por considerar que “traz um risco de se reduzir a complexidade do fenômeno religioso, simplificando a análise das relações entre religião e sociedade, religião e classes sociais, e finalmente religião e história” (ABREU, 1994, p. 84). E ainda reconhece que:

As expressões/conceitos cultura popular e religiosidade popular devem ser propostas em função de um reconhecimento evidente que, no passado, as pessoas pobres, simples, comuns, escravos, negros e imigrantes pobres, pensavam, agiam, criavam e transformavam seu próprio mundo (valores, gostos, crenças) e tudo o que lhes era imposto, em função da herança cultural que recebiam e de sua experiência. Como agentes de sua própria história (cultura e religião) homens e mulheres das camadas pobres criam, partilham e se apropriam de valores, hábitos, atitudes, crenças, músicas e festas religiosas (neste sentido, cultura popular e religiosidade popular não são entendidas simplesmente como um conjunto de objetos ou práticas originário dos setores populares). (ABREU, 1994, p. 85).

O fato é que, mesmo sendo uma prática religiosa (re)criada pelos sujeitos e que difere dos ritos institucionais, mantém características e ritos inerentes a esse catolicismo vertical, enfim mantém-se um “residual” intrínseco. Ocorre o que podemos chamar, neste momento, de uma hibridização religiosa a partir de uma multiplicidade de pertencimentos, mas com características e ações reinventadas, principalmente pelos moradores do interior brasileiro. Neste viés, devemos levar em consideração que o catolicismo oficial é muita das vezes apropriado pelos anônimos

sociais que praticam o chamado catolicismo popular/rústico/rural, e aí, em vários momentos, os papéis se invertem. Nesta perspectiva, Azzi confirma:

A religião popular enquanto catolicismo rural, herdado do instituto do padroado e da noção de Cristandade, caracteriza-se pela presença marcante dos leigos como estimuladores da vida religiosa (irmandades, romarias, ermidas, devoções, procissões, festas), entrando em conflito com a imposição da romanização, isto é, do catolicismo tridentino, que privilegia a autoridade sacerdotal. (AZZI, 1997, p. 10).

A partir da maneira como esse catolicismo rústico e rural foi se projetando ao longo de séculos no Brasil, percebemos uma lógica própria de devotamento aos diferentes santos católicos se fortalecendo de forma diversa em cada região do país, obedecendo à diversidade étnica e cultural da população (CHAUÍ, 2007).

Mauro Passos vai além. Para ele, há um caminho natural entre a prática religiosa “tradicional”, datada dos primeiros três séculos, perpassando pelo surgimento de formas híbridas. Um momento em que a cultura e a fé se expandem de uma forma “reformada” até algo novo, em que ambas tentam coexistir, seria uma forma “renovada” daquilo que denominamos como práticas religiosas populares (PASSOS, 2002). Ainda, segundo ele, “a fé pode ser lida como uma alternativa para expressar os sentimentos e ativar a memória coletiva”, pois:

O catolicismo popular e as tradições populares, com suas diversas formas de expressão festiva, são promessas de comunidade. Correntes que unem os membros de um grupo. Labirintos da saudade. [...] A festa memorada fertiliza os corpos para um coletivo reunificador. Faz brotar o vigo da esperança. Partilha segredos e desejos. Endereça caminhos no horizonte da espera. (PASSOS, 2002, p. 190).

Contudo, devemos tomar cuidado com a forma com que abordamos este assunto, pois:

Penetrar na esfera da religiosidade popular é, para o historiador acostumado com fontes documentais que atestam transformações, mudanças, andar em terreno movediço. Religiosidade e fé são práticas culturais observáveis, mas situam-se no âmbito da esfera discursiva e não dos resultados. Desse ponto de vista, fé é uma questão de se possuir, não de se provar. A temática não permite possibilidade de análise através do saber científico construído. Não há regras que garantam a produção do fenômeno, sua repetição e verificação. Por isso, cabe a ressalva: se quisermos compreendê-la, há necessidade de se desvencilhar dos modelos oficiais, intelectualizados, que, de cima para baixo, a rotulam como credices e/ou superstições. (MACHADO, 1998, p. 113-114).

Nessa perspectiva, a religiosidade popular se abre como um campo de investigação privilegiado para aqueles que a entendem como práticas e representações culturais coletivas, presentes nas experiências concretas de vida dos indivíduos e, portanto, parte constitutiva do social, no qual uma teia complexa de relações as inscreve. (MACHADO, 1998, p. 115).

Sendo assim, seria possível desvincular as práticas festivas das práticas religiosas populares? Acreditamos que não, pois estão inseridas em um universo em que Carlos Rodrigues Brandão denomina enquanto “experiência religiosa e/ou experiências simbólicas coletivas”, o que permite ressaltar que “a festa invade a vida humana”, interpenetra-se na vida, tornando-se parte, fundamental para a manutenção e para o sentido da mesma.

Para analisar tal discussão, podemos trazer neste momento as festividades rurais no entorno do Rio São Marcos, no estado de Goiás, em especial na comunidade rural de Mata Preta, município de Catalão-GO, onde se cultua São Sebastião² pelos

² São Sebastião é um santo, cuja trajetória de vida se mistura com a proteção do ser humano e do que o mantém vivo. É considerado por muitos protetor contra pestes, fome e guerra. A devoção ao santo dardejado foi trazida ao Brasil pelos lusos ainda durante o processo de colonização. Para saber mais, consultar Anderson A. G. de Oliveira (2014).

mais variados motivos ou experiências vividas pelos sujeitos. O apogeu da prática festiva religiosa encontra-se durante a reza – o terço cantado –, momento em que as emoções transparecem e cada um demonstra a fé à sua maneira.

O que pretendemos afirmar é que os moradores do interior goiano, em especial da área pesquisada, possuem, como protagonistas das festas, seus santos devocionais. São Sebastião surge neste caso por ser um dos mais festejados, principalmente pela região possuir como uma das características principais uma economia familiar diretamente ligada à terra. A missa (um rito praticamente fechado sem grandes modificações), rezada pelos padres, nem sempre se torna o ápice desses dias festivos, onde o importante são as práticas recriadas por esses sujeitos – como o terço cantado –, as quais classificamos como religiosidade popular, catolicismo rústico e/ou rural, entre outras nomenclaturas usadas pela academia por se fazerem diferentes da prática dominante (BRANDÃO, 2007).

As festividades em Goiás são expressões dessa pluralidade. No sudeste goiano, o calendário festivo-devocional mantido pelas comunidades transcorre independente da presença oficial do clérigo, pois os rezadores da localidade assumem o papel de interlocutores com o sagrado. São eles que atizam o reavivar da fé local e unem as pessoas em torno da realização dos festejos.

O destaque que damos a São Sebastião decorre de sua peculiaridade, especialmente sua realização, a princípio, na área rural. Recebe influência direta das Folias de Reis, tendo o mártir como principal intercessor junto a Jesus Cristo. A região de Mata Preta, situada a cerca de vinte quilômetros da área urbana do município de Catalão-GO, recebe todos os anos a peregrinação de fé dos foliões de São Sebastião.

Segundo a memória local, as festividades em relação ao mártir se iniciaram entre os anos de 1950 e 1960, quando ainda eram utilizados carros de boi para o transporte, mas, com o passar dos anos e as modificações promovidas pelo progresso, como a chegada do asfalto, tal meio de transporte foi proibido nas rodovias, as quais cortam grande parte das estradas de

acesso às fazendas que compõem essa região. A rodovia, que deveria beneficiar a região, tornou-se um marco divisor das comunidades e das famílias devotas a São Sebastião. Este não seria o primeiro obstáculo que a fé e a devoção dos moradores da região enfrentariam. Mas, ao invés de esmorecer diante do problema, terminaram por se adequar com novas formas de deslocamento e acesso às demais fazendas que todos os anos recebiam o santo em suas residências.

Os festejos na região da Mata Preta iniciam-se no fim de semana mais próximo ao dia 20 de janeiro, todos os anos, com o deslocamento dos foliões que moram na cidade para o campo ainda na quinta-feira. Ali, um devoto e/ou devota já os aguarda em sua residência, com uma farta e bela janta. Antes de saciarem a fome, direcionam-se todos para o altar montado geralmente na sala da residência e, ao som dos estouros do foguete, iniciam um admirável e emocionado terço com a presença dos foliões, donos das casas, vizinhos e convidados. Os participantes nos lembram que, nesse momento, antes de tudo, seu compromisso é com São Sebastião. Vários são os pedidos durante o terço, mas o principal deles é que o mártir os ilumine nos dias seguintes durante sua peregrinação de fé.³

Antes de se servir a janta, ocorre mais uma pausa, momento de agradecer a refeição e pedir a São Sebastião que multiplique o alimento daquela mesa, para que a família que os recebe nunca passe dificuldades, e que os livre da peste, da fome e da guerra. E a noite não se encerra por aí. O santo (representado por sua bandeira) dorme na casa em que o jantar foi oferecido, enquanto os foliões se direcionam à casa do festeiro responsável por sua estada ao longo dos dias festivos até a entrega da bandeira.

³ Atualmente, em decorrência das transformações de tal prática, o ritual tem um período de realização de três dias e se aproxima muito da Folia de Reis. Contudo, apesar de possuir uma estrutura básica aos moldes daquela que homenageia os Santos Reis, essa prática se modifica nas letras das ladainhas, que quase sempre entoam pedidos de proteção e/ou pedidos diretamente direcionados aos donos das residências, que por ventura tenham votos para o santo dardejado ou que passaram por algum tipo de flagelo.

Com o raiar do sol no dia seguinte e o primeiro canto do galo, lá estão todos de pé na casa onde o santo pousara e preparados para seguirem com a folia. Antes de saírem, mais um pedido de proteção, mais uma demonstração de fé. Diferentemente das décadas de 1950 e 1960, quando os foliões se deslocavam em carros de boi, agora eles se agrupam na boleia de caminhões em direção à residência em que São Sebastião pousou. Após um longo e farto café, a folia agradece a estada e segue percorrendo um longo caminho, fazenda após fazenda, louvando e pedindo proteção para as famílias, plantações e animais das casas visitadas. Processo que se repete até à chegada do almoço, onde a cantoria se estende, pedindo para que ali possam se alimentar. Não é uma regra, mas quase sempre o jantar e o almoço servidos aos foliões, assim como para qualquer pessoa que ali quiser se alimentar, é fruto do pagamento de votos ou se faz em atendimento à solicitação do festeiro. Percebe-se que poucas são as alterações nos endereços em que se alimentam todos os anos e, se há alguma regra, ela parece estar ligada à fartura.

Os dias subsequentes, até o domingo, dia da entrega da bandeira, são da mesma forma, percorrendo os caminhos vicinais de muitas histórias de fé e de emoção. Ali, no momento em que o capitão apita e dá início à cantoria, a vida pessoal, em grande parte de pessoas simples, se confunde com a prática festiva, resultando em lágrimas e lembranças principalmente de pessoas que já se foram. Como nos revela Dona Elza:

Uai, primeiramente que a gente é devoto, né? De São Sebastião e que a gente gosta. [...] É igual que cês viu, eu chorei muito, porque meu pai fazia parte de uma folia, né? Toda vez que eu vejo cantar eu emociono, porque eu lembro dele e ele já faleceu. [...] Cunhado folião, sobrinho. Igual meu pai, era doente, mais acompanhou, até falecer ele acompanhava. Então a gente lembra muito dele nesses momento, né? Que toda vez... assim, até no DVD que a gente vai por pra assistir eu quase num gosto de colocar, porque eu lembro. Aí, quando eu vejo cantano, assim, é o mesmo que eu visse ele junto. Então, a gente fica emocionado. Não triste, é porque alembra,

e a gente emociona, né? Mais aí é muito bonito, a gente gosta muito. Isso faz parte da vida da gente desde de pequeno, né? [...] Na hora que começou a cantar aqui, agora, me marcou muito, porque eu lembrei... reviveu tudo. Pensa tudo. Que... é que... como a gente via ele, né? Cantano, acompanhamo... Pra ele, aquilo era tudo, porque ele amava andar assim, gostava demais. [...] Era a paixão dele. Isso era a paixão dele, do meu pai. Deixava tudo que ele tava fazendo pra acompanhar. Quando... quando tinha a folia da região, ele deixava tudo e acompanhava. Mesmo doente, às vezes tinha vez que saía da folia, ia pro hospital, internava, voltava, porque ele tinha o problema, né? Inclusive faleceu por causa disso. E a gente alembra muito!. (Entrevista realizada com Elza Francisca Braga de Souza, região da Mata Preta, Catalão-GO, em janeiro de 2009).

Esse é um fato recorrente, principalmente por se tratar de uma região em que todos se conhecem ou pertencem ao mesmo núcleo familiar. Nesse viés, as histórias de vida e a Folia de São Sebastião tornam-se o elo de ligação, pois, ainda que de modo indireto, todos da comunidade fazem parte dessa prática festiva religiosa, especialmente se levarmos também em consideração que mais de 90% desses moradores possuem uma prática agropastoril familiar.

Há vários anos consecutivos que o festeiro responsável pela Folia de São Sebastião é o mesmo, o Senhor Cacildo Rodrigues Duarte, pequeno proprietário na região da Mata Preta. Segundo o próprio, ele não realiza a festa por voto ou obrigação, e sim pela devoção que tem a São Sebastião. E é sua filha, Maria Helena, quem geralmente recebe os foliões todas as quintas-feiras que antecedem o início da peregrinação da folia em sua casa, oferecendo-lhes um farto jantar e um pouso para São Sebastião.

Como festeiro, o Senhor Cacildo tem por obrigação fazer o convite a toda a comunidade e angariar fundos ou doações por meio de alimentos e/ou animais que possam ser utilizados durante o jantar do domingo, após a entrega da bandeira e do terço cantado. Para além disso, cabe a ele também organizar o cronograma de fazendas que irão percorrer por dia e em quais delas será o almoço e o jantar dos foliões.

Ela começou de voto, com um tal de Geraldim (Geraldo), ele era um coitado [humilde]... Num tinha ela aqui no lugar não... [...] Ele tinha uma doença e ele, acho que ele falou que, se sarasse, se São Sebastião ajudasse que ele sarasse, que ele ia fazer a folia de São Sebastião. Não tinha ela aqui nesse lugar. Aí, ele sarou e fez... Aí, ele pediu um almoço. [...] Aí, eu cheguei no Senhor Geraldim e perguntei que dia que era pra nós dar o almoço ou a janta. Ele era gago, né? Gaguejou lá e falou: “- É amanhã...” Eu falei: “- É almoço ou janta?” Ele: “- É almoço...” Então, pode espera ocêis? Pode... Aí, quando deu onze hora, eles chegou, o almoço tava pronto. Era poquinho gente, só o terninho mesmo, capaz que não tinha ninguém acompanhano... [Só os folião mesmo – voz de Dona Maria] E o motorista... Eu não conhecia ninguém, a Maria não conhecia... Aí... [...] Gabrielim (Gabriel – Capitão do terno na época) almoço. Pôs doce, eles comeu. Pôs café, eles bebeu. Aí, ele me chamou: “- Vem cá!” Tinha um paiolzim alí, igual esse aqui, só que era lá... “- Vem cá, ocê! Cê vem cá um poquim...” Foi ele e o velho Bastião (Sebastião) que era o velho palhaço... “- Oh, aqui não tem folia não?” Eu falei: “- Não!” “- Ocê vai pegar essa folia pra fazer...” Eu falei: “- Eu?! “- É!” [É, nós vai passar o ramalhete, que naquele tempo era um gaim de flor – voz de Dona Maria] É, era um galho de flor... Mas eu felei: “- Mas nós num tem suficiêcia pra isso não...” Ele falou: “- Cê tem fé?” Falei: “- Tenho!” “- Cê tem devoção com o santo?...” “- Tenho!” Aí, nós conversô lá um poquim e ele falou: “- Chama a esposa...” Eu chamei a Maria, ela veio, eles falou a mesma coisa... Aí, eu falei: “- Se ocêis vê que nós é suficiente... nós faz...” é... Nós saiu daqui e foi de a pé lá perto daquela venda, do Geraldim, de a pé debaixo de chuva pegar ramalhete... Aí, nós fez ela e passou pro Divino aqui... Depois, passô pro meu cunhado, que é o Zé, passou pro Juarez, passou pro Ora... Aí... o Leandro Camilo fez... Foi no Aguinaldo, ele enterrou... E óia aqui pr’ocê vê... Ele tomou castigo mais a muié... Aí, ela ficou... é um ano ou dois? [Dois ano – Dona Maria] sem fazer... Aí, o Arvim mais o tio Arcanjo, um barbudo que é meu tio [...], veio cá num dia de serviço... “- Se ocê adivinha o que nós vei fazê aqui...” Eu falei: “- Passear...” “- Não, meio de semana nós num passeia.”

Disse eles. Eu falei: “– Não, passeia! A gente passeia qualquer dia na casa do amigo...” Brincano com eles... Aí, Maria arrumou café, deu eles... Eles falou: “– Oh! nós vei cá conversar com ocê e Dona Maria pra pegar a folia de novo...” “– Mas como?” Aí, eles explicou tudo... “– Ceis vai lá comigo?” “– Vo...” Chegou lá o home falou: “– Não, eu não vou fazer, por causa que condição eu não tenho... Mas eu entrego os trem...” E já merguiou pra dentro pra buscar os trem. Ele (o capitão da folia) falou: “– Não! O senhor vai levar lá na casa dele” [...] É igual aqui, aonde nós almoçou, aquela outra casa que nós foi lá, aquele gordo [...] Ele falou assim pra mim... Falou pra Maria que quer fazer ela um ano... É voto, num é Maria? [É – Dona Maria] pois é... é de voto! Eu vou fala pra ele: “– Ocê vai fazer?!” Se ele fala, eu vou... [Se ele for fazer, é só um ano] É... O que eu puder te ajudar, eu te ajudo... E a Maria... O que cê precisar de mim e tiver nos meus arcance, eu te ajudo... Mais, se ocê não for fazer, quinze dia antes cê me devorve ela que eu vô fazer, Deus ajudano... Com os poder de Deus, de São Sebastião e dos meus amigo, eu faço... E outra... Agora, ocê que quer pagar seu voto... cê pode fazer! E ajudou ele no que eu puder... Aí, nós pega ela de vorta... Aí, enquanto nós guentar e Deus der força nós vai fazer e os amigo... [...] Aí, outro que quiser fazer de voto nós passa pra ele. [Enquanto a gente tive aguentando, né? Porque a gente vai ficano véi, né – Dona Maria]. Aí, ele faz... Aí, ele faz e devorve pra nós de novo... [Deus ajudano enquanto a gente tivee... – Dona Maria] Morre... Deus ajudano, enquanto nós puder dá um coicim, nós num vai deixar ela morrer não... Eu tenho muita devoção com São Sebastião! [...]. (Entrevista realizada com Senhor Cacildo Rodrigues Duarte e Dona Maria Luiza Duarte⁴, em janeiro de 2013).

Como se percebe na fala do próprio Senhor Cacildo, a festa passou pelas mãos de várias pessoas antes de ficar sob sua responsabilidade e de Dona Maria, sua esposa, incumbidos de

⁴ Senhor Cacildo e Dona Maria são festeiros da Folia de São Sebastião há vários anos e, segundo eles, o voto de realização da festa continuará sempre respeitado por algum morador da região.

dar continuidade, em decorrência de uma quebra de corrente, momento em que um membro da comunidade enterra a festa, ou seja, não a realiza.

Em 2014, um pedido especial foi feito ao Senhor Cacildo. Anos antes, Roberto havia solicitado um voto para realizar a Folia de São Sebastião por um ano, mas vinha prorrogando o pagamento de tal voto. Em conjunto com sua esposa, Nilda, e a pedido de sua sogra, Dona Maria, irmã do Senhor Cacildo, tornou-se responsável pelas festividades deste ano. Por capricho do destino, Dona Maria veio a falecer ainda no ano de 2013. Tal fato causou uma grande comoção durante o terço e a entrega da bandeira no último dia das andanças da folia, pois, ao soar da sanfona e os acordes do violão, um trecho do canto da folia foi dedicado justamente a Dona Maria, aquela que sempre estava presente de forma ativa e que foi de fundamental importância para o pagamento da promessa de seu genro.

[...]

Vou cantar esse versinho (bis)
pra aquela que não está
Vou cantar esse versinho
pra aquela que não está

(retinta)

Ela está junto de Deus (bis)
lá de cima a nos olhar
Ela está junto de Deus
lá de cima a nos olhar

(retinta)

Foi ela quem te ajudou (bis)
agora ajuda a entregar
Foi ela quem te ajudou
agora ajuda a entregar
[...]

Mais uma vez, a emoção toma conta do espaço em forma de lágrimas que escorrem nos rostos de pessoas simples e de fé. Como um estalar de dedos, todos se transformam num todo, numa unidade, onde, mesmo não conhecendo aquele que já se foi, as pessoas partilham da dor daquela família e demonstram seu carinho e respeito, estendendo sua mão amiga ou com um simples silêncio acompanhado de um olhar lacrimoso. Infelizmente não fora apenas a morte de Dona Maria que abalou a região. Desde o ano de 2013, uma série de perdas humanas vem ocorrendo na região, sejam de formas trágicas ou naturais.

Todos os anos, o último almoço é realizado na casa do Senhor Sinoécio e de Dona Mariana. No fim do ano de 2013, essa família foi marcada por uma tragédia, a morte de um de seus netos por afogamento. A princípio, os foliões ficaram apreensivos, sem saber se eles os receberiam, mas, ao ser questionado, o Senhor Sinoécio fez questão da presença dos foliões, reforçando sua devoção e demonstrando a força de sua fé perante o mártir São Sebastião. Durante todas as refeições, o capitão Diogo sempre puxava uma oração, agradecendo o alimento, pedindo fartura e saúde para a família que os recebia, além de louvar a São Sebastião, suplicando pela proteção contra a fome, a peste e a guerra – o que também pode significar dificuldades a serem enfrentadas e combatidas. Nessa ocasião, a oração para a família do Senhor Sinoécio foi especial:

Senhor Sinoécio, Dona Mariana, pra nós é uma alegria estar aqui hoje com a folia de São Sebastião. A gente quer pedir a Deus que abençoe essa casa, abençoe essa família, abençoe esses alimentos que vamos tomar... Pedimos a Deus que dê força, pra família toda. A gente lamenta a perda que vocês tiveram, mas é Deus que dá força, é Deus que dá o consolo pra vocês... Que São Sebastião possa abençoar essa casa, essa família, que nunca falte o pão de cada dia nessa mesa, livrando de toda peste, de todo flagelo, de todo mau e de qualquer perigo... Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amém... Pai nosso, que estais no céu... [...] Que o Senhor abençoe a nós e os alimentos em nome do Pai, do

Filho e do Espírito Santo, Amém... Pelos secos e molhados [Deus seja louvado – resposta dos demais foliões]... E a quem preparou [Nosso muito obrigado – resposta dos demais foliões]... Viva a bela mesa [Viva! – resposta dos demais foliões] [...]. (Diogo Gonçalves Rezende, capitão da Folia de São Sebastião. Oração gravada durante o almoço na casa do Senhor Sinoécio, em janeiro de 2014).

Logo após se alimentar, os foliões sempre pegam seus instrumentos e tocam algumas modas, como forma de agradecer a refeição e se divertir. Naquele ano, acanhados, evitaram repetir esse gesto na casa do Senhor Sinoécio, o qual pediu ao capitão que o fizessem, evidenciando mais uma vez a superação e o agradecimento pela presença dos foliões em sua casa. É claro que o clima não foi o mais festivo, mas, ainda que momentaneamente, a dor deu lugar a um belo sorriso no rosto do Senhor Sinoécio, ele que é calejado pela vida e forte pela fé.

Com o passar dos anos, as festas vêm se modificando, se (re)criando dentro de (re)significações religiosas, econômicas, políticas, entre outras, que influenciam diretamente no resultado do que chamamos de festa. Por esta lógica, devemos levar em consideração inúmeros fatores. Entre eles, o papel econômico em relação ao lucro gerado durante os dias festivos; o político, nos referindo à visibilidade popular e à autopromoção dentro da sociedade em que se encontram inseridos; além do caráter organizacional, características constantes e importantes nas práticas festivas.

Partimos do princípio de que há uma divisão clara nas formas de realização e na vivência das práticas festivas. No caso especial da festa de São Sebastião do mundo rural, ela é fruto de uma prática cultural que segue em ritual cuja essência é a religiosidade. Porém, a festa conhece outra performance voltada para o público urbano.

Festas “de” roça designamos aquelas em que as práticas que as envolvem não sofreram uma transformação a ponto de modificar as características tradicionais. Claro que as (re)criações e (re)significações são constantes, pois acabam sendo naturais

em relação ao tempo vivido. Ou, por outro lado, utilizando-se do bom português, o “de” levaria a pensar em algo característico daquele espaço, daquele lugar, que pertence àquela região ou lugar.

Já as festas “na” roça designamos aquelas em que fatores externos, principalmente urbanos, influenciaram de maneira profunda as transformações da prática, levando-a a perder várias características que denominamos como tradicionais, desde o sentido devocional ao profano. Aqui, ela se apresenta como uma verdadeira válvula de escape da vida corrida dos centros urbanos, uma forma de se distanciar, mesmo que momentaneamente, do trabalho e das cidades, da rotina. É quase uma festa nostálgica. Uma verdadeira reestruturação praticamente geral na prática festiva, onde o “na”, neste caso, nos levaria a pensar em uma festa que simplesmente é realizada naquele espaço rural, a roça, banalizando o sentido original das práticas religiosas rurais, principalmente seu caráter devocional, pois agora o ápice da festa é a diversão simplesmente, não a troca e a coexistência da fé e da sociabilidade. Desta forma, o profano supera o sagrado, o que a descaracteriza quanto ao tradicional, nos levando a considerá-la como algo passível de diferentes sentidos, como afirma Mônica Chaves Abdala:

Saberes e práticas cotidianas são, portanto, reapropriados, se tornam trabalhos, meios de ganhar vida, adequando-se às exigências e preceitos institucionalizados no momento contemporâneo. Como parte da dinâmica cultural de nossas sociedades, essas são expressões dos sentidos de continuidade para os atores envolvidos no processo, nas suas diferentes posições como vendedores, consumidores, funcionários de órgãos públicos que apoiam pequenos produtores, aqueles que organizam as festas, os que delas participam e os que as apoiam como agentes culturais ou pesquisadores. Possíveis continuidades nesse turbilhão vertiginoso, verdadeiro caleidoscópio de identidades heteróclitas que são o retrato desse nosso mundo “pós-moderno” [...]. (ABDALA, 2007, p. 107).

Até o momento em que nos referimos em romper com o cotidiano, as festas “de” e “na” roça praticamente encontram-se em patamar distinto de sentidos. O santo é o mesmo, mas, a partir daí, inúmeros fatores nos levam a colocá-las em lados opostos. O primeiro ponto refere-se à organização. Durante a realização da festa na roça, os festeiros remuneram aqueles que por ventura trabalham nos dias festivos. Há uma área em que são cobradas taxas em dinheiro para a utilização das mesas; por vezes são disponibilizadas pulseirinhas ou listas para permitir a entrada apenas daqueles que possuem o direito adquirido à mesa. Conta-se, ainda, um número expressivo de pessoas que se deslocam para os salões comunitários, onde sempre, após as missas e/ou terços, o principal foco é a comida, a bebida, a dança, a paquera. E o principal, nesta festa, é o valor arrecadado com a prática festiva. Após retirar todo o custo da festa, apenas uma pequena parte (isso quando acontece) é repassada para a comunidade e para a Igreja. O restante fica a cargo dos próprios festeiros.

Já nas festas “de” roça, o ponto fundamental que se percebe é o espírito de comunhão e partilha, quando todos aqueles que trabalham durante os dias festivos não recebem nada além da gratidão e do sentimento de devolver um pouco do que São Sebastião proporcionou durante o ano todo. Não há separações entre os sujeitos, independentemente de sua condição financeira.

Por vários anos, essas festas coexistiram praticamente no mesmo espaço, sem a real percepção de que as diferenças agora superam suas aproximações. Muitas vezes, os próprios moradores do entorno das comunidades em que as festas são realizadas e pessoas do centro urbano que se deslocam para esses lugares nem se dão conta de que, em alguns momentos, estão em uma festa como outra qualquer, se assim podemos dizer, apenas sendo realizada em uma área rural. Uma verdadeira teatralização: como se, ao colocar uma botina, um chapéu e se deslocar para a roça, as pessoas pudessem romper com o cotidiano e passar a pertencer, mesmo que momentaneamente, àquela vida rural, àquela fé, àquela crença.

Tais modificações drásticas e o aumento considerável do

lucro festivo na festa “na” roça têm trazido alguns problemas, principalmente em relação à partilha do valor arrecadado durante os dias festivos. As características tradicionais já vinham se perdendo com o tempo, e o valor pago à Igreja por grande parte delas, em função da utilização do nome do santo, era pequeno, pois era proporcional ao tamanho da prática festiva. Com o decorrer do tempo, em paralelo ao aumento do número de frequentadores, o aumento na arrecadação vem como algo natural. Mas o valor repassado para a comunidade e para a Igreja (quando há) ainda vinha se baseando nas primeiras festas, aquelas de pequeno porte.

O lucro e as relações de “promiscuidade”, como foram vistas pela Igreja durante as práticas festivas mais modernas (“na” roça) de algumas regiões do interior goiano, em especial da área rural de Catalão, acabaram fazendo com que o clero decidisse pelo fim dessas festas em algumas comunidades ou adotando outra medida. Já que os centros comunitários não possuem ligação com a Igreja, caso decidissem realizar a festa, não poderiam utilizar os nomes dos santos, o que não seria lucrativo, pois, apesar de perder seu caráter tradicional, são os nomes santos que levam grande parte das pessoas a se deslocarem, mesmo não participando sequer das missas e/ou terços lá realizados antes da festa propriamente dita.

A imposição da Igreja para a realização das práticas festivas em tais comunidades a partir do ano de 2014 determinou terminantemente a proibição da venda de bebidas alcoólicas e uma censura nas músicas, que não poderiam apresentar nenhum sinal de “promiscuidade” ou incentivo a situações que conflitassem com os preceitos da Igreja. Levando-se em consideração que o bar é uma das áreas mais lucrativas da festa, poderíamos dizer que as festas “na” roça, em algumas comunidades de Catalão-GO, encontram-se, portanto, em crise, o que pode determinar até mesmo seu fim. As (re)criações e a grandiosidade que se tornaram suas marcas acabaram sendo fundamentais tanto para seu sucesso quanto para o decreto de sua extinção.

Contudo, independentemente das maneiras e dos formatos

em que os cultos e suas práticas festivas em devoção a São Sebastião, Oxossi, santo flechado, mártir Sebastião e tantas outras nomenclaturas são realizadas; se algumas são mais tradicionais que as outras, se se encontram ou não dentro do oficial, todas possuem um grau de importância no campo festivo religioso nacional. São momentos em que o mártir parece estar sempre presente, seja qual for seu formato ou lugar.

Em todos os anos em que a pesquisa foi realizada, durante o ápice das práticas festivas, fosse nas festas de barraquinha logo após a missa, na Folia durante a entrega da bandeira ou na Umbanda⁵, durante a procissão, a chuva se fez presente, como se São Sebastião demonstrasse gratidão pela manifestação de fé. Como se aquelas gotículas fossem lágrimas de emoção pela entrega e pela fé verdadeira encontrada nos olhos de cada uma das pessoas durante seus pedidos de intercessão.

A chuva tão pedida e tão esperada. As plantações agora balançam viçosas com o vento fresco, ainda molhadas pelas gotículas de água que parecem cair milagrosamente do céu como se agradecessem a oportunidade de florescerem belas e fortes. O sorriso de uma criança ao correr pela chuva ou de um adulto ao ver que sua plantação dará bons resultados. A água que parece lavar não somente o chão, mas também a alma.

Na percepção dos crentes, ela, a chuva, é um evento natural e fundamental para a vida humana. De norte a sul do Brasil, São Sebastião se vê mergulhado em expectativas de sujeitos, quase sempre simples, que entregam seus corações e sua fé, pois, em grande parte das regiões, é essa devoção um dos pilares que sustenta a base de sociedades inteiras. Do pequeno ao grande fazendeiro, do urbano ao rural, todos se rendem aos mistérios que ligam o santo flechado e os momentos em que o sol radiante e o céu azul anil – apesar de belos mas que castigam a terra, a

⁵ A prática festiva em devoção ao santo dardejado não se restringe ao catolicismo, é evidenciado que ela emerge em outras práticas religiosas, como na Umbanda, nos mesmos dias em que os festejos cristãos, mas com práticas diferentes, levando-se em consideração o hibridismo cultural e religioso ali presente.

plantação e os animais – dão lugar a uma chuva forte de uma hora para outra, uma verdadeira tempestade de esperança.

A folia emociona muito, né, o cantar da folia... Ah, lá em casa, minha mãe, minha mãe foi nascida na região entre Ipameri e Urutaí... Por exemplo, meu avô recebia... Eles morava na fazenda, tinha pouso de folia, janta, forró... Todo ano, meu avô saía com os foliões, tipo guiando os foliões, o resto do dia, né?... Só que, na roça, era a cavalo naquela época, né? Meu avô que levava: - Oh fulano, cê aceita a folia aí? Oh fulano... E levava os folião nos vizim... [...] E aí... Hora que começa a cantar, minha mãe desaba a chorar, minha vó, minhas tias... Ah, falou assim, que a gente... Eu, pra te falar a verdade... eu... eu mesmo, que sou folião assim, é... eu não posso concentrar muito quando eu vejo assim a dona da casa, a pessoa chorando, assim, que a gente parece que entra naquele mundo ali, a gente acaba emocionado... Eu sou bem chorão... [...] Hora que cê canta, que pede a São Sebastião benzer o seu terreiro, vem benzer a sua casa, ele vem te abençoar, vem livrar da peste, da fome, da guerra, do mal contagioso... então, acaba que, tipo assim, vai de encontro com tudo aquilo que é o desejo da família [...]. (Entrevista realizada com Diogo Gonçalves Rezende. em janeiro de 2013).

Percebe-se, pelos depoimentos, que não há espaço para distinções. O que se percebe em todas as práticas, seja dentro do catolicismo rústico/popular e/ou oficial, seja em práticas da Umbanda, sejam ricos ou pobres, negros ou brancos, todos se sentem agraciados e abraçados pela proteção esbanjada por São Sebastião. O que enobrece ainda mais essas práticas que possuem o santo flechado como protagonista é justamente essa multiplicidade de cultos, pedidos, agradecimentos, devoções, emoções. Seria válido lembrarmos que o mundo é um só, porém repleto de indivíduos múltiplos que se diferem não apenas na forma física ou no sexo, mas principalmente na maneira de pensar e agir.

Mas a quantidade não resume os verdadeiros sentidos partilhados por inúmeras famílias e sujeitos que irrompem o

dia e a madrugada em nome de uma sociabilidade que parece satisfazer seus anseios. De uma maneira ou de outra, as práticas festivas tradicionais e características do sudeste goiano – salvo as ponderações que outras regiões interioranas do país também se encaixam nesse momento – possuem contradições que teimam em persistir. E felizmente isso ocorre, pois é essa multiplicidade que torna cada uma dessas práticas rica em detalhes e significados que podem ou não ser partilhados.

Durante o universo de possibilidades em que vários foram os caminhos percorridos, pudemos reler as práticas e experiências de sujeitos que vivem em comunidade, obtendo, como elo de ligação, o santo Sebastião. Tornou-se perceptível ainda que o santo dardejado, torna-se tal elo mesclando-se a um processo transformador no qual outros fatores se inserem: o lugar, suas memórias, as experiências vividas e construídas, os valores culturais, políticos e sociais, mas principalmente seus vínculos identitários afetivos, e porque não morais.

O mártir São Sebastião e as práticas festivas que o elegem como protagonista se revelam envolventes. É um santo no plural que emerge da mais profunda e variada forma de devoção e fé. São práticas que, dentro de suas peculiaridades, se interpenetram de uma forma instigante, interligando-se através de sentidos e sentimentos múltiplos. Neste sentido, as práticas festivas são fundamentais do ponto de vista de uma (re)organização social, política, econômica e cultural das comunidades pesquisadas, bem como, ainda, para a manutenção de vínculos afetivos e identitários. A festa vai além, ela entremeia o vivido e o construído. Ela nos transporta para um momento de rememoração, de momentos felizes e também daqueles que se gostaria de esquecer mas não o são e nem devem porque fazem parte de um processo coeso e ao mesmo tempo contraditório, que mescla fé, diversão, emoção, tensão, interesses privados e coletivos, entre outros múltiplos sentidos que os sujeitos atribuem à festa ainda que inconscientemente.

Contudo, sendo construída cotidianamente, quando atentamos aos pontos acima citados, devemos ainda levar em

consideração que, mesmo momentaneamente e apesar das disputas políticas e/ou pelas buscas de espaço de visibilidade que se percebem implícitas, a festa torna-se um ponto de união. De uma forma ou de outra, o conceito de comunidade que conhecemos hoje perpassa pelas práticas festivas em seus mais variados sentidos, pois são nelas que se perpetuam e se reforçam os vínculos identitários, não apenas com o lugar, mas com tudo aquilo que nele se encontra inserido, e, nesse processo, o sujeito torna-se personagem principal. Para tanto, partilhamos das ideias de Norberto Luiz Guarinello, ao afirmar que a:

Festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes. (GUARINELLO, 2001, p. 972).

Uma unidade que coexiste em torno das práticas festivas que reforçam os laços de amizade e compadrio, tornando ainda mais difícil separar a vida particular da festiva desses sujeitos. A festa, bem como a sociedade em que está inserida, pretende continuar a se (re)construir a partir de influências internas e externas, renovando-se e (re)criando-se.

Nenhuma festa é igual, da mesma forma que nenhum sujeito é. A festa não é perfeita, da mesma forma que o mundo e as pessoas que nele vivem também não são. Mas podemos afirmar que existe uma sensação de perfeição das relações humanas que surgem em meio às próprias imperfeições das práticas e dos homens que as cercam, pois, nelas (as práticas festivas), deixamos transparecer todos os nossos sentimentos que afloram naqueles três, seis, nove dias. E, da mesma forma que a festa precisa de público, nós também necessitamos dela, como se fizesse parte do que somos ou nos tornamos. Devocionais ou não.

Sagradas ou profanas. Elas se fazem valer dentro do processo transformador de uma sociedade ou região. Transformam-se na ruptura e ao mesmo tempo na junção do antigo com o novo, do que já foi com o que ainda está por vir. Estão aqui e acolá. Estão onde todos nós estamos.

De Norte a Sul, de Leste a Oeste, dos Encantados aos terreiros de Umbanda, o Brasil é cortado por São Sebastião. O que torna o sudeste goiano especial em relação às práticas festivas religiosas em louvor ao mártir é a forma e a capacidade de se (re)criarem diante das mais variadas adversidades. Além de se tornarem um espaço de resistência e permanência de tradições, mesmo com as influências da modernidade. Existem inúmeras formas de se demonstrar as pluralidades de sentidos e possibilidades que envolvem as festas em louvor a São Sebastião, e esta é apenas mais uma. Assemelho, então, esta pesquisa aos caminhos vicinais percorridos pelos foliões durante a peregrinação de fé em louvor a São Sebastião. Caminhos vicinais de histórias múltiplas e envolventes. Estradas que desembocam no inesperado. Uma verdadeira aventura ao percorrer caminhos sem destino certo, apenas seguindo os rastros de muitas memórias.

Todavia, existe uma realidade concreta para as pessoas que vivem nesta região de Goiás e que foram desterradas de seu lugar de origem. A maior parte delas, de posse de suas indenizações, se viram obrigadas a mudar para outras cidades, comprar pedaços de terras distantes de onde viviam, buscar novas formas de trabalho sem a necessária qualificação profissional. Muitos vínculos se perderam, o sentimento de incerteza é enorme. Vizinhos de gerações já não existem. Muitos afirmam que se sentem solitários, desamparados, mesmo que em casas ou terras novas.

Fica aqui uma esperança de que as festas devocionais, tais como a de São Sebastião, resistam a esse impacto social. Sabemos que algumas iniciativas nesse sentido têm sido buscadas. É preciso dar tempo ao tempo para que novos vínculos, formas de compartilhar a fé, a ideia do coletivo e de comunidade se reconstruam, mesmo que de maneiras diversas, posto que no processo histórico os sujeitos sociais são capazes de transformar suas vidas.

Referências

ABDALA, Mônica Chaves. Sabores da cultura popular: tradições e mudanças. In.: MACHADO, Maria Clara Tomaz; ABDALA, Mônica Chaves (Orgs.). *Caleidoscópio de saberes e práticas culturais*: catálogo de produção cultural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: Edufu, 2007.

ABREU, Marta. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, 1994.

AZZI, Riolando. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 125-149, 1977.

BATAILLE, Georges. *A experiência interior*. São Paulo: Ática, 1992.

_____. *Teoria da Religião*. São Paulo: Ática, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Prece e folia*: festa e romaria. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010.

_____. *Os deuses do povo*: um estudo sobre a religião popular. 3. ed. Uberlândia: EDUFU, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2007.

VENÂNCIO, Marcelo. *Território de esperança*: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos no município de Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In.: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa*: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec, 2001.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; MACHADO, Maria Clara Tomaz; ABDALA, Mônica Chaves (Orgs.). *São Marcos do Sertão Goiano*: Cidades, memória e cultura. Uberlândia: EDUFU, 2010.

ABDALA, Mônica Chaves (Orgs.). *Nos mistérios do Rosário: As múltiplas vivências da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário (1936- 2003)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

_____. *Foi assim que me contaram: Recriação dos sentidos do sagrado e do profano do Congado na festa de Nossa Senhora do Rosário (Catalão- 1940-2003)*. 2009. 257 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

LIMA, Lana Lage da Gama; HONORATO, Cezar Teixeira; CIRIBELLI, Marilda Corrêa; SILVA, Francisco, Carlos Teixeira da Silva (Orgs.) *História e religião*. VII Encontro Regional de História. Núcleo Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2002.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Religiosidade no cotidiano popular mineiro: crenças e festas como linguagens subversivas. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 22, jan./jun. 2000.

_____. O amálgama da crença no cotidiano popular mineiro: a fé e o festejar. *RHEMA*, Juiz de Fora, v.4, n. 16, 1998.

OLIVEIRA, Anderson A. G. de. *Lá vem chegando São Sebastião, vem aqui te visitar: festas, andanças e folias no interior goiano (1960/2014)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

PASSOS, Mauro. *A festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

POEL, Francisco Van der (Frei Chico). *Os homens da dança: Religiosidade popular e catequese*. São Paulo: Paulinas, 1986.

SILVA, Raquel Marta da Silva. *Chico Xavier: Imaginário religioso e representações simbólicas no interior das gerais*. Uberaba, 1959/2001. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Recebido em abril de 2016.

Aprovado em outubro de 2016.

CONFIGURAÇÕES INICIAIS DO ENSINO DE DESENHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (1971-1977): DO INSTITUTO DE MATEMÁTICA AO SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS

*Adriana Vaz**
*Rossano Silva***

RESUMO: Direcionamos o olhar para a forma como as disciplinas de desenho foram formatadas na primeira década da Reforma Universitária, tendo como objeto de estudo o Departamento de Desenho (DDES), da Universidade Federal do Paraná, com o intuito de compreender a matriz do ensino de desenho nessa fase e suas interdependências com outras áreas de conhecimento. Os referenciais teóricos são Elias com os conceitos de figuração e configuração social, Chervel que trata da história das disciplinas e Hernández que aborda a história das matérias curriculares. As fontes utilizadas são as atas das reuniões departamentais. Em síntese, o ensino de desenho ofertado pelo DDES atende aos conteúdos básicos dos Cursos de Engenharia, e, em paralelo, o desenho integra a área de Artes, já que, em 1983, o Departamento de Artes criou o Curso de Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas e Desenho, instituindo uma separação entre duas concepções de ensino de desenho: a técnica e a artística.

PALAVRAS-CHAVE: Desenho. Educação artística. História da educação.

ABSTRACT: We direct our look to the way how the drawing disciplines have been formatted in the first decade of the University Reform, having

* Professora do Departamento de Expressão Gráfica da UFPR, mestre e doutora em Sociologia pela UFPR.

** Professor do Departamento de Expressão Gráfica e do Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino da UFPR, mestre e doutor em Educação pela UFPR.

as the object of study the Department of Design - DDES of Federal University of Paraná, aiming to understand the drawing teaching matrix in this period and its interdependencies with other areas of knowledge. The theoretical references are Elias with the concepts of figuration and social configuration; Chervel that broaches the history of disciplines and Hernández that broaches the history of curricular subjects. The sources used are the minutes of the Department meetings. In summary, drawing teaching offered by the DDES meets the basic content of the Engineering Courses, and in parallel, drawing integrates the area of Arts, as in 1983 the Arts Department created the Course of Arts Education with qualification in Arts and Drawing, creating a separation between two Drawing teaching concepts: the technical and the artistic.

KEYWORDS: Drawing. Art education. History of education.

Introdução

O período de 1967 a 1971 marca o início da Reforma Universitária, em que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) se organizou em institutos e em faculdades.¹ Em 1970, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda,

[...] ressalta o esforço que era realizado pela Universidade para adaptar-se ao sistema organizacional e operacional decorrente da Reforma Universitária, “com o novo Estatuto aprovado, se estabeleceu a nova estrutura da Universidade, com a divisão do ensino básico nos Institutos, e ensino profissional nas Faculdades,

¹ “O Decreto n. 14.923, de 1º de abril de 1969, instituiu a comissão para tratar da reforma no âmbito da Universidade Federal do Paraná prevista pela Lei n. 5.540/68”. (GLASER, 1988, p. 38). Pelo Estatuto da Universidade Federal do Paraná, Decreto n. 66.615, de 21/05/1970, os Institutos foram organizados em seis unidades: Matemática; Física; Geo-ciências; Biologia; Ciências Humanas; Letras e Artes. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná, ano XV, n. 186, nov. 1970, p. 27.

além de modificar os critérios de controle curricular, de formação e a sistemática administrativa”. (LACERDA apud GLASER, 1988, p. 39).

Em consonância com as transformações referentes ao Ensino Superior, em 1962, o Brasil ofertava 112 cursos de Engenharia, sendo que, pela classificação feita em 1966, a profissão era regulamentada nas seguintes modalidades: “engenheiro aeronáutico, agrimensor, agrônomo, cartógrafo, civil, eletricitista, eletrônico, de comunicação, florestal, geólogo, mecânico, metalurgista, de minas, naval, de petróleo, químico, industrial, sanitaria, têxtil e de operação” (MEC, 2009, p. 9). Os currículos mínimos, suas ênfases e habilitações foram regulamentados em 1976, momento em que o país estava em crescimento, visto que, no final dessa década, o Brasil viria a ampliar o número de Engenharias para 363 cursos.

Ciente dessa ambiência no que tange à estruturação do Ensino Superior e à ampliação das Engenharias, em hipótese, a UFPR valoriza o ensino do Desenho como conhecimento técnico que fundamenta a profissão do engenheiro. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que o Desenho estava vinculado a estruturas distintas na Universidade: de um lado, fruto da matriz institucional que separa o Ensino Básico do Ensino Profissional, pela colocação de Lacerda; de outro, pela história do ensino do Desenho polemizar uma vertente técnica e a outra artística.²

Com base em Norbert Elias, parte-se da microsociologia e se adota como objeto de estudo o Departamento de Desenho (DDES), que recebe essa denominação em 1974. Com o intuito de traçar o que estava em pauta nessa fase inicial de estruturação do ensino de Desenho no Setor de Ciências Exatas, bem como compreender as interdependências que circunscreviam esse universo e suas figurações delineadas a partir de sua origem no campo da matemática, as principais fontes utilizadas são as atas das reuniões do Departamento, no período de 1971 a 1977.

Metodologicamente, divide-se o estudo em duas partes:

² Consultar os autores: Barbosa (2006), Nascimento (1994), Osinski (2002).

a primeira, em função da denominação inicial do próprio Departamento que era conhecido como “Departamento de Desenho e Geometria Descritiva do Instituto de Matemática”, fase que abrange o período de 1971 a 1973; a segunda engloba o período de setembro de 1973 a dezembro de 1977, nesse interstício o Departamento passou por duas estruturações. Uma delas se oficializou em dezembro de 1973, quando o Departamento 153, como também era designado, foi absorvido pelo recém-criado e passou a ser vinculado ao Setor de Ciências Exatas³ e não mais ao Instituto de Matemática. Outra estruturação se concretizou em meados de junho de 1974 e se estendeu até setembro de 2008, período em que foi batizado como Departamento de Desenho (DDES), uma estrutura separada da área de Matemática.

O Departamento efetiva-se a partir de 1974, na constatação de que seu núcleo de conteúdos disciplinares vigentes nesses anos iniciais irá moldar o ensino de Desenho nessa unidade administrativa, conteúdos voltados à formação básica dos Cursos de Graduação em Engenharia. O que comprova a colocação de Chervel quanto aos “efeitos da escolarização” e fundamentados em Elias (2001) na ideia de figuração. A priori, entendemos que esses conteúdos disciplinares interferirão nas demais práticas vivenciadas pelos docentes – embora neste estudo não iremos abordar as práticas de ensino.

Ensino de Desenho no Instituto de Matemática

De 15 de setembro de 1971 a 30 de agosto de 1973, o

³ Pela Resolução n. 19/73, do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP), de 26 de setembro de 1973, o Setor de Ciências Exatas é composto pelos Departamentos de: Matemática; Matemática Aplicada e Desenho; Estatística Geral e Aplicada; Química; Física Teórica; Física Experimental; Física Aplicada. Além disso, o Setor foi constituído pelo Instituto de Matemática, Física e a parte básica de Engenharia Química, de acordo com a Portaria n. 10.397, de 5 de setembro de 1973. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná, ano XVIII, n. 220, set. 1973, p. 5, 11.

Departamento estava vinculado ao Instituto de Matemática da Universidade⁴. Segundo Carlos Santos, a Resolução n. 6/70, de 12/11/1970, do Conselho Universitário, para implantação do Instituto, indica que “os docentes foram distribuídos em quatro departamentos: 1) Álgebra e Geometria; 2) Análise Matemática; 3) Desenho e Geometria Descritiva; 4) Computação e Estatística” (SANTOS, 2012, p. 37). Pela denominação do Departamento, em hipótese, o Desenho e a Geometria Descritiva são compreendidos como duas áreas distintas de conhecimento, “sendo o Desenho a maneira pela qual se procede a expressão gráfica”, como menciona o Prof. Dr. Orlando Silveira Pereira,⁵ na função de chefe do Departamento.

Após destacar a importância desse ramo do saber, o professor menciona que o Departamento necessita de infraestrutura adequada para o seu funcionamento, e que, “pela reformulação administrativa da Universidade, visa-se a congregar todas as disciplinas afins do Ensino Básico, como pertinentes ao Desenho e Geometria Descritiva, como parte distinta de órgãos similares de uma estrutura” (UFPR, 1971a, s.p.). De imediato, nota-se que o Desenho não é um conteúdo que faça parte dos exames para o aluno ingressar no Ensino Superior, o que pela retórica dos professores resulta na baixa qualidade do ensino, problemática que se estende como tema de pauta das reuniões ao longo dos anos iniciais de conformação do Departamento⁶ (UFPR, 1972b, 1972d, 1972g, 1973a, 1976c, s.p.).

⁴ De acordo com a Resolução n. 8/70, de 12 de novembro de 1970, o Instituto de Matemática dispunha de 22 professores titulares, 23 professores adjuntos e 56 professores assistentes. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná, ano XV, n. 186, nov. 1970, p. 6.

⁵ Em 1954, para obtenção da cadeira de Desenho a Mão Livre, escreveu a tese “Novo processo de perspectiva axonométrica” (UFPR, 1971a, s.p.; PEREIRA, 1954).

⁶ Rosilene B. Machado, ao tratar da história da disciplina de Desenho, tendo como estudo de caso o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 1960 a 2000, menciona que o fato de o Desenho ter saído do vestibular é uma das causas apontadas pela autora para a desvalorização dessa disciplina. (MACHADO, 2012, p. 98-99).

Prosseguindo à leitura da ata, vê-se que a base inicial do Departamento eram as disciplinas de Desenho, Geometria Descritiva e Nomografia. Sobre essa questão, o professor Pereira “reitera que devem ser nitidamente consideradas as partes: a) do ciclo básico, que deverá ser geral e b) do ciclo de formação profissional que, forçosamente, terá de ser específico aos diversos ramos profissionais [...]” (UFPR, 1971a, s.p.).

Além das diferentes áreas de formação que o Desenho atendia, observa-se que a Universidade ampliou o número de alunos, o que, conseqüentemente, tornava necessário ampliar o número de professores:

[...] tendo em vista o atual número de discentes com o acréscimo de cento e vinte por cento, seja prevista a ampliação do Corpo Docente bem como para atender ao ensino em turmas de cerca de 50 alunos e, ademais, deverá ser considerado o curso de Licenciatura em Desenho; [...]. (UFPR, 1971a, s.p.).

Conforme Luiz A. Cunha (2015), na primeira metade da década de 1960, as universidades federais já estavam saturadas em função do binômio cursos-cátedras e da expansão de matrículas, o que cominava a reestruturação das universidades. Mudanças implantadas pelo Decreto-Lei 53/66, que determinou os princípios e as normas de organização das universidades federais, e pela Lei da Reforma Universitária (5.540/68), que impunha às universidades a organização do ensino superior.

O processo de ampliação das universidades federais não era um caso isolado da UFPR. Além disso, o Departamento surge indagando a necessidade de criar um Curso de Licenciatura em Desenho⁷ e problematiza que a Universidade precisa se adequar à ampliação de alunos. Sua estrutura se inicia com os

⁷ O que atenderia à demanda vigente na Lei n. 5692/71, “Art.30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: [...] c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena”.

seguintes professores, conforme indicado na ata da 1ª reunião departamental, realizada no dia 15 de setembro de 1971: Orlando Silveira Pereira, chefe do departamento, Augusto Conte, Eurico Dacheux de Macedo, Jorge Bernard, José Rodolfo de Lacerda, Jurandyr Pavão, Leonilda Auriquio, Lourenço Mourão e Mila Aguilar (UFPR, 1971a, s.p.).

Tomando como base as teses e os livros disponíveis no sistema de bibliotecas da UFPR, do grupo de docentes que integram o Departamento, sinalizam para uma trajetória acadêmica os professores: Orlando Silveira Pereira, Leonilda Auriquio, Mila Aguilar⁸, Jorge Bernard⁹ e Eurico Dacheux de Macedo¹⁰. Reitera-se que, nesta fase do projeto “Abordagem histórica e social do campo da expressão gráfica”¹¹, para delinear a percurso inicial dos docentes do Departamento foram consultados os livros e as teses do sistema de bibliotecas da UFPR, assim como os Boletins Administrativos da UFPR no período de 1970 a 1974, e os Fastos Universitários da UFPR de 1975, 1976 e 1977; entretanto, ainda precisam ser verificados os documentos existentes nos arquivos do Departamento e outras instituições afins.

Quanto às disciplinas e aos conteúdos que deram origem ao ensino de Desenho, interessa-nos o termo “disciplina” como sinônimo de “conteúdos de ensino”, denominação que está ausente em todos os dicionários do século XIX, como afirma

⁸ Em 1987, defende a tese para professora titular denominada “A universidade no tempo da cibernética”. Em 1977, publica a tese de livre docência denominada “O número de transporte”, e, em 1978, escreve a tese “Interpretação físico-química das reações de Meigen”, também para professora titular.

⁹ Durante a década de 1970, escreve livros relacionados à perspectiva: “Axonometria cilíndrica: perspectiva cavaleira” (1972) e “Perspectiva linear cônica: um método gráfico, analítico e mecânico” (1976). Em 1981, defende a tese para obtenção do grau de doutor na *L'Université de Nice Geodesie Spatiale*.

¹⁰ Em 1990, publica o livro “Caminhos para o Paraná do próximo milênio: 28 rotas de transportes” em coautoria com Rafael Greca de Macedo.

¹¹ O projeto teve início em 2015, registrado no Banpesp: 2015018372. Compõem a equipe, os professores: Adriana Vaz, Rossano Silva, Francine A. Rossi e Emilio E. Kavamura.

Chervel, visto que essa nova acepção da palavra está ligada às renovações da finalidade do Ensino Primário e Secundário, inserida em uma corrente de pensamento pedagógico que se manifesta na segunda metade do século XIX, ou seja, “ela faz par com o verbo *disciplinar*, e se propaga primeiro como um sinônimo de *ginástica intelectual* [...]” (CHERVEL, 1990, p. 179).

A ideia de exercício intelectual aparece com o matemático e filósofo Antoine Cournot, mas é com Félix Pécaut e demais estudiosos da renovação pedagógica de 1880 que se propaga como um dos temas fundamentais da nova instrução primária. Portanto, disciplina, “passa a significar uma ‘matéria de ensino suscetível de servir de exercício intelectual’ [...]” (CHERVEL, 1990, p. 179). Até 1902, para as Universidades, o modo de formar os espíritos era por meio das “humanidades clássicas”, logo, “uma educação que fosse fundamentalmente matemática ou científica não deveria ser, antes do começo do século XX, plenamente reconhecida como uma verdadeira formação do espírito” (CHERVEL, 1990, p. 179-180).

Ainda a respeito das diferentes conotações do termo “disciplina”, após a I Guerra Mundial, “torna-se uma pura e simples rubrica que classifica as matérias de ensino, fora de qualquer referência às exigências da formação do espírito” (CHERVEL, 1990, p. 180). Concordamos com esse autor, quando menciona que “uma ‘disciplina’, é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (CHERVEL, 1990, p. 180).

A história das disciplinas abrange um leque de questões que se caracteriza pelo perfil dos seus alunos, dos estabelecimentos de ensino, abarca também a qualidade dos docentes, envolve a relação entre professores e alunos; no caso do Ensino Superior, ela transmite diretamente o saber. Para Hernandez (2000, p. 60), o conhecimento de uma matéria curricular avança a partir de estudos que permitem escrever sua história, considerando: o seu papel no currículo escolar, as diversas versões adotadas

em decorrência das transformações sociais, as concepções disciplinares e a função concebida pela educação vigente, entre outros fatores. Ponderando o objeto de estudo em questão, o Departamento de Desenho e Geometria Descritiva inicia sua trajetória constituindo seus programas de ensino e estabelecendo um núcleo de disciplinas que o represente, conforme será detalhado na seqüência.

Em 06 de janeiro de 1972, o tema principal da reunião do Departamento era a aprovação da súmula dos programas para o ano letivo de 1972. Os programas são divididos em cinco grupos de disciplinas: Desenho Geométrico, Geometria Descritiva, Desenho Técnico, Desenho Artístico e Nomografia. Inicialmente, são descritos os conteúdos de Desenho Geométrico e Geometria Descritiva. Esses dois grupos englobam as disciplinas de Desenho Geométrico I e II, Geometria Descritiva I, II e III.¹²

Desenho Geométrico I – Construções geométricas fundamentais. Triângulos. Polígonos regulares; inscrição na circunferência; processos gráficos de traçado. Divisão e medida de ângulo. Cônicas. Concordância. Traçado de curvas e arcos. Arcos abatidos; arcos de cesto de 3, 5 e 7 centros. Falsa elipse. Oval de Cassini. Óvalo. Curvas cíclicas. Evolvente da circunferência. Senóide. Logarítmica. Quadratriz. Catenária. Conchoide: da reta e da circunferência. Cissoide ortogonal. Espirais. Falsas espirais. Voluta. Curvas não geométricas ou gráficas; tangentes e normais. Equivalência. **Desenho Geométrico II** – Compensação poligonal do setor circular e do segmento parabólico. Divisão de áreas. Integração gráfica. Método de translação. Método de rotação. Métodos de semelhança. Método de homologia. Inversão. Estudo do desenho de ornamentação geométrica.

¹² Para o estudo da geometria descritiva, conforme a Ata da reunião departamental de 06 de janeiro de 1972, são indicados os autores: Cavallin (Licções de geometria descritiva, Axonometria cilíndrica, Método de projeção central, Perspectiva linear cônica); Crusat y Daurella (Geometria Descriptive); G. Hawk (Série Schaum – Descriptive Geometry); Benjamin Carvalho (Perspectiva) (UFPR, 1972a, s.p).

Redes. Disposição ornamental. Ornatos correntes. **Geometria Descritiva I** – Introdução, objetivos e notações. Homologia plana. Dupla projeção ortogonal; representação dos elementos fundamentais; problemas fundamentais de posição; operações de rebatimento, rotação e mudanças de plano; problemas fundamentais métricos; representação de poliedros. Sistema de projeções cotadas: representação dos elementos fundamentais; condições e problemas de perpendicularidade; operação de rebatimento; problemas fundamentais métricos. Noções de perspectiva linear cônica. **Geometria Descritiva II** – Representação de poliedros convexos; secções planas. Interseções de poliedros. Axonometria: princípio axonométrico e definição de elementos característicos. Axonometria cilíndrica genérica. Axonometria ortogonal; fórmulas e construções fundamentais. Graduação dos eixos axonométricos. Representação dos elementos fundamentais em axonometria cilíndrica. Perspectiva cavaleira; representação de poliedros. Transformação de sistemas. Rbatimento de plano genérico sobre o quadro. Traços verdadeiros de retas e planos em axonometria ortogonal. Condições e problemas de perpendicularidade. **Geometria Descritiva III** – Projeção central. Perspectiva linear cônica. Emprego dos pontos medidores e das retas de medidas. Processo axonométrico cônico. Perspectiva em quadro plano inclinado. Representação de curvas. Geração, classificação e representação das superfícies geométricas. Superfícies cônicas e cilíndricas. Esfera. Superfícies de revolução. Teoria geométrica das sombras. Sombra do cilindro, do cone, e da esfera. Sombra na perspectiva. (UFPR, 1972a, s.p., negrito nosso).

Parte desses conteúdos ainda são ministrados pelo Departamento.¹³ Chervel aponta algumas questões que explicam

¹³ Consultar as ementas vigentes para o ano letivo de 2017, das quais citamos os seguintes códigos: CD014, CD020, CD027, CD028, CD032, CD033, CD034, CD035, CD046, CEG003, CEG004, CEG005, CEG006, CEG012 – exceto as disciplinas do curso de bacharelado em Expressão gráfica. In: DEPARTAMENTO DE EXPRESSÃO GRÁFICA (DEGRAF) – UFPR. Ementas vigentes. Disponível em: <<http://www.exatas.ufpr.br/portal/deggraf/ementas->

a dificuldade de se realizar reformas curriculares e particulariza os ensinamentos escolares: a) o fato de que a instauração das disciplinas ou suas reformas é uma operação de longa duração, em que o procedimento didático utilizado se manifesta após o término da escolaridade do aluno – independentemente de sua qualidade; b) a eternização dos postos e funções que cabe aos docentes; c) a taxa de renovação do corpo docente e sua relação com a evolução das disciplinas; d) a estabilidade de uma disciplina que se consolida por uma experiência pedagógica já enraizada. Quanto à experiência pedagógica, Chervel menciona:

[...] ela se prevalece dos sucessos alcançados na formação dos alunos, assim como de sua eficácia na execução das finalidades impostas. Fidelidade aos objetivos, métodos experimentados, progressões sem choques, manuais adequados e renomeados, professores tanto mais experimentados, quanto reproduzem com seus alunos a didática que os formou em seus anos de juventude, e, sobretudo, o consenso da escola e da sociedade, dos professores e dos alunos: igualmente fatores de solidez e de perenidade para os ensinamentos escolares. (CHERVEL, 1990, p. 198).

Problemática que nos permite articular a colocação de Chervel com o que Norbert Elias (2001) define como figurações, o elo entre sociedade e indivíduo, em que as mudanças pedagógicas são decorrentes de uma situação social e dos indivíduos envolvidos em suas formulações. Para Chervel:

[...] as leis que mudam as línguas, dizia um obscuro filósofo do século XIX, são as leis que as criam. Dá-se o mesmo com as disciplinas ensinadas. Sua transformação, como sua constituição estão inteiramente inscritas em dois polos: o objetivo a alcançar e a população de crianças e adolescentes a instruir. É aí que se devem encontrar as fontes da mudança pedagógica. Pois é ao mesmo tempo através de suas finalidades e através de seus alunos que elas

participam da cultura e da vida social de seu tempo. (CHERVEL, 1990, p. 198).

Relacionar as disciplinas, os cursos de graduação e os professores responsáveis por tais conteúdos permite considerar que o DDES é uma figuração – a ser retomada posteriormente –, mesmo que, neste artigo, o objetivo seja registrar a matriz dos conteúdos das disciplinas de Desenho ligadas ao Instituto de Matemática, depois ao Setor de Ciências Exatas e suas possíveis configurações com as Artes; e, em pesquisas futuras, compreender como essa configuração inicial interfere na própria história do Departamento.

No período de 1971 a 1977, dentre as funções descritas nas atas departamentais e que competem aos professores¹⁴ tem-se: o ensino de graduação, a coordenação de disciplinas, a representação nos colegiados de cursos, os cargos administrativos e a participação em comissões e bancas de concursos. Em 1972, constata-se que, na distribuição de turmas por professor, não é possível identificar os encargos didáticos de cada docente, contudo é possível observar que a maioria dos cursos vinculados ao Departamento mantém em sua grade curricular três disciplinas: Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Em Desenho Geométrico, temos quatro professores: Augusto Conte, Hayton Silva, Jayme M. Cardoso e Leonilda Auriquio; em Geometria Descritiva, assumem as turmas: Gilberto Azeredo Lopes, José R. do Nascimento Jr., Jorge Bernard e Roberto Portugal Alves, perfazendo quatro professores; o Desenho Técnico tem três docentes responsáveis: Clion Dória, Jurandyr Pavão e Orlando S. Pereira; havendo, ainda, mais três professores que assumem os conteúdos de Desenho Técnico com Geometria Descritiva: Jucundido da Silva Furtado, Lourenço da S. Mourão e Mila Aguilar.

¹⁴ A carreira do magistério superior para os moldes do período foi regulamentada pelo Ministro da Educação Jarbas Passarinho (1969-1974). Pela Lei n. 5.540/68, o magistério superior no modelo de cátedras foi extinto e se implantaram as classes de titular, adjunto e assistente.

Ainda referente às atividades de ensino e em comparação à frequência na primeira reunião departamental, amplia-se o número de professores, de nove para dezesseis, sendo que os docentes José Rodolfo de Lacerda e Eurico Dacheux de Macedo não assumem aulas na graduação. Em relação ao interesse na produção acadêmica, estimado pelas publicações disponíveis na biblioteca da UFPR, o intuito inicial era compreender a área de pesquisa do docente na própria universidade em comparação com as disciplinas ministradas na graduação. Também salientamos a atuação dos professores: Clion Dória¹⁵, Jayme M. Cardoso¹⁶ e José R. do Nascimento Júnior¹⁷.

Outra atividade realizada pelos professores era a de coordenadores de disciplinas, que tinham como função resolver os problemas relativos aos locais de aula e horários, para os quais inicialmente foram nomeados os professores titulares e suplentes por disciplina: José Cavallin¹⁸ e Jayme Cardoso, para Geometria Descritiva; Clion Dória e Leonilda Auriquio, para Desenho Geométrico; e Roberto Portugal Alves, para Desenho Artístico, conforme reunião departamental realizada em 10 de janeiro de 1972.

Transcorridas algumas reuniões, os coordenadores são

¹⁵ Escreve os livros: “Química tecnológica e analítica” (1952) e “Curso de Perspectiva e Sombras” (1958).

¹⁶ Publica as teses de livre-docência: “A utilidade da representação de Monge na composição e decomposição de forças no espaço” (1953) e “Espaços finitos” (1960); e, para titular: “Sistemas de Projeção” (1977).

¹⁷ Em 1987, defende a tese para professor titular denominada “Graduação dos eixos axonométricos, é necessário?”, referente às disciplinas de Geometria Descritiva e Desenho Técnico.

¹⁸ Em 1948, escreve sua tese para cátedra da Faculdade de Engenharia do Paraná, com o título: “O processo homológico e sua utilidade na representação mongiana”. E publica os livros: “Lições de Geometria Descritiva: método da dupla projeção ortogonal e de projeções cotadas” (1950), “Geometria descritiva” (1958), “Método da projeção central: lições de geometria descritiva” (1958), “Lições de geometria descritiva: axonometria mongeana ou sistemas de projeções ortogonais de Monge” (1962), “Perspectiva linear cônica” (1964) e “Axonometria cilíndrica ou paralela: lições de geometria descritiva” (1970).

renomeados, considerando-se a indicação da disciplina e dos cursos:

O Prof. José Cavallin foi designado coordenador de Geometria Descritiva, dos cursos de Arquitetura e de Engenharia Civil, Mecânica e Eletricista. O Prof. Idefonso Clemente Puppi foi designado coordenador de Desenho Geométrico do curso de Engenheiros Agrônomos e o Prof. Orlando Silveira Pereira como coordenador de Desenho Técnico nos cursos de Engenheiros Civis, Mecânicos e Eletricistas. (UFPR, 1972c, s.p.).

O coordenador da disciplina de Geometria Descritiva é o único que permanece, na transição de janeiro para março de 1972, sendo que as disciplinas elencadas correspondem aos conteúdos ofertados no 1º semestre de 1972, ou seja, a disciplina de Desenho Artístico é substituída por Desenho Técnico. Comparando os coordenadores de disciplinas com os professores que assumiram as aulas, o docente Orlando S. Pereira realiza as duas funções e o professor Idefonso Clemente Puppi¹⁹ não assume atividades de ensino. A mudança na nomenclatura da disciplina de Desenho Artístico para Desenho Técnico mostra que o Departamento direciona seu ensino para um viés mais técnico, o que condiz com o perfil de formação dos professores que deu origem ao Instituto de Matemática – a maioria era proveniente da

¹⁹ Em 1958, defende a tese “A imagem perspectiva sobre quadro inclinado”, para cátedra da Escola Superior de Agricultura e Veterinária referente à cadeira de Desenho de Aguadas: perspectivas e sombras. Em 1973, escreve a versão preliminar do livro “Noções de estruturação das cidades”; e, em 1976, publica a versão definitiva “A cidade salubre: noções de estruturação das cidades”. Na mesma temática, publica “Estruturação sanitária das cidades” (1981). E, em 1986, lança o livro “Fatos e reminiscências da faculdade”. Em 1971, é um dos integrantes do Conselho Universitário da UFPR, como representante da Congregação da Faculdade de Engenharia. Também participa do Conselho o professor Jucundino da Silva Furtado, como representante da Congregação da Faculdade de Economia e Administração. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná, ano XVI, n. 193, jun. 1971, s.p.

Faculdade de Engenharia²⁰, questão a ser retomada a seguir. Isto também sinaliza que os professores responsáveis por delinear os conteúdos das disciplinas não necessariamente tinham a vivência da sala de aula, pois desempenhavam outras funções administrativas.

A terceira função do professor é representar o Departamento nos colegiados. Na conjuntura em questão, a designação coube a Olavo Del Claro, diretor do Instituto de Matemática, com os seguintes representantes:

Prof. Augusto Conte – Faculdade de Floresta; Prof. Ildelfonso Clemente Puppi – Faculdade de Engenharia; Prof. Jorge Bernard – Faculdade de Engenharia Química; Prof.^a Leonilda Auriquio – Faculdade de Agronomia; Prof. Jayme Machado Cardoso – Instituto de Matemática. (UFPR, 1972b, s.p.).

Até a presente data e com base na representação em colegiado, o Departamento atende os cursos de Licenciado em Matemática e em Ciências, Eletricista, Arquitetura e as Engenharias: Florestal, Agronomia, Civil, Química, Mecânica. Em continuidade às disciplinas que compõem o elenco do Departamento, detalhamos o programa de Desenho Técnico I e II, apresentado na reunião departamental de 06 de janeiro de 1972:

Desenho Técnico I – Desenho e suas espécies; importância como língua técnica. Materiais de desenho. Instrumentos de desenho. Processos de cópia. Reprodução de desenhos: aparelhos e instalações. Transformação e divisão de áreas. Traçado de curva. Concordância. Desenvolvimento de sólidos e superfícies. Interseção de sólidos. Normas técnicas de desenho. Formatos e margens. Dobragem. Letras e algarismos. Composição de Letreiros. Títulos e Legendas. Letras ornamentais. Colorido. Tintas. Aerografia. Figuração convencional. Escalas. Cotagem. Esboços. Croquis

²⁰ In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná, ano XVI, n. 194, jul. 1971, p. 5-6.

técnico. Sistemas de representação. Vistas principais. Vistas auxiliares. **Desenho Técnico II** – Normas Brasileiras. Traços. Letreiros. Legendas. Formatos e Margens. Dobragem. Axonometria cilíndrica, oblíqua e ortogonal. Processos usuais de perspectiva linear cônica. Sombras. Sombreados. Gráficos de Insolação. Cortes. Secções. Meias secções. Violações. Desenho preliminar e definitivo. Regras e convenções particulares de apresentação das principais técnicas. Detalhes. Gráficos. Croquis técnicos. Desenho de construção civil. Desenho de estruturas. Desenho topográfico. (UFPR, 1972a, s.p., negrito nosso).

As disciplinas do Departamento balizam a divisão em grupos de professores para a criação de comissões responsáveis por elaborarem um novo plano de ensino e os programas das disciplinas, que são eles: 1. Desenho Geométrico (Jayme M. Machado, Leonilda Auriquio e Augusto Conte); 2. Geometria Descritiva (José Cavallin, Jucundino Furtado e Ildefonso C. Puppi); 3. Desenho Artístico (Roberto P. Alves e Orlando S. Pereira); 4. Desenho Técnico (Orlando S. Pereira e Lourenço Mourão); 5. Desenho de Observação e Croquis (Augusto Conte e Hayton Silva). Dos grupos formados, efetivam-se as alterações nas disciplinas de Desenho Geométrico I e II, no entanto não se aprova o programa de Desenho para Licenciatura em Ciências, com o intuito de que a comissão elabore um programa semelhante para Licenciatura em Ciências e Agronomia.

Mesmo que as demais disciplinas não tenham oficializado suas alterações, pelo exemplo dos Cursos de Licenciatura em Ciências e Agronomia podemos aferir sobre a funcionalidade do Departamento, em que a padronização de conteúdos disciplinares coloca em segundo plano as necessidades de cada graduação. A ideia de normatização dos conteúdos também é percebida pela condução das disciplinas de Nomografia²¹ e Desenho Geológico.

²¹ Plano de ensino de Nomografia: “Objeto e interesse da Nomografia. Notações. Escalas métricas e funcionais. Representação das equações a duas variáveis. Nomogramas cartesianos. Anamorfose. Nomogramas de

Na primeira situação, o Departamento sugere a transferência da disciplina de Nomografia para o Departamento 04 do Instituto de Matemática; e, na segunda, o Departamento aconselha ao Curso de Geologia duas disciplinas já existentes (Desenho Técnico I e Geometria Descritiva I) e outra específica à área (UFPR, 1972d, s.p.).

Entendemos que a descrição dos planos de ensino aqui apresentados se justifica pelo valor histórico e documental dos dados, que, em síntese, pela retórica do corpo docente do Departamento e pelos conteúdos das ementas, apresenta uma divisão entre conteúdos do ciclo básico e profissionalizante – o desenho de construção civil, de estruturas e topográfico. Dentre as atividades dos professores, foram problematizados os dados disponíveis nas atas departamentais; no que diz respeito à trajetória profissional dos docentes, foi pontuada sua produção no âmbito das publicações disponíveis na própria Universidade – interligando ensino e pesquisa, atividades que competem ao docente do Ensino Superior nessa fase da instituição. Além da organização dos conteúdos e das disciplinas que o Departamento toma para si, consideramos que a permanência ou não de determinadas disciplinas irá moldar a carreira profissional dos professores de Desenho – conforme discussão no próximo tópico.

Conjunto das disciplinas do Departamento: grupos e tipologias

O concurso de professor assistente aberto pelo Instituto de Matemática da Universidade estava distribuído em cinco

escalas justapostas. Nomogramas de pontos alinhados. Representação das equações a três variáveis. Nomogramas cartesianos sem anamorfose. Nomogramas cartesianos com anamorfose. Nomogramas de retas convergentes. Nomogramas de pontos alinhados para equações a três variáveis. Classificação dos nomogramas. Construção dos nomogramas de terceira classe. Gênero zero e um. Construção dos nomogramas dos gêneros II e III. Representação das equações de quatro e mais variáveis, por alinhamentos múltiplos. [...]”. (UFPR, 1972a, s.p.).

grupos de no mínimo duas disciplinas, em que predominavam os conteúdos de Geometria Descritiva I, de acordo com a ata da reunião departamental de 24 de maio de 1972:

[...] opção I: a) Geometria Descritiva I, b) Geometria Descritiva II; opção II: a) Desenho Técnico I, b) Desenho Técnico II; opção III: a) Desenho Geométrico I, b) Desenho Geométrico II; Opção IV: Geometria Descritiva I, b) Desenho Artístico; opção V: a) Geometria Descritiva I, b) Desenho de Observação e Croquis. (UFPR, 1972g, s.p).

Em 14 de março de 1973, as disciplinas para o concurso foram reagrupadas, mantendo-se os conteúdos de Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Desenho Técnico e alterando-se as demais:

Grupamento I – Desenho Geométrico I e Desenho Geométrico II; Grupamento II – Geometria Descritiva I, Geometria Descritiva II e Geometria Descritiva III; Grupamento III – Desenho Técnico I e Desenho Técnico II; Grupamento IV – Desenho Artístico I, Desenho Artístico II e Desenho de Observação e Croquis; Grupamento V – Desenho Geométrico I e Nomografia. (UFPR, 1973c, s.p.).

No agrupamento IV, ficaram concentradas as disciplinas de Desenho Artístico I e II e Desenho de Observação e Croquis, nas quais estavam incluídos os seguintes conteúdos:

Desenho de Observação e Croquis – Objetivos e aplicações do desenho nos cursos de Agronomia e Florestas. Materiais e técnicas especiais. Títulos e legendas. Letreiros ornamentais. Processos de reprodução e ampliação de desenhos. Processos e instrumentos adotados no desenho de vegetais, insetos e microorganismos e animais. Câmara clara, retro projetor e meios fotográficos. Aplicação das formas geométricas planas às formas naturais das folhas como estudo comparativo. Cópia por processos apropriados de assuntos da flora e fauna. Cortes de caules, raízes e frutas. Reprodução de

lesões em geral. Diagrama de inflorescência. Tipos de enxertia. Tipos de antenas de insetos. Órgãos e aparelhos de insetos. Formas gerais de fungos. [...] **Desenho Artístico I** – Desenho de observação, com o emprego de várias técnicas e envolvendo o estudo das sombras própria e projetada, nos seguintes casos: claro-escuro no baixo relevo em gesso; modelo simples e sólidos geométricos; conjunto de modelos; sólidos geométricos regulares e irregulares; objetos de uso doméstico, isolados e em conjunto; objetos de uso comum, isolados e agrupados; conjunto de sólidos geométricos. **Desenho Artístico II** – Desenho de observação, com o emprego de várias técnicas e envolvendo o estudo das sombras, própria e projetada, nos seguintes casos: claro-escuro de ornatos em gesso ou não; o pé e a mão humanos em gesso; a cabeça e o busto em gesso; o corpo humano em gesso, no todo ou em parte; modelo vivo, envolvendo o busto, os pés e as mãos humanos; animais e aves. (UFPR, 1972a, s.p., negrito nosso).

Comparando-se a de março de 1973 com as duas propostas em janeiro e março de 1972, a tipologia das disciplinas por grupo apresenta uma divisão mais clara entre os grupos I, II e III, em relação aos grupos IV e V, tendo como base a versão de 1973. Os três primeiros com uma vertente mais técnica e os dois últimos com um direcionamento ao desenho artístico e outro voltado à programação.

Pelo perfil das disciplinas e seu agrupamento para os concursos públicos, questionamos: qual vertente educacional corresponde ao Desenho ensinado pelo Departamento? Como operacionalizar a criação do Curso de Licenciatura em Desenho, retórica constante nas atas departamentais, diante da normatização dos conteúdos que prioriza as disciplinas de Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Desenho Técnico nessa fase embrionária do Departamento? O que configura o Departamento em sua fase embrionária?

Até então foram expostos assuntos elementares do Departamento. Em meados de 1973, tem-se o conjunto de disciplinas já estruturado com códigos e pré-requisitos,

que permitem responder parte das indagações até aqui problematizadas. Consta-se que as disciplinas são ofertadas semestralmente e que atendem aos primeiros anos de formação dos alunos de graduação da Universidade, dentre as quais não têm pré-requisito as disciplinas: Desenho Geométrico I, Geometria Descritiva I, Desenho Artístico I e Nomografia. Pautando as disciplinas transcritas anteriormente com o conjunto do Quadro 1, vê-se que houve alteração de nomenclatura e de conteúdo. A disciplina de Desenho de Observação e Croquis passa a ser denominada de Desenho Técnico I – A, a qual atende ao curso de Agronomia e Florestal.

Quadro 1 - Disciplinas do Departamento 153 do Instituto de Matemática – UFPR. Agosto, 1973.

Código	Disciplinas	Semestre	Teóricas	Práticas	Créditos	Pré-requisito
153013	Desenho Geométrico I	1º	3	-	3	-
153023	Desenho Geométrico II	2º	3	-	3	153013
153034	Geometria Descritiva I	1º	3	2	4	-
153044	Geometria Descritiva II	2º	3	2	4	153034
153054	Geometria Descritiva III	3º	3	2	4	153044
153063	Desenho Artístico I*	1º	-	6	3	-
153073	Desenho Artístico II	2º	-	6	3	153063
153084	Desenho Técnico I	2º	2	4	4	153034
153094	Desenho Técnico II	3º	2	4	4	153084
153104	Desenho Técnico I-A	3º	2	4	4	153013
153113	Nomografia	1º	3	-	3	-

* Correquesito: Desenho Geométrico I.

Fonte: UFPR, 1973a, s. p.

A alteração do título da disciplina foi sugestão do professor Augusto Conte, conforme extrato da ata:

[...] passando o 'Desenho de Observação e Croquis' a ter a **denominação principal** de 'Desenho Técnico I-A' código 153104, como 4 créditos e a seguinte ementa: 153104. DESENHO TÉCNICO I-A- DESENHO DE OBSERVAÇÃO E CROQUIS – Preliminares-letras, letreiros, títulos e legendas. Dupla projeção ortogonal e projeções cotadas. Elementos fundamentais-Rebatimento, processo de cópia. Reprodução de desenhos. Escalas. Cotagens. Esboços. Técnicas do desenho de vegetais, insetos e animais. Aplicação das formas geométricas planas às formas naturais das folhas. Cópia por processo apropriado de assunto da flora e fauna. Cortes de caules, raízes, folhas e frutos. Diagramas de inflorescência. Antenas de insetos e formas de insetos. Formas gerais de fungos. PRÉ-REQUISITO: DESENHO GEOMÉTRICO I. (UFPR, 1973a, s.p., **negrito nosso**).

Conte era membro da comissão responsável por elaborar o novo plano de ensino. Ao comparar-se com a primeira versão da disciplina, constata-se que foram acrescentados os conteúdos de dupla projeção ortogonal e projeções cotadas, elementos fundamentais do rebatimento, e excluídos os conteúdos de câmara clara, retroprojetor e meios fotográficos, aproximando a disciplina aos conteúdos trabalhados em Geometria Descritiva e Desenho Técnico. A alteração da nomenclatura,²² no transcorrer da história do Departamento, pode auxiliar na compreensão da trajetória de diferentes grupos sociais envolvidos com o ensino do Desenho, direcionado à formação de professores (Matemática e Desenho) e ao exercício profissional dos Cursos de Engenharia. Para Elias (2000), parte da pesquisa configuracional caracteriza-se por meio de uma análise processual dos fatos, os quais ocorrem

²² Hernández menciona que, para compreender as mudanças nas concepções e práticas da educação artística, deve-se recorrer à história do currículo. Ele considera que o “nome” que a disciplina foi tendo em cada contexto educacional sinaliza mudanças nas finalidades da educação em arte ou da educação no âmbito em geral, “assim, não se fala da mesma coisa quando são utilizadas denominações como desenho, expressão plástica, educação estética, educação visual e plástica”. (HERNÁNDEZ, 2000, p. 40).

num tempo histórico e social determinado, categoria que será aprofundada a seguir.

Ensino de Desenho no Setor de Ciências Exatas

Este tópico abrange duas partes: a primeira mostra o período de transição dessa unidade administrativa, fase em que o antigo Departamento de Desenho e Geometria Descritiva passa a ser denominado de Departamento de Matemática Aplicada e Desenho; e a segunda simboliza o início da sua fase de consolidação, no qual passará a ser reconhecido como Departamento de Desenho ao romper seu vínculo com o Departamento de Matemática.

O Departamento 153 de Desenho e Geometria Descritiva foi absorvido pelo Departamento de Matemática Aplicada e Desenho. A nova denominação do Departamento coincide com o começo de suas atividades.²³ Para pôr em funcionamento essa estrutura, foram nomeados *pro tempore*, como chefe e subchefe, os professores Orlando Silveira Pereira e Armando M. Teixeira de Freitas, respectivamente.

O professor Orlando esclarece que “o Departamento de Matemática Aplicada e Desenho ficou constituído pela soma do Departamento de Desenho e Geometria Descritiva e parte do Departamento de Computação e Estatística” (UFPR, 1973b, s.p.). Quanto às disciplinas, na ata da reunião departamental de 12 de dezembro de 1973, tem-se a nova conformação:

Desenho Geométrico I, Desenho Geométrico II, Geometria Descritiva I, Geometria Descritiva II, Geometria Descritiva III, Desenho Técnico I, Desenho Técnico I-A, Desenho Técnico II, Nomografia, Introdução à Computação Eletrônica, Processamento de Dados, Cálculo Numérico e Cálculo das Diferenças Finitas. (UFPR, 1973b, s.p.).

²³ Criado pelo Decreto n. 72717, de 29 de agosto de 1973.

E, referente ao quadro docente, os professores são elencados de acordo com os seus planos de carreira, a saber:

TITULARES – José Cavallin, Jucundino da Silva Furtado, Orlando Silveira Pereira e Theodocio Jorge Atherino²⁴ (Magnífico Reitor da UFPR); **ADJUNTOS** – Armando Muniz Teixeira de Freitas, Augusto Conte, Clion Dória, Eurico Dacheux de Macedo, Jayme Machado Cardoso, Jurandyr Pavão, Leonidas Aniceto de Souza e Lourenço da Silva Mourão; **ASSISTENTES** – Gilberto Azeredo Lopes, Jorge Bernard, Jose Ribeiro do Nascimento Junior, Leonilda Auriquo, Mila Aguilar e Roberto Portugal Alves; **AUXILIARES DE ENSINO** – Afonso Celso C. Teixeira de Freitas²⁵, Carlos Jorge Zimmermann²⁶, Carlos Alberto Picanço de Carvalho²⁷, Fernando Bley Vicente de Castro²⁸, Jurandyr Foltran, Ladislau Borges de Campos²⁹, Manoel Jorge da Silva Junior, Olavo Del Claro Junior, Osni Stricker, Paulo Cesar Busnardo, Reynaldo Machado Bittencourt, Ronald Leal³⁰,

²⁴ Em 1965, apresentou sua tese para cátedra na Escola de Engenharia, referente à Matemática III – Cálculo numérico, intitulada: “Nomogramas de pontos alinhados: facilidade de sua construção e utilização”. Entre outras publicações, citamos: “Matemática” (1970); “Introdução ao estudo da linguagem FORTRAN” (1972), em coautoria com Eurico Dacheux de Macedo e Akeo Tanabe; e “O fato e a fala” (1977).

²⁵ Em 1986, defendeu sua dissertação: “*Software* empresarial qualidade ao longo do desenvolvimento”, no Instituto Militar de Engenharia.

²⁶ Em 1974, defende sua dissertação de mestrado intitulada “SIESTA – um sistema integrado estatístico conversacional”, e, em 1984, publica o livro “Processamento interativo: a linguagem de programação APL”.

²⁷ Concluiu o mestrado em 1973, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A pesquisa tem como título “*T-Automaton* e particionamento de matrizes de transição”. Finalizou o doutorado em 1979, na *University of Waterloo*, com a pesquisa “*On program analysis with inequations and binary relation*”.

²⁸ Em 1975, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, finaliza a dissertação “Utilização de linguagem com manipulação de fórmulas para minimização de funções”.

²⁹ Publica os livros: “Álgebra matricial” (1983) e “Cálculo numérico” (1983).

³⁰ Em 1974, defende o mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Renato Emilio Coimbra e Robson Scardua; **REGENTES** – Elato Silva e Hayton Silva. (UFPR, 1973b, s.p., negrito nosso)³¹.

Nessa fase, o Departamento tem 34 professores, sendo que Theodocio Jorge Atherino e Eurico Dacheux de Macedo possuem cargos na Reitoria, Jayme Machado Cardoso e Carlos Alberto Picanço de Carvalho prestam serviços em outros departamentos. Essa configuração tem duração de seis meses, vigente de 12 de dezembro de 1973 até 15 de junho de 1974. A partir de então, o Departamento retoma seu molde inicial e recebe a denominação de Departamento de Desenho.

O Departamento continua com a mesma denominação até novembro de 2008, contudo o recorte aqui proposto aplica-se até 1977. Na conjuntura em questão, tanto as disciplinas, quanto os professores modificam sua conformação, o que permite aplicar o conceito de figuração de Norbert Elias, em que:

[...] uma *Figuration* é uma formação social, cujas dimensões podem ser muitas variáveis (os jogadores de um carteadado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões. (ELIAS, 2001, p. 13).

Para Elias, o objeto de estudo da sociologia tem como questão “saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo assim, figurações dinâmicas específicas” (ELIAS,

Janeiro, com o tema “Um modelo probabilístico para avaliação e análise de desempenho de sistemas de programação”.

³¹ Considerando os titulares, os adjuntos e os assistentes, de acordo com as unidades de origem, temos: 12 professores da Faculdade de Engenharia, 2 professores da Faculdade de Engenharia Química, 1 professor da Faculdade de Agronomia, 1 professor da Faculdade de Química e 2 professores da Faculdade de Filosofia. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná, ano XVI, n. 194, jul. 1971, p. 5-6.

2001, p. 13). Sua sociologia se opõe às categorias idealistas do indivíduo em si, o autor prefere pensar que a liberdade de cada indivíduo está sujeita a uma rede de dependências recíprocas, em que a ação de cada sujeito isolado depende de uma série de outras, que, por sua vez, modificam o jogo social. O conceito de figuração aparece em seu estudo sobre a sociedade de corte, no entendimento de que uma figuração não é fruto de um único indivíduo, mas se trata de como os indivíduos estão interligados e como sua situação social os une de modo particular (ELIAS, 2001).

Adotar a categoria figuração para o estudo do Departamento implica em que, nas análises das fontes, empreguemos o método configuracional. Esse método se opõe à pesquisa estatística, ou, muitas vezes, as análises quantitativas são a primeira etapa da análise sociológica que faz uso da pesquisa configuracional, no entendimento de que:

[...] a análise sociológica baseia-se no pressuposto de que todos os elementos de uma configuração, com suas respectivas propriedades, só são o que são em virtude da posição e função que têm nela. Assim, a análise ou separação dos elementos é meramente uma etapa temporária numa operação de pesquisa, que requer a complementação por outra, pela integração ou sinopse dos elementos, do mesmo modo que esta requer a suplementação pela primeira; aqui, o movimento dialético entre a análise e a síntese não tem começo, nem fim. (ELIAS, 2000, p. 58).

Neste estudo, o elo central da pesquisa configuracional parte da função social que cada docente toma para si no DDES, articulado em dois pontos: os conteúdos das disciplinas e sua permanência ou não como matriz do ensino de Desenho; o grupo de docentes que marca a fase embrionária dessa unidade administrativa, ponderando suas atividades no ensino da graduação e na pesquisa.³²

³² Mapeou-se a produção acadêmica dos professores com base nas publicações disponíveis no Sistema de Biblioteca da UFPR (SiBi/UFPR), incluindo

Considerando os cursos e os professores, entre 1975 e 1977, o Departamento presta serviço às graduações de Matemática, Arquitetura e Urbanismo, Geologia, Licenciatura em Ciências, Desenho Industrial e Comunicação Visual; e às engenharias Civil, Química, Mecânica, Elétrica, Agrônômica, Florestal e Cartográfica. De acordo com a escala de férias de 1976, o corpo docente do Departamento é constituído por 17 professores: Orlando S. Pereira, Jucundino da Silva Furtado, Augusto Conte, Clion Dória, Jurandyr Pavão, Lourenço da Silva Mourão, José R. do Nascimento Junior, Leonilda Auriquio, Gilberto Azeredo Lopes, Jorge Bernard, Mila Aguilar, Roberto Portugal Alves, Renato Emilio Coimbra, Hayton Silva, Antonio Mochon Costa, Joaquim Mancio da Silva, Milton de Macedo Cavalcanti.³³ Ao comparar com a configuração anterior, sistematizada pela união dos departamentos no início de 1974, os professores Antonio Mochon Costa³⁴ e Milton de Macedo Cavalcanti iniciam suas atividades já nessa formatação.

Quanto às disciplinas, em 1975, há duas alterações em relação ao modelo aprovado anteriormente: primeiro, a mudança do nome da disciplina de Desenho de Observação e Croquis para Desenho Técnico III e a alteração do seu conteúdo; segundo, a adaptação das disciplinas de Desenho para Engenharia Civil, denominadas de Expressão Gráfica I (Geometria Descritiva) e Expressão Gráfica II (Desenho Técnico I e II).

mestrado, doutorado e livros.

³³ Antonio M. Costa, Joaquim M. da Silva e Milton de M. Cavalcanti não constavam na relação de professores lotados no Departamento em abril de 1975; no entanto, ainda faziam parte do grupo os docentes José Cavallin e Jayme M. Cardoso. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Fastos Universitários*. v. 1, n. 5, maio 1975, p. 424-425.

³⁴ Em 1976, apresenta a dissertação de mestrado “Métodos para a solução do problema geodésico inverso mediante a representação esférica do elipsoide”. De acordo com o Edital n. 01/77, o professor é aprovado no quadro permanente da UFPR na categoria Assistente. No mesmo edital, também foi aprovado o professor Roberto Alexandre Schelemm. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Fastos Universitários*. v. 3, n. 7, jul. 1977, p. 3120.

A mudança da disciplina de Desenho Técnico III justifica-se pela redução da carga horária semanal e pela falta de equipamento. O novo programa é apresentado por Augusto Conte, conforme extrato da ata da reunião departamental realizada em 21 de maio de 1976:

Explica o professor que o programa foi reduzido de uma carga horária de seis horas semanais para quatro horas semanais, e que permanecem no programa quatro pontos que exigem instrumental especial como fotografia, compasso de redução, câmara clara. Sem este aparelhamento é quase impossível dar aula, fazer representações no quadro negro não satisfaz. Sugere então a substituição destes quatro pontos por quatro outros de Desenho Técnico, existentes no programa anterior de seis horas. (UFPR, 1976a, s.p.).

A professora Mila Aguilar sugere que se mantenha o programa e que se explique que essa substituição de conteúdo é provisória, até que se adquiram os instrumentos necessários, conforme menção abaixo:

Dever-se-ia manter o programa original e colocar um adendo mencionando que os pontos: a) Processos e instrumentos adotados no desenho de vegetais e insetos, microorganismos e animais; b) Câmara-clara, retroprojektor e meios fotográficos; c) Reproduções de lesões em geral; d) Órgãos e aparelhos de insetos. Com exceção de meio fotográfico, seriam substituídos pelos seguintes: a) Dupla projeção ortogonal, representação dos elementos fundamentais; b) Escalas, cotagem e esboço. Generalidade; escala natural de redução e ampliação. Normas técnicas sobre cotas e linhas auxiliares de cotas. Esboço técnico e artístico; c) Noções sobre perspectiva cavaleira e isométrica, exercícios; d) Convenções topográficas. (UFPR, 1976a, s.p.).

O embate entre a posição dos professores é aprovado na reunião seguinte, em que o Departamento atende à sugestão de

Augusto Conte. A legitimidade ou não do discurso proferido por cada professor remete-nos à colocação de Hernández, ao se fundamentar em Foucault para compreender como determinado modelo educacional se efetiva como padrão, na conexão entre formas de saber e estratégias de poder.

A legitimação se observa como expressão de um discurso por parte dos saberes reguladores da ação individual e social que age com a finalidade de representar e fixar a realidade mediante o desdobramento, de maneira visível e invisível, de elementos de controle da educação escolar, e, portanto, dos indivíduos. Para isso, os saberes organizados se constituem com a dupla função de excluir outros discursos (ao determinar o próprio) e fixar determinadas práticas sociais (legitimando-as com seu discurso). (HERNÁNDEZ, 2000, p. 63).

Percebe-se que tanto essa alteração, quanto a que foi realizada na disciplina de Desenho Técnico I-A sinalizam que o Departamento prioriza os conteúdos teóricos e técnicos da representação gráfica, condensados nas disciplinas de Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Desenho Técnico, conseqüentemente, os conteúdos do Desenho Artístico e as particularidades dos cursos são padronizados em função do perfil do Departamento. O posicionamento do Departamento de manter um “padrão” de disciplinas também se aplica à abertura de um conteúdo específico para o Curso de Geologia:

Outro assunto a seguir debatido foi a solicitação feita pela Coordenadoria do Curso de Geologia através do Of. nº 132/76, indagando a possibilidade de o Departamento oferecer a disciplina de Desenho Geológico aos alunos do Curso de Geologia. Pergunta o Professor Presidente se cabe criar curso aqui ou não? O Setor de Ciências Exatas nada tem a ver com Desenho Geológico por outro lado Desenho Técnico III – para os cursos de Engenharia Agrônômica e Florestal – já é uma exceção. (UFPR, 1976b, s.p.).

Prosseguindo a análise em função da demanda do ano de 1977,³⁵ as disciplinas ofertadas incluem: Desenho Geométrico I e II, Geometria Descritiva I e II, Nomografia, Desenho Técnico I, Desenho Técnico III, Expressão Gráfica I e II. Retomando Chervel, concluímos que esses três anos iniciais do DDES irão moldar a prática do professor de Desenho, já que, de acordo com o autor, as mudanças curriculares são processos lentos e se enraízam em função de um “modelo pedagógico” já aceito. O modelo aceito é o ensino de Desenho que atende aos cursos de Engenharia, cuja ênfase é o conteúdo básico de Desenho. A categoria figuração e o modelo configuracional de análise abrangem uma variedade de fontes e recursos metodológicos, aqui articulados em dois eixos: o ensino e a pesquisa. Concordando com Hernández, a presente pesquisa visa contribuir com as novas práticas de pesquisa histórica, ciente da função social e simbólica que o discurso científico assume diante da materialidade dos fatos – o que justifica a necessidade de materializar os conteúdos disciplinares que marcam o ensino de Desenho no Setor de Ciências Exatas em seus primeiros anos de gestão.

Considerações finais

Constatou-se que o DDES tinha seus professores originários do Instituto de Matemática, sendo a maioria dos docentes provenientes da unidade de Engenharia (SANTOS, 2012, p. 39-40). Também se percebe que a configuração proposta pelo “Departamento de Matemática Aplicada e de Desenho” teve uma duração temporária. E, por fim, o DDES, que inicia sua trajetória institucional em 1974, atende três conteúdos: Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Desenho Técnico.

Dentre os interlocutores que participaram dessa etapa da

³⁵ Nesse ano, de acordo com o Regimento do Setor de Exatas, aprovado na 22ª reunião do Conselho Setorial, o Setor coordenava cinco departamentos, a saber: Matemática, Desenho, Informática, Química e Física. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Regimento do Setor de Ciências Exatas. p. 4.

história do Departamento, destaca-se a atuação dos professores: Orlando Silveira Pereira, como chefe do Departamento; José Cavallin³⁶, por representar a sustentação teórica dos conteúdos de Geometria Descritiva agregada aos livros produzidos nas décadas de 1950 e 1970; Augusto Conte, que tinha representatividade nas reuniões departamentais e conseguiu padronizar os conteúdos disciplinares; além dos docentes com cargos administrativos, os quais possuem volume de publicações, como Theodocio Jorge Atherino, Eurico Dacheux de Macedo e Idefonso Clemente Puppi.

Enfim, constatou-se que existe uma hierarquização de atividades entre os docentes e que a fase inicial do Departamento traz o peso da Reforma Universitária. Em decorrência da Reforma, tem-se uma retórica oficial que difere da ação habitual do professor. Isto é, oficialmente, a carreira do Magistério Superior não é mais regulamentada pelo regime de cátedra, no entanto ainda está internalizado pelo grupo o valor agregado ao tempo de serviço na instituição, indícios latentes: a) pela própria estruturação formal das atas que marcam a posição de cada professor pela classe; b) pela retórica constante entre os professores de que a existência do conteúdo de Desenho no vestibular melhoraria a qualidade dos alunos que ingressam no Ensino Superior; c) pelas lacunas referentes aos encargos didáticos dos professores.

Sobre as concepções educacionais e pedagógicas, tem-se o ensino de Desenho centrado numa vertente técnica direcionado aos cursos de Engenharia, porém, em paralelo, o Desenho tem um viés artístico. O Desenho como linguagem artística não é a opção escolhida pelo grupo, já que a preocupação inicial de se criar um Curso de Licenciatura em Desenho citada pelo corpo docente do Departamento de Desenho e Geometria Descritiva se efetiva pelo Departamento de Artes somente em 1983,³⁷ com

³⁶ Em 10 de março de 1976, a Universidade outorga o título de Professor Emérito, saudação feita por José Bittencourt de Paula. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Fastos Universitários*. v. 2, mar. 1976, p. 426-429.

³⁷ In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino e Pesquisa.

a criação do Curso de Educação Artística com as habilitações em Desenho e Artes Plásticas; pois, em 1975,³⁸ é implantado primeiramente o Curso de Licenciatura em Educação Artística, de 1º grau, transferindo a esse Departamento a formação do professor para o Ensino Básico.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRASIL. Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971. *Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus*. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Princípios norteadores das engenharias nos Institutos Federais*. Brasília: MEC, 2009.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 77-229, 1990.

Resolução n. 19/83 CEP. Fixa o currículo pleno do Curso de Educação artística.

³⁸ In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução n. 42/75 CEP. Fixa o currículo pleno do Curso de Educação artística.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et. al. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.151-204.

DEPARTAMENTO DE EXPRESSÃO GRÁFICA (DEGRAF) – UFPR. *Ementas vigentes*. Disponível em: <<http://www.exatas.ufpr.br/portal/degref/ementas-vigentes/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GLASER, Niroá Zuleika Rotta Ribeiro. *Educação na história da UFPR: apontamentos para uma minuta cronológica*. Educar, Curitiba, v. 7, n. 1/2, p. 13-58, jan./dez. 1988.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MACHADO, Rosilene Beatriz. *Entre vida e morte: cenas de um ensino de desenho*. 2012. 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Fastos Universitários*. v. 1, n. 5, maio 1975, p. 373-450.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Fastos Universitários*. v. 2, mar. 1976, p. 319-464.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Fastos Universitários*. v. 3, n. 7, jul. 1977, p. 3105-3234.

NASCIMENTO, Roberto Alcarria do. *O ensino do desenho na educação brasileira*. Apogeu e decadência de uma disciplina escolar. 1994. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1994.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. *Arte, história e ensino: uma trajetória*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Orlando Silveira. *Novo processo de perspectiva axonométrica*. 1954. 52 f. Tese (Cátedra), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1954.

SANTOS, Carlos Henrique dos et al. *Sete décadas do Curso de Matemática da UFPR*. Preprint, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Atas das reuniões departamentais (DDES). 1971-1977:

_____. Ata da reunião departamental. 15 de setembro de 1971a.

_____. Ata da reunião departamental. 06 de janeiro de 1972a.

_____. Ata da reunião departamental. 22 de fevereiro de 1972b.

_____. Ata da reunião departamental. 10 de março de 1972c.

_____. Ata da reunião departamental. 17 de maio de 1972d.

_____. Ata da reunião departamental. 10 de janeiro de 1972f.

_____. Ata da reunião departamental. 24 de maio de 1972g.

_____. Ata da reunião departamental. 30 de agosto de 1973a.

_____. Ata da reunião departamental. 12 de dezembro de 1973b.

_____. Ata da reunião departamental. 14 de março de 1973c.

_____. Ata da reunião departamental. 21 de maio de 1976a.

_____. Ata da reunião departamental. 30 de setembro de 1976b.

_____. Ata da reunião departamental. 06 de agosto de 1976c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná*, ano XV, n. 186, nov. 1970.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná*, ano XVI, n. 193, jun. 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná*, ano XVI, n. 194, jul. 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Boletim Administrativo da Universidade Federal do Paraná*, ano XVIII, n. 220, set. 1973.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução n. 42/75CEP. Fixa o currículo pleno do Curso de Educação artística.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução n. 19/83 CEP. Fixa o currículo pleno do Curso de Educação artística.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Artes Visuais*. Curitiba, 2007, s.p. Disponível em: <http://www.sacod.ufpr.br/portal/artes/wpcontent/uploads/sites/8/2011/05/ppp_introducao.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Regimento do Setor de Ciências Exatas. p.1-55. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Fastos Universitários*. v. 3, n. 10, out. 1977. p. 3525-3638.

Recebido em setembro de 2016.

Aprovado em dezembro de 2017.

